Pe. Mário Marcelo Coelho, scj

RESPOSTAS SIMPLES PARA PERGUNTAS DIFÍCEIS

O que a Igreja ensina sobre

Pe. Mário Marcelo Coelho, scj

RESPOSTAS SIMPLES PARA PERGUNTAS DIFÍCEIS

O que a Igreja ensina sobre

Canção Nova
EDITORA

Direção geral: **Fábio Gonçalves Vieira**
Capa: **Renata Santiago Albuquerque**
Preparação e revisão: **Gracielle Reis**
Diagramação: **Aline Soares**
Editoração digital: **Claudio Tito Braghini Junior / i9 Design**

Este livro segue as regras da Nova Ortografia Portuguesa.

EDITORA CANÇÃO NOVA
Rua João Paulo II, s/n – Alto da Bela Vista
12 630-000 Cachoeira Paulista – SP
Tel.: [55] (12) 3186-2600
E-mail: editora@cancaonova.com
loja.cancaonova.com
Twitter: @editoracn

Todos os direitos reservados.

ISBN: 978-85-5339-016-8

© EDITORA CANÇÃO NOVA, Cachoeira Paulista, SP, Brasil, 2018.

INTRODUÇÃO

"Respostas simples para perguntas difíceis" é um livro que quer ajudar você, pai, mãe, esposo, esposa, jovem, adulto, católico, sobre como agir diante de situações complexas do dia a dia e que exigem uma resposta simples, objetiva e em comunhão com o pensamento da Igreja.

Este livro não tem a pretensão de responder a todas as dúvidas, nem mesmo fazer grandes reflexões, mas deseja dar pistas concretas para que tenhamos fundamentos consistentes e não fiquemos calados quando formos questionados sobre determinados temas ou comportamentos.

Este livro é para você:

... mãe que pergunta: "padre, o que eu respondo para meu filho? Ele quer fazer uma tatuagem. O que digo para ele?"

... jovem que pergunta ao padre: "posso colocar um piercing?"

... católico que questiona: "sou obrigado ir à Missa aos domingos?"

... católico pode consultar horóscopo, cartomantes e ler a mão?

Ou ainda:

A Igreja católica batiza filhos(as) de casais homossexuais?

Quebrou uma imagem de um santo em minha casa. O que devo fazer com a imagem quebrada?

Posso realizar a eutanásia em meu animal?

A Igreja Católica tem uma palavra para estas dúvidas?

Como me posicionar diante do debate sobre "ideologia de gênero" e "transgêneros"?

O objetivo aqui não é reduzir as dúvidas à questão do "pode" ou "não pode". A intenção não é levar assuntos religiosos a simples questões normativas ou a um discurso jurídico. Sem negar a necessidade de descer aos casos e formular normas, a teologia precisa, também, questionar e apontar para referenciais simbólicos ou valores e

significados a partir do desafio proposto. Por isto, mesmo sendo de modo objetivo, procuro dar respostas às perguntas levantadas com fundamentos teóricos conforme o pensamento da Igreja.

Quanto ao aspecto teológico, o desejo é expor a posição do magistério da Igreja sobre muitas questões suscitadas pelos católicos, mas sobre as quais não existem documentos específicos ou oficiais.

A Bíblia promove ou proíbe a oração aos anjos?

Os anjos são enviados por Deus para ajudar
os herdeiros da salvação

> A existência dos seres espirituais, não corporais, a que a Sagrada Escritura habitualmente chama anjos, é uma verdade de fé. O testemunho da Escritura é tão claro como a unanimidade da Tradição (Catecismo da Igreja Católica – CIC[1], nº 328).

Os anjos, criaturas puramente espirituais, são dotados de inteligência e vontade: são criaturas pessoais e imortais (CIC, nº 330), servem a Deus e são seus mensageiros. Eles "veem constantemente a face de meu Pai que está no céu", afirma Jesus (Mt 18,10). Conforme o profeta Daniel (Dn

7,9-10.13s), o Senhor (representado pelo Ancião) é o único e verdadeiro rei (v. 9s), servindo-O uma imensa corte de anjos que também O assiste na realização do seu desígnio. São "poderosos mensageiros, que cumprem as suas ordens" (Sl 103,20). Portadores de Deus em momentos decisivos da história da salvação, os anjos estão também encarregados da guarda dos homens (Mt 18,10; At 12,13) e da proteção da Igreja (Ap 12,1-9). São encarregados por Deus de proteger a humanidade.

O povo de Deus sempre sentiu o dever de corresponder à silenciosa e benévola companhia dos anjos, honrando-os. Na literatura judaica, a função dos anjos era tripla: adoração e louvor de Deus; agentes ou mensageiros divinos nos assuntos humanos; guardiães dos homens e das nações (Hb 12,15). Recordar os anjos nos faz lembrar de que, no caminho da vida, não estamos sós. Deus não nos abandona, Ele caminha conosco.

A fé cristã também possui, em cada nação em particular, um anjo encarregado de velar por ela. Em Daniel, capítulo 10, o anjo de Deus defende o povo. De modo semelhante, todos os povos e nações têm um anjo encarregado por Deus de protegê-los e defendê-los em todos os perigos, a fim de que a vida temporal se oriente para a vida eterna e todos os povos possam vir a formar o único povo de Deus.

São vários os textos bíblicos que se referem à presença dos anjos. Acredito que um dos textos mais conhecidos e que mostra a presença do anjo está no Evangelho de São Lucas (Lc 1,26-27), quando da Anunciação a Maria: "No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galileia chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um varão chamado José, da casa de Davi; e o nome da virgem era Maria". Esse texto já nos mostra a missão do anjo que está ligada ao nome, ele é o anjo [do latim angelus e do grego àngelos - ἄγγελος – que significa "mensageiro"] mensageiro de Deus.

Também no texto de Lucas (Lc 2,10-11) vemos a missão dos anjos: "O anjo do Senhor apareceu-lhes [aos pastores] e a glória do Senhor envolveu-os de luz". Eles são os

mensageiros do Senhor. Aos pastores e a todos os humildes da terra, é dirigida a mensagem da verdade salvadora: “Hoje, na cidade de Davi, nasceu-vos um Salvador, que é o Messias Senhor” (v.11).

Já no diálogo com Natanael no Evangelho segundo São João (Jo 1,47-51), Jesus disse: “Tu crês porque te disse: ‘Eu te vi debaixo da figueira? Coisas maiores que esta verás!’ E Jesus continuou: ‘Em verdade, em verdade eu vos digo: vereis o céu aberto e os anjos de Deus subindo e descendo sobre o Filho do Homem’”. Na verdade, quem se aproxima de Jesus vê o céu aberto e os anjos de Deus subir e descer sobre o Filho do homem. O mundo transcendente do Pai, o céu, está agora aberto. Em Jesus, Filho do Homem, Deus desce em meio aos homens e estes podem subir até Ele. Os anjos são ministros desse “admirável comércio” e inesperada comunhão.

Os anjos são enviados por Deus para servir àqueles que devem herdar a salvação (Hb 1,14), ou seja, os filhos e filhas de Deus. Deus nunca deixa o homem abandonado, desorientado ou desanimado. Os anjos são, em primeiro lugar, um sinal luminoso da Providência, da paterna bondade de Deus, que jamais deixa faltar aos filhos e filhas aquilo de que precisam. Intermediários entre a terra e o céu, os anjos são criaturas invisíveis postas à nossa disposição e à disposição dos povos e nações para nos guiar no caminho de regresso à casa do Pai. Eles vêm do céu para nos reconduzir ao céu.

Os anjos nos protegem dos perigos, sobretudo, o de nos tornarmos autossuficientes, surdos a Deus e desobedientes a Sua Palavra. Além disso, eles nos sugerem pensamentos retos e humildes e bons sentimentos. Desde o começo até a morte, a vida humana é acompanhada pela assistência e intercessão celeste: “Cada fiel tem a seu lado um anjo protetor e pastor para o guiar na vida” (São Basílio Magno). De igual modo, “toda a vida da Igreja se beneficia da ajuda misteriosa e poderosa dos anjos” (cf. At 5,18-20; 8,26-29; 10,3-8;12,6-11; 27,23-25). O mesmo que acontece com os povos e nações, particularmente, nos momentos de maiores dificuldades, acontece também com cada homem e com a Igreja.

Ao colocar em nossa presença anjos para nos guardarem, Deus manifesta o seu carinho para conosco; por isso devemos rezar a eles e pedir- lhes que intercedam por nós e nos guardem contra todas as forças do mal. Peçamos, portanto, que o nosso anjo da guarda nos livre de todos os perigos, defenda-nos nas adversidades, dirija os nossos passos, como povo, no caminho da salvação e da paz.

Honrando os arcanjos, exaltemos o poder de Deus, Criador do mundo visível e invisível, pois, como está no prefácio da Missa dos Arcanjos São Miguel, São Gabriel e São Rafael, “resulta em glória para Vós a honra que prestamos a eles como criaturas dignas de Vós; e a sua inefável beleza, Vós mostrais como sois grande e digno de ser amado sobre todas as coisas”.

Padre Dehon, o fundador da Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus (dehonianos) escreveu: “Os anjos louvam a Deus e servem-No. Eles são milhares de milhares, diz Daniel, à volta do trono de Deus, ocupados em servi-Lo (cf. Dn 7,10). Anjos do céu, diz o Salmo, bendizei o Senhor, vós que executais as suas ordens’ (Sl 102). Deus envia-os junto das criaturas. O seu nome significa ‘mensageiro’. São os

enviados de Deus, diz São Paulo, vêm ajudar os homens a realizarem a sua salvação (cf. Hb 1,14). Há os anjos das nações e os anjos de cada um de nós".

Existe uma passagem do Antigo Testamento que ajuda a defender a ideia de que existe um anjo que nos protege, quando Deus disse para Moisés: "Vou enviar um anjo adiante de ti para te proteger no caminho e para te conduzir ao lugar que te preparei" (Ex 23,20). Deus também disse: "Está de sobreaviso em tua presença e ouve o que ele te diz (v.21). E ainda: "Deus ordenou aos seus anjos, para que te guardem em todos os teus caminhos. Eles hão de elevar-te na palma das mãos, para que não tropeces em nenhuma pedra" (Sl 90). Trata-se aqui dos anjos de cada um de nós".[2]

Padre Dehon rezava: "Anjos do Senhor, recomendai-me à misericórdia do Sagrado Coração" (OSp. - Oeuvres Spirituelles do P. Deon 4, p. 317).

Oração aos Anjos

Já que podemos rezar aos anjos, trago aqui uma parte do prefácio da Santa Missa dos Anjos: "Senhor, Pai Santo, proclamamos a vossa imensa glória, que resplandece nos Anjos e nos Arcanjos, e, honrando esses mensageiros celestes, exaltamos a vossa infinita bondade, porque a veneração que eles merecem é sinal da vossa incomparável grandeza sobre as criaturas. Hoje, com a multidão dos anjos que celebram a vossa divina majestade, queremos adorar-vos e bendizer-vos. Amém".

Por que preciso fazer a adoração ao Santíssimo Sacramento?

Conforme o Catecismo da Igreja Católica, nº 2096:

> A adoração de Deus é o primeiro ato da virtude da religião. Adorar a Deus é reconhecê-lo como Deus, como o Criador e o Salvador, o Senhor e o dono de tudo o que existe, o Amor infinito e misericordioso. "Adorarás o Senhor, teu Deus, e só a Ele prestarás culto" (Lc 4,8), diz Jesus, citando o Deuteronômio (Dt 6,13).

E também: "A adoração é a primeira atitude do homem que se reconhece criatura diante de seu Criador. Exalta a grandeza do Senhor que nos fez e a onipotência do Salvador que nos liberta do mal. É prosternação do Espírito diante do 'Rei da glória' e o silêncio respeitoso diante do Deus 'sempre maior'. A adoração do Deus três vezes santo e sumamente amável nos enche de humildade e dá garantia a nossas súplicas" (CIC, nº 2628).

A pessoa que se coloca em adoração está reconhecendo Jesus como único Senhor e Salvador. É uma atitude de humildade daquele que se prostra e se entrega a Ele, é ter a mesma atitude e palavras dos reis magos que vão ao encontro do Salvador: "Onde está o Rei (...). Viemos adorá-lo" (Mt 2,2). E, ao encontrarem o Menino Deus na manjedoura, prostram-se diante d'Ele e oferecem seus presentes.

Cada pessoa, em diversas situações e condições, pode se colocar de formas diferentes diante de Jesus Eucarístico: em alguns momentos, nossa atitude é de adoração e contemplação; em outros de súplica ou pedidos para a própria pessoa ou por outras; ou ainda em agradecimento por uma graça alcançada; pedido de perdão; ou momentos de repouso e descanso no Senhor. Deus quer que cada um se apresente diante d'Ele de forma honesta e sincera como se encontra para adorá-Lo: "Bendito seja aquele que vem em nome do Senhor! Hosana no mais alto dos céus"! (Mt 21,9).

O Papa João Paulo II, na Carta Encíclica Ecclesia de Eucharistia, escreve: "A Eucaristia é um tesouro inestimável: não só a sua celebração, mas também o permanecer diante dela fora da Missa permite-nos beber na própria fonte da graça. Uma comunidade cristã que queira contemplar melhor o rosto de Cristo, (...) não pode deixar de desenvolver também este aspecto do culto eucarístico, no qual perduram e se multiplicam os frutos da comunhão do corpo e sangue do Senhor".[1]

Já em sua carta apostólica Mane Nobiscum Domine, São João Paulo II nos apresenta o dom da Eucaristia como um

grande mistério. Mistério a ser celebrado de maneira digna, que deve ser adorado e contemplado.

O que entendemos por adoração a Jesus na Eucaristia? A adoração ao Santíssimo Sacramento é estar unido à Santíssima Eucaristia numa atitude de respeito e comunhão com o Senhor. Estamos conscientes, sabemos que a Eucaristia é o sacrifício pascal de

nosso Senhor e que na Missa se atualiza o mistério da vida, morte e ressurreição de Jesus. Na celebração eucarística, o corpo de Cristo se faz alimento. A Missa é um grande banquete no qual o próprio Deus se faz refeição. Deste mistério surge
a necessidade de celebrarmos com respeito, amor e dignidade cada Santa Missa, colocando-nos em atitude de verdadeira comunhão com o mistério de nossa salvação.

A Igreja anima e incentiva estarmos diante do Cristo presente na Eucaristia em atitude de adoração e contemplação, "A presença de Jesus no tabernáculo deve constituir como que um pólo de atração para um número sempre maior de almas apaixonadas por ele, capazes de ficar longo tempo escutando a voz e quase que sentindo o palpitar do coração".[2]

Adorar o Senhor na Eucaristia é reconhecer a presença real de Cristo no pão consagrado. Deus é presença real: "Isto é o meu corpo", afirma o próprio Cristo.

O Papa ainda afirma: "É preciso, em particular, cultivar, quer na celebração da Missa, quer no culto eucarístico fora da Missa, a viva consciência da presença real de Cristo".[3] A carta apostólica do santo padre ainda nos anima ao ressaltar que a adoração eucarística fora da Missa deve se tornar um empenho especial para cada comunidade paroquial e religiosa. "Permaneçamos longamente prostrados diante de Jesus presente na Eucaristia, reparando com a nossa fé e o nosso amor os descuidos, os esquecimentos e até os ultrajes que nosso Salvador deve sofrer em tantas partes do mundo".[4]

O que é a devoção ao Sagrado Coração de Jesus?

No Evangelho de João (Jo 19,31-37), ao relatar a morte de Jesus, o evangelista narra que "um soldado abriu-lhe o lado com uma lança, e logo saiu sangue e água". Esta passagem é um convite a contemplar o coração transpassado de Jesus: "olharão para aquele que transpassaram".

Contemplar o coração aberto de Jesus significa "parar", "fixar os olhos" e "compreender com o coração" o mistério do amor de Deus derramado no coração da humanidade. O lado aberto de Cristo, na cruz, é a expressão de como o amor divino torna-se concreto, palpável e visível. É a fonte da vida cristã autêntica, onde se bebe o amor divino e se reconhece que Deus é força e salvação: "com alegria (beberão) no manancial da salvação" (Is 12,2-6).

Olhando o lado aberto de Cristo, nós conhecemos o endereço da fonte: é o Coração de Deus que se comove e arde de compaixão, possibilitando-nos beber da vida divina e nos enraizar no amor de Deus. Como escreve Paulo, todos temos capacidade "de conhecer o amor de Cristo que ultrapassa todo conhecimento" (cf. Ef 3,8-12.14-19).

É contemplando o Coração de Jesus que podemos compreender a dimensão do amor divino em toda sua extensão: "tereis assim a capacidade de compreender (…) qual a largura, o comprimento, a altura, a profundidade" — com destaque especial para o fundamento — "conhecer o amor de Cristo que ultrapassa todo conhecimento" (cf. Ef 3,8-12.14-19).

No Coração de Jesus, está a expressão do que Deus verdadeiramente é: "Deus é amor" (1Jo 4,16); é o Bom Pastor capaz de deixar tudo para se aventurar em caminhos pouco confortáveis e escassos de segurança para buscar a ovelha perdida; e vai sempre em busca da vida humana, perdida em locais tenebrosos por causa do pecado e da morte (Sl 22).

Jesus é a descrição do coração divino, que traz consigo um projeto seguro para a vida humana: vem ao encontro da humanidade, retira-a de caminhos agressores e a coloca no caminho onde a vida é acariciada pela ternura de Deus (Lc 15,3-7).

O convite de Jesus "vinde a mim, vós que estais cansados", "venham a mim e aqui encontrarão repouso, porque eu sou manso e humilde de coração" é dirigido, especialmente, a quem já perdeu suas esperanças terrenas e vive decepcionado de tudo. Quantos pais e mães, quantas famílias vivem sem esperança?! Jovens decepcionados, doentes abandonados em seus leitos de dor, pessoas desempregadas, homens e mulheres cansados e tristes. É também um convite estendido a quem anda em busca de repouso, cansado de cair em situações que prometiam esperanças, mas depois se revelaram vazias.

Cada um de nós deve ser a imagem viva do Coração de Jesus que se manifesta no amor, que demonstra, através de atitudes e de palavras, o amor misericordioso de Jesus.

Nós cristãos temos o compromisso de ser o Coração de Jesus que bate no meio do mundo: “Jesus manso e humilde de Coração, fazei o nosso coração semelhante ao vosso”. Somos chamados a assumir atitudes de misericórdia e de acolhida, típicas do Coração de Jesus, para com todos, mas especialmente para com os mais necessitados, os mais pobres, os cansados e angustiados de nossos dias.

Aceitar o chamado é a capacidade de quem é semelhante ao Coração de Jesus, de curar e de resgatar a vida através do amor, do cuidado e da compaixão. Quanto mais nos aproximamos e contemplamos “aquele que transpassaram”, o Coração de Jesus, mais nosso coração torna-se fortalecido pelo amor de Deus. E Deus preocupa-se com quem não é acariciado pela vida, com quem é agredido pela vida (Ez 34,11-16).

Só quem tem um coração semelhante ao Coração de Jesus pode encontrar-se com Deus e com os irmãos por meio de relacionamentos que não oprimem, mas que acolhem, e convidam a descansar e encontrar repouso no amor. O desejo da Igreja é oferecer um coração humano com as mesmas ações do Coração de Jesus: ama, perdoa, acolhe os pobres e necessitados, sente o que o outro sente.

Por que usar água benta?

A água benta talvez seja um dos sacramentais mais conhecidos da Igreja (cf. o tema "sacramentais"). É usada nos batizados, nas portas das igrejas, para aspergir pessoas, objetos, casas, carros, animais, objetos de devoção (imagens da Virgem Maria e de santos, medalhas, escapulários, crucifixos, estampas etc.). Também pode ser utilizada para a proteção contra o mal.

A água benta, como todo sacramental, leva-nos a invocar, nas diversas circunstâncias da vida, a ajuda do Divino Espírito Santo, para o bem de nossa alma e de nosso corpo. Portanto, "segundo um costume muito antigo, a água é um dos símbolos que a Igreja usa com frequência para abençoar os fiéis. A água ritualmente benzida evoca nos fiéis o mistério de Cristo, que é para nós a plenitude da bênção divina. Ele próprio se apresentou como água viva e instituiu para nós o batismo, sacramento da água, como sinal de bênção salvadora" (Ritual Romano. Celebração das bênçãos, nº1085).

Diversas são as formas de usar a água benta, porém, a mais comum é persignar-se com ela. Persignar-se, termo que vem do latim e se refere ao ato de, com o polegar direito, fazer o sinal da cruz na testa, outro na boca e outro no peito, enquanto se pronuncia: "Pelo sinal da santa cruz, livrai-nos Deus, nosso Senhor, dos nossos inimigos". Outro modo é aspergi-la sobre si mesmo, sobre outras pessoas, lugares ou objetos.

Santo Tomás de Aquino escreve destacando a força da água benta contra o demônio: "a água benta é dada contra os assaltos dos demônios que vêm do exterior".[1] Quem conhece a vida dos santos sabe que muitos deles acreditavam na água benta como um instrumento verdadeiramente eficaz para enfrentar a força do mal.

A água benta é um sacramental e como todos os sacramentais foi instituído pela Igreja. Para ser verdadeiramente água benta tem que ser abençoada pelo ministro ordenado (diácono, padre ou bispo). Ao ser abençoada, a água, conforme prescreve a Santa Igreja Católica, torna-se um sacramental, que possui grande eficácia para as pessoas nas diversas realidades da vida.

A água benta não se trata, portanto, de uma superstição, mas de um instrumento extremamente forte e piedoso para quem quer crescer na graça de Deus e se santificar através da oração da Igreja. O Catecismo da Igreja Católica (nº 2111) lembra que, "atribuir só à materialidade das orações ou aos sinais sacramentais a respectiva eficácia, independentemente das disposições interiores que exigem, é cair na superstição". Por isso, ao benzer-se com a água benta deve-se sempre professar o ato de fé, de confiança no Senhor e manifestar o desejo de crescer na devoção e amor a Deus. Como afirma Santo Tomás, Oportet nos per aliquasensibilia signa in spiritualiadevenire ("Convém que por sinais sensíveis cheguemos às realidades espirituais").[2]

Em muitas Igrejas, encontramos na entrada a água benta. Esta é colocada ali para nos

persignarmos (fazer o sinal da cruz) ao entrarmos na Igreja e sermos abençoados por Deus. Assim, entregamos todo o nosso ser e sentidos ao Senhor. Quando entramos na Igreja, devemos pedir ao Espírito Santo que ilumine os nossos corações, nossas mentes, infundindo em nós as graças de que necessitamos. Além disso, costuma ficar na entrada das igrejas em substituição a uma antiga cerimônia judia em que, antes de entrarem para a oração, os judeus se lavavam e pediam a Deus a sua purificação.

Alguns textos bíblicos que falam sobre a água

Eclo 15,1-6: “Ao que teme o Senhor, ele o saciará com a água da Sabedoria”.
Is 12,1-6: “Com alegria tirareis água das fontes da salvação”.
Is 55,1-11: “Todos que tendes sede, vinde à água”.
Jo 7,37-39: “Se alguém tiver sede, venha a mim”.
Jo 13,3-15: “Vós também estais puros”.
Jo 19, 34: “De seu lado aberto pela lança fez jorrar, com a água e o sangue”.
1Jo 5,1-6: “Ele veio pela água e pelo sangue”.
Ap 7,13-17: “O cordeiro os apascentará, conduzindo-os até as fontes de água da vida”.
Ap 22,1-5: “O rio de água da vida saía do trono de Deus e do cordeiro”.
Sl 41(42),2-3: “Assim como a corça suspira pelas águas correntes, suspira igualmente minha alma por vós, ó Meu Deus. Minha alma tem sede de Deus e deseja o Deus vivo. Quando terei a alegria de ver a face de Deus?”.

Oração de bênção da água

Senhor Deus todo-poderoso, fonte e origem de toda a vida, abençoai esta água que vamos usar confiantes para implorar o perdão dos nossos pecados e alcançar a proteção da vossa graça contra toda doença e cilada do inimigo.

Concedei, ó Deus, que, por vossa misericórdia, jorrem sempre para nós as águas da salvação para que possamos nos aproximar de Vós com o coração puro e evitar todo perigo do corpo e da alma. Por Cristo Nosso Senhor. Amém.

Como alcançar indulgências plenárias?

Conforme o ensinamento da Igreja Católica, "indulgência é a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, que o fiel, devidamente disposto e em certas e determinadas condições, alcança por meio da Igreja, a qual, como dispensadora da redenção, distribui e aplica, com autoridade, o tesouro das satisfações de Cristo e dos Santos".[1]

Embora, no sacramento da Penitência, a culpa do pecado seja perdoada, tirada e com ele o castigo eterno por motivo dos pecados mortais, ainda permanece a pena temporal exigida pela justiça divina e essa exigência deve ser cumprida na vida presente ou depois da morte, isto é, no purgatório. Uma indulgência oferece ao pecador penitente meios para cumprir essa dívida durante sua vida na terra ou oferecer pelas almas do purgatório. O Catecismo da Igreja Católica afirma: "pelas indulgências, os fiéis podem obter para si mesmos e também para as almas do purgatório, a remissão das penas temporais, sequelas dos pecados" (CIC, nº 1498).

A misericórdia é mais forte do que os pecados

"No sacramento da reconciliação, Deus perdoa os pecados, que são verdadeiramente apagados; mas o cunho negativo que os pecados deixaram nos nossos comportamentos e pensamentos permanece. A misericórdia de Deus, porém, é mais forte também do que isso. Ela torna-se indulgência do Pai que, por meio da Esposa de Cristo, alcança o pecador perdoado e o liberta de qualquer resíduo das consequências do pecado, habilitando-o a agir com caridade, a crescer no amor em vez de recair no pecado".[2]

O Papa Paulo VI, na Constituição Apostólica "Doutrina das Indulgências" (DI), ensina toda a verdade sobre essa matéria. Começa dizendo: "A doutrina e o uso das indulgências vigentes na Igreja Católica, há vários séculos, encontram sólido apoio na revelação divina, a qual, vindo dos Apóstolos 'se desenvolve na Igreja sob a assistência do Espírito Santo', enquanto 'a Igreja no decorrer dos séculos, tende para a plenitude da verdade divina, até que se cumpram nela as palavras de Deus (Dei Verbum, nº8)'".[3] Assim, fica claro que as indulgências têm base sólida na doutrina católica (revelação e tradição) e, como disse Paulo VI, "desenvolve-se na Igreja sob a inspiração do Espírito Santo".

Como obter indulgências em um jubileu?

"Para lucrar a indulgência plenária, além da repulsa de todo afeto a qualquer pecado, até venial, requerem-se a execução da obra enriquecida da indulgência e o cumprimento das três condições seguintes: confissão sacramental, comunhão eucarística e oração nas intenções do Sumo Pontífice".[4]

Sendo o Ano Santo um período em que se enfatiza o perdão, a libertação e a misericórdia, a Igreja propõe, de modo especial, nessas ocasiões, as indulgências.

O que significa viver a indulgência no Ano Santo

"Viver a indulgência em um Ano Santo significa aproximar-se da misericórdia do Pai, com a certeza de que o seu perdão cobre toda a vida do crente. A indulgência é experimentar a santidade da Igreja, que participa em todos os benefícios da redenção de Cristo, para que o perdão se estenda até às últimas consequências aonde chega o amor de Deus".[5]

Quando a Igreja nos oferece a oportunidade de recebermos indulgências, será, portanto, um tempo para viver, na existência de cada dia, a misericórdia que o Pai, desde sempre, estende sobre nós. Neste tempo, deixemo-nos surpreender por Deus. Ele nunca se cansa de escancarar a porta do Seu coração, para repetir que nos ama e deseja partilhar conosco a Sua vida. A Igreja sente, fortemente, a urgência de anunciar a misericórdia de Deus. A sua vida é autêntica e credível, quando faz da misericórdia seu convicto anúncio.

O que um católico deve fazer para receber indulgências no ano jubilar?

Segue o que o Papa Francisco declarou na carta por ocasião do Jubileu Extraordinário da Misericórdia:

> Para viver e obter a indulgência, os fiéis são chamados a realizar uma breve peregrinação rumo à Porta da Santa, aberta em cada catedral ou nas igrejas estabelecidas pelo bispo diocesano, e nas quatro basílicas papais, em Roma, como sinal do profundo desejo de verdadeira conversão. Estabeleço igualmente que se possa obter a indulgência nos santuários onde se abrir a Porta da Misericórdia e nas igrejas que, tradicionalmente, são identificadas como jubilares. É importante que esse momento esteja unido, em primeiro lugar, ao sacramento da reconciliação e à celebração da Santa Eucaristia, com uma reflexão sobre a misericórdia. Será necessário acompanhar essas celebrações com a profissão de fé e com a oração por mim e pelas intenções que trago no coração para o bem da Igreja e do mundo inteiro.[6]

E as pessoas enfermas?

> Penso também em quantos, por diversos motivos, estiverem impossibilitados de ir até a Porta Santa, sobretudo os doentes e as pessoas idosas e sós, as quais, muitas vezes, se encontram em condições de não poder sair de casa. Para eles será de grande ajuda viver a enfermidade e o sofrimento como experiência de proximidade ao Senhor, que, no
>
> mistério da Sua Paixão, Morte e Ressurreição, indica a via mestra para dar sentido à dor e à solidão. Viver com fé e esperança jubilosa esse momento de provação, recebendo a comunhão ou participando da Santa Missa e da oração comunitária, inclusive nos vários meios de comunicação, será para eles o modo de obter a indulgência jubilar.[7]

E os encarcerados?

> O meu pensamento se dirige também aos encarcerados, que experimentam a limitação da sua liberdade. O jubileu constituiu sempre a oportunidade de uma grande anistia, destinada a envolver muitas pessoas que, mesmo merecedoras de punição, todavia tomaram consciência da injustiça perpetrada e desejam sinceramente inserir-se de novo na sociedade, oferecendo o seu contributo honesto. A todos eles chegue concretamente a misericórdia do Pai que quer estar próximo de quem mais necessita do seu perdão. Nas capelas dos cárceres, poderão obter a indulgência, e todas as vezes que passarem pela porta da sua cela, dirigindo o pensamento e a oração ao Pai, que esse gesto signifique para eles a passagem pela Porta Santa, porque a misericórdia de Deus, capaz de mudar os

corações, consegue também transformar as grades em experiência de liberdade.[8]

É obrigado ir à Missa aos domingos?

Em muitas situações nós padres nos deparamos com a seguinte pergunta: "Padre, é obrigado ir à Missa aos domingos"?

Os cristãos católicos aprendem no catecismo que a Missa do domingo é obrigatória. Os pais obrigam seus filhos a irem à Missa, os catequistas pedem aos seus catequizandos a comprovação de que participaram da Missa aos domingos. No entanto, nada mais longe do espírito da Igreja do que considerá-la uma "obrigação". A Santa Missa não pode se tornar uma obrigação, ou seja, vamos lá, cumprimos nossa obrigação e depois estamos livres. Quem ama a Deus, não vai por obrigação.

A Santa Missa não deve ser olhada como um preceito, uma obrigação, mas como uma graça, que nos insere dentro da comunidade de irmãos, nos faz viver o mistério de Cristo. Nossa presença na Eucaristia dominical enche a semana de sentido, revigora nossa fé, entusiasma nosso viver, plenifica nosso coração de felicidade.

É preciso entender a importância da participação dos cristãos na celebração eucarística dominical. Torna-se cada vez mais necessário notar o valor da celebração eucarística em si para melhor entender por que a Igreja tornou obrigatória a participação do cristão católico na Santa Missa aos domingos.

Conforme o Catecismo da Igreja Católica (nº 2178), a participação dos cristãos na celebração eucarística remonta aos inícios da era apostólica. Nos Atos dos Apóstolos (cf. At 2,42-46 e conforme está na carta de São Paulo aos Coríntios (cf. 1Cor 11,17), foi registrada a prática da assembleia cristã de reunir-se no Dia do Senhor (Dies Domini) para a celebração do mistério pascal.

A ressureição de Jesus aconteceu no primeiro dia da semana, dando a ideia de nova criação, portanto, para os cristãos, o domingo tornou-se o primeiro de todos os dias, a primeira de todas as festas, o dia do Senhor por excelência. Consequentemente, a celebração eucarística como melhor forma de reunir a comunidade para louvar e agradecer, só poderia acontecer como principal demonstração de fé no seguimento do Senhor, neste dia, recordando e celebrando o seu memorial. Sem dúvida nenhuma, é desta tradição que a Igreja Católica colhe o sentido da "obrigatoriedade" de todo cristão participar da Santa Missa aos domingos" (Cf. CIC, nº 2175-2176).

Diz o Santo Padre o Papa João Paulo II em sua carta apostólica Dies Domini, nº1, sobre a santificação do domingo:

> O Dia do Senhor – como foi definido o domingo, desde os tempos apostólicos – mereceu sempre, na história da Igreja, uma consideração privilegiada devido à sua estreita conexão com o próprio núcleo do mistério cristão. O domingo, com efeito, recorda, no ritmo semanal do tempo, o dia da ressurreição de Cristo. É a Páscoa da semana, na qual se celebra a vitória de Cristo sobre o pecado e a morte, o cumprimento nele da primeira criação e o início da "nova criação" (cf. 2 Cor 5,17). É o dia da evocação adorante e grata do primeiro dia do mundo e, ao mesmo tempo, da prefiguração vivida na esperança, do "último dia", quando Cristo vier na glória (cf. At 1,11; 1Ts 4,13-

17) e renovar todas as coisas (cf. Ap 21,5).

Quando Jesus diz ser "o pão vivo descido do céu para dar vida ao mundo" (cf. Jo 6,47-51) certamente se referia ao seu Corpo que nos daria como alimento, a vida Divina que podia nos oferecer.

Ainda hoje muitos se afastam da Santa Missa repetindo o gesto da multidão que se afastou de Jesus quando fez o discurso do pão vivo descido do céu (leia atentamente todo o capítulo 6 do Evangelho de São João). Ainda lembremos o ensinamento de Paulo aos hebreus: "Não deixemos as nossas assembleias, como alguns costumam fazer. Procuremos animar-nos sempre mais" (Hb 10,25).

O domingo também é dia de descanso, de estar com a família. Muitos praticam esportes, realizam passeios, promovem festas familiares, visitam amigos... São atividades boas, sadias, mas esquecem a oração pessoal e em comunidade, e a participação no banquete eucarístico. Contudo, sempre foi possível fazer ambas as coisas. Quantos dizem: "eu rezo em casa". E pergunto: "e a vida com a comunidade? E a Eucaristia"?

O domingo, o Dia do Senhor, da Eucaristia, é um momento rico de sentidos. É no domingo que a comunidade se reúne para celebrar a ressurreição de Jesus e estar diante da mesa eucarística. A Eucaristia se faz alimento, sustento, força, ânimo para os nossos trabalhos de toda a semana. Quem não necessita deste alimento? Quem não precisa da força vinda do alto e da graça de Deus?

Para nós cristãos católicos a celebração do domingo tornou-se o primeiro de todos os dias, o Dia do Senhor, a primeira de todas as celebrações. Por isso, aos domingos, nosso compromisso com o Senhor deixa de ser uma obrigação e se torna uma expressão da nossa fé viva na presença real de Jesus na Eucaristia. O preceito continua, mas devemos considerá-lo como um ato de amor e carinho de Deus e da Igreja por cada um de nós. "No dia do Senhor, o Espírito tomou conta de mim" (Ap 1,10).

O que são sacramentais?

O Catecismo da Igreja ensina que:

> Chamam-se sacramentais os sinais sagrados instituídos pela Igreja, cuja finalidade é preparar os homens para receberem os frutos dos sacramentos e santificarem as diferentes circunstâncias da vida. Entre os sacramentais, as bênçãos ocupam um lugar importante. Compreendem, ao mesmo tempo, o louvor de Deus pelas suas obras e a intercessão da Igreja para que os homens possam fazer uso dos dons de Deus segundo o espírito do Evangelho. (CIC, nº 1677-1678)

O objetivo dos sacramentais é consagrar toda a vida do homem a Deus e também o seu ambiente de vida, o seu cotidiano para que ele esteja livre dos perigos e voltado sempre para Deus, com o desejo de santificação.

Os sacramentais são sinais sagrados, de dois tipos: objetos (medalhas, crucifixos, rosário, escapulário etc.) e orações, presentes nas bênçãos (alimentos, locais de trabalho, casas, carros, imagens, máquinas, campos, doentes etc), nas consagrações (igreja, altar, cálice, criança após o Batismo, esposa, esposo etc.) e nos exorcismos.

O número dos sacramentais é muito grande. À medida que se diversificam as situações da vida moderna, a Igreja também diversifica e aumenta as suas orações, pois nada é profano na vida do homem. Diz a Constituição Conciliar Sacrossantum Concilium que "quase não há uso honesto de coisas materiais que não possa ser dirigido à finalidade de santificar o homem e louvar a Deus" (SC, nº 61).

Qual a diferença entre Sacramentos e sacramentais?

Sacramento é um conceito que deriva do latim sacramentum. A definição de sacramento é: "Um sinal visível e eficaz da graça, instituído por Jesus Cristo, para nossa santificação". São sete os Sacramentos: Batismo, Crisma ou Confirmação, Eucaristia, Confissão ou Penitência, Unção dos enfermos, Ordem e Matrimônio. Foram instituídos diretamente por Jesus Cristo para conferir a graça santificante que apaga o pecado e fortalece nossas almas, preparando-nos para a vida eterna no Céu.

A palavra sacramental significa "semelhante a um sacramento", mas há grandes diferenças entre um e outro. Os sacramentais não conferem a graça à maneira dos sacramentos, mas são como que vias para alcançar a graça e, como tal, ajudam a santificar as diferentes circunstâncias da vida humana.

Os sacramentais têm grande valor de santificação e consagração, pois, por meio deles, Deus derrama sobre a pessoa suas bênçãos. Professamos que é da vontade de Deus nos abençoar por intermédio da Igreja e abençoar nossas casas, nossos trabalhos, os objetos de devoção, nossos corpos, nossos bens. Diz o Catecismo da Igreja Católica (nº 1670-1677): "Os sacramentais (...) oferecem aos fiéis bem dispostos a possibilidade de santificarem quase todos os acontecimentos da vida por meio da graça divina que deriva do mistério pascal da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. (...) A Santa Mãe Igreja instituiu também os sacramentais. Estes são sinais sagrados por meio dos quais, imitando de algum modo os sacramentos, se significam e se obtêm, pela oração da Igreja, efeitos principalmente de ordem espiritual. Por meio deles, dispõem-se os homens para a recepção do principal efeito dos sacramentos e são santificadas as várias circunstâncias da vida".[1]

A eficácia santificadora dos sacramentais é diferente dos Sacramentos. Ela tem a sua força na oração da Igreja e das disposições da pessoa que recebe ou utiliza o sacramental. Os sacramentais produzem seu efeito, no dizer teológico, ex opere operantis ecclesiae ("pela ação daquele que opera"), isto é, depende da fé, da boa disposição dos que os operam. Assim, para que haja um frutuoso efeito das graças dos sacramentais, são necessárias nossa plena consciência e boa disposição ao recebê-los (o amor, a fé, o respeito e reverência, a reta intenção, o espírito de adoração, o comprometimento interno). Os sacramentais nos preparam para receber e cooperar com as graças que Deus nos concede.

Não se pode exagerar o valor do sacramental, como se fosse um rito mágico ou um amuleto, superstição ou fanatismo. Por outro lado, não se pode desprezar o seu valor, pois o Concílio Vaticano II reafirmou o seu valor e a sua necessidade.

Alguns exemplos de sacramentais

Os Sacramentos da Igreja, como sabemos e vimos, são sete. Já os sacramentais são em grande número. Exemplos: as orações que se costuma rezar publicamente na Igreja, como o Pai-Nosso e as ladainhas; o uso da água benta e certas unções que se usam na administração de alguns Sacramentos; pão bento ou outros alimentos santificados pela bênção de um sacerdote; na oração do Confiteor, individual ou publicamente, para pedir perdão a Nosso Senhor por nossos pecados e falhas; esmolas ou doações, espirituais ou corporais, caridade fraterna, bem como os atos de misericórdia prescritos pela Igreja; as bênçãos ministradas pelo papa, bispos e sacerdotes; os exorcismos; todas as bênçãos sobre coisas santas; certos objetos bentos de devoção, como medalhas, velas e escapulários; também são considerados sacramentais: o crucifixo, a medalha de Nossa Senhora das Graças e a medalha de São Bento etc.

Os sacramentais estão sempre próximos de nós. A Igreja a todo o momento nos oferece oportunidades e condições para recebê-los, estão ao nosso alcance e são de grande benefício espiritual, como pequenos canais de comunhão com o Senhor.

Qual o significado do Dia de Finados?

"Eu não morro, entro na vida"
(Santa Teresa de Lisieux)

A Igreja dedica o dia 2 novembro à memória dos fiéis defuntos, à oração de sufrágio pelos "irmãos que adormeceram na esperança da ressurreição". Há um laço muito forte entre os que deixaram de viver no espaço e no tempo e aqueles que ainda vivem neles. É verdade que o desaparecimento físico dos nossos entes queridos nos causa grande sofrimento devido à intransponível distância que se estabelece entre eles e nós. Mas, pela fé e pela oração, podemos experimentar uma íntima comunhão com eles.

Somos encorajados a vivermos positivamente o mistério da morte, confrontando-nos com ela todos os dias, aceitando-a como lei da natureza e da graça, para sermos progressivamente despojados do que deve perecer até nos vermos milagrosamente transformados no que devemos ser. A morte é, então, a nossa última oferta, o momento da suprema e pura oblação: "Se morrermos com Ele, com Ele viveremos" (2Tm 2,11).

O Dia de Finados não é comemoração para os mortos, mas súplica da Igreja para que os falecidos, de modo mais carinhoso nossos familiares e amigos, repousem na paz divina. Nós nunca celebramos a morte, mas sempre a vitória da vida sobre a morte. Vitória da vida que é participação na Ressurreição de Jesus. Nós celebramos a morte porque confiamos — com fé e com esperança — na Palavra de Jesus que nos promete um lugar na Casa do Pai. Se confiamos na Palavra de Jesus, é fácil entender que a morte não põe um fim à nossa vida, mas é passagem para ocupar o lugar que Jesus mesmo nos preparou na Casa do Pai. Se confiamos nessa Palavra de Jesus, compreendemos que a morte não é ponte para reencarnação, porque Deus nos criou para iniciarmos nossa vida aqui na terra e continuarmos vivendo essa mesma vida na Casa do Pai. Não voltamos reencarnados para a terra, mas somos destinados a ressuscitar para vivermos eternamente com Deus.

Na comemoração dos fiéis defuntos, a Igreja nos convida a estendermos a fraternidade aos irmãos e irmãs falecidos, através da oração, em Cristo Jesus. Pedimos ao Senhor que em sua misericórdia, conceda aos defuntos a felicidade dos que n'Ele morreram, o descanso por seus trabalhos e fadigas, o prêmio por suas obras. Enfim, pedimos que o Senhor os recompense com a promessa que Ele mesmo nos deixou: "Quem crer em mim, terá a vida eterna" (Jo 11,25-26). Além do convite da Igreja para rezarmos pelos falecidos, o dia de finados leva-nos a pensar na vida, particularmente na vida depois da morte, na vida que Jesus Cristo nos prometeu para quem nele viver e o seguir como discípulo e discípula. É uma Palavra que aviva nossa fé e nossa esperança na ressurreição de cada um de nós e na vida eterna.

É com esse pensamento, repleto de fé e de esperança, que rezamos pelos nossos

falecidos. Eles já viveram na terra, por isso, pedimos que sejam acolhidos diante de Deus e tomem posse da vida eterna, da vida plena, que só existe em Deus e que somente a bondade divina pode nos conceder. Para nós cristãos, "a vida dos justos está nas mãos de Deus" e, por isso, a morte não termina em desgraça vazia, mas transforma-se em novo modo de existir, pois Deus e "o amor ficarão junto dele" (Sb 3,1-9).

A morte é o encontro definitivo com a vida nova que Deus tem para nós. É uma passagem para uma existência viva e divina. A ressurreição de Jesus é a certeza da nossa ressurreição e exige de nós uma compreensão à luz da fé. Acreditar na vida eterna é viver na esperança da promessa que Deus nos faz, a nossa ressurreição. Neste momento, somos convidados a dar um salto qualitativo em nossa fé, fazer uma profissão de fé no Deus da vida e que vai nos ressuscitar. O Deus que acreditamos não é o Deus da morte, mas da vida. Temos o direito de chorar, sofremos a dor da saudade e da separação das pessoas que amamos, mas em meio às lagrimas, dor e saudade, precisa brotar a semente da esperança que o próprio Deus suscita em cada um de nós, a esperança da vida eterna.

Acreditar na vida depois da morte é professar a fé no Deus da vida que ressuscitou Seu Filho Jesus e vai também nos ressuscitar. Para quem acredita a vida não é tirada, mas transformada, divinizada. Aquele que acredita que a vida continua depois da morte é porque confia e espera em Deus. Os que acreditam na ressurreição depois da morte "compreenderão a verdade". Serão capazes de compreender que a grande verdade é esta: somos atraídos para a vida e que a fonte da vida está em Deus. Aos olhos do insensato, a vida termina depois da morte, aos olhos de quem crê em Deus, a vida continua para sempre, porque Deus é eterno. Todos somos atraídos para a vida e a vida plena encontra-se em Deus.

Nossas preces se fazem intercessão para que Deus conceda, aos falecidos, o perdão de todas as faltas e os acolha naquele lugar que Ele mesmo lhes reservou. Não sabemos como isso acontece, mas temos o ensinamento da Bíblia de que Deus acolhe nossas orações pelos falecidos.

Nós não invocamos os mortos e nem mesmo conversamos com eles, porque eles vivem em outra realidade, a Sagrada Escritura diz que nossas preces têm mérito diante de Deus para que eles possam, uma vez purificados de todas as faltas, participar da vida eterna, junto de Deus. Rezemos, pois, pelo(a) nosso(a) irmão(a) e peçamos que Deus, em sua misericórdia, o(a) acolha junto de si.

"A esperança não engana, porque o amor de Deus foi derramado nos nossos corações
pelo Espírito Santo
que nos foi dado."(Cl 5,5)

O que fazer com uma imagem sacra que foi abençoada, mas se quebrou?

São muitos os católicos que nos procuram para saber o que fazer quando uma imagem que foi abençoada e quebrou. O que fazer? Deixar em casa? Colocar na porta da Igreja? No cemitério? Junto a um cruzeiro? O que deve ser feito com as imagens que se quebram em nossas casas, paróquias e comunidades. Uns acham que devemos conservá-las mesmo muito danificadas, outros que devemos deixá-las nas portas de igrejas e até nos cemitérios.

As capelas do interior, as cruzes à beira das estradas, os cruzeiros dos cemitérios, portas de igrejas são lugares onde muitas pessoas costumam colocar as imagens quebradas, terços arrebentados e outros objetos de devoção que são danificados. Muitas pessoas colocam esses objetos em tais lugares também como forma de respeito ou por escrúpulo ou por superstição. Será que jogar estes objetos no lixo ou no rio é falta de respeito? Dá azar?

Antes de responder a esta questão, apresento aqui algumas reflexões: podemos construir imagens de santos e santas? Católico adora ou venera imagens? O que as imagens simbolizam?

Vejamos qual é a doutrina católica sobre as imagens.

O Catecismo da Igreja Católica nos apresenta a doutrina oficial nos seguintes números:

476 - Visto que o Verbo se fez carne assumindo uma verdadeira humanidade, o corpo de Cristo era delimitado. Em razão disto, o rosto humano de Jesus pode ser "representado" (Gl 3,1). No VII Concílio Ecumênico [=II Concílio de Nicéia] a Igreja reconheceu como legítimo que Ele seja representado em imagens sagradas;

1159 - A imagem sacra, o ícone litúrgico, representa principalmente Cristo. Ela não pode representar o Deus invisível e incompreensível; é a encarnação do Filho de Deus que inaugurou uma nova "economia" das imagens: "Antigamente Deus, que não tem nem corpo nem aparência, não podia em absoluto ser representado por uma imagem. Mas agora, que se mostrou na carne e viveu com os homens, posso fazer uma imagem daquilo que vi de Deus. (…) Com o rosto descoberto, contemplamos a glória do Senhor" (São João Damasceno, Imag. 1,16);

1160 - A iconografia cristã transcreve pela imagem a mensagem evangélica que a Sagrada Escritura transmite pela palavra. Imagem e palavra iluminam-se mutuamente: "Para proferir sucintamente a nossa profissão de fé, conservamos todas as tradições da Igreja, escritas ou não escritas, que nos têm sido transmitidas sem alteração. Uma delas é a representação pictórica das imagens, que concorda com a pregação da história evangélica, crendo que, de verdade e não na aparência, o Verbo de Deus se fez homem,

o que é também útil e proveitoso, pois as coisas que se iluminam mutuamente têm sem dúvida um significado recíproco" (II Concílio de Nicéia, DOC 111);

1161 - Todos os sinais da celebração litúrgica são relativos a Cristo, como o são também as imagens sacras da Santa Mãe de Deus e dos santos. Significam o Cristo que é glorificado neles. Manifestam a "nuvem de testemunhas" (Hb 12,1) que continuam a participar da salvação do mundo e às quais estamos unidos, sobretudo na celebração sacramental. Através dos seus ícones, revela-se à nossa fé o homem criado "à imagem de Deus" e transfigurado "à sua semelhança", assim como os anjos, também recapitulados por Cristo […];

1162 - "A beleza e a cor das imagens estimulam a minha oração. É uma festa para os meus olhos, tanto quanto o espetáculo do campo estimula meu coração a dar glória a Deus" (São João Damasceno, Imag. 1,27). A contemplação dos ícones santos, associada à meditação da Palavra de Deus e ao canto dos hinos litúrgicos, entra na harmonia dos sinais da celebração para que o mistério celebrado se grave na memória do coração e se exprima em seguida na vida nova dos fiéis;

2129 - O mandamento divino incluía a proibição de toda representação de Deus por mão do homem. O Deuteronômio explica: "Uma vez que nenhuma forma vistes no dia em que o Senhor vos falou no Horeb, do meio do fogo, não vos pervertais, fazendo para vós uma imagem esculpida em forma de ídolo…" (Dt 4,15-16). Eis aí o Deus absolutamente transcendente que se revelou a Israel. "Ele é tudo", mas, ao mesmo tempo, ele está "acima de todas as suas obras" (Eclo 43,27-28). Ele é "a própria fonte de toda beleza criada" (Sb 13,3);

2130 - No entanto, desde o Antigo Testamento, Deus ordenou ou permitiu a instituição de imagens que conduziriam simbolicamente à salvação através do Verbo encarnado, como são a serpente de bronze (cf. Nm 21,4-9; Sb 16,5-14; Jo 3,14-15), a arca da aliança e os querubins (cf. Ex 25,10-22; 1Rs 6,23-28; 7,23-26);

2131 - Foi fundamentando-se no mistério do Verbo encarnado que o sétimo Concílio Ecumênico, em Nicéia (em 787), justificou, contra os iconoclastas, o culto dos ícones: os de Cristo, mas também os da Mãe de Deus, dos anjos e de todos os santos. Ao se encarnar, o Filho de Deus inaugurou uma nova "economia" de imagens;

2132 - O culto cristão de imagens não é contrário ao primeiro mandamento que proíbe os ídolos. De fato, "a honra prestada a uma imagem se dirige ao modelo original" (São Basílio, Spir. 18,45), e "quem venera uma imagem, venera nela a pessoa que nela está pintada" (II Concílio de Nicéia, DS 601). A honra prestada às santas imagens é uma "veneração respeitosa", e não uma adoração, que só compete a Deus: "O culto da religião não se dirige às imagens em si como realidades, mas as considera em seu aspecto próprio de imagens que nos conduzem ao Deus encarnado. Ora, o movimento que se dirige à imagem enquanto tal não termina nela, mas tende para a realidade da qual é imagem" (São Tomás de Aquino, S.Th. 2-2,81,3,ad 3);

2691 - […] A escolha de um lugar favorável não é sem importância para a verdade da oração: para oração pessoal, pode ser um "recanto de oração", com as Sagradas Escrituras e imagens sagradas, para aí estar "no segredo" diante do Pai. Numa família cristã, essa espécie de pequeno oratório favorece a oração em comum;

2705 - A meditação é, sobretudo, uma procura. O espírito procura compreender o porquê e o como da vida cristã a fim de aderir e responder ao que o Senhor pede. Para tanto é indispensável uma atenção difícil de ser disciplinada. Geralmente, utiliza-se um livro e os cristãos dispõem de muitos: as Sagradas Escrituras, o Evangelho especialmente, as imagens sagradas, os textos litúrgicos do dia ou do tempo, os escritos dos Padres espirituais, as obras de espiritualidade, o grande livro da criação e o da história, a página do "hoje" de Deus.

Católico adora ou venera imagens?

Para responder a esta pergunta, precisamos distinguir entre "adorar" e "venerar", ou seja, latria e dulia. Latria é adoração, vem do grego latreia, que significa serviço ou culto prestado a um soberano senhor. Em outras palavras, significa adoração. É o culto voltado exclusivamente ao verdadeiro e único Deus, nosso Criador e Salvador. Na adoração, reconhecemos Deus como Todo-Poderoso e Senhor do universo. Dulia significa homenagem, veneração. A palavra dulia vem do grego doulos, que significa "servidor", quer dizer reverência, veneração. São dignas de veneração, no âmbito da fé religiosa, a Virgem Maria, os santos e todas as criaturas que passaram por este mundo e cumpriram a vontade de Deus e, por isto, foram elevados aos altares como nossos intercessores junto a Cristo e, sobretudo, nossos modelos de fé, esperança e caridade. Cabe ao católico venerar (=dulia) os santos que estão no céu, como servos e amigos de Deus; invocando-os e venerando-os (=dulia), não os adoramos (=latria).

Quando a Bíblia proíbe fazer imagens, o que condena é a idolatria, a substituição de Deus por uma criatura, isto é, o uso negativo da imagem que fazem as pessoas a terem uma ideia errada sobre Deus. Se o uso de uma imagem for positivo, aproximando as pessoas do verdadeiro Deus, então seu uso é justificado e permitido.

As grandes celebrações da Igreja são memória, louvor, bênção, ação de graças pelas maravilhas de Deus, sobretudo em Cristo e por Cristo, em nosso favor. Mesmo quando celebramos os santos, celebramos as obras admiráveis de que Deus realizou neles e por meio deles.

Orando aos santos, nós os consideramos nossos intercessores para com Jesus Cristo, que é o único medianeiro (cf. 1Tm 2,4), que nos remiu com Seu Sangue e por quem podemos alcançar a salvação. A mediação e intercessão dos santos não substituem a única e essencial mediação de Cristo, o único sacerdote, mas é uma mediação "por meio de" Cristo, não paralela nem substitutiva. Sem a mediação única de Cristo nenhuma outra tem poder.

O que fazer com as imagens e objetos abençoados quando estiverem quebrados?

Num primeiro momento, seria importante verificar a possibilidade de restaurar o

objeto danificado. Imagens abençoadas são dignas de estima e conservação zelosa porque inspiram a fé e a confiança na graça de Deus, dada a nós por Jesus. Não sendo possível restaurar, o passo seguinte seria utilizar a forma mais coerente de se desfazer do objeto levando em conta seu significado.

Não é necessário levar estes objetos quebrados para depositar nas Igrejas, cemitérios, grutas, jogar em rios ou em outros lugares, mas eles podem ser triturados e enterrados em algum locar apropriado (no jardim, no vaso em sua casa ou em algum terreno). Qual o sentido disto? É evitar a possibilidade de os objetos que foram abençoados serem desrespeitados e satirizados. Assim, a pessoa desfaz destes objetos danificados de forma que o seu valor espiritual e significado religioso não sejam afetados, evitando qualquer forma de desrespeito.

Objetos abençoados não têm em si algo divino. Não valem por si, mas pelo que significam. Como símbolos religiosos merecem respeito e veneração.

Na religião cristã, a veneração à Maria e aos santos nos leva ao mistério pascal de Cristo. É a força redentora de sua graça que age nos santos. "A iconografia cristã transcreve pela imagem a mensagem evangélica que a Sagrada Escritura transmite pela Palavra. Imagem e Palavra iluminam-se mutuamente" (CIC, nº 1160). A Igreja Católica nunca afirmou que devemos "adorar" as imagens dos santos, mas sim venerar, o que é muito diferente. No entanto, é idolatria acreditar mais na imagem que simboliza o(a) santo(a). Da mesma forma, atribuir bênção, poder espiritual ou valor religioso ao símbolo danificado, estragado, não glorifica a Deus.

É importante termos em mente que não veneramos a imagem e sim o que ela representa. Se a imagem cai e se quebra em muitos pedaços, ela deixa de representar Jesus, Maria ou algum santo ou santa de Deus. Não passará de cacos ou pedaços de madeira ou gesso, sendo assim, podemos descartá-los sem nenhum problema.

Não deixemos de recordar nunca que as imagens não são sagradas. Sagradas são as pessoas que elas representam para nós!

Por que o Papa não vende os tesouros do Vaticano?

Muito se fala sobre a riqueza da Igreja, o ouro do Vaticano etc. A alegação de que o Vaticano, ou seja, a Igreja Católica, tem muito ouro e dinheiro, e que deveria, portanto, ajudar os pobres, é muitíssimo utilizada por seus opositores. São muitas as críticas que fazem à Igreja Católica relativas aos tesouros dos Museus Vaticanos. Alegam ser rica a Igreja e que poderia vender e distribuir aos pobres. Mais de 7km de extensão, entre 20.000 e 25.000 visitantes por dia. São os números dos Museus Vaticanos, um dos mais visitados do mundo, com mais de 100.000 obras de arte e um valor histórico e cultural muito grande. As obras de arte que se encontram no Vaticano são, em grande parte, a expressão da fé de pintores e arquitetos cristãos, que quiseram glorificar a Deus mediante o seu talento.

Para além do valor artístico, histórico e cultural dos Museus, em 26 de novembro de 2006, Bento XVI escreveu que os Museus representavam uma visão heterogênea da humanidade e, como instituição, têm uma grande responsabilidade na difusão da mensagem cristã.

Quem conhece a história do cristianismo sabe o quanto a figuração foi valorizada nos primeiros séculos que chamamos de era cristã. Esta valoração fez com surgissem obras espetaculares como "Guardiões da Noite" de Rembrandt, ou "Os Girassóis" de Van Gogh, ou "O Guernica" de Picasso etc. A Igreja escolheu representar a verdade da fé e os episódios do Evangelho com as figuras, utilizando os estilos da época: o naturalismo, o ilusionismo helenístico, a arte dos gregos e dos romanos. Utilizando até mesmo as iconografias das antigas culturas e religiões, em que os sarcófagos representavam Daniel na cova dos leões com o aspecto de Hércules: nu e vencedor, assim como o representavam os escultores da época. Utilizavam os materiais linguísticos e iconográficos da velha cultura inserindo os significados cristãos: assim começou a história da arte que chamamos de cristã, a qual produziu todas as formas de arte sucessivas. Sem os ícones, não existiria a história da arte.

Ainda, a "Capela Sistina é o Catecismo da Igreja Católica feito em figura; a síntese visível da Doutrina Cristã. Os papas quiseram dar esta função à Capela Sistina: ser um grande livro ilustrado que conta por imagens a verdade fundamental desde a criação do homem ao Apocalipse, do Antigo Testamento ao Novo, os profetas, enfim, tudo" (Antonio Paolucci, diretor dos Museus Vaticanos, de 2007 a 2017).

Trata-se de um patrimônio acumulado ao longo de dois mil anos de história e que não pode ser comercializado. Faz parte do acervo da humanidade e, para sua manutenção, requer grandes recursos também, tais como funcionários, tecnologia adequada etc. A Igreja possuiu bens, mas sempre o empregou para o bem da humanidade. Além disso, a maioria dos ativos mais valiosos do Vaticano, alguns dos maiores tesouros de arte do

mundo, é praticamente sem avaliação e não estão à venda. As obras de arte do Vaticano fazem parte do patrimônio da humanidade e desfazê-las é tirar da humanidade o direito de contemplá-las.

De acordo com o Tratado de Latrão, a Igreja não pode vender ou doar qualquer bem que esteja no Museu Vaticano.

Existe uma bela relação entre a cultura e espiritualidade

A cultura é sempre espiritual porque envolve aquilo que não se vê e não se toca. A cultura, o pensamento, a filosofia envolvem o aspecto do homem que se relaciona com as coisas invisíveis e intocáveis. Nesta relação, está a beleza da arte sacra e que tem uma espiritualidade própria.

Como responder às pessoas que dizem que o Papa deveria vender os tesouros, como os dos Museus Vaticanos, para doar o dinheiro aos pobres?

Se o Papa vendesse as obras dos Museus Vaticanos o resultado seria que o mundo estaria mais pobre. A Igreja recolheu essas obras para as pessoas através dos séculos. A beleza destas obras é um bem intangível, que não se consome, não se negocia e é para os homens e mulheres de hoje e para aqueles que ainda não nasceram. A preservação destas obras é uma forma de preservar a cultura, o conhecimento, a beleza, a inteligência humana etc. Vender estas obras seria tornar a arte restrita a uma ou poucas pessoas, é tornar a cultura mais pobre em sua beleza.

Preservar a arte cristã é valorizar nossa fé; é oferecer ao mundo a riqueza de uma história carregada de critividade e beleza. Podemos usar dos rendimentos ali obtidos para ajudar os pobres. Vender as obras é privatizar o que é belo, impedindo que o mundo se enriqueça contemplando cada obra de arte.

Ao preservar a arte, a Igreja Católica não deixa de praticar
a caridade

Entre os objetivos da Igreja Católica, encontra-se o de eliminar a desigualdade, a pobreza, a miséria, o analfabetismo, e favorecer a vida, a saúde, a educação e os direitos dos mais fracos.

Apesar disso, é notória a intensidade da atividade caritativa da Igreja Católica Apostólica Romana. Numa rápida pesquisa é possível verificar que ela é a entidade que mais faz caridade no mundo. Por meio de seus hospitais, creches, fundações, antigos leprosários, escolas... Muitos homens e mulheres foram canonizados justamente pela doação aos pobres e pela criação de mecanismos para diminuir o sofrimento dos menos favorecidos.

A Igreja sempre cuidou dos desamparados, das viúvas, dos rejeitados. Suas instituições sempre acolheram, alimentaram e educaram aqueles que mais precisavam, mesmo em tempos de dificuldade. A Igreja, na festa de São Pedro e de São Paulo promove doações para o chamado óbolo de São Pedro, que é uma das maneiras encontradas pelo Papa para arrecadar fundos e ajudar os pobres e necessitados de diversos países. Portanto, as

dioceses de todo o mundo mandam quantidades importantes de dinheiro para o Vaticano todos os anos, mas a maior parte deste dinheiro é destinada ao trabalho missionário ou às doações de caridade do Papa.

A Igreja, incumbida por Jesus de levar a salvação a todos os homens, também precisa de um fundo material, sem o qual não pode cumprir a sua missão.

O que é o Advento?

"Que o Senhor não nos encontre dormindo, mas vigilantes."

"Alegrai-vos sempre no Senhor. De novo eu vos digo: alegrai-vos! O Senhor está perto". O termo "advento" vem do latim adventum, que significa vinda ou chegada e refere-se às quatro semanas antes do Natal. Pelo Advento, nos preparamos para celebrar a primeira vinda do Senhor, ou seja, o Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo e a expectativa da sua segunda vinda. Por isso, a característica deste tempo, com o qual começa o ano da Igreja, é a penitência como preparação para receber Aquele que está por vir. O caráter penitencial do Advento é acentuado pela cor litúrgica roxa.

O tempo de Advento recorda-nos a realidade de um Senhor que vem ao encontro dos homens e que, no final da nossa caminhada por esta terra, nos oferecerá a vida definitiva, a felicidade sem fim. O tempo do Advento é também o tempo da espera do Senhor. A palavra fundamental é "vigilância": o verdadeiro discípulo deve estar sempre "vigilante", cumprindo com coragem e determinação a missão que Deus lhe confiou. Estar "vigilante" não significa, contudo, preocupar-se em ter sempre a "alma" limpa para que a morte não o apanhe com pecados, mas significa viver sempre ativo, empenhado, comprometido na construção de um mundo de vida, de amor e de paz.

Pedagogicamente dizendo, Advento é um tempo em que a liturgia se dispõe à Igreja com a finalidade de preparar os cristãos para a celebração do Natal. Como é natural, trata-se de uma preparação espiritual, incentivando os católicos a prepararem o coração e a alma para o encontro com o Senhor. Mas, não é somente preparação do Natal. No caso do Advento, estamos diante de dois aspectos destes preparativos: aquele da segunda vinda, descrita por Paulo na carta aos Tessalonicenses sobre o "Dia do Senhor", o dia do juízo final, quando nos encontraremos face a face com Deus (1Ts 5,1-6); e a preparação da primeira vinda, ou seja, o Natal.

Quanto ao aspecto de preparar-se para a segunda vinda do Senhor, a vigilância espiritual pode ser considerada tendo em vista o encontro final com o Senhor, no final dos tempos. Para isso, é preciso ficarmos atentos aos sinais dos tempos, como o próprio Jesus adverte, e o melhor meio para não se descuidar e nem se distrair dos sinais dos tempos é pela vigilância espiritual. Por vigilância espiritual entende-se o cuidado para que o nosso espírito não se afaste das coisas de Deus, mas se mantenha fiel ao projeto divino. São muitas as ocasiões que podem nos distrair das coisas de Deus, nos anestesiar daquilo que é divino e nos fazer descuidar de alimentar nosso espírito com as coisas do alto.

O Advento é tempo para praticar com mais intensidade a oração, a leitura da Palavra, a penitência e as obras de caridade. A vigilância é feita preferencialmente com a oração e esta nos mantém acordados para o encontro do Senhor, em sua segunda vinda.

Quanto ao segundo aspecto do Advento, o da preparação para o Natal de Jesus, ele representa a alegria da nossa salvação pela encarnação do Verbo de Deus. Neste período do ano em que a publicidade natalina vem alimentar nosso espírito com “belas” e “boas” mensagens de tempos novos, repletos de paz e de harmonia fraterna, é preciso ficarmos atentos para não nos enchermos de fantasias e imagens enganosas. O alimento espiritual deste tempo que nos aproxima do Natal não pode se limitar a poesias ou mensagens vazias. Precisa de algo mais sólido como a oração diária, a meditação da Palavra de Deus e as obras de caridade.

O que significa a coroa do Advento?

A coroa do Advento, que recebe uma vela a cada domingo antes do Natal

Um dos muitos símbolos do Natal é a coroa do Advento que, por meio de seu formato circular e de suas cores, expressa a esperança e convida à alegre vigilância. Na confecção da coroa são usados ramos de pinheiro e cipreste, únicas árvores cujos ramos não perdem suas folhas no outono e estão sempre verdes, mesmo no inverno, ou seja, mesmo em tempos difíceis. Os ramos verdes são sinais da vida que resiste; são sinais da esperança. A coroa é envolvida por uma fita vermelha em referência ao amor de Deus que nos envolve e nos foi manifestado pelo nascimento de Jesus.

Na coroa, são colocadas quatro velas que indicam as quatro semanas do Tempo do Advento, ou seja, referentes a cada domingo que antecede o Natal. A luz vai aumentando à medida que se aproxima o Natal, festa da luz que é Cristo, quando a luz da salvação brilha para toda humanidade.

Quanto às cores das quatro velas, originariamente, costumava-se usar velas nas cores roxa e uma vela cor rósea referente ao terceiro domingo do Advento, quando celebra-se o Domingo Gaudete (Domingo da Alegria), a alegria de quem se sente perdoado. O terceiro domingo se inicia com a seguinte proclamação: "Alegrai-vos sempre no Senhor. De novo eu vos digo: alegrai-vos! O Senhor está perto". Estando já próxima a chegada do Homem-Deus, a Igreja pede que "a bondade do Senhor seja conhecida de todos os homens". Atualmente, em muitos lugares, tem-se usado cada uma de uma cor, sempre partindo da mais escura para a mais clara (branca). Via de regra, as cores das velas devem corresponder à cor do tempo litúrgico (roxa), diferenciando-se a terceira vela (rósea), como alegre preparação para a vinda do Senhor.

O Tempo do Advento quer sensibilizar-nos para a celebração do Natal do Senhor e para a segunda vinda de Jesus. O apelo que Cristo nos lança à vigilância é para ser tomado muito a sério. Que o Senhor não nos encontre dormindo, mas vigilantes. Este é o convite que Jesus nos faz: "Vigiai!". Como os profetas, Maria, José, os pastores, os reis magos… Se vigiamos, o nosso presente e o nosso futuro se encontrarão. Isto que significa esperança.

Qual o sentido da festa da Epifania(Dia de Reis)?

A desinstalação dos magos

> Entrando na casa, acharam o menino com Maria, sua mãe. Prostrando-se diante d'Ele, o adoraram. Depois, abriram seus tesouros, ofereceram-lhe como presentes: ouro, incenso e mirra.
> (Mt 2, 11)

No primeiro domingo de janeiro celebramos a solenidade da Epifania do Senhor também conhecida como a "festa das luzes". O Evangelho de Mt 2,1-12, proclamado neste dia, relata a visita de três magos ao Menino Jesus.

"Epifania" significa aparição, manifestação. No sentido religioso, como afirma Santo Agostinho, Epifania é uma palavra grega – epiphanéia - que significa "manifestação". Na pessoa dos reis magos, o Menino Deus se revelou a todas as nações que, no futuro, seriam iluminadas pela luz da fé.

Manifestação que acontece na gruta de Belém, diante de todos os povos da terra, representados pelos reis magos, quando Deus apresenta Seu Filho Jesus na pobreza, na simplicidade e no total despojamento. Nesta passagem, vemos a concretização da promessa de Deus: ao encontro de Jesus vêm os magos do oriente, representantes de todos os povos da terra. Atentos aos sinais da chegada do Messias, procuram-no com esperança até O encontrar, reconhecem n'Ele a salvação de Deus e aceitam-no como o Senhor.

O que os magos buscavam? O povo se encontrava envolvido em trevas sob o domínio de Roma, no governo de Herodes. É neste período que chegam os magos a Jerusalém, buscando a luz de um menino que acabava de nascer. Buscavam a luz, mas a luz não tinha sido vista pelos habitantes de Jerusalém, pois estavam envolvidos nas trevas do ódio, na injustiça e da guerra.

Os magos representam os homens de todo o mundo que vão ao encontro de Cristo, que são capazes de "ver e acolher" os sinais que Deus nos apresenta, que acolhem a proposta libertadora que o próprio Cristo traz e que se prostram diante dEle. É a imagem da Igreja, comunidade de irmãos e irmãs, constituída por pessoas de muitas raças e cores, que aderem a Jesus e que O reconhecem como luz de todos os povos e como o seu Senhor.

Os magos, que tinham o hábito de estudar os astros, viram uma estrela, sem dúvida nova para os seus olhos, então puseram-se a caminho… um sinal basta para estes homens. Encontram o Menino em uma manjedoura, experimentam uma grande alegria, prostram-se e oferecem os seus presentes. O Menino que eles encontram não é uma criança como as outras: é rei, então oferecem-lhe ouro; é Deus, então queimam incenso;

passará pela morte antes de ressuscitar, então apresentam a mirra. Seguidores da luz e obedientes à Palavra, os magos, símbolo dos discípulos e discípulas que buscam o Senhor, vão a Jerusalém ao encontro do Menino Jesus a quem oferecem seus dons, símbolos da própria vida. Aquele que procuravam parece querer fazer-se conhecer, Deus quer ser encontrado.

Deus tem um projeto de salvação para oferecer ao seu povo, a toda humanidade. Cristo é a revelação e a realização plena desse projeto que não se destina apenas a Jerusalém ou a um determinado povo, mas é para ser oferecido a todos os povos, sem exceção. O Menino encontrado, envolvido em um pano, na condição de humildade e simplicidade é o Filho de Deus, é Jesus o enviado de Deus Pai, que vem oferecer a salvação de Deus aos homens de toda a terra.

O relato da visita dos magos ao Menino Jesus reflete a condição daqueles que adoram Jesus e, por outro lado, daqueles que rejeitam Jesus: o povo de Israel rejeita Jesus, enquanto que os magos do oriente (que são pagãos) O adoram; Herodes e Jerusalém ficam perturbados diante da notícia do nascimento do menino e planejam a sua morte. Já os pagãos sentem uma grande alegria e reconhecem em Jesus o seu Salvador: "O julgamento é este: a luz veio ao mundo, mas os homens preferiram as trevas à luz, porque suas ações eram más. Quem pratica o mal, tem ódio da luz, e não se aproxima da luz, para que suas ações não sejam desmascaradas. Mas, quem age conforme a verdade, se aproxima da luz, para que suas ações sejam vistas, porque são feitas como Deus quer" (Jo 3,19-21).

A salvação rejeitada pelos habitantes de Jerusalém torna-se agora um dom que Deus oferece a todos os homens, sem exceção. O caminho percorrido pelos magos reflete a caminhada que os cristãos fazem para encontrar-se com Jesus: estão atentos aos sinais (estrela), percebem que Jesus é a luz que traz a salvação, põem-se decididamente a caminho para O encontrar, perguntam às Escrituras o que fazer, encontram Jesus e adoram-no como "o Senhor".

Para encontrar-se com o Senhor é preciso, a exemplo dos magos, desinstalar-se. Os magos viram a estrela, deixaram tudo, arriscaram tudo e vieram procurar Jesus. Somos capazes da mesma atitude de desinstalação ou estamos demasiado agarrados ao nosso sofá, ao nosso colchão, à nossa televisão, aos nossos bens materiais, ao nosso computador e celular? Somos capazes de deixar tudo para responder aos apelos que Jesus nos faz através dos Seus sinais?

O que significa a encarnação do Verbo? Qual o sentido cristão da festa do Natal?

Jesus é ponto de encontro da humanidade com Deus

A antífona de entrada da Missa da meia-noite no Natal inicia-se com este canto: "Hoje desceu do céu sobre nós a verdadeira paz". Isto é o Natal! É o dia santo em que brilha sobre nós a "grande luz" de Cristo, mensageiro de paz! No Evangelho de São João (Jo 1,14), lemos que Deus veio morar no meio de nós, "e a Palavra se fez homem e habitou entre nós. E nós contemplamos sua glória: glória do Filho único do Pai, cheio de amor e fidelidade".

O impensável se torna realidade: Deus se faz gente como nós para revelar ao mundo o amor fiel que tem para conosco. Contudo, para reconhecê-Lo, para acolhê-Lo, é preciso fé, é preciso humildade, é preciso abertura.

O Natal é um convite a se alegrar, pois, em Jesus, Deus assume radicalmente o humano. Jesus é o ponto de encontro da humanidade com Deus. Deus se revelou plenamente a toda humanidade, tirou todos os véus que impediam Sua comunicação com a humanidade, falando-nos por meio do seu Filho que vive entre nós. No Natal do Senhor, somos convidados a olharmos para a gruta de Belém: Deus desce até o ponto de se deitar numa manjedoura e a primeira linguagem que Deus usa para revelar-se plenamente é a de uma criança, como qualquer outra criança.

São Leão Magno, em uma homilia na noite de Natal, disse: "Hoje, o autor do mundo foi gerado do ventre de uma virgem: aquele que fez todas as coisas se fez filho de uma mulher que ele mesmo criou. Hoje, o Verbo de Deus apareceu revestido de carne e, enquanto jamais foi visível aos olhos humanos, se torna, além de visível, palpável. Hoje, os pastores escutaram da voz dos anjos que nasceu o Salvador, na substância do nosso corpo e nossa alma".[1]

No Natal do Senhor, nós testemunhamos a ternura e o amor de Deus que está acima de nós, de nossos limites, nossas fraquezas, nossos pecados e que vem ao nosso encontro, que desce até nós, assume nossa condição humana para nos elevar à condição filhos e filhas de Deus. Como afirma o apóstolo São Paulo, "sendo ele (Jesus Cristo) de condição divina (…) esvaziou-se a si mesmo, tomando a condição de servo, fazendo-se semelhante aos homens" (Fl 2,6-7).

O Natal é a celebração do aniversário do nascimento de Jesus, porém, mais importante que isto, é a celebração de um mistério que marcou e continua a marcar a história do homem: o próprio Deus veio habitar em meio a nós (cf. Jo 1,14), se fez um de nós; um mistério que afeta nossa fé, nossa história e nossa existência. Ainda o Papa São Leão Magno, falando sobre o sentido profundo da Solenidade de Natal, afirma: "Alegremo-nos no Senhor, meus queridos, e abramos nossos corações para a mais pura alegria,

porque o dia raiou para nós e isso significa a nova redenção, a antiga promessa, a felicidade eterna. Se renova para nós, realmente, o ciclo anual do alto mistério de nossa salvação, que, prometido no início e no final dos tempos, está destinado a não ter fim".[2]

Amigos e amigas, na noite de Natal, vivam de forma intensa este momento de alegria e paz, alegrem-se porque Deus vive em nosso meio, que a troca de presentes e de saudações não perca seu profundo valor religioso e a festa não seja obscurecida por aspectos exteriores e vazios do verdadeiro sentido da celebração. Em cada presente que trocamos recordemos que o maior presente já nos foi dado, Deus mesmo se faz presença, se faz dom. E que cada saudação se transforme numa celebração de paz, de perdão, de compromisso e de fraternidade.

Não se esqueça das pessoas de que mais precisam da nossa solidariedade e caridade fraterna. Que os nossos corações se abram para a maravilhosa experiência de encontrarmos Deus em cada irmão e irmã e, de modo particular, nos mais pobres e excluídos de nossa sociedade. Este é o verdadeiro sentido sagrado e cristão do Natal do Senhor, que a nossa alegria não seja superficial, mas profunda.

Desejamos a todos vocês e as vossas famílias uma celebração de Natal realmente cristã, de modo que também todas as felicitações sejam expressões da alegria por saber que Deus está em nosso meio, próximo a nós e quer percorrer conosco o caminho da vida.

O que é a Via-sacra?

"Quando Jesus saiu de novo a caminhar, um homem foi correndo, ajoelhou-se diante dele e perguntou: 'Bom Mestre, que devo fazer para herdar a vida eterna?'" (Mc 10,17). A esta pergunta, que arde no mais fundo do nosso ser, Jesus deu uma resposta percorrendo o caminho da cruz.

A Via-sacra ou Via Crucis (do latim, "via crucis", "caminho da cruz") consiste no trajeto seguido por Jesus Cristo carregando a cruz, a partir do pretório ou tribunal de Pilatos até o Calvário. A devoção da Via-sacra consiste na meditação e oração mental de acompanhar este trajeto percorrido pelo Senhor Jesus em seus sofrimentos conhecidos como a paixão de Nosso Senhor.

Esta forma de oração ou de meditação do sofrimento de Jesus teve origem no tempo das Cruzadas (século X). Os fiéis que peregrinavam na Terra Santa e visitavam os lugares sagrados da Paixão de Jesus, continuaram recordando os passos da Via Dolorosa de Jerusalém. O número de 14 estações fixou-se no século XVI.

Os textos, as meditações e as orações da Via-sacra nos ajudam a contemplar o mistério da Paixão e Morte de Jesus a fim de aprendermos a imensa lição de amor que Deus nos deu na cruz. Vivendo a dor, Jesus é solidário com cada homem e mulher em seus sofrimentos e de modo particular como os que mais sofrem. Acompanhar o sofrimento de Jesus é aprender d'Ele esta lição de amor e doação para que surja em nós um constante desejo de converter o nosso coração, vivendo a cada dia no amor, e encontrar neste amor a força capaz de mudar o mundo. O caminho da Via-sacra, caminho do sofrimento do Senhor rumo à cruz, é um convite feito a todos nós para contemplarmos Cristo crucificado a fim de termos a força de ultrapassar as dificuldades. A Cruz de Jesus é o sinal supremo do amor misericordioso de Deus por nós, a resposta superabundante à necessidade que toda a pessoa sente de ser perdoada e amada.

A dolorosa paixão do Senhor Jesus não pode ser em vão em nossa vida. Ela tem que nos mover à piedade, pois, constitui o ápice da revelação do amor de Deus por cada um de nós: "Deus amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único, para que todo o que n'Ele acredita não pereça mas tenha a vida eterna" (Jo 3,16). É por amor a cada um de nós que Cristo morre na cruz.

Palavra do Papa Francisco

"Então continuemos esta Via-sacra na vida de todos os dias. Caminhemos juntos pela senda da Cruz, caminhemos levando no coração esta palavra de amor e de perdão. Caminhemos esperando a Ressurreição de Jesus, que tanto nos ama. É tudo amor!".

Por que celebrar a Semana Santa?

A Semana Santa é para os católicos a "Semana Maior". E diz-se assim não porque seja cronologicamente maior do que as outras, como se tivesse mais dias, mas porque nela os cristãos celebram com intensidade o mistério mais profundo e mais importante a partir do qual toda a realidade adquire sentido. Cada dia da Semana Santa e, muito especialmente o tríduo pascal, tem grande importância que concentra em si todo o sentido da história salvífica.

Para a Igreja Católica, a Semana Santa é a celebração da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo. Ela se inicia no Domingo de Ramos, que relembra a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém e termina com a ressurreição de Jesus, que ocorre no Domingo de Páscoa. Algumas observâncias especiais recordam a instituição da Eucaristia na Quinta-feira Santa; leituras bíblicas, orações solenes e a adoração da cruz lembram a crucificação de Cristo na Sexta-feira Santa; já o Sábado Santo lembra o sepultamento de Cristo e, de modo especial, a grande Vigília, conhecida como a "mãe de todas as vigílias", em preparação para a celebração da Ressurreição do Senhor.

Portanto, a Semana Santa é para a Igreja Católica uma data muito importante. É nesse período que o cristão tem a oportunidade de refletir sobre o mistério da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus e sobre o mistério salvífico da humanidade. A celebração da Semana Santa culmina com o Domingo de Páscoa, dia em que se celebra a ressurreição de Cristo, o que para os cristãos quer dizer a celebração da passagem da morte para uma nova vida, a renovação para um novo compromisso com a Igreja e com Cristo.

A Semana Santa celebra todos os anos este acontecimento inefável: a Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo para a salvação e resgate da humanidade das mãos do demônio e para que ela seja transferida para o mundo da luz, para a liberdade de filhos de Deus. Portanto, a Semana Santa é o ápice da vida cristã. É o tempo da conversão, da graça, por excelência.

O que significa “Tríduo Pascal”?

Na liturgia romana, o Tríduo Pascal é o ponto culminante. O Tríduo Pascal (em latim: Triduum Paschal) é o conjunto de três dias celebrados no cristianismo, composto pela Quinta-Feira Santa, Sexta-Feira Santa e Vigília Pascal, véspera do Domingo de Páscoa. No entanto, não se trata de um tríduo preparatório para a festa da Páscoa, mas são três dias de Cristo crucificado, morto e ressuscitado. Tem início na celebração da Ceia do Senhor, na Quinta-feira Santa, na Missa vespertina, terminando com as vésperas do domingo de Páscoa. Devemos entender bem estes três momentos fortes como uma única celebração que permite entrarmos em comunhão como o Cristo, única e verdadeira Páscoa. Trata-se portanto, de uma única celebração com três momentos distintos, mas integrados.

O Tríduo Pascal é a celebração mais importante da Igreja, na qual se celebra solenemente o mistério da salvação divina, fazendo memória da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo. Entende-se, assim, que esta celebração, formada por três celebrações distintas, mas unidas num mesmo contexto.

Quinta-feira santa: a Última Ceia e a agonia de Jesus no jardim das Oliveiras

Na Quinta-feira Santa, na celebração da Ceia do Senhor, Jesus apresenta o sentido da sua vida e da sua morte, como Corpo entregue e Sangue derramado, de onde surgem dois grandes sacramentos que serão um o memorial e o outro o serviço deste memorial, ou seja, a Eucaristia e a Ordem, respectivamente.

Sexta-feira santa: amou-nos e entregou-se por nós, morrendo de amor

Na Sexta-feira Santa, recorda-se a condenação de Jesus pelo tribunal judaico, o sinédrio, e pelos romanos, na pessoa do procurador romano, Pôncio Pilatos. A multidão prefere Barrabás e Pilatos lava as mãos, entregando o inocente. Celebramos a Paixão de Jesus.

Sábado Santo: o silêncio de Deus no sepulcro

No Sábado Santo, o dia do repouso de Deus, no qual o Senhor crucificado repousa no sepulcro. Que mistério este envolvido no silêncio de Deus. Nesse dia, a Igreja está em silêncio junto ao túmulo de Jesus meditando, contemplando o mistério do que aconteceu a Jesus, ao Verbo encarnado. A noite do Sábado Santo é a “mãe de todas as vigílias”, a celebração central de nossa fé. Nela, a Igreja espera, velando, em vigília a ressurreição de Cristo e a celebra nos sacramentos. A liturgia da Noite Pascal tem as seguintes partes: celebração da Luz, Liturgia da Palavra, Liturgia Batismal e Liturgia Eucarística.

Domingo de Páscoa: a vida venceu a morte

Domingo de Páscoa, o Dia da ressurreição, da vitória da vida sobre a morte, do amor sobre o ódio, do perdão sobre o pecado. O Dia da Igreja, da liberdade dos filhos de Deus, o sinal sagrado colocado no meio da banalidade do tempo, para nos despertar para o tempo de Deus para nós e para os outros.

Vejamos o que disse o Papa Francisco na Catequese sobre o Tríduo Pascal (01/04/2015):

Amanhã é Quinta-Feira Santa. À tarde, com a Santa Missa "na Ceia do Senhor", terá início o Tríduo Pascal da paixão, morte e ressurreição de Cristo, que é o ápice de todo o ano litúrgico e também o ápice da nossa vida cristã. O Tríduo se abre com a celebração da Última Ceia. Jesus, na véspera de sua paixão, oferece ao Pai o seu corpo e o seu sangue sob as espécies de pão e de vinho e, doando-os em alimento para os apóstolos, ordenou-lhes perpetuar a oferta em sua memória. O Evangelho desta celebração, recordando o lava-pés, exprime o mesmo significado da Eucaristia sob outra perspectiva. Jesus – como um servo – lava os pés de Simão Pedro e dos outros onze discípulos (cf. Jo 13,4-5). Com esse gesto profético, Ele exprime o sentido da sua vida e da sua paixão, aquele do serviço a Deus e aos irmãos: "O Filho do homem, de fato, não veio para ser servido, mas para servir" (Mc 10,45).

Depois, depois de amanhã, na liturgia da Sexta-Feira Santa, meditamos o mistério da morte de Cristo e adoramos a Cruz. Nos últimos instantes de vida, antes de entregar o espírito ao Pai, Jesus disse: "Está consumado!" (Jo 19,30). O que significa esta palavra? Que Jesus diga: "Está consumado"? Significa que a obra da salvação está cumprida, que todas as Escrituras encontram seu cumprimento no amor de Cristo, Cordeiro imolado. Jesus, com seu sacrifício, transformou a maior injustiça no maior amor.

O Sábado Santo é o dia em que a Igreja contempla o "repouso" de Cristo no túmulo depois do vitorioso combate da cruz. No Sábado Santo, a Igreja, uma vez mais, se identifica com Maria: toda a sua fé é recolhida nela, a primeira e perfeita discípula, a primeira e perfeita crente. Na obscuridade que envolve o criado, Ela permanece sozinha a manter acessa a chama da fé, esperando contra toda esperança (cf. Rm 4,18) na Ressurreição de Jesus.

E na grande Vigília Pascal, em que ressoa novamente o Aleluia, celebramos Cristo Ressuscitado centro e fim do cosmo e da história; vigiamos cheios de esperança à espera do seu retorno, quando a Páscoa terá a sua plena manifestação.

O que é a Vigília Pascal?

"Segundo uma antiquíssima tradição, esta é a noite de vigília em honra do Senhor (Ex 12,42). Os fiéis, tal como recomenda o Evangelho (Lc 12,35-36), devem assemelhar-se aos criados, que com as lâmpadas acesas nas mãos, esperam o retorno do seu senhor, para que quando este chegue os encontre velando e os convide a sentar à sua mesa".[1]

Na noite, em que Jesus Cristo passou da morte à vida, a Igreja convida os seus filhos a reunirem-se em vigília e oração.

A Vigília pascal foi sempre considerada a mãe de todas as vigílias e o coração do Ano litúrgico.

A celebração da Vigília Pascal articula-se em quatro partes: 1) a Liturgia da Luz ou "lucernário"; 2) a Liturgia da Palavra; 3) a Liturgia Batismal; 4) a Liturgia Eucarística.

1) A liturgia da luz consiste na bênção do fogo, na preparação do círio e na proclamação do louvor pascal, Exultet. O fogo novo e o Círio Pascal simbolizam a luz da Páscoa, que é Cristo, luz do mundo.

2) A Liturgia da Palavra propõe sete leituras do Antigo Testamento, que recordam as maravilhas de Deus na história
da salvação, e duas do Novo Testamento, ou seja, o anúncio da Ressurreição segundo os Evangelhos e a leitura apostólica sobre o batismo cristão como sacramento da Páscoa de

Cristo. Assim, a Igreja, "começando por Moisés e seguindo pelos profetas" (Lc 24,27), interpreta o mistério pascal de Cristo. Toda a escuta da Palavra é feita à luz do acontecimento Jesus Cristo, simbolizado no Círio Pascal.

Leituras do Antigo Testamento

• Primeira leitura: Gn 1,1-2,2 ou 1,1.26-31a - Viu Deus que tudo o que tinha feito era bom;
• Segunda leitura: Gn 22,1-18 ou 1-2.9a.10-13.15-1 - O sacrifício de Abraão, nosso pai na fé;
• Terceira leitura: Ex 14-15,1 - Os israelitas cruzaram o Mar Vermelho;

• Quarta leitura: Is 54,5-14 - Com misericórdia eterna te ama o Senhor, teu redentor;
• Quinta leitura: Is 55,1-11 - Vinde a mim, e vivereis; firmarei convosco uma aliança perpétua;
• Sexta leitura: Br 3,9-15.32-4,4 - Caminhai na claridade do resplendor do Senhor;
• Sétima leitura: Ez 36,16-28 - Derramarei sobre vós uma água pura, e vos darei um coração novo;

Leituras do Novo Testamento

• Primeira leitura: Rm 6,3-11 - Cristo, uma vez ressuscitado dentre os mortos, já não morre.

Evangelho

CICLO A: Mt 28,1-10 - Ressuscitou e vos precede em Galileia;
CICLO B: Mc 16,1-17 - Jesus de Nazaré, o que foi crucificado, ressuscitou;
CICLO C: Lc 24,1-12 - Por que buscam entre os mortos aquele que está vivo.

3) A Liturgia Batismal é parte integrante da celebração. Quando não há batismo, faz-se a bênção da fonte batismal e a renovação das promessas do Batismo. Consta ainda o canto da ladainha dos santos, a bênção da água, a aspersão de toda a assembleia com a água benta e a oração universal. A Igreja antiga batizava os catecúmenos nesta noite e, hoje, permanece a liturgia batismal, mesmo sem a celebração do Batismo. Importante que nesta noite aconteça o batismo de algum adulto.

4) A Liturgia Eucarística é o momento culminante da Vigília, sacramento pleno da Páscoa, isto é, a memória do sacrifício da Cruz, a presença de Cristo Ressuscitado, o ápice da vida cristã. Cristo, o Senhor Ressuscitado, nos faz participar do seu Corpo e do seu Sangue, como memorial da sua Páscoa.

Católico pode consultar horóscopo, cartomantes e ler mão?

Adivinhação e prognosticação

O que o futuro reserva aos homens, ao mundo e ao universo? Como saber o que acontecerá com cada indivíduo, sociedade, país e com o próprio planeta? Quem não gostaria de saber seu futuro no amor, no emprego, na família, na vida econômica? Quem pode dizer que nunca pensou nisso? Quem nunca se preocupou com seu destino? A curiosidade humana leva muitos a consultar sobre sua sorte.

Nos últimos tempos, instalou-se uma curiosa mistura de ciência, ocultismo, astrologia, ficção científica, técnicas espirituais, naturalismo e uma relação ecológica do homem com seu planeta. Pessoas que buscam nos astros, em runas, tarô, búzios, cartas, gnomos, duendes, bruxas e fadas o autoconhecimento e os segredos do invisível, alimentando êxitos no mercado, no amor, na profissão, pessoal etc. Adivinhar o futuro foi sempre um dos maiores desejos dos seres humanos. Para isso, recorriam a vários métodos.

Adivinhação e prognosticação são tentativas de predizer o futuro ou descobrir conhecimentos ocultos interpretando sinais. Adivinhação ou prognosticação consiste em predizer eventos futuros ou descobrir coisas secretas por meio de comunicação direta ou ser por sinais ou agouros.

Cito abaixo as três formas de adivinhações mais comuns em nosso meio:

A forma mais tradicional é a astrologia de signos solares, tipo encontrado em numerosos jornais diários que publicam horóscopos, nos programas de rádio, em revistas etc. A astrologia é uma forma de adivinhação baseada em teorias que afirmam a suposta influência do movimento dos astros na vida das pessoas. Parece ter surgido na Mesopotâmia por volta do segundo milênio antes de Cristo.

O termo também é usado para descrever um mapa do zodíaco no momento do nascimento da pessoa. O horóscopo é um prognóstico astrológico e é um dos meios mais usados. Em sua forma tradicional, é um método de adivinhação baseado na teoria de que as posições e movimentos dos corpos celestes (estrelas, planetas, sol e lua) na data do nascimento, influenciam a vida da pessoa. O zodíaco se divide em doze zonas celestes, cada qual recebendo o nome de uma constelação que originalmente coincidia com a zona (touro, leão etc.). A astrologia é, na realidade, uma pseudociência que dá suporte a práticas divinatórias sobre as pessoas e sobre o mundo. Não possui caráter científico.

Temos também a cartomancia. É o método de adivinhação que usa cartas (como baralho ou tarô). Usa-se o baralho como suposta previsão do futuro e para ajudar nas decisões a serem tomadas. É arte usada pelas cartomantes.

A palavra quiromancia origina-se do grego Kheiromanteia, que significa: KheirQuiro (= mão) e Manteia Mancia (= adivinhação). Juntando-se as duas temos a palavra

quiromancia que poderia se traduzir sendo “adivinhação através das mãos” ou, como é mais conhecida, “ler as mãos”.

Em nossa sociedade, a ideia de adivinhar, prever o futuro, o fluxo dos acontecimentos, os destinos individuais e coletivos está associada a um saber falso e que deveria ser rejeitado pelas pessoas de bom senso e razão e, sobretudo, pelos cristãos. Porém, na realidade, o que se verifica é um intenso crescimento das mais diferentes formas de previsão e que incluem videntes, cartomantes, búzios, tarô, astrologia, leitura das mãos etc.

O que a Bíblia afirma?

A Bíblia classifica estas atividades de pagãs e Deus as proíbe. Vejamos alguns textos do Antigo Testamento: “Não praticareis a adivinhação nem a magia. (...) Não vos dirijais aos espíritas nem aos adivinhos: não os consulteis, para que não sejais contaminados por eles. Eu sou o Senhor, vosso Deus” (Lv 19,26.31).

A tradição bíblica do Antigo Testamento testemunhou o conflito entre a necessidade de prever o futuro e adivinhar o destino com as fortes proibições religiosas impostas aos hebreus. Em Deuteronômio 18,9-13 está escrito: “Quando tiveres entrado na terra que o Senhor, teu Deus, te dá, não te porás a imitar as práticas abomináveis da gente daquela terra. Não se ache no meio de ti quem faça passar pelo fogo seu filho ou sua filha, nem quem se dê à adivinhação, à astrologia, aos agouros, ao feiticismo, à magia, ao espiritismo, à adivinhação ou à invocação dos mortos, porque o Senhor, teu Deus, abomina aqueles que se dão a essas práticas, e é por causa dessas abominações que o Senhor, teu Deus, expulsa diante de ti essas nações. Serás inteiramente do Senhor, teu Deus”.

O cristianismo insistiu na proibição da arte pagã de adivinhação e predição do futuro. A Palavra de Deus fala de forma clara a respeito deste assunto. Deus diz que a adivinhação é inútil e enganosa, “Visões de mentiras, adivinhações vãs, invenções de suas mentes, eis o que profetizam!” (Jr 14,14). Deus proclama que os adivinhadores são mentirosos e falsos profetas: “não escuteis, portanto, vossos profetas e adivinhos, nem vossos vaticinadores, astrólogos e feiticeiros que vos disseram que não sereis sujeitos ao rei de Babilônia” (Jr 27,9). Deus diz que aqueles que praticam adivinhação não terão parte com seu povo, “estenderei minha mão contra esses profetas de visões ineptas e de oráculos enganadores” (Ez 13,9).

Deus diz que a adivinhação é falsa, fútil, estúpida e mentirosa: “Não é verdade que não tendes senão visões ineptas e não fazeis senão predições enganadoras, quando dizeis: oráculo do Senhor, quando eu não falei coisa alguma?” (Ez 13,7). Adivinhos não foram enviados pelo Senhor Deus. Por meio do profeta Isaías, o Senhor proclamou um severo juízo contra os astrólogos: “esbanjaste teus esforços entre tantos conselheiros. Que eles então se levantem e te salvem, aqueles que preparam o mapa do céu e observam os astros, que comunicam a cada mês como irão as coisas” (Is 47,13). Em At 16,16-18, uma menina tinha um espírito de adivinhação e “com as suas adivinhações dava muito lucro a seus senhores”, e o apóstolo Paulo expulsou o demônio, no nome de Jesus Cristo,

deixando a menina livre.

O cristão deve deixar orientar-se pela Palavra de Deus revelada e presente nas Escrituras. Deus deu a toda humanidade à Luz da Sua Palavra e Seu Espírito para nos guiar: “Toda a Escritura é inspirada por Deus, e útil para ensinar, para repreender, para corrigir e para formar na justiça. Por ela, o homem de Deus se torna perfeito, capacitado para toda boa obra” (2Tm 3,16-17).

O Catecismo da Igreja Católica afirma que a adivinhação é uma ação contrária a Deus. Este assunto está contido nos números 2115 – 2117 e 2138:

2115 - Adivinhação e magia

Deus pode revelar o futuro a seus profetas ou a outros santos. Todavia, a atitude cristã correta consiste em entregar-se com confiança nas mãos da providência no que tange ao futuro, e em abandonar toda curiosidade doentia a este respeito. A imprevidência pode ser uma falta de responsabilidade.

2116 - Todas as formas de adivinhação hão de ser rejeitadas: recurso a Satanás ou aos demônios, evocação dos mortos ou outras práticas que erroneamente se supõe “descobrir” o futuro. A consulta aos horóscopos, a astrologia, a quiromancia, a interpretação de presságios e da sorte, os fenômenos de visão, o recurso a médiuns escondem uma vontade de poder sobre o tempo, sobre a história e, finalmente, sobre os homens, ao mesmo tempo que um desejo de ganhar para si os poderes

ocultos. Essas práticas contradizem a honra e o respeito que, unidos ao amoroso temor, devemos exclusivamente a Deus.

2117 - Todas as práticas de magia ou de feitiçaria com as quais a pessoa pretende domesticar os poderes ocultos, para colocá-los a seu serviço e obter um poder sobrenatural sobre o próximo - mesmo que seja para proporcionar a este a saúde - são gravemente contrárias à virtude da religião. Essas práticas são ainda mais condenáveis quando acompanhadas de uma intenção de prejudicar a outrem, ou quando recorrem ou não à intervenção dos demônios. O uso de amuletos também é repreensível. O espiritismo implica frequentemente práticas de adivinhação ou de magia. Por isso, a Igreja adverte os fiéis a evitá-lo. O recurso aos assim chamados remédios tradicionais não legitima nem a invocação dos poderes maléficos nem a exploração da credulidade alheia.

2138 - A superstição é um desvio do culto que rendemos ao verdadeiro Deus. Ela se mostra particularmente na idolatria, assim como nas diferentes formas de adivinhação e de magia.

Cristão pode acreditar em magia?

Conforme o dicionário, magia (não confundir com mágica ou truque) é a "arte, ciência ou prática baseada na crença de ser possível influenciar o curso dos acontecimentos e produzir efeitos não naturais, valendo-se da intervenção de seres fantásticos e da manipulação de algum princípio oculto supostamente presente na natureza, seja por meio de fórmulas rituais ou de ações simbólicas".

O dicionário faz diferença entre magia branca e magia negra. Magia branca quando a magia é exercida com intenção de provocar o bem, ajudar a proteger as pessoas de forças malignas da má sorte ou de um inimigo estranho à pessoa. Magia negra (nigromancia) quando a intenção é causar danos, como as que se propõem destruir ou ferir o outro. No ocultismo, a magia é neutra, podendo tornar-se branca ou negra de acordo com quem a aplica. Se a magia é usada para fins egoísticos, prejudicando a pessoa na qual a magia é aplicada, ela é considerada negra. Se a magia é aplicada de forma altruísta, ela é branca.

O que a Bíblia fala?

A magia era praticada nas religiões pagãs nos tempos bíblicos. Recordemos como os magos do faraó imitaram os milagres de Moisés: "Mas o faraó, mandando vir os sábios, os encantadores e os mágicos, estes fizeram o mesmo com os seus encantamentos..." (Ex 7,11). Porém, o autor do livro do Êxodo condena: "Não deixarás viver aquele que pratica a magia" (Ex 22,18).

O livro do Deuteronômio afirma: "Não se ache no meio de ti quem faça passar pelo fogo seu filho ou sua filha, nem quem se dê à adivinhação, à astrologia, aos agouros, ao feiticismo, à magia, ao espiritismo, à adivinhação ou â invocação dos mortos, porque o Senhor, teu Deus, abomina aqueles que se dão a essas práticas, e é por causa dessas abominações que o Senhor, teu Deus, expulsa diante de ti essas nações" (Dt 18,10-12). Ainda no Levítico: "Não praticareis a adivinhações nem a magia" (Lv 19,26). O Levítico especifica: "O homem ou mulher que pratica a necromancia ou adivinhação é réu de morte. Será apedrejado, e o seu sangue cairá sobre ele" (Lv 20,27).

Na Sagrada Escritura, o apóstolo Paulo coloca as "feitiçarias" entre as obras "daqueles que não podem herdar o reino de Deus" (cf. Gl 5,20) e, no livro do Apocalipse, recorda que é reservado "o tanque ardente de fogo e enxofre" aos feiticeiros e idólatras" (cf. Ap 21,8). Simão, o mago, com quem o apóstolo Pedro travou polêmica em Samaria que "exercera naquela cidade a arte mágica e tinha iludido a gente de Samaria, dizendo que era uma grande personagem ao qual todos atendiam, desde o menor até ao maior, dizendo: 'Este é a grande virtude de Deus'. E atendiam-no a ele, porque já desde muito tempo os havia iludido com artes mágicas" (At 8,9-13.18-24).

Vemos também exemplos de praticantes de magias convertidos (At 19,18-20): "Muitos

dos que haviam acreditado vinham confessar e declarar as suas obras. Muitos também, que tinham exercido magias, ajuntaram os seus livros e queimaram-nos diante de todos. Calculou-se o seu valor, e achou-se que montava a cinquenta mil moedas de prata. Foi assim que o poder do Senhor fez crescer a palavra e a tornou sempre mais eficaz".

É útil invocar as palavras de São Paulo, quase o seu testamento, ao fiel Timóteo: "Eu te conjuro em presença de Deus e de Jesus Cristo, que há de julgar os vivos e os mortos, por sua aparição e por seu Reino: prega a palavra, insiste oportuna e importunamente, repreende, ameaça, exorta com toda paciência e empenho de instruir. Porque virá tempo em que os homens já não suportarão a sã doutrina da salvação. Levados pelas próprias paixões e pelo prurido de escutar novidades, ajustarão mestres para si. Apartarão os ouvidos da verdade e se atirarão às fábulas" (2Tm 4,1-4).

O que dizem alguns padres da Igreja

São João Crisóstomo, nas suas catequeses para os neófitos: "A cruz de Cristo destruiu a morte, derrotou o pecado, esvazio o inferno, venceu o poder do demônio. (…) A cruz fez ressurgir o mundo interior, e tu não confiaste? Um cristão deveria envergonhar-se e ruborizar-se por ter deixado seduzir pelo encantamento da magia".

Também Santo Agostinho, nascido e crescido em ambiente egípcio de cultura helenista, falando sobre a encarnação do Verbo, menciona a magia como "loucura", visto que a humanidade e mesmo o cosmos foram libertados do medo depois da vinda de Cristo e da sua vitória redentora na cruz. "Os demônios não podem fazer mais do que lhe é permitido", dizia Santo Agostinho.

Santo Tomás de Aquino, um dos maiores teólogos da história da Igreja, afirma na Suma Teológica: "Os Santos Padres escrevem que os demônios têm poder sobre os corpos e sobre a imaginação do homem, segundo a permissão de Deus. Eis porque os feiticeiros, com a sua ajuda, podem fazer malefícios".

Catecismo da Igreja Católica ao falar de adivinhação e magia, nos números:

2115 - Deus pode revelar o futuro aos seus profetas ou a outros santos. Mas a atitude certa do cristão consiste em pôr-se com confiança nas mãos da Providência, em tudo quanto se refere ao futuro, e em pôr de parte toda a curiosidade malsã (nocivo ao intelecto, à mente, à moral) a tal propósito. A imprevidência, no entanto, pode constituir uma falta de responsabilidade.

2116 - Todas as formas de adivinhação devem ser rejeitadas: recurso a Satanás ou aos demónios, evocação dos mortos ou outras práticas supostamente "reveladoras" do futuro. A consulta dos horóscopos, a astrologia, a quiromancia, a interpretação de presságios e de sortes, os fenômenos de vidência, o recurso aos "médiuns", tudo isso encerra uma vontade de dominar o tempo, a história e, finalmente, os homens, ao mesmo tempo que é um desejo de conluio com os poderes ocultos. Todas essas práticas estão em contradição com a honra e o respeito, penetrados de temor amoroso, que devemos a Deus e só a Ele.

2117 - Todas as práticas de magia ou de feitiçaria, pelas quais se pretende domesticar os poderes ocultos para os pôr ao seu serviço e obter um poder sobrenatural sobre o

próximo – ainda que seja para lhe obter a saúde – são gravemente contrárias à virtude de religião. Tais práticas são ainda mais condenáveis quando acompanhadas da intenção de fazer mal a outrem ou quando recorrem à intervenção dos demônios. O uso de amuletos também é repreensível. O espiritismo implica muitas vezes práticas divinatórias ou mágicas; por isso, a Igreja adverte os fiéis para que se acautelem dele. O recurso às medicinas ditas tradicionais não legitima nem a invocação dos poderes malignos, nem a exploração da credulidade alheia.

O exorcista canadense, padre Françoise-Marie Dermine, advertiu aos católicos que acreditar em superstições e usar a magia para solucionar os problemas, é no fundo confiar mais no demônio que na Providência de Deus. "A superstição abre as portas à magia, e a magia abre as portas ao demônio, porque quando uma pessoa recorre à magia, não tem confiança em Deus, pensa que Ele não pode conceder-lhe o que precisa, então vai aos bruxos para obtê-lo", expressou em uma entrevista dada ao Sistema Informativo da Arquidiocese do México (SIAME). "O que não sabem - acrescentou o sacerdote exorcista - é que o bruxo realiza ritos e usa sinais dos quais o demônio se serve para fazer a sua vontade".

Entretanto, advertiu que "a magia sempre é magia e tem cumplicidade com o demônio, sempre intervém uma potência externa que não é Deus, e isto não traz nada bom, é contraproducente porque provavelmente a pessoa vai conseguir o que quer, mas há um depois, e o demônio vai cobrar o que lhe foi pedido".

Existem magias mais graves, não tanto pelos efeitos, mas pela intenção e pela crença que se expressa. São mais graves porque têm o propósito de provocar um efeito, como acreditar em ídolos, atribuir ao demônio o mesmo poder de Deus ou acreditar que o diabo é a causa ordinária e constante dos fenômenos que não podemos compreender. Também quando se tem a intenção de causar o mal para alguém por vingança, inveja, ciúmes etc.

O que leva as pessoas a acreditarem em magias?

Um dos fatores mais relevante que leva a pessoa a acreditar em magias é a diminuição da espiritualidade, ligada à descristianização do mundo moderno, e parece arrastar o homem exatamente para aquele ralo de insegurança existencial, de medo e de falta de confiança.

Tornam-se então admoestadoras as palavras do cardeal Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI), citadas expressamente na nota pastoral dos bispos toscanos:

> A cultura ateia do Ocidente moderno vive ainda graças à libertação do medo aos demônios trazidos pelo cristianismo. Mas se esta luz redentora de Cristo precisasse apagar-se, mesmo com toda a sua sabedoria e com toda a sua tecnologia o mundo recairia no terror e no desespero: já vemos sinais deste retorno das forças das trevas, enquanto crescem no mundo secularizado os cultos satânicos.

E o católico?

Os católicos são convocados a lutar contra os operários do demônio e de todo o sistema do mal. É nosso dever proclamar a verdade que liberta o ser humano de todo engano contrário à fé (Jo 8,32-36). "Levar os homens à verdade é o maior benefício que

se pode prestar aos outros", afirma Santo Tomás de Aquino. Jesus Cristo é a única verdade absoluta que liberta e salva o ser humano de toda a força do mal.

O católico que usa de magias age contrário à verdade que liberta e salva que é o Cristo. Quem usa da magia peca contra a sua fé. Não acredita na força que vem do Senhor Jesus, no poder da Santíssima Trindade, na remissão pelo sangue de Cristo, na fortaleza que nos é dada pela ação do Espírito Santo, na graça da salvação, na vitória por meio da fé, na força do amor para o bem do próximo, e na Palavra de Deus que é a Boa Nova para o mundo inteiro.

O próprio Cristo nos promete: "Eis que eu vos dei o poder de pisar serpentes, escorpiões e todo o poder do inimigo, e nada poderá vos causar dano" (Lc 10,19). Motivo pelo qual, mais do que nunca, o verdadeiro remédio é a nova evangelização, ou seja, a formação religiosa e a busca sincera da verdade.

Jesus "nos diz que ter confiança em que Deus está presente, nos dá a força espiritual para enfrentar qualquer dificuldade".

Católico pode usar de amuletos?

Amuletos são os objetos ou símbolos, sobre os quais acredita-se possuírem forças, sendo usados para atrair a sorte ou afastar o azar. Para os que acreditam são objetos que trazem a sorte e a prosperidade. São atribuídos supersticiosamente a alguns objetos poderes mágicos. Alguns exemplos: elefante, figa, moedas da sorte, trevo de quatro folhas, ferradura, sapo da fortuna, espelho na porta, unhas decoradas contra mau olhado e inveja, cores das roupas no réveillon etc. As pessoas trazem consigo ou usam em suas casas, locais de trabalho, carro, entre outros.

Posição da Igreja Católica

Um elefante com a tromba virada para cima é o principal enfeite da sua sala? Atrás da sua porta há uma ferradura? Sua casa está decorada com quartzos, pêndulos ou caveiras? A crença nos amuletos é incompatível para um cristão católico, isto é, acreditar em Deus e acreditar em objetos mágicos.

A crença no poder dos amuletos consiste em outorgar a um objeto mais poder do que a Deus, por exemplo, quando uma pessoa carrega um amuleto acreditando na "força" que provém deste objeto. Os que usam a magia procuram a verdade e remédios que não provêm de Deus; não se recorre ao único Mestre e único Salvador. Afirma São João Crisóstomo na pregação de Ano Novo: é "uma maluquice extrema"; "o uso dos amuletos é idolatria completa", afirma também no seu comentário a Carta aos Colossenses.

O Catecismo da Igreja Católica reprova o uso de amuletos e está claramente afirmado no número 2111: "A superstição é o desvio do sentimento religioso e das práticas que ele impõe. Pode afetar também o culto que prestamos ao verdadeiro Deus, por exemplo, quando atribuímos uma importância de alguma maneira mágica a certas práticas, em si mesmas legítimas ou necessárias. Atribuir eficácia exclusivamente à materialidade das orações ou dos sinais sacramentais, sem levar em conta as disposições interiores que elas exigem, é cair na superstição"

Ainda o Catecismo no número 2116:

> Todas as formas de adivinhação hão de ser rejeitadas: recurso a Satanás ou aos demônios, evocação dos mortos ou outras praticas que erroneamente se supõe "descobrir" o futuro. A consulta aos horóscopos, a astrologia, a quiromancia, a interpretação de presságios e da sorte, os fenômenos de visão, o recurso a médiuns escondem uma vontade de poder sobre o tempo, sobre a história e, finalmente, sobre os homens, ao mesmo tempo que um desejo
>
> de ganhar para si os poderes ocultos. Essas práticas contradizem a honra e o respeito que, unidos ao amoroso temor, devemos exclusivamente a Deus.

O grande perigo dessas práticas é que elas desprezam nossa fé ao colocar certos poderes em objetos de superstição. E o que é pior, é uma atitude que fere gravemente nossa relação com o Deus da providência, o Deus do amor, o Deus da misericórdia, que

cuida de nós e nos ama com um amor eterno, dado que colocamos no seu lugar os ídolos, ou seja, objetos aos quais são atribuídos poderes sobrenaturais. Conforme a Bíblia no livro do Deuteronômio, todos esses costumes pagãos são abominações para Deus e, ao colocá-los em prática, a pessoa viola o primeiro mandamento: amar a Deus sobre todas as coisas.

A pessoa que se deixa levar pela tentação de controlar sua vida e o futuro, uma das coisas que motiva o uso destes objetos de idolatria, usurpa um lugar que só corresponde a Deus, porque, como diz o Papa Francisco na Encíclica Lumen fidei, o ídolo é um pretexto para que a pessoa se coloque no centro da realidade, adorando a obra das próprias mãos.

O que leva muitos católicos a usarem tais amuletos é o desconhecimento de Cristo e do seu Evangelho, a falta de uma espiritualidade viva e fundamentada no próprio Cristo, razão pela qual é urgente evangelizar, já que muitos batizados, ao estarem longe dos sacramentos, da Palavra de Deus, caem no campo da idolatria, depositando sua confiança em objetos. Isto é uma idolatria. Como afirma ainda o Papa Francisco na encíclica Lumen fidei, a fé, enquanto associada à conversão, é o oposto da idolatria; é separação dos ídolos para voltar ao Deus vivo, mediante um encontro pessoal. Para acabar com a superstição, a idolatria é um encontro vivo e pessoal com Jesus Cristo por meio do anúncio querigmático, seguido de uma catequese sólida.[1]

O que fazer com estes objetos que temos em nossas casas?

O melhor é buscar uma espiritualidade de confiança na força que vem de Deus; é a renúncia a estes objetos de idolatria, não só de maneira implícita, mas explicitamente; um gesto de renúncia seria destruí-los para não incentivar que outras pessoas adiram a eles.

E os objetos sacros que os católicos trazem consigo?

O número de fiéis católicos que carregam imagens de santos, crucifixos, terços, medalhas, escapulários e outros objetos relacionados a Jesus Cristo é enorme. No entanto, tais objetos não devem ser utilizados como amuletos.

Quando um católico traz consigo tais imagens não é acreditando que elas possuam algum poder mágico. O objeto em si mesmo não pode nada. No entanto, apresenta algumas utilidades dentro da fé. Exemplos: lembra a pessoa do sacrifício de Jesus na Cruz e todo o amor de Deus para conosco. Ou mais: dar-se o testemunho de que se é cristão; lembra ao mundo a sua fé, divulga-a. Enfim, não é um amuleto, é um sacramental.

O fiel deve saber que aquele objeto que carrega consigo não é mágico e que deve apenas remeter a Cristo ou ao santo ali representado. Acreditar que determinados objetos têm poderes mágicos ou sobrenaturais é um equívoco. O que adianta, por exemplo, a pessoa ter um terço pendurado no carro, mas sair a 200 quilômetros por hora na Via Dutra e achar que só por causa do terço nada de ruim poderá acontecer?

Posso ter superstições?

Introdução

Conforme o Dicionário Michaelis "superstição" (superstitione) é um "sentimento religioso excessivo ou errôneo, que muitas vezes arrasta as pessoas ignorantes à prática de atos indevidos e absurdos. Crença errônea; falsa ideia a respeito do sobrenatural. Temor absurdo de coisas imaginárias". Superstição, crença ou prática que, geralmente, se considera irracional ou resultado da ignorância e do medo do desconhecido. Implica em crença nas forças invisíveis sobre as quais é possível influir. A magia negra, a feitiçaria, a bruxaria e, em geral, o ocultismo são frequentemente considerados superstição. Por definição, as superstições não são fundamentadas em verificações.

Superstições mais comuns: encontrar um gato preto; coceira da mão; orelha esquerda esquentar de repente; "sexta-feira 13". Simpatias e superstições mais comuns para o Ano Novo: lentilhas, romãs, bagos de uva, nozes, avelãs, castanhas e tâmaras. A cor da roupa para dar sorte: roupas íntimas novas, roupa branca, qualquer peça amarela, uma nota de dinheiro dentro do sapato. Sair de casa com pé direito para ter sorte, nunca passar debaixo de uma escada, não ter espelho quebrado em casa, porque dá azar etc.

Em nossos dias, a superstição tem revolucionado o mundo de forma categórica. Após toda uma geração declarar dogmaticamente e de uma vez por todas, a impossibilidade de que haja espíritos, a mesma geração deixou-se assustar por um pobre, pequeno espírito. Estas superstições são invenções de seu tempo.

Posição da Igreja

São Cipriano de Cartago[1], em sua obra "A Unidade da Igreja", chama a atenção daqueles que querem enganar os cristãos de vários modos inclusive com superstições: "Então, o que faz o malvado? Inventa nova fraude para enganar os incautos com o próprio título do nome cristão. Introduz as heresias e os cismas para derrubar a fé, para contaminar a verdade e dilacerar a unidade. Assim, não podendo mais segurar os seus na cegueira da antiga superstição, os rodeia, os conduz ao erro por novos caminhos. Rouba à Igreja os homens e, fazendo-lhes acreditar que alcançaram a luz e se subtraíram à noite do século, envolve-os ainda mais nas trevas: não observam a lei do Evangelho de Cristo e se dizem

cristãos, andam na escuridão e pensam que possuem a luz, nisto são iludidos e lisonjeados pelo adversário, que, como diz o Apóstolo, "se transfigura em anjo de luz" (2Cor 11,14)".

O Catecismo da Igreja Católica (nº 2138) condena claramente: "A superstição é um desvio do culto que rendemos ao verdadeiro Deus. Ela se mostra particularmente na

idolatria, assim como nas diferentes formas de adivinhação e de magia". Também a Congregação para a Doutrina da Fé, na declaração Dominus Iesus, afirma que a superstição é um erro podendo tornar-se um obstáculo para a salvação: "não se pode ignorar que certos ritos, enquanto dependentes da superstição ou de outros erros (cf. 1Cor 10,20-21), são mais propriamente um obstáculo à salvação".[2]

No número 2083 do Catecismo, lemos: "Jesus resumiu os deveres do homem para com Deus nestas palavras: 'Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com toda a tua mente' (Mt 22,37). Elas são um eco imediato do apelo solene: 'Escuta, Israel: o Senhor nosso Deus é o único'" (Dt 6,4).

O primeiro mandamento de Deus, "Amarás ao Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento", convida o homem a crer em Deus, a esperar nele e a amá-lo acima de tudo. O homem tem o dever de cultuar e adorar a Deus, tanto individualmente quanto em sociedade. A superstição é um desvio do culto que rendemos ao verdadeiro Deus, demonstrando-se na idolatria, na adivinhação e na magia.

A Igreja interdita todos os contatos dos fiéis com aqueles que se comunicam com o além, praticando a idolatria, a evocação dos mortos, a necromancia, a superstição e o esoterismo; todas as práticas ocultas que incitem à negação de Deus e dos sacramentos. O diálogo deve ser conduzido e realizado com a convicção de que a Igreja é o caminho normal de salvação e que só ela possui a plenitude dos meios de salvação.

A fé é sobrenatural, dom de Deus, capacita-nos a acreditar e viver as realidades sobrenaturais, que por serem espirituais, não deixam de ser reais. O cristão tem fé, porque "crê em Deus, em tudo o que Ele disse e nos revelou" (CIC, nº 1814). No entanto, na superstição, ao contrário, a pessoa acredita em objetos, gestos e rituais mágicos. Não é adesão a Deus e Sua revelação, mas a "crendices" surgidas no meio povo. Geralmente, essas superstições revelam medos e inseguranças, mas, às vezes, tomam forma de ocultismo como na magia, adivinhação e feitiçaria, proibidos pela Sagrada Escritura (cf. 2Rs 21,6; Is 2,6), e de astrologia, prática também abominada por Deus (cf. Dt 4,19).

O Catecismo, no número 2111, explica que atribuir eficácia sobrenatural aos materiais e sinais, independentemente da disposição do fiel, é superstição. Ou seja, se o fiel atribui um poder mágico a imagem ou a medalha, por exemplo, como se ela fosse fonte de graça e poder, independente de Deus e da fé da pessoa. Isso configura uma superstição.

A superstição "é um desvio do sentimento religioso e das práticas que se lhe impõem" (CIC, nº 2111). Ou seja, a superstição gera na pessoa uma religiosidade desfigurada. Outro problema é que muitas vezes leva a uma nociva dependência psicológica e social de coisas efêmeras, firmando na pessoa fragilidades psicológicas como o medo e a insegurança.

A superstição é ainda mais grave quando se transforma em idolatria. O Catecismo, no número 2138, afirma que idolatria consiste em divinizar o que não é Deus. É quando o homem presta honra e veneração a uma criatura no lugar de Deus (cf. CIC, nº 2113). A idolatria é um pecado contra o primeiro mandamento, que é "Amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento". A idolatria é

fortemente combatida em vários textos da Escritura como em 1Cor 6,9; 1Cor 10,7; Ef 5,5; Ap 21,8.

O apóstolo Paulo pergunta: “Quem nos condenará? Cristo Jesus, que morreu, ou melhor, que ressuscitou, que está à direita de Deus, é quem intercede por nós” (Rm 8,34). São Paulo disse também: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Rm 8,31).

Quebrar uma corrente de oraçãopode me dar azar?

Você já recebeu alguma corrente de oração?

Quem nunca recebeu, em seu celular, pela internet ou mesmo nos bancos das igrejas, a conhecida corrente de oração? Quem nunca recebeu aquela mensagem: “Passe essa oração para no mínimo…”? Falo aqui daquelas correntes em que as pessoas pedem que se propague a devoção a um santo ou um modelo de oração, sob a pena de maldição e desgraças. As pessoas recebem esses tipos de oração e ficam temerosas por não continuarem a corrente.

Sou obrigado ou não a passar esse tipo de oração a diante?

Uma coisa é a corrente de oração por uma pessoa ou uma intenção sadia, ou seja, por alguém que esteja precisando de uma graça da cura de uma doença, um emprego, uma necessidade particular, por exemplo. Não estou falando desse tipo de oração. Jesus ao dizer “digo-vos ainda isto: se dois de vós se unirem sobre a terra para pedir, seja o que for, consegui-lo-ão de meu Pai que está nos céus” (Mt 18,19), declara a importância de nos unirmos em oração para pedir a graça do Pai. Podemos nos unir em oração por uma intenção concreta e real, mesmo quando não conhecemos as pessoas participantes da oração ou não conhecemos a pessoa por quem estamos rezando.

Outra coisa bem diferente são essas correntes ameaçadoras, ou seja, “ameaçam” com certos castigos aqueles que não as seguirem à risca. São orações que prometem desgraças a quem não as fizer ou a quem as interromper temporária ou definitivamente, ou a quem não as repassar. Além disso, procuram sustentar tais ameaças citando falsos exemplos ou testemunhos de pessoas que supostamente as romperam e sofreram punições. Esse tipo de ameaça realiza verdadeira “chantagem psicológica”.

Em nome de Deus

A oração é instrumentalizada e transformada em superstição, ou seja, em oração pagã. Esse tipo de oração ou superstição tem a intenção de instrumentalizar Deus, como que O obrigasse a cumprir nossos desejos. Fomentam um tipo de oração a fim de conseguir resultados de modo mágico, fáceis, rápidos e interesseiros, sem considerarem a verdadeira vontade de Deus. Apresentam receitas ou fórmulas mágicas para conseguir resultados em detrimento da própria fé. Promove uma atitude de medo de Deus ao apresentá-Lo como castigador. Difundem uma imagem cada vez mais equivocada do Senhor, obrigam as pessoas a fazer mau uso da oração, desvirtuando ou banalizando-a.

Posso ou não quebrar a corrente?

A Igreja não admite que a oração seja instrumentalizada e reduzida a essa espécie de

“chantagem psicológica”. Mesmo que se admita a boa intenção, a de fazer crescer a devoção a determinado santo, na realidade, é superstição; atribui-se à simples materialidade dessas supostas orações uma eficácia que nelas não existem. Não podemos manipular Deus. Ele não se pauta pela vontade humana nem é um dispensador de milagres conforme nossos interesses.

O cristão não pode promover esses tipos de correntes de oração em nome de Deus porque se tornam falsos profetas e ninguém pode ameaçar outra pessoa em nome de Deus. As ameaças e fórmulas mágicas para conseguir resultados são contrárias à verdadeira fé, por isso, não só comete falta quem cria, envia e difunde essas correntes de oração, mas também quem acredita nelas.

Vincular desgraça ou recompensa a uma determinada corrente de oração é contrário aos ensinamentos da Igreja. Nem prêmio nem condenação decorrem de se participar ou não de uma “corrente”. O Catecismo nos lembra que “atribuir só à materialidade das orações ou aos sinais sacramentais a respectiva eficácia, independentemente das disposições interiores que exigem, é cair na superstição” (CIC, nº 2111).

Quebrar a corrente

Ninguém precisa se sentir mal por ignorá-las, quebrá-las. Aconselho que até quebrem esses tipos de correntes de oração porque elas nos enganam, apresentam uma falsa imagem de Deus, algo que Ele não é, ou seja, um Deus castigador e ameaçador. A pessoa acaba colocando a confiança na corrente, na materialidade da oração e não em Deus. É por isso que essas “correntes de oração” não merecem nossa credibilidade e podem ser quebradas.

Quando se encontra no banco de uma igreja, na porta da casa, papéis divulgando essas correntes de oração, lançando maldições, ou mesmo ao receber via internet, não se deve temê-las nem ficar preocupado, mesmo que prometam desgraças para quem não as divulgar. Esses tipos de ameaças, com certeza, não têm lugar na verdadeira religião cristã.

E as promessas ou “re-promessas” de início de ano?

As tradicionais “promessas da virada” e da esperança que revestem a vida humana

Todo Réveillon é igual em muitos aspectos. Sempre queremos melhorar nossas vidas em diversos aspectos e acabamos fazendo as famosas promessas ou re-promessas de começo de ano.

O fim de um ciclo marcado pelo calendário ou ano civil traz a muitas pessoas a esperança de mudanças ou melhoras. Exemplos: deixar de fumar, emagrecer, perder aquela barriguinha, voltar a praticar atividades físicas, mudar de emprego, dar mais atenção aos amigos, ter mais carinho com a família, abandonar aquele amor que parece impossível, começar a investir na carreira dos sonhos, começar a estudar inglês pra valer... enfim uma lista infindável que muitos conhecemos. Razões não faltam para as mais diversas promessas.

Estas promessas surgem pela mesma lógica que estimula as pessoas a começarem uma dieta na “segunda-feira”. Para muitos, a hora da virada é o momento que poderão se organizar para estabelecer a mudança, renovar seus sentimentos, aumentar sua disposição em cumprir as metas estabelecidas, retomar propósitos ou criar novos e mesmo abandonar o que avaliam que não foi bom no ano que termina. Richard Wiseman, psicólogo britânico, realizou uma pesquisa em 2007 e mostrou que pouco mais de 10% das pessoas cumprem suas promessas de fim de ano.

Outro fenômeno que desponta nesta época, sobretudo na mídia, são os denominados “gurus” das mais variadas denominações, formações e integridades. Pessoas que fazem previsões, apontam metas e dão respostas simples e mágicas para entender tudo e responder tudo. Muitos exploram o desespero das pessoas que querem soluções rápidas, mágicas e certamente positivas. Basta estarmos atentos às TVs, sobretudo no dia 31 de dezembro, para percebermos o aumento das consultas aos búzios, cartas, oráculos, crescimento nas vendas de livros de autoajuda etc. Isso sem contar os desejos feitos nessas datas que, presos às diversas simpatias, fazem desabrocharem as esperanças pelo menos nas primeiras semanas do ano e, para muitos murcham, logo depois.

O que leva ao fracasso as muitas promessas? Promessas em vão? Comprometemo-nos e não cumprimos porque somos fracos, sem força de vontade, frágeis seres à mercê de hábitos mais fortes, vítimas de nós mesmos, de nossa estrutura de pessoa, de um passado que nos condena? Devemos então deixar de lado nossos planos e promessas de ano novo e continuar a fazer do mesmo jeito; ou permanecer na passividade de quem espera o trem, parado com sua mala na estação? Não devemos fazer nada de diferente e ficar esperando que as coisas mudem de direção por si mesmas?

Esperança humana

A esperança tem seu enraizamento antropológico e é vivenciada como experiência de base da existência humana, pessoal, comunitária e coletiva. A esperança emerge, antes de tudo, como o dinamismo da vida. O enraizamento profundo da esperança no próprio elã vital inconsciente ou pré-consciente dá ao ser humano uma força e uma significação muito especiais. Ela é vivida antes de ser conhecida. Nutrir e reforçar a esperança é, antes de mais nada, oferecer bases e condições concretas de viver.

Em sua realização propriamente humana, a esperança vem ao encontro da pessoa que é um feixe vivo de desejos e de projetos. Seu ponto mesmo de inserção é o ser humano, como capacidade de êxito e de fracasso. O indivíduo, o casal, a família, a sociedade em todas as suas formas, são regidos por esta lei absoluta e imanente. Tudo e todos aspiram pelo êxito e têm horror ao fracasso. Esta lei se estende, simultânea e conjuntamente, ao plano inconsciente, pré-consciente e consciente.

É verdade que, no horizonte da esperança, há incertezas e temores, mas é verdade também que no horizonte da esperança há o ousar, a aventura. E também como afirma Emmanuel Mounier: "Um homem sem esperança reinventa sempre qualquer esperança". Gabriel Marcel ressaltava que quem vive a vida como uma rotina é "um desesperado que nem mesmo sabe que é desesperado". A esperança precisa ser vista no contexto da vida humana total. "Onde há vida, há esperança", diz o adágio popular! A esperança é, porém, para muitos, a força fundamental e primária que estimula e impulsiona toda atividade humana. Erich Fromm compara a esperança ao salto do tigre em direção ao seu objetivo. Esperar, pois, é um estado do ser, uma capacidade inata de sonhar e realizar o sonho. A esperança de ser feliz é a tendência fundamental do agir humano que o faz ser mais, abrir-se ao próximo, superar o egoísmo e a avidez.

Com tudo isto, afirmamos que não é um mal fazer promessas no início do ano, assumir propósitos, estabelecer metas, fazer projetos. É próprio do ser humano a esperança, o estabelecer projetos. O problema está no uso dos meios errados, falsos, ilusórios e mesmo de superstições como formas de conhecer o futuro e criar projetos. A superstição, crença ou prática que, geralmente, se considera irracional ou resultado da ignorância e do medo do desconhecido, implica em crença nas forças invisíveis sobre as quais acredita ser possível influir.

A esperança cristã e um futuro melhor

"Amarás ao Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento". Este mandamento convida o homem a crer em Deus, a esperar Nele e a amá-Lo acima de tudo. O homem tem o dever de cultuar e adorar a Deus, tanto individualmente quanto em sociedade, portanto, "a superstição é um desvio do culto que rendemos ao verdadeiro Deus, demonstrando-se na idolatria, na adivinhação e na magia" (CIC, nº 2138).

A esperança cristã é vivida na oração, na virtude da paciência e na prática da caridade. O agir cristão é todo esperança, pois busca o fim último do homem em Deus. Esperar, para o cristão, nunca foi um acomodar-se. A esperança cristã possui um caráter de confiança em Deus que inclui um desejo e uma tendência em direção ao futuro. A

experiência momentânea não pode ser o único fundamento de uma teologia cristã da esperança.

Toda esperança se apoia na convicção de que é possível alcançar o objeto esperado. Na esperança humana, o fundamento dessa convicção são as forças humanas e a crença na bondade fundamental dos seres. No homem religioso, isso se transforma na crença numa Providência Divina, em um Deus que se revelou como Pai e quer o bem de seus filhos. O cristão não busca respostas ou iluminações em objetos, superstições ou falsos "gurus", mas é na Palavra de Deus que encontra luz para o futuro e forças para caminhar.

Iluminar corações e mentes com a Boa Notícia da Salvação é essencial para que todos possam compreender que a esperança humana – os anseios mais profundos do homem – se realizam, de modo definitivo, na esperança cristã.

A comunidade cristã pode, finalmente, dar sentido às cruzes e aos sofrimentos do homem contemporâneo, pois ela própria sabe que sua esperança repousa na cruz e na ressurreição do seu Senhor.

Sem grandes ilusões, mas também sem pessimismo exagerado e sem desespero, enfrentemos cada ano novo como quem crê nos bons e quem não tem medo dos maus. Que cada ano novo nos encontre como encontrou os outros cristãos desde o ano primeiro da nossa era. Esperando dias melhores e fazendo os dias melhores!

Casais homossexuais podem batizar seus filhos?

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal de autorizar a adoção de crianças por casais homossexuais e com o desejo destes de batizar essas crianças na Igreja Católica, gerou-se um debate sobre o batismo delas.

O batismo de crianças

A Igreja, a quem foi confiada a missão de evangelizar e batizar, desde os primeiros séculos, batizou não só os adultos, mas também as crianças. Nas Palavras do Senhor: "Quem não renascer da água e do Espírito Santo, não pode entrar no reino de Deus" (Jo 3,5). A Igreja Católica, conforme os Cânones 849 e 868 do Direito Canônico, "sempre entendeu que as crianças não devem ser privadas do batismo, uma vez que são batizadas na fé da Igreja, proclamada pelos pais e padrinhos e por todos os fiéis presentes". Neles está representada tanto a Igreja local como a comunidade universal dos santos e fiéis: a Mãe Igreja, que, toda ela, gera a todos e a cada um.[1]

A prática sacramental da Igreja Católica relativa ao batismo sempre levou em conta duas realidades: a necessidade do batismo para a salvação e a responsabilidade dos pais e padrinhos no processo da completa realização da iniciação cristã.

O Catecismo da Igreja Católica (nº 1250) ensina que "por nascerem com uma natureza humana decaída e manchada pelo pecado original, também as crianças precisam do novo nascimento no batismo, a fim de serem libertadas do poder das trevas e serem transferidas para o domínio da liberdade dos filhos de Deus, para o qual todos os homens são chamados. A pura gratuidade da graça da salvação é particularmente manifesta no batismo das crianças. Por isso, a Igreja e os pais privariam a criança da graça inestimável de se tornar filho de Deus, se não lhe conferissem o batismo pouco depois do seu nascimento". Os efeitos principais desse sacramento são "a purificação dos pecados e o novo nascimento no Espírito Santo".

As crianças devem ser educadas na fé

A Igreja, ao batizar crianças, pede que se ofereçam garantias mínimas para a educação na fé do neófito e o acompanhamento necessário para que a iniciação cristã seja completada e se garanta uma participação consciente e frutuosa no seio da Igreja.

As crianças devem ser educadas na fé em que foram batizadas, a fim de que descubram, pouco a pouco, o plano de Deus em Cristo, para que, finalmente, possam ratificar por si mesmas a fé em que foram batizadas.

O batismo de filhos de pessoas em união homossexual

Papa Francisco, na Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, pediu que a Igreja fosse

sempre a “casa aberta do Pai” e que, além das portas do templo, se considerasse com prudência e audácia não fechar outras portas, pois “todos podem participar de alguma forma na vida eclesial, todos podem fazer parte da comunidade, e nem sequer as portas dos sacramentos se deveriam fechar por uma razão qualquer. Isso vale, sobretudo, quando se trata daquele sacramento que é a “porta”: o batismo. […] Muitas vezes, agimos como controladores da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega; é a casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa”.[2]

Entre as múltiplas situações que exige atenção pastoral na administração do batismo está o fato de pessoas do mesmo sexo, que convivem em união estável ou não, pedirem o batismo para as crianças adotadas ou filhos biológicos de um dos parceiros ou parceira. Trata-se de fiéis católicos que pedem o batismo para crianças tuteladas por eles. A Igreja tem uma atitude de acolhida, de misericórdia, compaixão e proximidade. Nunca as portas estarão fechadas para ninguém.

O fato de a Igreja Católica aceitar o batismo das crianças adotadas ou filhas de casais homossexuais não significa que ela aprova o casamento homossexual. A Igreja está dizendo que os filhos deles podem ser batizados, mas continua contrária à união entre pessoas do mesmo sexo. Embora objetivamente se encontrem numa situação contrária à doutrina da fé católica, são membros da Igreja de pleno direito e, como tal, responsáveis por promover o crescimento da Igreja e sua contínua santificação.

Convém, portanto, recordar que a situação de vida do pai ou da mãe não é mais importante que a graça do batismo e a criança não tem nenhuma responsabilidade pelo estado de vida de quem pede para ela o sacramento. Isso vale para qualquer situação. Devemos ressaltar que a questão dos pais não infringe o sacramento das crianças.

Mesmo permanecendo contra a união entre pessoas do mesmo sexo, a Igreja Católica deve adotar uma atitude respeitosa e não julgadora em relação aos que vivem nessas uniões, e acolher filhos de casais gays. O tema está descrito no Instrumentum Laboris da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos, no número 120, no qual evidenciou-se o
dever da Igreja de averiguar as garantias da transmissão da fé ao filho e recordou que, em caso de dúvidas sobre a capacidade efetiva de educar cristãmente o filho por parte de pessoas do mesmo sexo, fosse garantido o apoio adequado, podendo-se lançar mão da contribuição que, neste sentido, outras pessoas do seu ambiente familiar e social podem oferecer. Indicava-se também que para esses casos o pároco tenha particular cuidado na preparação do batismo e que se dê uma atenção específica na escolha do padrinho e da madrinha.

Veja o texto:

> Caso as pessoas que vivem nestas uniões (de pessoas do mesmo sexo) peçam o batismo para o filho, as respostas, quase unanimemente, ressaltam que o filho deve ser acolhido com as mesmas atenção, ternura e solicitude que recebem os outros filhos.
> Muitas respostas indicam que seria útil receber diretrizes pastorais mais concretas para essas situações. É

evidente que a Igreja tem o dever de averiguar as condições reais em vista da transmissão da fé ao filho. Caso se alimentem dúvidas racionais sobre a capacidade efetiva de educar cristãmente o filho por parte de pessoas do mesmo sexo, garanta-se o apoio adequado – como de resto é exigido de qualquer outro casal que pede o batismo para seus filhos. Neste sentido, uma ajuda poderia vir também de outras pessoas presentes no seu ambiente familiar e social. Nesses casos, a preparação para o eventual batismo do filho será particularmente cuidada pelo pároco, também com uma atenção específica na escolha do padrinho e da madrinha.

Celebração do batismo e escolha dos padrinhos

A prudência pastoral indica que se cuide para que a celebração do batismo não seja interpretada como uma espécie de aprovação eclesial da união homossexual. O pároco cuidará para que a celebração do batismo não seja instrumentalizada para fins políticos ou como propaganda da assim chamada “cultura gay”.

No entanto, a concessão do batismo a crianças pressupõe o compromisso dos pais e padrinhos de as educarem na fé que eles devem exemplarmente professar e viver. A Igreja exige, por assim dizer, as condições mínimas para que a semente da fé (a graça), plantada no batismo, encontre as condições para desabrochar e florescer (natureza). A graça pressupõe a natureza.

Cabe aos pais a tarefa de escolher com critério e responsabilidade os padrinhos, de modo a garantir que, na ausência deles, o filho tenha educação cristã de qualidade, não só pelo ensinamento da doutrina, mas, principalmente, pela vivência diária da fé. Que os padrinhos sejam exemplos a serem seguidos, inspirando o batizando a viver também o sentido profundo do seu batismo, que "é a fonte da vida nova em Cristo, fonte esta da qual brota toda a vida cristã" (CIC, nº 1254).

O que se entende por “ideologia de gênero”?

De acordo com alguns médicos e psiquiatras idealizadores da ideologia de gênero, sexo biológico, gênero, orientação e expressão, elementos que formam o comportamento sexual humano, não são opções divididas apenas entre o feminino e o masculino. São gradações e podem ser combinadas, dando origem a inúmeras possibilidades. O conceito de gênero é definido como “um sistema de papéis e relações entre o homem e a mulher, que não é determinado biologicamente, mas depende do contexto social, político e econômico. Assim como a sexualidade biológica é nata, assim o “gender” é um produto resultante da educação”.

Quando a criança nasce não deve ser considerada do sexo masculino ou sexo feminino. Depois ela fará esta escolha. Essa é a chamada “identidade de gênero” ou “ideologia de gênero”. A identidade sexual resulta do modo como a criança foi educada, por isso, às vezes é diferente da sexualidade biológica. Um dos objetivos dessa ideologia é eliminar as diferenças sexuais entre o masculino e feminino, que são determinadas por diferenças biológicas entre homem e mulher. Inclusive, já existem escolas para crianças na Suécia e na Holanda, onde não se pode chamar o aluno de menino ou menina, chama-os apenas de crianças, porque eles devem decidir quando crescerem se serão homens ou mulheres, o que é antinatural.

O que nos ensina a doutrina católica?

Papa Francisco afirma que “a ideologia de gênero é um erro da mente humana que provoca muita confusão”. Portanto, a família está sendo atacada.” Em vez de reconhecer que Deus criou as pessoas como homens e mulheres, a ideologia afirma que (o ser homem e o ser mulher) são constructos sociais e que agora nós podemos decidir o que seremos.

A doutrina católica não pode ficar indiferente diante de uma ideologia que tem como objetivo atacar a família, o matrimônio, a maternidade, a paternidade, a moral na vida sexual e a vida pré-natal. Deus criou o homem e a mulher, as duas sexualidades distintas, mas iguais; instituiu o matrimônio e a família, bem como as leis que regulam a moral. Portanto, os cristãos devem defender a cultura que enfatiza e respeita as diferenças entre homens e mulheres e o valor da família.

O Papa Francisco afirma ainda que “isso é colonização ideológica”, ou seja, “coloniza-se as pessoas com uma ideia que quer mudar uma mentalidade ou uma estrutura.” Nesta colonização existe o plano para implantar a ideologia de gênero nas escolas através dos “Planos Municipais de Educação”.

Os bispos católicos do estado de São Paulo (Regional Sul 1 da CNBB) declaram que, as consequências da introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas

contradiz frontalmente a configuração antropológica de família, transmitida há milênios em todas as culturas. Isso submeteria as crianças e jovens a um processo de esvaziamento de valores cultivados na família, fundamento insubstituível para a construção da sociedade. Diante dessa grave ameaça aos valores da família, esperamos dos governantes do Legislativo e Executivo uma tomada de posição que garanta para as novas gerações uma escola que promova a família, tal como a entendem a Constituição Federal (artigo 226) e a tradição cristã, que moldou a cultura brasileira.

O que é disforia de gênero (“transgênero”)?

Vivemos a era do que podemos chamar de “multiplicação do sexo”. O modo de viver a sexualidade está se tornando cada vez mais diversificado, ou seja, de acordo com alguns médicos e psiquiatras, sexo biológico, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero — elementos que formam o comportamento sexual humano — não são opções divididas apenas entre o feminino e o masculino. São gradações e podem ser combinadas, dando origem a inúmeras possibilidades. Esta é uma ideia que vem tomando espaço nos debates na sociedade.

Nossa reflexão neste texto será sobre uma destas possibilidades: pessoas transgênero. O debate sobre este tema está presente em várias esferas da sociedade, escolas, meios de comunicação, igrejas, novelas, páginas sociais, famílias etc.

Quem são as pessoas ditas “transgêneros”?

Cisgênero: cis, do latim, significa “do mesmo lado” ou “ao lado de”. Ou seja, este prefixo faz referência a concordância da identidade de gênero do indivíduo com a sua configuração hormonal e genital de nascença. Cisgênero é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu “gênero de nascença”.

Transgênero é quando a pessoa não se identifica com o seu sexo biológico, mas sim com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído biologicamente. Transgênero é muitas vezes usado para descrever alguém que sente que o seu corpo e sexo não são iguais. Isso porque eles se aproximam mais de um gênero distinto daquele que sua formação biológica e seu sexo indicam.

Conforme alguns autores, pessoas que alegam ser transgênero sofrem de “disforia de gênero”, também conhecida como “transtorno de identidade de gênero”, ou seja, um transtorno psicológico. Disforia de gênero é quando a identidade sexual que a pessoa afirma ter é incompatível com seu corpo. Disforia é um sentimento de insatisfação, ansiedade e inquietação. É um distúrbio em que a pessoa não se identifica com seu sexo biológico e afirma se sentir infeliz. No entanto, pessoas que escolhem assumir uma “identidade de gênero” diferente de seu sexo biológico são conhecidas como “transgêneros”.

As pessoas que têm disforia de gênero afirmam se sentirem que não são do gênero que fisicamente parecem ser. Por exemplo, uma pessoa que tem os órgãos genitais masculinos e todas as outras características físicas de um homem pode sentir que ele é, na verdade, uma mulher. Essa pessoa teria um intenso desejo de ter um corpo feminino para ser aceito por outros como uma mulher. Ou, alguém com as características físicas de uma mulher iria sentir que a sua identidade é do sexo masculino.

Disto surgem algumas perguntas: é possível uma pessoa nascer "no corpo errado"? Crianças e adolescentes confusas a respeito do próprio gênero estão determinadas a serem "transgêneros" na vida adulta? Qual a posição da Igreja em relação à disforia de gênero?

A Associação American College of Pediatricians, nos Estados Unidos, divulgou recentemente um estudo sobre disforia de gênero e afirma que não existe evidência científica de que pessoas com disforia de gênero tenham "nascido no corpo errado". Estudos de gêmeos revelam que, quando um dos irmãos se identifica como transgênero, apenas 20% das vezes o outro também se identifica. Essa pesquisa mostra que a disforia de gênero não é resultado de influências genéticas pré-natais ou hormonais. A grande maioria das pessoas que se identificam como transgêneros é de homens e mulheres normais, tanto genética quanto biologicamente. A pesquisa ainda revela que a maior parte das pessoas com disforia de gênero na infância/adolescência não se identificam como transgêneros ao se tornarem adultas.[1]

Conforme a embriogênese, quando os fetos são formados a partir da fecundação do óvulo com o espermatozoide, existem dois cromossomos sexuais, XX ou XY, se for menina (XX) ou menino (XY). Os genes contidos nesses cromossomos determinam o desenvolvimento biológico, físico dos fetos. Deste modo, os embriões desenvolvem diferentes órgãos de acordo com o seu sexo. Na puberdade, produzem muitos hormônios, a testosterona (no caso dos homens) ou o estrogênio e a progesterona (nas mulheres), que influenciam tanto na forma física e no desenvolvimento da pessoa, como em uma série de características emocionais, psicológicas etc.

Em um artigo publicado em 7 de março 2017 no site Posición.pe, intitulado "Sobre a ideologia de gênero", a doutora Pamela Puppo, doutora em Biodiversidade, Genética e Evolução, afirma que, "não aceitar ideologia de gênero não é discriminação, não é ser intolerante nem homofóbico", mas "é simplesmente biologia". A doutora sublinhou que, contrariamente aos princípios da ideologia de gênero, "o fato de nascer homem ou mulher não é um fato cultural, é biológico". "Não me digam que quando uma mulher que está grávida faz o ultrassom para saber o sexo do bebê e pergunta ao seu médico se é menino ou menina ela está sendo homofóbica?" Além disso, a especialista adverte que "a ideologia de gênero não promove a igualdade entre os sexos, a ideologia de gênero promove a assexualização do ser humano". Entretanto, assinala, "o sentimento não supera a natureza".

Para a doutora, "eu não posso mudar de acordo com a minha vontade. Se um dia decido ser um gato, esse sentimento não vai fazer com que tenha pêlo e que cresça um rabo. Eu nasci mulher e tenho uma série de órgãos próprios: útero, ovários, vagina, vulva. Eu não tenho 'direito' de ter uma próstata!".

A doutora adverte ainda que as pessoas que nascem com um sexo e depois sentem que não têm o sexo correto, "sofrem uma síndrome conhecida como 'disforia de gênero'. Não é a regra, é a exceção. Não entrarei em casuísticas, basta dizer que essas pessoas devem ser respeitadas, amadas e acompanhadas".

Ao finalizar seu artigo, a Dra. Puppo sublinhou que "a igualdade não é conquistada

negando as nossas diferenças sexuais. A igualdade é alcançada por meio do respeito das diferenças de cada sexo e o que cada sexo contribui para a sociedade".

O grande questionamento que surge é quando a única opção oferecida para muitas pessoas com ou sem disforia de gênero é a mudança de sexo. Novelas, meios de comunicação e alguns profissionais apresentam como "solução única" mudar de sexo. Apesar dos fatos clínicos, muitas crianças com (ou sem) disforia de gênero estão sendo intensamente motivadas ou mesmo induzidas a mudarem de sexo e sendo submetidas a um protocolo de tratamentos hormonais e cirúrgicos precoces e contínuos. Porém, em vez de direcionar essas pessoas ao suporte psicológico, a cultura atual alimenta as suas ilusões. E muitos chegam ao extremo de se submeter à cirurgia de "mudança de sexo".

Qual a posição da Igreja Católica?

O importante seria uma abordagem mais compassiva para amparar as crianças/adolescentes com disforia de gênero e a psicoterapia para ajudá-las a adequar sua identidade de gênero a seu sexo biológico. A terapia com um psicólogo ou psiquiatra faz parte de qualquer tratamento para a disforia de gênero. Psicoterapia é uma maneira de ajustar conflitos interiores que esta condição pode provocar na pessoa. O objetivo não é simplesmente mudar a forma como a pessoa se sente sobre o seu gênero, porém é também lidar com o sofrimento que pode vir com esses sentimentos.

Além da psicoterapia, muitas pessoas optam por modificar a sua aparência física, de acordo com a forma como elas se sentem por dentro. Elas podem mudar a forma como se vestem ou querer usar um nome diferente. Elas também podem tomar remédio ou fazer uma cirurgia para mudar sua aparência. Esta mudança acontece ainda quando são crianças/adolescentes e muitas vezes são induzidas pela própria sociedade. Crianças não estão em condições de dar um consentimento esclarecido e significativo para procedimentos mais sérios e potencialmente arriscados, como é o caso de terapia hormonal ou cirurgias. Estas pessoas são levadas a pensar que, via de regra, a transição corporal de gênero é essencial para obter o reconhecimento social da masculinidade/feminilidade autoidentificada e um conforto psíquico.

A condição da pessoa e a pressão social colocam as pessoas com ou sem disforia de gênero com muita frequência numa posição de vulnerabilidade social que as incentiva a estarem em conflitos internos e, por vezes, tomarem a iniciativa de se encaixarem em normas de gênero mais pela pressão social que pelo seu desejo íntimo e pessoal.

Pesquisas mostram que a maioria, entre 50 e 88%, das crianças que manifestam disforia resolvem esta, no decorrer do tempo, sem transição para outro gênero. Isso sugere que a transição só é terapêutica para uma minoria das crianças que manifestam disforia.[2] Ainda, na verdade, a probabilidade maior é que não seja trans, mas gay.

Também contradiz a noção de que basta uma criança dizer que é de outro gênero para aceitar que isto é um fato. Não é transfóbico pensar que há uma probabilidade substancial de ela não ser, mas é o resultado mais provável. Não se pode atribuir todos os problemas psíquicos das pessoas trans à resistência da sociedade à sua transição.[3]

Camille Paglia, feminista e lésbica, afirma que transformar o corpo cirurgicamente

(para “virar” homem ou mulher) é uma ilusão. Seguem alguns trechos de sua entrevista dada ao jornal “Folha de São Paulo”, em maio de 2015:

> Transformar o corpo cirurgicamente (para “virar” homem ou mulher) é uma ilusão. Há um número muito pequeno de pessoas realmente intersexuais. É uma anormalidade congênita. A maioria dos casos não é assim. Intervir no corpo, removendo o pênis ou os seios, é uma ilusão porque todas as células do seu corpo permanecem sendo o que elas sempre foram. Simplesmente não é verdade que você mudou de gênero.
> Eu acredito que é preciso respeitar o desejo das pessoas de transformar seus corpos, seja por motivos cosméticos, médicos ou de gênero. Cada um tem poder sobre o próprio corpo e eu sou uma libertária neste sentido. Por outro lado, ninguém vai me convencer de que a Chaz Bono, a filha transgênero da atriz Cher, é um homem. Ele precisa tomar uma injeção de hormônios todos os dias para ser o que é, um transgênero, nunca um homem. Cada célula daquele corpo é uma célula feminina.[4]

O Catecismo da Igreja Católica no número 2333 ensina que: “Cabe a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar sua identidade sexual”, este é o ideal cristão e o ensinamento da Igreja. Temos que considerar também algo importante, o Catecismo também reconhece que existem pessoas com várias tendências sexuais, as quais devem ser acolhidas e respeitadas. Nesta mesma perspectiva segue o Papa Francisco ao responder para o jornalista Josh McElwee, do National Catholic Reporter as perguntas: “Mas eu gostaria de perguntar o que diria a uma pessoa que sofreu por anos com sua sexualidade? Se realmente sente que é um problema biológico e seu aspecto físico não corresponde ao que ele ou ela considera sua identidade sexual. O senhor, como pastor e ministro, como acompanharia a estas pessoas?” Responde o Papa: “Quando uma pessoa tem essa condição e chega diante de Jesus, o Senhor não lhe dirá: ‘Vai embora porque você é homossexual!’ Não!”.

Campanha em favor do aborto é contrária aos princípios cristãos?

Existe hoje em muitos países uma campanha entre autoridades civis, médicos, algumas entidades sociais etc que defendem o direito da mulher de praticar abortos em vários estágios de desenvolvimento do bebê ainda em gestação. Tais entidades defendem a autonomia da mulher sem considerarem em nenhum momento a autonomia e a dignidade da criança que se encontra no útero materno. A autonomia absoluta que não respeita o direito do outro de nascer, crescer e morrer naturalmente.

O apoio de tais pessoas ou entidades à autorização ou ao direito da mulher abortar é a exaltação à cultura da violência e da morte. A morte direta e voluntária de um ser humano inocente é sempre gravemente imoral. Importante lembrar o que nos disse São João Paulo II: "Nada e ninguém pode autorizar que se dê a morte a um ser humano inocente, seja ele feto ou embrião, criança ou adulto, velho, doente incurável ou agonizante". Todos têm direito à vida.

Dado considerado grave nesse contexto é o poder "educativo" – que na verdade é deseducativo – de grupos considerados importantes e influentes de criar mentalidades. Infelizmente, leis iníquas criam também consciências errôneas, formam pessoas com mentalidades erradas.

Podemos classificar as leis em divinas (lei natural, lei antiga e lei nova) e humanas (lei civil e lei eclesiástica). Elas devem manter uma relação entre si, caso contrário, perdem em sua licitude. A lei moral é a expressão formulada de um valor moral. Não é a lei que diz o que é um valor, mas o valor é que fundamenta a elaboração da lei. A legitimidade da norma moral deve estar baseada num valor moral. Este é o seu fundamento objetivo, lógico e obrigante. Portanto, a vida é um valor desde a concepção e, por isto, a lei deve protegê-la em todas as suas fases do desenvolvimento.

Uma lei civil não pode ser considerada moral à medida que seu conteúdo vai contra o conteúdo da lei natural ou da revelada. Nesse caso, deve ser suprimida. As leis civis iníquas são aquelas que se opõem à dignidade da pessoa. "Nem tudo o que é juridicamente correto será moralmente lícito", ou seja, uma lei que defende o direito ao aborto é contrária ao valor da vida nascente e por isto é ilícita.

No entanto, a vida de uma criança no ventre da mãe deve ser protegida pela lei, cada qual no seu estágio de desenvolvimento. Trata-se de um direito inalienável. Permitir a cessação dessa vida é praticar o crime de aborto. Independentemente do estágio de desenvolvimento ou do estado de saúde, a vida humana sempre deve ser preservada e defendida. Não podemos admitir exceções. A Igreja se mostra radical quando o assunto é defesa da vida humana, em particular a indefesa. A defesa da vida humana tem que ser garantida apesar do que possa se desenvolver depois. A Igreja católica sempre se posiciona na defesa da inviolabilidade da vida humana, mesmo ainda não nascida.

As leis de um país ou um sistema normativo têm seu valor, mas também têm suas limitações e falhas. Por um lado, elas iluminam e explicitam o sentido dos valores morais e ajudam as pessoas a captá-los e realizá-los. Por outro lado, a fórmula normativa corre o risco de não expressar adequadamente o valor e assim o oculta. Portanto, qualquer lei contrária à vida, neste caso a vida da criança ainda no útero da mãe, não é moral. Na mão das autoridades constituídas, a norma facilmente se torna instrumento de manipulação e dominação das consciências.

A sociedade civil com suas leis deve favorecer a vida e o bem comum de um determinado povo. As leis do Estado são obrigatórias "em consciência", ou seja, não automaticamente, mas após um exame de consciência que tem como critério de avaliação a lei revelada e a lei natural. As leis civis injustas são aquelas que se opõem à vida e ao bem comum do povo. Estas não obrigam em consciência. Pelo contrário, existe a obrigação moral de não seguir as suas disposições e de tentar mudá-las (At 5,29); e se isto não for possível, que se tente reduzir os seus efeitos negativos (cf. CIC, nº 2254, 2255 e 2256).

Do exame "em consciência" da lei do Estado, podemos tirar a seguinte conclusão: a lei civil pode vir a ser desonesta quando seu conteúdo vai contra o conteúdo da lei natural ou da revelada. Nesse caso, deve ser desobedecida. Por exemplo, o aborto provocado. O importante é resguardar a coerência moral no discernimento para que os integrantes da sociedade não confundam o mal com o bem em matéria jurídica e moral.

Posso abortar criança anencéfala?

A anencefalia consiste em má formação rara do tubo neural acontecida entre o 16° e o 26° dia de gestação, caracterizada pela ausência total ou parcial do encéfalo e da calota craniana, proveniente de defeito de fechamento do tubo neural durante a formação embrionária. A anencefalia não caracteriza somente casos de ausência total do encéfalo, mas, sobretudo, casos em que observa-se graus variados de danos encefálicos.

Na prática, a palavra "anencefalia" geralmente é utilizada para caracterizar uma má formação fetal do cérebro. Nestas cirscuntâncias, o bebê pode apresentar algumas partes do tronco cerebral funcionando, garantindo algumas funções vitais do organismo.

Portanto, a criança anencéfala não está em morte cerebral. A chamada morte encefálica, referida pela Lei Federal nº 9434/1997, consiste na cessação total e definitiva de funções em todo o encéfalo e não apenas no cérebro. Este é o critério adotado para declarar a morte com certeza: "o cessar completo e irreversível de toda atividade cerebral".

A morte direta e voluntária de um ser humano inocente é sempre gravemente imoral. "Nada e ninguém pode autorizar que se dê a morte a um ser humano inocente, seja ele feto ou embrião, criança ou adulto, velho, doente incurável ou agonizante".

Todos têm direito à vida. Nenhuma legislação jamais poderá tornar lícito um ato que é intrinsecamente ilícito. Portanto, diante da ética que proíbe a eliminação de um ser humano inocente, não se pode aceitar exceções. Os fetos anencefálicos não são descartáveis. O aborto de feto com anencefalia é uma pena de morte decretada contra um ser humano frágil e indefeso.

Com toda certeza, afirmo que a vida humana é sagrada e possui dignidade inviolável. Fazendo, ainda, ecoar a Palavra de Deus que serviu de lema, por exemplo, para a Campanha da Fraternidade do ano de 2008: "Escolhe, pois, a vida" (Dt 30,19).

No entanto, a vida de um anencéfalo também deve ser protegida pela lei, assim como a de um embrião. Cada qual no seu estágio de desenvolvimento. Trata-se de um direito inalienável. Permitir a interrupção dessa vida é praticar o crime de aborto (artigos 124 a 128 do Código Penal).

Independentemente do estado de saúde, a vida humana sempre deve ser preservada. A Igreja se mostra radical quando o assunto é defesa da vida humana, em particular a indefesa. A defesa da vida humana tem que ser garantida apesar do que possa se desenvolver depois. Quem vai definir o limite com que uma pessoa pode ou não nascer?

A Igreja católica é coerente com o pensamento de Jesus que assumiu a condição humana para trazer vida a todos e vida em abundância. A Igreja Católica sempre se posiciona na defesa da inviolabilidade da vida humana, mesmo ainda não nascida. A proteção da vida humana inocente e indefesa deveria interessar a todos, acima de

concepções religiosas ou ideológicas. É questão de humanidade, não apenas de religião.

O drama pessoal por que passa a gestante não pode ser superado com a eliminação do mais "fraco". "Não se pode tentar resolver o que é dramático com o trágico! No dramático existe a possibilidade de uma positividade, no trágico só a destruição".[1] A vida deve ser acolhida como dom e compromisso, mesmo
que seu percurso natural seja, presumivelmente, breve. Há uma enorme diferença ética, moral e espiritual entre a morte natural e a morte provocada. Aplica-se aqui, o mandamento: "Não matarás" (Ex 20,13).

No caso dos anencéfalos, devemos sempre entender e afirmar que são seres humanos vivos e, por isto, merecem tratamento jurídico e humano que decorrem da dignidade da pessoa humana a ser protegida. A inviolabilidade da vida é um direito primeiro.

Posso ser a favor do aborto?

Cultura do aborto

"Minha vida recomeça a cada manhã e termina a cada noite" (Edith Stein)

Talvez, para muitos dos nossos católicos, tem surgido a dúvida se o aborto é errado ou não, se é pecado ou não. No passado, havia a certeza de que abortar uma criança é sempre errado. Mas de onde surgem as dúvidas de hoje? Aquilo que, no passado era uma certeza, hoje já é duvidoso. Estou certo de que as dúvidas surgidas na cabeça do nosso povo têm sua origem numa campanha pró aborto e imposta de uma forma bem sutil. Esta campanha está criando em nossa sociedade a cultura do aborto.

Estamos entrando numa cultura da morte sem percebermos. Como diz o médico francês J. Lejeune, "se a saúde da mãe está ameaçada, se mata a criança; se a saúde da criança está ameaçada, se mata a criança; se a saúde pública está ameaçada, se mata a criança". O aborto não é terapêutico, não cura a criança e nem resolve o problema da mãe, ele elimina a criança.

A morte direta e voluntária de um ser humano inocente é sempre gravemente imoral. Importante lembrar o que nos disse São João Paulo II: "Nada e ninguém pode autorizar que se dê a morte a um ser humano inocente, seja ele feto ou embrião, criança ou adulto, velho, doente incurável ou agonizante". Todos têm direito à vida.

Outro ponto importante quando se fala de aborto são as leis que permitem ou não o aborto. Temos que ter a consciência de que nem tudo aquilo que é legal é moral, leis que aprovam o aborto, que não defendem a vida desde o nascimento são danosas e não merecem ser respeitadas. Nenhuma legislação jamais poderá tornar lícito um ato que é intrinsecamente ilícito. Portanto, o aborto é uma pena de morte decretada contra um ser humano frágil e indefeso. Por isto, com toda certeza afirmo que a vida humana é sagrada e possui dignidade inviolável e precisa ser defendida e preservada desde a concepção.

No entanto, a vida de uma criança no ventre da mãe deve ser protegida pela lei, cada qual no seu estágio de desenvolvimento. Trata-se de um direito inalienável. Permitir a interrupção dessa vida é praticar o crime de aborto. Não podemos admitir exceções. Independentemente das condições da mãe ou da criança, a vida humana sempre deve ser preservada. A Igreja se mostra radical quando o assunto é defesa da vida humana, em particular a indefesa. A defesa da vida humana tem que ser garantida apesar do que possa se desenvolver depois.

A Igreja Católica é coerente com o pensamento de Jesus que assumiu a condição humana para trazer vida a todos e vida em abundância. A Igreja sempre se posiciona na defesa da inviolabilidade da vida humana, mesmo ainda não nascida. A proteção da vida humana inocente e indefesa deveria interessar a todos, acima de concepções religiosas ou ideológicas; é questão de humanidade, não apenas de religião. A vida deve ser acolhida como dom e compromisso. Há uma enorme diferença ética, moral e espiritual entre a morte natural e a morte provocada. Aplica-se aqui, o mandamento: "Não matarás" (Ex 20,13).

A cultura da morte não entrou em nossa sociedade de um dia para o outro; é uma cultura e como tal pode ser mudada. Acredito que, ainda antes de denunciarmos e combatermos os atentados à vida, o que também é importante, temos de defender e exaltar a vida, celebrá-la e valorizá-la. E esta é a resposta a todos aqueles que defendem a cultura do aborto ou a cultura da morte. A vida é importante e, por isto, não se justifica o aborto.

Cabe aos cristãos lutarem e afirmarem a vida. O aborto é um problema profundamente humano e, dessa forma, exige ser enfrentado e resolvido à luz da razão e por todos. A vida é sagrada e deve ser respeitada até o final, ou seja, não se pode adiantar o final da vida. A vida é o que temos de mais precioso.

Não quero abortar, mas não tenho condições de criar o filho. O que devo fazer?

Em minha vida de padre, sobretudo de professor de bioética (com isso, muitas situações que envolvem aborto chegam até mim), deparei-me com vários casos de mulheres que, estando grávidas, com consciência moral cristã, por várias circunstâncias eram "forçadas" a buscar pelo aborto. Entre os motivos apresentados está a não condição de criar um filho: "Não quero abortar, mas não tenho condições de criar um filho".

Procuram-me aquelas mães que, diante da gravidez e da falta de condições para criar um filho, sofrem a angústia da dúvida. Um detalhe que me preocupa é que, raramente, elas vêm acompanhadas por seus parceiros ou algum parente. Trata-se de um problema real e grave, que afeta a vida de milhares de mulheres que vivem o drama entre o aborto, a consciência moral e a criação do filho. Em muitas situações, a mãe tem consciência da moralidade do ato de abortar. Estão grávidas e, por isso, já vivem o dom da maternidade; porém, vivem o medo da incapacidade, seja por motivos econômicos, afetivos ou sociais para criar o filho.

Minha experiência fez-me conhecer bem os condicionamentos que levaram muitas mulheres a tomar a decisão de abortar. Sei que é um drama existencial e moral. Encontrei muitas mulheres que traziam no seu coração a cicatriz causada por essa angústia sofrida e dolorosa.

Em uma mulher com convicções normais, seja com fé ou sem fé, a decisão de abortar é um processo complicado e doloroso. Existe uma tendência natural nas mulheres de continuar a maternidade começada com a concepção do novo indivíduo. A decisão de abortar pode gerar uma crise por diversos fatores externos e/ou internos, que conflitam o psicológico da mulher, como o peso que ela vê na criação do filho, especialmente se já tem outros filhos. Essa situação pode desembocar em um autêntico embate interior enfrentado pela mulher com a necessidade de tomar uma decisão. Infelizmente, em grande parte dos casos, se necessitar de conselho, poderão "empurrar" ao aborto, especialmente se, em seu caso, a lei civil o ampara, a medicina o garante e para a sociedade é indiferente.

O acompanhamento de mulheres nessa situação é uma arte a favor do bem e da vida. É assegurar para a mãe que o bebê é um dom de Deus, um sinal da providência, e que nunca deverá ser visto como um problema a mais na vida dela. O feto é um ser humano, igual a qualquer um de nós, e parte integral da comunidade humana com sua dignidade. Agora, a destruição de uma vida humana não é solução para o que, basicamente, é um problema econômico e social. Consiste em ajudar essa mãe a perceber que nunca estará sozinha e a ser corajosa na decisão de não abortar.

Todas as experiências abortivas são automaticamente "estressantes" e angustiantes. E

o que a mulher pensa ser a solução para um problema, no caso a situação econômica, acaba se tornando outro problema maior ainda: encarar a realidade da consciência de, um dia, ter provocado um aborto e que aquele filho poderia estar com ela na luta pela vida. O aborto de um filho nunca poderá ser olhado como solução para um problema social.

O aborto não é definitivamente uma "solução fácil" de um grave problema, mas um ato agressivo, que terá repercussões contínuas na vida da mulher; e é nesse sentido que ela é vítima da sua própria decisão. A maioria das mulheres que conheci e que se submeteram a abortos teria preferido outra solução para o problema.

Muitas mulheres praticam o aborto em uma situação desesperadora de medo ou insegurança. Por mais "liberta" que a mulher esteja dos padrões morais e religiosos, por mais consciente da impossibilidade de levar a termo sua gestação, por mais indesejada que tenha sido a gravidez, abortar é uma decisão que, na grande maioria das vezes, envolve angústia e drama de consciência. Os fatos comprovam que o aborto não é uma solução para dificuldades psicossociais, pelo contrário, após o aborto persiste a crise e se acrescenta o risco de novas e mais graves consequências psíquicas.

Algumas atitudes práticas para ajudar uma mulher a não abortar e escolher a vida para o bebê é, primeiro, ter a mesma atitude de Jesus: aproximar-se sem julgar ou condenar. Acolher a mãe em sua história, angústia e conflito; demonstrar compaixão e confiança, sentir a dor daquela mãe. Ouvir a história da mulher que pensa em abortar, porque ouvir é acolher, é respeitar e ter carinho. Procure saber como ela está, deixe a pessoa falar. Para ajudar é preciso ouvir; e foi dessa forma que Jesus agiu com os discípulos de Emaús, primeiro os escutou. Deixe a mãe contar o que está acontecendo, quais as razões que levam essa mulher a pensar em abortar. Por que ela pensa que o aborto vai solucionar o problema?

O apoio afetivo é muito importante. A mulher precisa perceber que não está sozinha. É preciso manifestar solidariedade para com ela. A mulher precisa perceber que alguém se importa com ela e está disposto em ajudá-la. Mostre que ela é forte e capaz de superar aquele momento, que ter um filho não é o fim do mundo; pelo contrário, é um dom de Deus, é uma notícia a ser celebrada com alegria. As tribulações passam, as crises se superam, mas para o aborto não existe volta e ele pode marcar a vida da mulher para sempre. O filho que ela espera é uma vida a ser acolhida e cuidada. Nesse momento, uma amizade sincera e verdadeira é muito importante. Converse um pouco sobre o aborto, suas consequências e sequelas. Busque exemplo nas mães que enfrentaram os dissabores da gravidez inesperada e hoje estão felizes, com paz de consciência por terem feito a opção de não abortar.

Para certas situações, não bastam somente palavras. É preciso ter propostas concretas. Busque, em sua cidade e comunidade, formas de ajudar essa mulher que pensa no aborto. Ela pode estar precisando de ajuda médica, material, psicológica e espiritual. De imediato, você pode não saber onde encontrar esses serviços, mas se prontifique a procurar e entrar em contato com ela o mais rápido possível.

O drama pessoal pelo qual passa a gestante não pode ser superado com a eliminação do mais "fraco", "não se pode tentar resolver o que é dramático com o trágico! No

dramático existe a possibilidade de uma positividade, no trágico só a destruição". A vida deve ser acolhida como dom e compromisso. Como afirma o Papa Emérito Bento XVI, "o amor de Deus não faz diferença entre o neoconcebido, ainda no seio de sua mãe, e a criança, o jovem, o homem maduro ou o idoso. Não faz diferença, porque em cada um deles vê a marca da própria imagem e semelhança" (cf. Gn 1,26).

"Tu modelaste as entranhas do meu ser e formaste-me no seio de minha mãe. Dou-te graças por tão espantosas maravilhas; admiráveis são as tuas obras. Conhecias até o fundo da minha alma", como reza um Salmo (Sl 139 [138], 13-14), referindo-se à intervenção direta de Deus na criação de cada novo ser humano.

Quais são os maiores interesses no uso de fetos abortados?

Existem outros interesses em fetos abortados, além dos fabulosos recursos financeiros para o controle populacional

O aborto é entendido como a interrupção da gravidez antes do tempo, isto é, quando o feto ainda não tem condições de subsistir fora do útero materno. O aborto pode acontecer de modo espontâneo ou voluntário. Muitas são as razões de quem busca o aborto voluntário: quando a gestação põe em risco a vida da mãe; quando existe o risco de a criança nascer com anomalias ou malformações; em casos de gravidez indesejada; por questões estéticas, psicológicas; para o comércio de tecidos fetais; uso dos órgãos para transplantes etc.

Quais são os maiores interesses no uso de fetos abortados?

O comércio de tecidos humanos de fetos abortados; o interesse em transplantes de tecidos e pesquisas com embriões e fetos humanos; os defensores da inseminação artificial; fabricantes de cosméticos e sabonetes, que se utilizam de fetos abortados como matéria prima para seus produtos[1]; a preservação de partes vivas de embriões em cultura de células para obtenção de órgãos para transplantes[2]; e outros[3].

Além dos fabulosos recursos financeiros para o controle populacional, os fabricantes de cosméticos e sabonetes investem milhões de dólares para tornar o aborto legal e a contracepção um programa de governo, objetivando a venda de seus produtos e a expansão de seus negócios. O que menos vem em conta é a vida humana. A ganância supera a mínima preocupação com a ética, a moral, a saúde e o bem-estar de seus clientes.

Conforme o site "LifeSite Daily News" – August 8, 2002 (LSNºca) -, tecidos de fetos abortados serão vendidos no mercado internacional. A companhia com sede em Melbourne, ES CellInternational, disse que vai usar tecido de fetos se for considerado o melhor material para produzir células-tronco embrionárias humanas em grande quantidade para experimentos.

"Protocolo Confidencial Maio" – Agosto de 1999 -, em seu site, apresenta uma tabela de preços de embriões/fetos a

bortados que variam de acordo com a "idade gestacional", se é "fresco ou congelado". Apresenta também outra tabela de acordo com os gastos por serviço.

Trago aqui alguns exemplos:[4]

* Fígado de um feto com 8 semanas ou menos tem 30% de desconto, se significativamente fragmentado – US$ 150;

* Fígado de um feto com mais de 8 semanas, tem 30% de desconto, se significativamente fragmentado – US$ 125;
* Baço de um feto de 8 semanas ou menos – US$ 75;
* Baço de um feto com mais de 8 semanas – US$ 50;
* Cérebro de um feto com 8 semanas ou menos, 30% de desconto, se significativamente fragmentado – US$ 999;
*Cérebro de um feto com mais de 8 semanas, tem 30% de desconto, se significativamente fragmentado – US$ 150.

E entre todos os crimes que o homem pode realizar contra a vida, o aborto provocado apresenta características que o tornam particularmente grave e detestável. O Concílio Vaticano II o define, juntamente com o infanticídio, como "crime abominável". "Existem os que ousam trazer soluções desonestas a esses problemas e não recuam até mesmo diante da destruição da vida. Deus, com efeito, que é o Senhor da vida, confiou aos homens o nobre encargo de preservar a vida para ser exercido de maneira condigna do homem. Por isso, a vida deve ser protegida com o máximo cuidado desde a concepção".[5]

A morte direta e voluntária de um ser humano inocente é sempre gravemente imoral. Importante lembrar o que nos disse São João Paulo II: "Nada nem ninguém pode autorizar que se dê a morte a um ser humano inocente, seja ele feto ou embrião, criança ou adulto, velho, doente incurável ou agonizante". Todos têm direito à vida. Também o Catecismo da Igreja Católica afirma: "A vida humana deve ser respeitada e protegida de maneira absoluta a partir do momento da concepção. Desde o primeiro momento de sua existência, o ser humano deve ver reconhecidos os seus direitos de pessoa, entre os quais o direito inviolável de todo ser inocente à vida" (CIC, nº 2270).

Outro ponto importante, quando se fala de aborto, são as leis que permitem ou não o aborto. Temos de ter a consciência de que nem tudo aquilo que é legal é moral; leis que aprovam o aborto, que não defendem a vida desde o nascimento, são danosas e não merecem ser respeitadas. Nenhuma legislação
jamais poderá tornar lícito um ato que é intrinsecamente ilícito. Portanto, o aborto é uma pena de morte decretada contra um ser humano frágil e indefeso. Por isso, com toda certeza, afirmo que a vida humana é sagrada, possui dignidade inviolável e precisa ser defendida e preservada desde a concepção.

No entanto, a vida de uma criança no ventre da mãe deve ser protegida pela lei, cada qual no seu estágio de desenvolvimento. Trata-se de um direito inalienável. Permitir a interrupção dessa vida é praticar o crime de aborto. Não podemos admitir exceções. Independente das condições da mãe ou da criança, a vida humana sempre deve ser preservada. A Igreja se mostra radical quando o assunto é a defesa da vida humana, em particular a indefesa. A defesa da vida humana tem que ser garantida apesar do que possa se desenvolver depois.

"Desde o momento da concepção, a vida de todo ser humano deve ser respeitada de modo absoluto, porque o homem é, na terra, a única criatura que Deus "quis por si mesma". A vida é sagrada porque comporta "a ação criadora de Deus" e permanece para

sempre em uma relação especial com o Criador, seu único fim".[6]

Assim resumimos: todo ser humano, inclusive a criança no útero materno, possui o direito à vida imediatamente de Deus, não dos pais nem de qualquer outra autoridade humana. Todo aborto voluntário é um atentado contra a vida e é contrário à vontade divina.

Por que gerar o filho resultado de um estupro?

Mulheres que passaram pela violência do estupro lidam com o temor de gerar um filho do agressor

Para mulheres que passaram por violência sexual e engravidaram, gerar o filho de seu agressor é um grande receio. É frequente ouvirmos notícias relatando casos de estupros contra mulheres. De acordo como o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 213 (Lei 12015, de 2009), estupro é "constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". O estupro é considerado um dos crimes mais violentos, por isso é um crime hediondo.

Papa Francisco alerta que toda violência sexual representa "uma monstruosidade absoluta" e "um pecado horroroso", que vai totalmente contra a "tudo o que Cristo ensina". A violência sexual é uma agressão à dignidade da pessoa humana, por isso, é crime e pecado. Condenamos radicalmente toda forma de violência sexual.

O agressor deverá ser julgado e, se comprovado o crime, receber a pena justa. Neste artigo, quero analisar a situação em que, por consequência do estupro, há uma gravidez. Qual deverá ser a atitude da mulher que se encontra grávida de seu estuprador?

Esse assunto gera conflitos e opiniões divergentes. O aborto, como sabemos, pode ser considerado como uma escolha entre a vida e a morte da criança que está sendo gerada. Para alguns, a gravidez resultante de um estupro é um mal, não se poderia obrigar a mulher a viver "com as consequências do estupro", neste caso, a gravidez. Para eliminar essas "consequências", então, valeria tudo, até mesmo abortar. A impressão é que, se eliminar a criança que está sendo gerada no ventre da mãe, resolve o problema para a mulher.

Mulheres que passaram pela violência de um estupro lidam com alguns temores, doenças sexualmente transmissíveis, sentimento de medo, "presença" do agressor, revolta, vergonha da sociedade, sentimento de fracasso e um temor ainda maior, o de estar grávida, ou seja, o de ter gerado um filho do agressor; a angústia de ter um filho indesejado e, ainda por cima, de um homem que, muitas vezes, nem sequer viram o rosto ou sabem o nome e quem a violentou. Nessas situações, a criança no ventre se torna a representação do estupro e a mulher nega essa relação.

Para aquelas que decidem ter a criança, se não forem ajudadas, o período da gravidez pode tornar-se muito mais traumático. Tudo vai depender da forma de relação com as pessoas e do apoio e ajuda que receberem. Toda mulher que sofre violência sexual deverá buscar ajuda em centros especializados, numa tentativa de evitar o contágio pelo vírus HIV. Deverão ser submetidas a uma bateria de exames e também receberem apoio psicológico.

Algumas pessoas sugerem que, em geral, as vítimas de abuso sexual, ao ficarem

grávidas, queiram natural e necessariamente fazer um aborto. Em 1981, uma importante pesquisa conduzida por Sandra Mahkorn[1], especialista no assunto, mostra que de 75 a 85% das vítimas de estupro escolheram levar adiante a sua gestação.

"Essa evidência, por si só, deveria fazer as pessoas pensarem e refletirem sobre o pressuposto de que o aborto é querido ou até mesmo melhor para vítimas de violação sexual", escreve David Reardon, PhD em Bioética, especialista em ética biomédica e pesquisador e diretor do Instituto Elliot de Pesquisa das Ciências Sociais. O Dr. David Reardon diz ainda: "As pessoas pulam para conclusões sobre estupro e incesto com base no medo…".[2]

O Instituto Elliot publicou uma pesquisa recente que mostra que o aborto impede as vítimas de estupro de se recuperarem. Constatou-se que 73% das vítimas de estupro optaram por continuar a gravidez e não abortar. Em vez de aliviar a angústia psicológica das vítimas de violência sexual, o aborto traz mais angústia. Dr. David Reardon, especialista em questões pós-aborto, diz: "A evidência mostra que o aborto aumenta os traumas e o risco de suicídio, mas o ato de deixar a criança nascer reduz esses riscos".

O assunto do aborto se torna ainda mais exaltado quando se fala em legalização e, imediatamente, é levantada a questão dos "casos difíceis", ou seja, as situações que deixam até mesmo as pessoas que são contra o aborto, as mais benevolentes confundidas diante dos casos de gravidez resultantes de um estupro.

Qual o ensinamento do magistério católico?

Mesmo sendo resultado de uma gravidez indesejada, o nascituro tem direito à vida. O modo como uma criança é concebida não implica em sua dignidade de pessoa; ela tem a mesma dignidade. Usam de eufemismos, conforme os defensores, e assim o aborto pode ser terapêutico, sentimental, eugênico e social que estão codificados nos artigos 124, 125, 126, 127, 128 do Código Penal. Mas o que nos interessa aqui é o chamado aborto sentimental (art. 128 CP), que ocorre quando a gestação é fruto de estupro, que é realizado por motivo psicológico. Aborto não é terapêutico, pois, não cura ninguém, até ao contrário, tira uma vida; nem mesmo sentimental, ou seja, os sentimentos de uma pessoa não lhe dão direitos sobre a vida de outra, mesmo que esta esteja em seu útero.

Conforme o Código Penal: art. 128 – Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I – Se não há outro meio de salvar a vida da gestante. Aborto no caso de gravidez resultante de estupro (aborto humanitário).

II – Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

O aborto de anencéfalos não será configurado como crime previsto nos artigos 124 ao 128 do Código Penal Brasileiro (descriminalização desse tipo de aborto).

Assim como afirma João Paulo II, "a tolerância legal do aborto (…) não pode, de modo algum, fazer apelo ao respeito pela consciência dos outros, precisamente porque a

sociedade tem o direito e o dever de se defender contra os abusos que se possam verificar em nome da consciência e com o pretexto da liberdade".[3] Só porque o homem é livre, não significa que tudo o que faz seja bom ou moralmente legítimo. Nem tudo o que é legal ou normal é ético ou moral.

Ensina Santo Tomás de Aquino: "Toda lei constituída pelos homens tem força de lei só na medida em que deriva da lei natural. Se, ao contrário, em alguma coisa está em contraste com a lei natural, então não é lei, mas sim corrupção da lei".[4] Ao elaborar uma lei civil, o homem não pode contradizer a lei natural. A lei natural "não é mais do que a luz da inteligência infundida por Deus em nós. Graças a ela, conhecemos o que se deve cumprir e o que se deve evitar. Esta luz e esta lei, Deus a concedeu na criação".[5] A legitimidade de uma lei deve estar baseada num valor moral. As leis civis injustas são aquelas que se opõem ao valor verdadeiro. Estas não

obrigam em consciência; pelo contrário, existe a obrigação moral de não seguir as suas disposições e de tentar mudá-las (At 5,29); e, se isto não for possível, que se tente reduzir os seus efeitos negativos (cf. CIC, nº 2254, 2255 e 2256).

Assim, uma norma que autorizasse as mães a matarem os próprios filhos, sob quaisquer circunstâncias, seria uma lei falsa, ilícita e não passaria de uma arbitrariedade. Mulheres vítimas de estupro e que estão grávidas necessitam do apoio da sociedade, da família, dos amigos e cristãos para ajudá-las em seu processo de cura. O estupro é um crime, mas não é cometido pela criança. O aborto não é uma alternativa humana, pois uma criança concebida num estupro também é vítima e tem o mesmo valor humano que um bebê concebido num matrimônio. Nos casos que a mãe pensa em abortar, cabe a nós convencê-la e ajudá-la a continuar a gravidez e, com autorização da mãe, de encaminhar a criança para um serviço de adoção.

Muitos médicos, psicólogos, familiares que são a favor do aborto aproveitam da fragilidade da mulher vítima de estupro e exercem pressão para eliminar a criança que ela está gerando em seu corpo através do aborto. Nenhum crime, por mais assombroso e terrível que tenha sido, pode justificar o assassinato de um ser humano frágil e inocente no ventre materno.

A ressurreição de Cristo ajuda na defesa da vida?

A vida vence a morte

A Ressurreição de Jesus é o início de um novo tempo, o viver, o morrer e o ressuscitar de Cristo inaugura um novo tempo. A história de Deus, revelada na Páscoa, é a história da nossa salvação. A Ressurreição de Jesus Cristo nos revela, de maneira plena e completa, a nossa vida e o nosso futuro. Vivemos na presença do Ressuscitado, do Deus vivo que faz diferença em nossa história. O Deus de Jesus Cristo é o Deus da vida e não da morte.

Jesus é a vítima inocente e Sua Ressurreição é a manifestação do poder de Deus sobre a morte, sobre a injustiça e o pecado. A Ressurreição de Jesus é a revelação do Deus da vida, é a marca definitiva d'Ele na história da humanidade. A vida vence a morte, a luz vence as trevas, o amor vence o ódio, a justiça de Deus é a nossa salvação. O pecado destrói a vida, a ressurreição restaura a vida, o amor de Deus envolve plenamente a humanidade. Deus recria a humanidade para o amor e vida plena.

Em Jesus Cristo Ressuscitado recebemos a resposta de Deus: "Ele é a vida que vence a morte". Em Deus, toda a humanidade é restabelecida, a vida é iluminada pela luz do ressuscitado, Cristo ressuscitou, está vivo e permanece conosco e em nós.

Neste tempo de tantas agressões ao ser humano, somos convidados à reflexão sobre uma das formas mais profunda de vivência da fé, a defesa da vida humana. O homem, criado "à imagem e semelhança de Deus", feito no amor e para o amor, encontra no Cristo Ressuscitado a confirmação da sua dignidade e, neste amor, é convidado à vida. Se assim escolhermos, tornamo-nos testemunhas, protagonistas da preservação da vida e da luta contra todas as formas de morte. O homem aspira, sem cessar, o direito à vida, uma realidade de justiça, amor, fraternidade, comunhão, paz e dignidade. Respeitar o ser humano em sua dignidade é escolher a vida para si e para os outros, ou seja, é vencer a morte, é lutar contra a "cultura de morte" que está sendo implantada na sociedade.

A Ressurreição nos dá a certeza de que "Jesus está vivo"! Ao vivermos a Páscoa do Senhor, nossa comunidade é chamada a defender a vida, a agir em busca das realizações da vida humana, a construir um mundo melhor para todos, que cada um seja respeitado em sua dignidade de pessoa humana. A mensagem da Páscoa é provocadora, o amor vence o ódio, o bem vence o mal, a vida vence a morte e nós, a exemplo do Cristo Ressuscitado, tornamo-nos responsáveis pela continuidade desta Páscoa.

A Igreja deve “intrometer-se” em assuntos científicos?

Estamos vivendo um momento intenso de reflexão sobre temas referentes à vida humana. Os avanços científicos, sobretudo na engenharia genética suscitaram debates éticos. Os vários setores do poder público, judiciário, religioso, científico e privado estão mobilizados neste debate.

Dentro desse cenário de enorme avanço científico no campo da genética, as questões que confrontam o cientificamente possível e o eticamente admissível serão cada vez mais frequentes.

A vida humana está em pauta. Quando começa? O que a caracteriza? Como deve ser respeitada em sua dignidade? O que é interessante é que estes temas estão sendo comentados em casas, nas escolas, Igrejas, na rua, entre amigos etc.

O debate público é de enorme relevância, pois a Igreja mesma entende a necessidade do esclarecimento sobre o respeito à dignidade da pessoa. A competência da comunidade de decidir sobre os rumos da engenharia genética não deve ficar só nas mãos dos cientistas e dos políticos. A humanidade inteira deve ter suas instâncias de participação.

Um dos setores mais envolvido neste debate e que mais recebe críticas é a Igreja Católica. A Igreja é criticada por pessoas e setores da comunidade alegando dogmatismo, imposição, arbitrariedade, desrespeito pela liberdade, intenção de dominar o estado etc. Muitos afirmam que o estado é laico e, por isto, a Igreja não deve se “intrometer”.

Interessante que, quando no Brasil havia perseguição política a presos e exilados políticos, a Igreja se manifestava, lutava até à perseguição, e com muitos religiosos perdendo a vida, não se ouviam gritos de que o estado é laico. Hoje, neste debate em torno da bioética, da defesa da vida, muitos, motivados por seus interesses políticos, econômicos, de poder, fama, científicos etc. lutam por deixar a Igreja fora deste debate.

A Igreja não deve julgar a priori os possíveis desdobramentos destes avanços, mas manter um diálogo constante com o mundo científico para se inteirar das possibilidades, perigos e limites dessa nova etapa que se descortina na história da humanidade. Portanto, é necessário que haja uma espécie de vigilância ética no âmbito técnico-científico, com a finalidade de obstar qualquer experimento que ameace ou fira a dignidade humana.

Isso não significa, porém, impedir o avanço científico em áreas que trarão claros benefícios à humanidade. A Igreja deve estar atenta à necessidade de defender a vida em geral e também a vida individualizada, de cada ser humano, portador de características genéticas próprias; a lutar contra toda e qualquer linha de pesquisa que fere diretamente a vida. Consciente de sua missão, a Igreja deve zelar pela vida em qualquer estágio ou situação, missão esta recebida do próprio Cristo.

Cabe também à Igreja zelar para que os benefícios decorrentes das pesquisas

científicas não fiquem restritos a uma ínfima parcela de privilegiados, mas estejam ao alcance de toda a humanidade. Em abril de 2003, o Cardeal Biffi, arcebispo de Bologna, fez um sermão no qual, incidentemente, tratou da "parresia". Esse termo aparece nos Atos dos Apóstolos como sinônimo de "franqueza evangélica": "Vendo a convicção (franqueza) de Pedro e de João" (At 4,13). Franqueza traduz o significado do termo grego "parresia", termo que quer dizer "liberdade de palavra" e "capacidade de exprimir-se sem medos".

Conforme os escritos apostólicos, "parresia" é a coragem de anunciar o Senhor Jesus e sua mensagem de luz, mesmo diante de quem é hostil, prevenido, por vezes até prepotente e opressivo. Não é a temeridade de perturbar os irmãos na fé, propondo opiniões mundanas e compromissos fáceis. É desafiar os dominadores deste século (os donos do poder, da riqueza, da informação) confiando-se apenas na força do Evangelho"(…). "Essa franqueza apostólica é um dom precioso do Espírito Santo (…)".[1]

A atitude da Igreja é, e deve ser sempre, de denunciar com coragem, franqueza (parresia) toda ameaça à vida. Tudo o que fere a vida em sua dignidade deve ser excluído do nosso meio. A Igreja, a exemplo do Bom Pastor, se torna responsável de

cuidar, proteger, curar, apascentar o povo e, de forma particular e exigente, os fracos, indefesos e sem cuidados.

> Em bons pastos as apascentarei, e nos altos montes de Israel será o seu curral; deitar-se-ão ali num bom curral, e pastarão em pastos gordos nos montes de Israel. Eu mesmo apascentarei as minhas ovelhas, e eu as farei repousar, diz o Senhor Deus. A perdida buscarei, e a desgarrada tornarei a trazer; a quebrada ligarei, e a enferma fortalecerei; e a gorda e a forte vigiarei. Apascentá-las-ei com justiça. (Ez 34,14-16).

Numa atitude de fidelidade, a Igreja tem o compromisso vindo do próprio Cristo de defender toda a criação e, de modo especial, a vida humana. A missão da Igreja se torna mais urgente e necessária para com os mais pobres e indefesos, aqueles que na sua vulnerabilidade ou inocência são continuamente ameaçados em seu direito de viver.

A Igreja, conhecedora do projeto Divino e consciente de sua missão, assume o compromisso de defender a vida que é ferida, agredida por uma sociedade que a ameaça. Diante de Deus e da humanidade, a Igreja, mesmo sendo ridicularizada por muitos setores da sociedade, não pode se omitir, ela tem que ter uma atitude profética, ainda que seja no deserto, de defender, promover e respeitar a vida desde a concepção até o momento de sua passagem definitiva.

Como a Igreja se posiciona em relação à alteração genética em embriões?

Pela primeira vez na história, cientistas de várias partes do mundo estão autorizados a modificar geneticamente embriões humanos para que possam evitar chances de aborto e problemas com o feto.

A licença foi concedida pelo órgão independente Hfea (Fertilização Humana e Embriologia do Reino Unido), no entanto, esses embriões ainda não podem ser implantados nas mulheres. Contudo, a decisão representa um grande marco no uso da tecnologia revolucionária da edição de gene.

Sabemos que, por meio da técnica, é possível a intervenção direta no genoma da pessoa (DNA) e que o homem se serve dela para suprir as condições deficitárias que são as características mais relevantes de sua natureza física. A tecnologia é um instrumento, um meio e não tem o poder de decifrar os valores. A valoração deve acontecer por meio da hermenêutica da ação.

As ciências biológicas e a medicina chegaram a descobertas fantásticas, beneficiando indivíduos e populações. Com a genética humana, o homem é capaz de colocar suas mãos em territórios até então desconhecidos e enigmáticos. Essas novas descobertas trazem esperanças de melhoria da qualidade de vida, do afastamento do homem da morte, mas, por outro lado, despertam dúvidas e temores que precisam ser analisados com responsabilidade em vista da própria vida do ser humano.

Nem todas as intervenções genéticas são questionáveis da mesma forma

A Igreja Católica afirma que nem todas as intervenções genéticas são questionáveis da mesma forma, pois as intervenções que buscam restaurar a pessoa para o estado normal de saúde, que buscam a cura de uma doença, que têm o intuito terapêutico de eliminar preventivamente as doenças ou com efeito profilático, podem ser permitidas moral e juridicamente. A manipulação genética que visa o tratamento de doenças é justificável e aceitável pelo magistério católico.

Uma coisa é a engenharia do tipo terapêutica, cujo fim é restituir a integridade normal do sujeito; outra coisa é a que visa melhorar ou alterar o patrimônio genético e criar pessoas diferentes. Esse tipo de intervenção instaura situações estruturais ou coações internas insuperáveis, com consequências irreversíveis de uma decisão unilateral. A intervenção altamente invasiva sobre a natureza biológica da pessoa pode alterar a identidade genética do indivíduo e, consequentemente, sua integridade.

O magistério católico é favorável às pesquisas científicas. Reconhecemos a necessidade de maiores conhecimentos e desenvolvimentos da tecnologia genética, mesmo assim, temos a preocupação com o crescente poder dos engenheiros genéticos e, em particular, com governos armados da tecnologia genética, pois os genes contêm o segredo da vida e o genótipo representa nossa identidade genética que está em conexão com a identidade da pessoa.

Manipulação genética pode curar doenças hereditárias?

Um dos grandes feitos da engenharia genética é a manipulação dos genes com o objetivo de curar doenças genéticas conhecida como terapia gênica ou genetarapia. Terapia é o uso da engenharia genética para tratar as pessoas portadoras de doenças, deficiências ou danos, com o desejo de restaurá-las para o estado normal de saúde.

Eliminação das doenças: terapia gênica

O potencial da medicina genética para tratar doenças humanas que têm base genética é cada vez maior. A engenharia genética proporcionou a descoberta das causas de muitas doenças com bases genéticas. No momento, fala-se em mais de 6.000 doenças genéticas. Existem doenças com base em um só gene (monogênicas) e outras poligênicas (multigênicas).

A manipulação genética pode ser usada para a eliminação sistemática dos, assim chamados, traços biológicos "indesejáveis", ou seja, a geneterapia ou terapia gênica, com a possibilidade de manipular o patrimônio genético humano, o datum original da pessoa, somente em sentido terapêutico.

Comitato Nazionale per la Bioetica (CNB – italiano) define a terapia gênica com os seguintes termos: "A introdução de um gene, isto é, de um fragmento de DNA, em organismos ou células humanas, que tem o efeito de prevenir e/ou curar uma condição patológica". A terapia gênica, no sentido mais amplo do termo, é o tratamento de doenças hereditárias, congênitas ou adquiridas, mediante a transferência de material genético sadio para as células do corpo afetadas. A terapia gênica em sentido estrito consiste na correção de uma anomalia presente em um gene ou no mascaramento ou neutralização da sua ação. Pode-se falar neste caso de terapia do gene ou sobre o gene, uma vez que envolve diretamente o gene responsável pela patologia.

A intervenção genética pode ter como fim buscado a cura ou prevenção de uma doença de base genética, isto quando o resultado ou o objetivo desejado é terapêutico. Partimos do princípio de que a terapia visa a ajudar alguém que apresenta uma doença genética.

Que questões éticas são suscitadas pela terapia genética?

Alteração genética pode acontecer de duas formas: nas células somáticas ou nas células germinativas. As células somáticas são aquelas que constituem todo o corpo (soma) do organismo e compõem a maioria do nosso organismo. Células germinativas são gametas masculino (espermatozoide), feminino (óvulo) ou mesmo o ovo fecundado nos primórdios da divisão embrionária, embrião precoce.

Intervenção gênica em células somáticas

A intervenção gênica em células somáticas, que busca reparar uma "falha genética" provoca o mal-estar do indivíduo com objetivo terapêutico, está de acordo com o respeito à pessoa que tem o direito à saúde. Afirmamos que, levando em conta a situação do doente, não existindo melhores alternativas e, pesados os benefícios e os riscos, ao prevalecerem os benefícios, a alteração genética, em células somáticas, com o objetivo de resolver problemas hereditários, poderá aplicar-se sem reservas morais. Contudo, a exigência legal de submeter a diversas comissões os protocolos para sua investigação em sujeitos humanos é necessária e deverá ser respeitada.

Entretanto, para a intervenção gênica em células somáticas devem vigorar as condições éticas estabelecidas para experimentação humana, notadamente a autonomia, o consentimento do doente ou responsável e a relação risco-benefício. O objetivo terapêutico deve visar a uma anomalia grave e não ser confundido com motivo de conveniência, enfim, a ausência de alternativas eficazes.

O Papa João Paulo II (discurso para o grupo de biólogos – 1982) escreve que as intervenções terapêuticas são por si lícitas, colocando-se na categoria do "artificial necessário", ou seja, quando é possível a transferência ou a mutação dos genes para melhorar as condições de saúde das pessoas com doenças cromossômicas. A finalidade terapêutica é boa e é eticamente aceitável.

Podemos dizer, que quando forem superadas as dificuldades técnicas e o risco para a pessoa, serão justificadas as intervenções legitimamente terapêuticas em células somáticas. Para a terapia gênica somática o juízo é em linha de princípio favorável se respeitar os princípios que defendem a autonomia, a beneficência, a justiça e o bem-estar do indivíduo em conformidade com a própria normalidade da natureza humana.

Intervenção gênica em células germinativas

Quando se trata da intervenção terapêutica em células germinativas, um dos grandes questionamentos feitos é se a intervenção gênica pode utilizar a técnica para tratar células germinativas, considerando aqui os gametas masculino e feminino ou o ovo fecundado nos primórdios da divisão embrionária quando as células não começaram a diferenciar-se.

Um dado importante a ser aqui considerado para a avaliação ética é que as intervenções genéticas em linha germinativa apresentam consequências em todas as descendências, ou seja, a correção gênica operada sobre um ovo modifica a totalidade das células mesmo germinativas, mudando o patrimônio genético não apenas para o sujeito tratado, mas ainda para sua descendência, perturbando a sequência evolutiva da humanidade neste filo. Quando for possível a terapia genética em linhas germinativas, muitas doenças poderão ser tratadas ainda no útero da mãe ou mesmo diretamente nos gametas.

Muitos justificam que a terapia na linha germinal deve ser permitida porque é uma forma mais efetiva de erradicar as doenças para as quais se efetua a terapia das células somáticas, pois seria mais eficaz e de menor custo que a terapia gênica sobre células somáticas. Ao passo que para os que se posicionam contrários justificam-se na incerteza

sobre quando começa a vida individual, a pessoa e a quem pertence o patrimônio genético do indivíduo. A instrução Dignitas personae exclui a terapia genética germinal pelos atuais riscos significativos e ligados a qualquer manipulação genética não-controlável e que não permita atingir o resultado terapêutico assim como a possibilidade que estes danos propaguem à descendência. Portanto, para o magistério católico não é lícita a alteração genética para fins terapêuticos em células germinativas.

Uma situação importante a ser considerada com a realização da terapia gênica em células somáticas ou germinativas consiste no grande risco de haver uma divisão entre pessoas geneticamente melhoradas pela eliminação da doença e as concebidas naturalmente com suas imperfeições.

O que a Igreja diz sobre clonagem humana?

Os dois tipos de clonagem humana: clonagem terapêutica e reprodutiva

Clonagem humana é a cópia geneticamente idêntica de um ser humano. Importante destacar que é a cópia genética e não da pessoa. Pessoa é mais que o biológico. Ao clonar características genéticas, clona-se a biologia do indivíduo, não sua personalidade, ou seja, pode-se clonar o genótipo da pessoa e não a pessoa.

Existem dois tipos de clonagem humana: a clonagem terapêutica e a clonagem reprodutiva. A primeira envolve a clonagem de células de um adulto para uso em medicina das conhecidas célutas-tronco embrionárias, enquanto que a segunda implicaria fazer clones humanos.

Na clonagem reprodutiva, o núcleo de uma célula adulta é introduzido no óvulo (do qual foi retirado o núcleo – "vazio") e, posteriormente, transferido para um útero, com a finalidade de gerar uma pessoa geneticamente idêntica ao doador do material genético.

Clonagem terapêutica e a destruição do embrião

Já na clonagem terapêutica, o processo inicial é o mesmo da reprodutiva, porém, após algumas divisões celulares, as células-tronco são retiradas do embrião, com a destruição do mesmo, e utilizadas para produzir tecidos e órgãos idênticos aos do doador do material genético. Na clonagem terapêutica, as células-tronco jamais serão introduzidas em algum útero. Clonagem reprodutiva ainda não foi realizada e é ilegal em muitos países, enquanto a clonagem terapêutica é uma área ativa de pesquisa em muitos países.

O caso real é que, independentemente de qual a técnica de clonagem usada, toda clonagem é "reprodutiva", isto é, resulta na reprodução imediata de novos seres humanos. Os termos "terapêutico" e "reprodutivo" referem-se somente ao propósito ou à razão pela qual os seres humanos são clonados.

Qual a posição da Igreja?

As questões de cunho antropológico, por assim dizer mais imediatas, podem ser resgatadas pelo ângulo de sua aproximação com a teologia. Aqui estariam algumas: a clonagem humana coloca em cheque a unicidade do ser humano? Rompem-se com ela as fronteiras da identidade única de cada ser humano? A alma é também clonada? A clonagem não seria uma realização tecnológica da reencarnação? Não seria também um passo muito próximo em direção à imortalidade?

Entretanto, no caso específico da clonagem humana, a discussão metodológica, se é reprodutiva ou terapêutica, não leva a diferenças quanto aos juízos morais conclusivos. Teólogos católicos apontam os contra valores éticos da clonagem aplicada a seres humanos, dizendo que a clonagem implica "riscos evidentes e sérios para o ser humano:

eliminação do sentido humano da relação sexual; esquecimento dos valores do matrimônio e família; ocasião propícia para a proliferação de outras manipulações (econômicas, políticas etc)".[1]

Escravizadora forma de manipulação genética

Como escreve Hans Jonas, a clonagem humana é, "no método, a mais despótica e ao mesmo tempo, na finalidade, a mais escravizadora forma de manipulação genética; o seu objetivo não é uma modificação arbitrária da substância hereditária, mas precisamente a sua fixação, igualmente arbitrária, em contraste com a estratégia predominante da natureza".

A clonagem humana recebe um juízo negativo ainda no que diz respeito à dignidade da pessoa clonada, que virá ao mundo em virtude do seu ser "cópia" (embora apenas cópia biológica) de outro indivíduo. A pessoa clonada não perde em sua dignidade, é imagem e semelhança de Deus e, como tal, merece ser respeitada.

"Todo processo que envolva clonagem humana por si é um processo reprodutivo que gera um ser humano no próprio início de seu desenvolvimento, isto é, um embrião humano. A Santa Sé considera a distinção entre a clonagem 'reprodutiva' e 'terapêutica' (ou 'experimental') como inaceitável por princípio por estar destituída de qualquer base ética e legal. Esta falsa distinção esconde a realidade da criação de um ser humano com o fim de destruí-lo ou destruí-la para produzir linhagens de células-tronco ou conduzir outras experimentações.

Portanto, a clonagem humana deveria ser proibida em todos os casos, independentemente do propósito pelo qual é realizada, baseada no status biológico e antropológico do embrião humano e na regra fundamental civil e moral de que é ilícito matar um ser humano inocente mesmo que seja para trazer o bem à sociedade. A Santa Sé considera a distinção conceitual entre clonagem humana 'reprodutiva' e 'terapêutica' como destituída de qualquer base ética e legal".[2]

Doutrina da Igreja

Segundo a doutrina da Igreja, não é moralmente lícito efetuar a chamada "clonagem terapêutica" através da produção de embriões humanos clonados e a sua posterior destruição para a produção de células-tronco! Isto se deve pela razão seguinte: todo o tipo de clonação terapêutica que implique a produção de embriões humanos e a posterior destruição dos mesmos com o fim de obter as suas células estaminais, é ilícita; por isto, não pode ter senão uma resposta negativa.

Portanto, para a doutrina da Igreja é ilícito a clonagem terapêutica para produzir e/ou utilizar embriões humanos vivos para a preparação de células-tronco. Partindo de uma completa análise biológica, o embrião humano vivo é, a partir da fusão dos gametas, um sujeito humano com uma identidade bem definida, que começa, a partir daquele instante, o seu próprio desenvolvimento coordenado, contínuo e gradual, de tal forma que, em nenhuma etapa posterior, se pode considerar como um simples aglomerado de células.

Ato gravemente ilícito

Consequentemente, como "indivíduo humano", tem direito à sua própria vida; e, por isso, toda a intervenção que não seja em benefício do próprio embrião, constitui um ato que viola este direito. Assim, a retirada da massa celular interna do blastócito, que lesiona grave e irremediavelmente o embrião humano, interrompendo a sua evolução, é um ato gravemente imoral e, portanto, gravemente ilícito. Nenhum fim considerado bom, como seja o uso das células estaminais obtidas a partir deles para a preparação de outras células diferenciadas em ordem a procedimentos terapêuticos há muito esperados, pode justificar tal intervenção.

Um fim bom não faz boa uma ação que, em si mesma, é má.

O que a Igreja diz sobre o uso de células-tronco?

O embrião humano apresenta a dignidade da pessoa humana e, como tal, deve ser respeitado

De forma simplificada, células-tronco ou células estaminais são primitivas ou indiferenciadas, produzidas durante o desenvolvimento do organismo, que dão origem a outros tipos de células. As células-tronco têm a capacidade de se transformar, num processo também conhecido por diferenciação celular, em outros tecidos do corpo, como ossos, nervos, músculos e sangue. É um tipo de célula que pode se diferenciar e constituir diferentes tecidos no organismo.

As células-tronco são objetos de intensas pesquisas, pois poderiam, no futuro, funcionar como células substitutas em tecidos lesionados ou doentes, como nos casos de Alzheimer, Parkinson e doenças neuromusculares em geral, ou ainda no lugar de células que o organismo deixa de produzir por alguma deficiência, como no caso de diabetes.

Onde as células-tronco podem ser encontradas?[1]

Elas podem ser encontradas nos embriões. Também podem ser encontradas em pessoas adultas, tecidos humanos, cordão umbilical ou mesmo na medula óssea. Várias pesquisas em andamento sinalizam para a possibilidade de utilização de células-tronco de adultos no lugar de células embrionárias.

Diferença entre células-tronco embrionárias e adultas

Células-tronco embrionárias são células indiferenciadas de embrião que têm potencial para se tornar uma variedade de tipos celulares especializados de qualquer órgão ou tecido do organismo. Já as células-tronco adultas são indiferenciadas, encontradas em um tecido diferenciado (adulto), que pode renovar-se e produzir o tipo de célula especializada do tecido do qual se origina.

Lei de Biossegurança e a utilização de células-tronco

Na Lei de Biossegurança Brasileira (Lei nº 11.105, de 24.03.2005), um dos pontos mais polêmicos é o da permissão, dentro de certas condições, da utilização de células-tronco embrionárias para pesquisas, objetivando a cura de doenças graves para as quais a suposta terapia seria a única ou a última esperança. É importante entendermos que estamos falando de células-tronco de origem embrionária e para tal pesquisa seria necessária a supressão, a destruição dos embriões.

Com a aprovação da Lei de Biossegurança no Brasil, fica permitido o uso para pesquisa e terapia de células-tronco obtidas de embriões humanos de até cinco dias que sejam sobras do processo de fertilização in vitro, desde que sejam inviáveis para

implantação e/ou estejam congelados há pelo menos três anos, sempre com o consentimento dos genitores. Fica proibido realizar engenharia genética em óvulo, espermatozóides e embriões humanos; e usar técnicas de clonagem para produzir embriões humanos, seja para obter células-tronco (clonagem terapêutica) ou para produzir um bebê (clonagem reprodutiva).

Doutrina da Igreja Católica[2]

Células-tronco adultas:

A eticidade no uso de células-tronco provenientes de adultos será menos questionada e mais aceita pela comunidade religiosa. "O ponto de vista católico prestigia a dignidade da vida humana, salientando a continuidade da informação vital que existe desde a fecundação até a pessoa humana plenamente desenvolvida".

O que devemos buscar nas pesquisas é a utilização de células-tronco de adultos. Nesse sentido, são bem-vindas as pesquisas, sendo já muitos os artigos científicos que comprovam experiências de curas. E o Brasil está muito adiantado em tais pesquisas, que devem ser incentivadas, pois apontam para efetivos e expressivos benefícios para a população. Quanto a essas pesquisas, não apresentam problemas para a ética cristã.

Células-tronco embrionárias

Para a Igreja, a utilização de embriões humanos para pesquisas científicas, que promovem a destruição destes embriões, apresenta os mesmos problemas éticos do aborto. O embrião humano apresenta a dignidade de pessoa humana e, assim, deve ser respeitado.

Aprovar uma lei que fere a vida, permitindo o uso de embriões para retirar deles as células-tronco, terá como consequência a destruição de uma grande quantidade de vidas humanas em seu estágio inicial. A liberação de pesquisas com embriões humanos não muda a compreensão que a Igreja tem da dignidade da vida humana em todos os estágios de seu desenvolvimento, desde os momentos iniciais, no ventre materno, até os momentos finais da aventura terrena. A vida humana tem um valor sagrado, ela é inviolável. Somos criados à imagem e semelhança de Deus.

Tal posição está confirmada pelo Magistério explícito da Igreja que, na encíclica Evangelium Vitae[3], referindo-se já à instrução Donum Vitae da Congregação para a Doutrina da Fé, afirma: "A Igreja sempre ensinou – e ensina – que tem de ser garantido ao fruto da geração humana, desde o primeiro instante da sua existência, o respeito incondicional que é moralmente devido ao ser humano na sua totalidade e unidade corporal e espiritual. O ser humano deve ser respeitado e tratado como uma pessoa desde a sua concepção e, por isso, desde este momento, devem-lhe ser reconhecidos os direitos da pessoa, entre os quais, e primeiro de todos, o direito inviolável de cada ser humano inocente à vida".

Portanto, não é moralmente lícito utilizar as células estaminais e as células diferenciadas delas obtidas, que sejam eventualmente fornecidas por outros pesquisadores ou encontradas à venda. Isso porque, para além de compartilhar,

formalmente ou não, a intenção moralmente ilícita do agente principal, no caso em exame, dá-se a cooperação material próxima na produção e manipulação de embriões humanos por parte do produtor ou fornecedor.

Em conclusão, resultam evidentes a seriedade e a gravidade do problema ético levantado pela vontade de estender ao campo de pesquisa humana a produção e/ou o uso de embriões humanos, mesmo por motivos humanitários.

O que a Igreja diz sobre pesquisas com embriões humanos?

O embrião é um indivíduo humano, com a qualidade e a dignidade próprias de toda pessoa

"O nascimento de um novo ser humano, considerado em si mesmo, é sempre um dom e uma bênção: 'Olhai: os filhos são uma bênção do Senhor; o fruto das entranhas, uma verdadeira dádiva'" (Sl 126,3).

O ser humano deve ser respeitado como pessoa desde a sua concepção. Devem ser reconhecidos os direitos da pessoa e o primeiro de todos é o direito inviolável de cada ser inocente à vida. O embrião é um indivíduo humano, com a qualidade e a dignidade próprias da pessoa, portanto, ele possui direitos fundamentais.

Como afirmou São João Paulo II: "Com efeito, cada homem, desde o primeiro momento da sua vida, é o sinal evidente do amor fiel de Deus pela humanidade, é o ícone vivo do 'sim' do Criador à história dos homens, uma história de salvação que se realizará em comunhão plena com Ele, na alegria da vida eterna. De fato, cada ser humano, desde a sua concepção, é uma unidade de corpo e alma, possui em si mesmo o princípio vital que o levará a desenvolver todas as suas potencialidades, não só biológicas, mas também antropológicas. Por isso, a dignidade da pessoa humana, de um filho, de cada filho, independentemente das circunstâncias concretas em que tem início a sua vida, permanece um bem intangível da sociedade no seu conjunto".[1]

No artigo 1º da "Declaração Universal dos Direitos do Homem" das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, está escrito: "Todos (os homens) nascem livres e iguais em dignidade e direitos". O artigo 3º dessa declaração afirma: "Todo (homem) tem direito à vida, à liberdade e à segurança como pessoa". Nessas declarações, subtende-se o reconhecimento fundamental de que todos os membros da família humana são pessoas. Ser pessoa implica uma dignidade inviolável e direitos inalienáveis de todo indivíduo.

Afirmamos que, precisamente, a partir dos dados biológicos disponíveis, julgamos que não há qualquer razão significativa que possa levar a negar que o embrião, já nesta fase, é uma pessoa. Naturalmente, isso pressupõe uma interpretação do conceito de pessoa de tipo substancial, ou seja, referida à própria natureza humana enquanto tal, rica de potencialidades que se hão de expressar ao longo de todo o desenvolvimento embrionário e também depois do nascimento.

O embrião humano apresenta a dignidade de pessoa humana e como tal deve ser respeitado. O magistério católico prestigia a dignidade da vida humana, salientando a continuidade da informação vital que existe desde a fecundação até a pessoa humana plenamente desenvolvida. A liberação de pesquisas com embriões humanos não muda a compreensão que a Igreja tem da dignidade da vida humana em todos os estágios de seu desenvolvimento, desde os momentos iniciais, no ventre materno, até os momentos

finais da vida terrena. A vida humana tem um valor sagrado, por isso, é inviolável.

Portanto, as manipulações genéticas, as manipulações com embriões, os exames pré-natais nos casos em que estes signifiquem um atestado de morte, os experimentos com embriões, a fecundação artificial, a discutida clonagem de seres humanos, os bancos de tecidos fetais e tantas outras técnicas hoje em uso são atentados contra a vida e a dignidade humana.

"Tu modelaste as entranhas do meu ser e formaste-me no seio de minha mãe. Dou-te graças por tão espantosas maravilhas; admiráveis são as tuas obras. Conhecias até o fundo da minha alma", como reza o Salmo (Sl 139 [138],13-14), referindo-se à intervenção direta de Deus na criação da alma de cada novo ser humano. Sob o ponto de vista moral, para além de todas as considerações sobre a personalidade do embrião humano, o simples fato de estarmos na presença de um ser humano exige o pleno respeito pela sua integridade e pela sua dignidade: todo o comportamento que, de certa maneira, possa constituir qualquer ameaça ou ofensa aos direitos fundamentais dele, sendo o primeiro de todos o direito à vida, deve ser considerado gravemente imoral".[2]

O que é eugenia?

A eugenia está muito mais presente em nosso dia a dia do que imaginamos

O termo eugenia surge do radical grego “eu”, que significa “belo” e “génos” que significa “raça”, “estirpe”. Etimologicamente significa “bom nascimento”. Essa teoria dos “belos genes” aparece no século XIX, quando o inglês Sir Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin, cunha o termo e o definiu como: “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”, portanto, afirma ser “a ciência da purificação racial”.

Galton também lançou as bases da eugenia após publicar o livro Hereditary Genius (Gênios hereditários – 1833) no qual defende que “talento e capacidade são heranças genéticas”. A ideia fez sucesso em vários países e a maioria dos geneticistas do começo do século 20 adotaram sem problema de consciência a perspectiva de Galton (Morgan, Fischer, Haldane, Muller, C. B. Davenport, K. Lorenz), a tal ponto que foram criadas ‘sociedades eugênicas’ inglesas e nos Estados Unidos planos para esterilizar débeis mentais. Com essa ideia gerou-se o que denominamos de falsa ciência, violência, opressão e assassinato.

Segundo o dicionário Aurélio, eugenia é a “ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana”. É a ciência que estuda as possibilidades de apurar a espécie humana sob o ângulo genético. São discriminações fundadas no patrimônio genético, que tendem a considerar a existência de níveis ou graus genéticos melhores ligados a um determinado padrão.

Influência no nazismo

Sabemos das consequências deste princípio como as “leis da eugenia”. A teoria eugênica proposta influenciou o nazismo a criar e implantar sua política autoritária de seleção das raças superiores e eliminação das inferiores; tornou-se parte fundamental da ideologia de pureza racial nazista, a qual culminou no holocausto. A história da humanidade é rica de ensinamentos a este propósito, assim como afirma o filósofo G. Santayana, “quem não conhece a história está condenado a repeti-la”.

A escolha de algumas características em detrimento de outras poderia levar ao acirramento dos preconceitos e discriminações, além de trazer a violência a que estão associados esses termos. Na seleção de determinados genes (características), certamente haveria o prevalecimento de um padrão racial sobre outros no processo de separação dos padrões genéticos. Em tal escolha, portanto, acham-se implícitos juízos de valor preconceituosos que seriam inevitavelmente transferidos para as relações sociais.

Em muitas sociedades, tem-se utilizado a esterilização obrigatória de pessoas

portadoras de deficiências físicas como método de discriminação. Aplicam-se leis que forçam a esterilização de deficientes físicos para "melhorar a raça".

A eugenia nos dias de hoje

Hoje, a eugenia está muito presente quando uma mãe grávida descobre que o filho tem uma deficiência física ou mental, e a tendência é abortar esta criança. Existe o horror para com as vidas marcadas pela deficiência. Também quando pensamos que pessoas de determinada cor da pele são superiores às outras, ou que cidadãos de um estado é superior aos de outros estados, são formas concretas de eugenia ou discriminação de pessoas ou grupos em função das características físicas, mentais ou geográficas.

Hoje, muitos preferem usar o termo "neo-eugenia" para caracterizar o novo tipo de eugenia promovida por meio da engenharia genética, que, com o conhecimento cada vez mais amplo e preciso acerca do genoma humano, tem possibilitado o melhoramento genético do indivíduo e, com isto, a formação de dois grupos de pessoas: os "normais" e os "melhorados", com a discriminação dos primeiros, constituindo a chamada "discriminação genética".

A engenharia genética se tornaria parte do sonho utópico do projeto moderno científico e político para refazer o homem de acordo com esquemas de racionalidade perfeita e um corpo perfeito. Em todo o caso, esta mentalidade certamente redutiva, mas presente em diversas intervenções, tende a considerar que existem pessoas que valem menos do que outras.

Atualmente, diversos filósofos e sociólogos declaram que existem diversos problemas éticos sérios na eugenia, como o abuso da discriminação, pois ela acaba por categorizar pessoas como aptas ou não aptas para a reprodução.

Edwin Black, em seu livro "A guerra contra os fracos", faz uma categórica advertência que não podemos ignorar: "não importa até onde ou quão rapidamente a ciência se desenvolva, nada deverá ser feito, ou ser permitido, em nenhum lugar do mundo, por ninguém, para excluir, infringir, reprimir ou fazer mal a um indivíduo, com base em sua composição genética. Somente então a humanidade poderá estar segura de que jamais haverá uma outra guerra contra o fraco".

O que a doutrina da Igreja Católica diz sobre a eugenia?

Defender a eugenia ou a discriminação de pessoas estaria ferindo o estatuto da humanidade e da dignidade humana, o que também diz respeito ao fato de o ser humano pretender colocar-se como senhor da vida e da morte, indo contra as leis do Deus Criador. Nesse sentido, o magistério da Igreja propõe critérios e uma doutrina moral às aplicações da ciência genética que implicam o respeito, a promoção e a defesa do ser humano, seu direito à vida e sua dignidade de pessoa dotada de alma espiritual, criado à imagem e semelhança de Deus, de responsabilidade moral, chamada à comunhão com Deus e com o outro.

Devemos proteger a sociedade contra as ações que criam grupos dos desfavorecidos promovendo a injustiça genética ou a eugenia. A discriminação de pessoas consiste

numa agressão à própria humanidade e, deste modo, são ilícitas. Como alerta a instrução Donum Vitae, "as novas possibilidades técnicas, abertas no campo da biomédica, exigem a intervenção das autoridades políticas e do legislador, uma vez que um recurso incontrolado a tais técnicas poderia levar a consequências imprevisíveis e prejudiciais para a sociedade civil. A referência à consciência de cada um e à auto-regulamentação dos pesquisadores não pode ser suficiente para o respeito dos direitos pessoais e da ordem pública. A eugenia e as discriminações entre os seres humanos poderiam encontrar-se legitimadas. Isso constituiria uma violência e uma ofensa grave contra a igualdade, a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa humana".[1]

Portanto, o que chamamos de eugenia é um atentado ao respeito devido à dignidade da pessoa. O Papa Francisco continuamente vem nos fazendo um apelo para que "rejeitemos tudo o que leva ao preconceito e à discriminação, porque estas coisas já sabemos que não são de Deus".

Devemos lutar contra toda forma de violência?

A cada dia é noticiado através dos meios de comunicação o aumento da violência contra as pessoas que se concretizam com um número cada vez mais crescente de mortes. São várias as formas de violência contra a pessoa, o aborto, os roubos, os sequestros, o desrespeito no trânsito, as agressões, os homicídios, a corrupção, o abandono nas ruas, a falta de condições de saúde, o tráfico de drogas e de pessoas, a exploração de menores etc., é a vida humana que está sendo agredida e violada.

Tudo isto constitui uma violência e uma ofensa grave contra a igualdade, a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa humana. Em uma sociedade onde a violência cresce todos os dias e a vida é sempre mais desrespeitada, o homicídio aparece como uma das formas mais cruéis de violência contra a vida humana, crime que brada aos céus. Qualquer tipo de violência contra a pessoa é absolutamente de condenar e de rejeitar com firmeza e não agrada a Deus. A pessoa humana criada à "imagem e semelhança de Deus" não está sendo respeitada em sua dignidade.

Conforme a Carta Encíclica Evangelium Vitae, "algumas ameaças, atentados à vida, provêm da própria natureza; outras, ao contrário, são frutos de situações de violência, de ódio, de interesses contrapostos, que induzem homens a agredirem outros homens com homicídios, guerras, massacres, genocídios".[1] A violência tem a sua origem no reduto de maldade do coração humano. Nasce do ódio, da vingança, da ambição etc. Outras vezes vem acompanhada, quase inevitavelmente, de uma vida de marginalização social.

O Catecismo da Igreja Católica (nº 2302) afirma que: ao lembrar o preceito "Tu não matarás" (Mt 5,21), Nosso Senhor pede a paz do coração e denuncia a imoralidade da cólera assassina e do ódio. Se o ódio chega ao desejo deliberado de matar o próximo ou de feri-lo com gravidade, atenta gravemente contra a caridade, constituindo pecado mortal. O Senhor disse: "Todo aquele que se encolerizar contra seu irmão terá de responder no tribunal" (Mt 5,22). Ainda no número 2269, "o quinto mandamento proíbe que se faça algo com a intenção de provocar indiretamente a morte de uma pessoa".

A violência contra o próximo é contrária à caridade e é um pecado grave quando se lhe deseja livremente um grave dano. Diz Jesus: "Eu, porém, vos digo: amai vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem; desse modo vos tornareis filhos de vosso Pai que esta nos céus…" (Mt 5,44-45). O respeito pela

vida humana exige a não violência e a promoção da paz. A paz não é somente ausência de guerra, é também o respeito pela vida do outro e como declara o próprio Cristo, "bem-aventurados os que promovem a paz" (Mt 5,9).

O mandamento "não matarás" proíbe a destruição da vida humana. Qualquer ação de violência que tem em vista a destruição da vida humana é um crime contra Deus e contra o próprio homem a ser condenado com firmeza e sem hesitações. O assassino e os que

cooperam voluntariamente com o assassinato cometem um pecado que clama ao céu por justiça. Para muitos, a vida do homem "não vale nada" e é apreciada com uma desconsideração espantosa. Tudo o que viola a integridade da pessoa humana são efetivamente dignas de proibição. As práticas que agridem a pessoa infeccionam a civilização humana, desonram mais os que se comportam desta maneira, do que aqueles que padecem tais injúrias. E contradizem sobremaneira a honra do Criador.

Tirar a vida de um ser humano é invadir o santuário mais sagrado da dignidade humana. Quem mata torna-se escravo da morte, o reino da morte é contrário ao Deus da Vida. Mesmo quando se julga ter milhões de argumentos, não há nenhum argumento que valha mais do que a vida de uma pessoa, que é sagrada, porque ele é filho de Deus e membro do corpo de Cristo.

Na Constituição Pastoral Gaudiumet Spes,[2] o Concílio destaca o respeito ao homem, que cada um respeite o próximo como "outro eu", sem excetuar nenhum, levando em consideração antes de tudo a sua vida e os meios necessários

para mantê-la dignamente. Sobretudo nos nossos tempos, temos a obrigação de nos tornarmos promotores da paz e do respeito aos irmãos e irmãs recordando a voz do Senhor: "Todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim é que fizestes" (Mt 25,40). Cada cidadão e cada governante deve agir de modo a evitar todas as formas de violência contra as pessoas.

O Papa João Paulo II afirma a existência de sinais de esperança, em muitos setores da sociedade, de uma nova sensibilidade cada vez mais contrária a toda forma de violência, uma sociedade sempre mais inclinada à busca de instrumentos eficazes, mas "não violentos", para promover o respeito, a justiça e a paz.

Posso ser a favor da pena de morte?

"A pena de morte é um símbolo de terror e, nesta medida, uma confissão da debilidade do Estado"
(Mahatma Gandhi)

O termo "pena" – do grego poine e do latim poena – significa castigo, punição. Pena de morte significa, assim, a punição máxima imposta pelo Estado aos crimes considerados hediondos. Foi instituída com a finalidade de eliminar os delinquentes da sociedade.

A pena de morte é uma sentença aplicada pelo poder judiciário que consiste em retirar legalmente a vida de uma pessoa que cometeu ou suspeita de ter cometido um crime que é considerado pelo Estado como suficientemente grave e justo de ser punido com a morte. Também conhecida por pena capital. Os crimes que podem resultar na pena de morte são chamados crimes capitais. O termo "capital" é derivado do latim capitalis, que quer dizer "referente à cabeça", na tradução literal. É uma alusão à execução por decapitação, método de execução da pena de morte bastante comum, principalmente na Idade Média.

Argumentos usados a favor da pena de morte

A argumentação tradicional a favor da pena de morte não é uma decorrência da fé, mas da razão. Entre os argumentos a favor, citam-se: há crimes tão hediondos que só a morte resolve; a sociedade não deve trabalhar para sustentar os malfeitores e malfeitoras; só a pena de morte tem valor exemplativo bastante para inibir a violência humana.

Ainda outros argumentos usados a favor da pena de morte

Intimidação, ou seja, a pena de morte inibe os criminosos, previne o crime violento e torna a sociedade mais segura.

Os indivíduos terão menor propensão para cometer crimes violentos, incluindo o de homicídio, se souberem que poderão ser condenados à morte.

A pena de morte reduz a criminalidade associada ao tráfico e consumo de drogas.

Reparação, uma forma de buscar a compensação do mal que se causou à sociedade.

Legítima defesa social, ou seja, uma forma de defender a sociedade.

A ameaça de execução é uma estratégia eficaz no combate ao terrorismo.

Argumentos usados contra a pena de morte

Ninguém tem o direito de privar o outro da vida.

A prisão perpétua tem suficiente poder de coerção da criminalidade, oferecendo, além disso, a vantagem da plena recuperação do criminoso.

Pena de morte é inútil, isto é, está comprovado que, onde ela existe, a criminalidade deste gênero não diminui e vice-versa. Não existem quaisquer provas de que a pena de morte tenha um especial efeito dissuasor no que diz respeito à criminalidade. Estudos realizados, por exemplo, nos Estados Unidos da América e no Canadá comprovam que onde existe a pena de morte não reduziu a criminalidade.

Muitos crimes são cometidos no calor do momento, o que permite pouquíssima influência das punições na decisão de cometer o crime, visto que os criminosos não esperam ser apanhados e julgados pelos seus atos.

A aplicação da pena de morte pode ainda fomentar a violência. A execução é a punição mais extrema que um estado pode impor a uma pessoa. Assim sendo, quando os criminosos cometem um crime punível com a pena capital não têm qualquer interesse em diminuir a sua potencial pena por não cometerem mais homicídios ou crimes adicionais.

Pena de morte dá mau exemplo. A pena de morte serve apenas para legitimar o uso da força pelo Estado e perpetuar o ciclo de violência.

Matar um delinquente não é benefício para ninguém. Não repara danos. Leva a inocentar a sociedade.

Ela é desnecessária. Para defender a sociedade, basta pôr o delinquente em reclusão, tanto tempo quanto for necessário para sua recuperação.

Com a pena de morte, é sempre possível um erro judicial irreparável. E se, depois da execução, alguém descobrir que o "delinquente" era realmente inocente? Sentença de morte é irreversível, ao contrário de outras punições severas como a prisão perpétua. E erros judiciais ou de investigação acontecem.

A pena de morte promove uma visão pessimista da vida humana porque indica uma solução radical, que é contrária à pessoa humana, também porque não acredita na recuperação do delinquente.

Ela é injusta. Não leva a sério uma sociedade competitiva e consumista que educa e induz seus membros a terem êxito a qualquer preço (é uma sociedade em si violenta e que, por causa de sua estruturação injusta, induz à delinquência). Com isso, afirmamos que eliminar esses delinquentes é um falso puritanismo ou são colocados como "bodes expiatórios", porque a sociedade não assume a sua parte na culpa.

É uma solução "anticristã" contra a Palavra de Deus: tanto o Antigo Testamento quanto o Novo Testamento são a favor da vida (Deus não permite que se mate Caim – Gn 4,15). E Jesus afirma: "Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância" (João 10,10).

Observação: A lei do Talião - "Olho por olho, dente por dente" (Ex 21,33; Lv 24,17-20; Dt 19,21) - não tem a finalidade de fazer violência; ela busca pôr limite à violência sem limites.

"Por um mundo sem pena de morte" (Papa Francisco)

O Papa Francisco afirma que para um Estado de direito "a pena de morte representa um fracasso porque obriga a matar em nome da justiça" e que "nunca se alcançará a

justiça matando um ser humano".

Francisco afirma ainda que a "pena de morte perde toda legitimidade em razão da defeituosa seletividade do sistema penal e da possibilidade de erro judicial". E argumenta que a pena capital é um "recurso frequente ao qual lançam mão alguns regimes totalitários e grupos de fanáticos, para o extermínio de dissidentes políticos, de minorias e de todo sujeito etiquetado como perigoso ou que pode ser percebido como uma ameaça para seu poder ou para a execução de seus fins".

Além disso, Francisco afirma que, quando se aplica a pena de morte, "mata-se pessoas não por agressões atuais, mas por danos cometidos no passado", e que ela é "aplicada contra pessoas cuja capacidade de prejudicar não é atual, mas já foi neutralizada", pois, esses já estão encarcerados.

"Trata-se de uma ofensa à inviolabilidade da vida e à dignidade da pessoa humana que contradiz o desígnio de Deus. Não faz justiça às vítimas, fomenta a vingança".

O Papa qualifica de "tortura", tratamento cruel, desumano e degradante a espera entre a sentença e a aplicação da pena, que pode durar vários anos. Segundo o Papa Francisco, a prisão perpétua é definida como "uma pena de morte encoberta".

O mandamento "não matarás" tem um valor absoluto e abrange tanto os inocentes como o culpado", declara Francisco.

O Papa Francisco durante a oração do Angelus na Praça de São Pedro, em 21 de fevereiro de 2016, fez um apelo: "Todos os cristãos e pessoas de boa vontade são chamados, hoje, a trabalhar não só para a abolição da pena de morte,
mas também com o fim de melhorar as condições das prisões, no respeito pela dignidade humana das pessoas privadas de liberdade".

Doutrina da Igreja Católica

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)[1], ao pronunciar-se sobre a pena de morte, declara sua firme convicção de que Jesus Cristo anunciou o Evangelho da Vida. Conforme a expressão do Papa João Paulo II, toda mensagem do Evangelho de Jesus Cristo revela a afirmação do valor da vida como dom de Deus. E o próprio Cristo assim definiu Sua missão: "Eu vim para que todos tenham vida em abundância" (Jo 10,10). Punir com a morte os que praticam crimes de homicídio significa assumir a própria violência como forma de comportamento da sociedade. É evidente, porém, que a pena de morte não é a solução para o problema da violência. A pena de morte não permite a reparação do erro, podendo ser a mais iníqua injustiça.

São João Paulo II disse também: "Entre os sinais de esperança, há que incluir ainda o crescimento, em muitos estratos da opinião pública, de uma nova sensibilidade cada vez mais contrária à guerra. No mesmo horizonte, coloca-se igualmente a aversão cada vez mais difusa na opinião pública à pena de morte — mesmo vista só como instrumento de 'legítima defesa' social —, tendo em consideração as possibilidades que uma sociedade moderna dispõe para reprimir eficazmente o crime, de forma que, enquanto torna inofensivo aquele que o cometeu, não lhe tira definitivamente a possibilidade de se redimir". Ainda o Papa, "matar o ser humano, no qual está presente a imagem e

semelhança de Deus, é pecado de particular gravidade. Só Deus é dono da vida!”.[2]

Segundo o Catecismo da Igreja Católica

2261 - “O Antigo Testamento sempre considerou o sangue como um sinal sagrado da vida. A necessidade desse ensinamento é patrimônio de todos os tempos. A Escritura determina com precisão a proibição do quinto mandamento: “Não matarás o inocente nem o justo” (Ex 23,7). O assassinato voluntário de um inocente é gravemente contrário à dignidade do ser humano, à regra de ouro e à santidade do Criador. A lei que o proscreve é universalmente válida, isto é, obriga a todos e a cada um, sempre e em toda parte”.

2262 - “No Sermão da Montanha, o Senhor recorda o preceito: “Não matarás” (Mt 5,21), e acrescenta a proibição da cólera, do ódio e da vingança. Mais ainda, Cristo diz a seus discípulos que ofereçam a outra face e amem os seus inimigos. Ele mesmo não se defendeu e disse a Pedro que deixasse a espada na bainha”.

2266 - “Preservar o bem comum da sociedade exige que o agressor se prive das possibilidades de prejudicar a outros. A este título, o ensinamento tradicional da Igreja reconheceu como fundamento o direito e o dever da legítima autoridade pública de infligir penas proporcionais à gravidade dos delitos, sem excluir, em casos de extrema gravidade, a pena de morte. Por razões análogas, os detentores da autoridade têm o direito de repelir pelas armas os agressores da comunidade civil pela qual são responsáveis”.

2267 - “Se os meios não sangrentos bastarem para defender as vidas humanas contra o agressor e para proteger a ordem pública e a segurança das pessoas, a autoridade se limitará a esses meios, porque correspondem melhor às condições concretas do bem comum e estão mais conformes à dignidade da pessoa humana”.

Quanto à Constituição Brasileira, é preciso dizer que permite a adoção da pena de morte, em caso de guerra declarada (vide art.5º, XLVII, que estabelece: “não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX”…). Portanto, nossa Constituição não permite a adoção deste tipo de pena em nenhuma outra situação que não em caso de guerra declarada.

O que a Igreja católica pensa sobre a guerra?

A Igreja ressalta necessidade de esperança e um desejo cada vez mais contrário à guerra como instrumento de solução dos conflitos

"Bem-aventurados os que promovem a paz" (Mt 5,9)

No número 2302 do Catecismo da Igreja Católica lemos: "Ao lembrar o preceito 'Tu não matarás' (Mt 5,21), Nosso Senhor pede a paz do coração e denuncia a imoralidade da cólera assassina e do ódio." O Senhor disse: 'Todo aquele que se encolerizar contra seu irmão terá de responder no tribunal'" (Mt 5,22).

Toda forma de ódio, de vingança, de violência contra o irmão é um mal e contrária à caridade. O reconhecimento da dignidade do ser humano exige a paz, o respeito aos irmãos e o cultivo da fraternidade e da vida, "obra da justiça" (Is 32,17) e efeito da caridade.

Ainda nos números 2307 e 2308, o Magistério denuncia de modo veemente toda forma de violência: "O quinto mandamento proíbe a destruição voluntária da vida humana. Por causa dos males e das injustiças que toda guerra acarreta, a Igreja insta cada um a orar e agir para que a Bondade Divina nos livre da antiga escravidão da guerra. Cada cidadão e cada governante deve agir de modo a evitar as guerras. Enquanto, porém, houver perigo de guerra, sem que exista uma autoridade internacional competente e dotada de forças suficientes, e esgotados todos os meios de negociação pacífica, não se poderá negar aos governos o direito de legítima defesa".

O Papa João XXIII, na encíclica Pacem in Terris, afirma que os conflitos devem ser resolvidos pela negociação e não pela guerra (nº 126). De forma mais contundente, afirma ainda: "Torna-se absurdo sustentar que a guerra é um meio apto para repor o direito violado" (nº 127). A constituição pastoral Gaudium et Spes condena radicalmente toda ação bélica levada a cabo por qualquer tipo de armamento com a destruição massiva (GS, nº 80). Portanto, existe uma condenação explícita da guerra total. Para o Magistério, o objetivo de todas as nações deve ser a eliminação de toda guerra (GS, nº 82).

O Papa Francisco, na oração do Angelus do dia 27 de julho de 2014, fez um apelo para que cessem os confrontos, as guerras através de "um diálogo paciente e corajoso" em prol da paz. "Peço-vos, de todo o coração: por favor, parem (os ataques). É tempo de parar", exclamou o Pontífice. E ainda: "Peço que se unam em minha prece para que o Senhor conceda às populações e às autoridades destas regiões a sabedoria e a força necessárias para que seja obtido com determinação o caminho da paz".

O papa citou a dor das pessoas que vivem em guerra destacando a situação das crianças: "Nunca a guerra. Penso sobretudo nas crianças, das quais se tira a esperança de

uma vida digna, de um futuro: crianças mortas, crianças feridas, crianças mutiladas, órfãs, cujos brinquedos são resíduos bélicos, crianças que não sabem sorrir. Parem, por favor! Peço-vos de todo o coração. É hora de parar! Parem, por favor!".

Homens e mulheres deverão trazer em seus corações a esperança, o desejo cada vez mais contrário à guerra como instrumento de solução dos conflitos entre os povos, e sempre mais inclinados à busca de instrumentos eficazes, mas "não violentos", para bloquear o agressor armado.[1]

A Igreja concorda com o terrorismo?

O que pensar sobre o terrorismo hoje?

"O terrorismo que ameaça, fere e mata sem discriminação é gravemente contrário à justiça e à caridade"(CIC, nº 2297).

O mundo vive em crescente ações terroristas. Estamos vivendo em um mundo perigoso com o terrorismo. Muitas vozes se levantam para tentar conter esse crescimento, mas são como vozes no deserto que nos parecem muitas vezes inúteis. O que precisa ser feito? Como lutar contra o terrorismo que assombra o mundo? Uma mulher muçulmana concede uma entrevista a uma rede de televisão internacional, após perder o esposo e os três filhos em um ataque. Suas palavras finais são: "Não há esperança para nós. A quem vamos recorrer?".

O que pensar do terrorismo hoje? Os bispos reunidos na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de Santo Domingo em 1993 afirmaram que: "A cultura da morte nos desafia. Com tristeza humana e preocupação cristã, somos testemunhas das campanhas anti-vida que se difundem, perturbando a mentalidade do nosso povo com uma cultura de morte",[1] e afirmam que o terrorismo é uma das expressões da cultura da morte muito difundida no mundo atual. Os bispos afirmam ainda que o terrorismo é igualmente inaceitável e gera muitas vítimas inocentes.

Em Puebla, no ano de 1979, os Bispos retomam o tema e reafirmam: "Com igual decisão a Igreja repele a violência terrorista e guerrilheira, cruel e incontrolável quando se desencadeia. De nenhum modo se justifica o crime como caminho de libertação. A violência gera inexoravelmente novas formas de opressão e escravidão, geralmente mais graves do que aquelas das quais se pretende libertar o homem. Mas, sobretudo, é um atentado contra a vida que só depende do Criador. Devemos salientar igualmente que, quando uma ideologia apela para a violência, reconhece com isso sua própria insuficiência e debilidade".[2]

É preciso que as pessoas se solidarizem com aqueles que sofrem com o terrorismo. Que as autoridades e todo o povo mostrem solidariedade. Que sejam mobilizados meios internacionais para combater este tipo de violência que causa dor, tristeza e angústias a tantas pessoas.

Na Exortação Apostólica “Reconciliação e Penitência”, o Papa João Paulo II, com o olhar de pastor, descobre como uma das características do mundo e da humanidade do nosso tempo, um mundo despedaçado, a existência de numerosas, profundas e dolorosas divisões. Estas divisões manifestam-se nas relações entre as pessoas e entre os grupos, como também ao nível das coletividades mais amplas: nações contra nações e blocos de países contrapostos, numa árdua busca de hegemonia. Na raiz das rupturas não é difícil identificar conflitos que, em vez de serem resolvidos mediante o diálogo, se agudizam no confronto e na oposição. Ao indagar sobre os elementos geradores de divisão, o Papa cita entre estes, a violência e o terrorismo. Portanto, afirmamos que os terrorismos são contrários à lei moral.[3]

Papa Francisco pediu também que “dirigentes religiosos, políticos e intelectuais, especialmente muçulmanos” condenem “qualquer interpretação fundamentalista e extremista da religião que justifique” a violência.

O Pontífice condenou “o terrorismo” e afirmou que “o fundamentalismo religioso, antes mesmo de descartar seres humanos perpetrando horrendos massacres, rejeita Deus, relegando-o a um mero pretexto ideológico”. Disse ainda: “A cultura que rejeita o outro, que destrói os vínculos mais íntimos e autênticos, desfaz e desagrega toda a sociedade e gera violência e morte. Há um tipo de rejeição que nos afeta todos, que nos leva a não ver ao próximo como a um irmão ao qual acolher, mas a deixá-lo fora de nosso horizonte pessoal de vida, a transformá-lo em um adversário, em um súdito ao qual

dominar. Essa é a mentalidade que gera a cultura do descarte, que não respeita nada nem ninguém: desde os animais aos seres humanos e inclusive o próprio Deus. Daí nasce a humanidade ferida e continuamente dividida por tensões e conflitos de todo tipo”.[4]

A corrupção é pecado?

O mal da corrupção

Corrupção vem do latim corruptus, que significa quebrado em pedaços; que dá a ideia de decomposição, putrefação, desmoralização e suborno. O verbo corromper significa "tornar pútrido", "podre", e em sentido moral: "moralmente degradado". A corrupção pode ser definida como a utilização do poder ou da autoridade para conseguir obter vantagens, fazer uso do bem comum de forma indevida e utilizar o dinheiro público para o seu próprio interesse ou de outros que lhe interessam. A corrupção, de modo geral, é crime.

A corrupção pode ser caracterizada de várias formas: favorecer alguém prejudicando outros; aceitar e solicitar recursos financeiros para obter um determinado serviço público; fazer retirada de multas; favorecer licitações para determinada empresa (também conhecido por propina); desviar verbas públicas, dinheiro destinado para um fim público etc.

Muitos daqueles que criticam os políticos pela corrupção também acabam cometendo atos que envolvem algum tipo de corrupção na vida particular, como tentar tirar vantagem pessoal nos negócios; furar fila ou fazer fila dupla; usar do poder para beneficiar-se; danificar as tubulações de água para abastecer-se de forma fraudulenta; fazer ligações elétricas clandestinas, também chamadas de "gatos"; beneficiar-se, no mundo da política partidária, na compra e venda de votos etc. São pequenos atos que aparentemente não são graves, mas a conduta é ilícita e ilegal. Muitas vezes, a sensação de impunidade tende a fazer com que as pessoas fiquem mais relaxadas e acabam se educando para a cultura da corrupção, ou seja, quem tem predisposição para uma atividade corrupta se sente mais livre, acreditando que não vai haver punição. A corrupção não se fecha em si mesma, ela cresce como um arbusto e vai criando raízes na sociedade.

O Catecismo da Igreja Católica coloca a corrupção no âmbito do respeito pelos bens alheios, fundamentando-se no sétimo mandamento "Não roubarás" (CIC, nº 2408-2410): "Todo o processo de tomar e de reter injustamente o bem do outro, mesmo que não contrarie as disposições da lei civil, é contrária ao sétimo mandamento" (CIC, nº 2409). Além disso, o Catecismo apresenta de modo concreto tudo aquilo que é sinal de deliberado desrespeito pelos bens do próximo: "Reter deliberadamente bens emprestados ou objetos perdidos; cometer fraude no comércio; pagar salários injustos; subir os preços especulando com a ignorância ou a necessidade dos outros"; e acrescenta também outros comportamentos moralmente ilícitos: "a especulação que manobra o sentido de variação artificial dos bens para tirar vantagem em detrimento de outrem; a corrupção, que desvia o juízo daqueles que devem tomar decisões segundo o direito; a apropriação e o uso

privado de bens sociais de uma empresa; os trabalhos mal executados; a fraude fiscal; a falsificação de cheques e faturas; as despesas excessivas; o desperdício", e culmina com uma nota ao prejuízo criado nos bens privados ou públicos, exigindo o justo direito à restituição: "causar voluntariamente um prejuízo em propriedades privadas ou públicas é contra a lei moral e exige reparação".

Para o Papa Francisco, quando alguém entra no caminho da corrupção, "rouba a vida, usurpa e se vende". O Santo Padre afirma ainda que existem três tipos de corrupção: a política, a dos negócios e a eclesiástica. Todos os três fazem mal aos inocentes e aos pobres, porque são eles que pagam a festa dos corruptos! A eles vai a conta.

Deve-se cuidar, pois a corrupção pode se diluir na sociedade, tornar-se anônima ao ponto de ninguém sentir-se responsabilizado. Não existe corrupção sem corruptos, assim como não existe pecado sem pecador. A corrupção só existe porque existem pessoas corruptas. A pessoa corrupta tem nome, identidade, é preciso identificá-la e responsabilizá-la. A corrupção é um pecado pessoal e social. Pessoas constroem estruturas e são por elas mantidas e condicionadas.

Segundo o Papa Francisco, "o corrupto irrita Deus e faz o povo pecar!". O corrupto "escandaliza a sociedade, o povo de Deus, explora aqueles que não podem se defender, escravizam. As aves do céu vão devorar você. O corrupto se vende para fazer o mal, mas ele não sabe: ele acredita que se vende para ter mais dinheiro, mais poder, vende-se para fazer o mal, para matar. Para os corruptos, existe só uma saída: pedir perdão para não serem amaldiçoados por Deus". Destaca o papa: "A porta de saída para os corruptos, para os políticos corruptos, para os empresários corruptos e para os eclesiásticos corruptos é pedir perdão!". E acrescenta: "O Senhor perdoa, mas perdoa quando os corruptos fazem o que fez Zaqueu: 'Eu roubei, Senhor! Vou dar quatro vezes o que eu roubei!' Condenar os corruptos, sim", concluiu o Papa, "pedir a graça para não se tornar corruptos, sim!" e "também rezar pela conversão deles!"

A corrupção desumaniza o ser humano. A pessoa corrupta que faz acordos corruptos ou governa corruptamente ou se associa com outros para negócios corruptos, rouba as pessoas. Uma sociedade corrupta sacrifica em especial os pobres, que depende puramente dos serviços públicos como a saúde, educação, alimentação, previdência etc.

A corrupção deve ser rechaçada da sociedade, um "demônio" que precisa ser expulso, destruído. Daqui surge a pergunta: o que podemos fazer para lutar contra a corrupção?

O Papa Bento XVI, na encíclica Caritas in Veritate (Caridade em verdade) afirma que: "Só um humanismo aberto ao Absoluto pode guiar-nos na promoção e realização de formas de vida social e civil – no âmbito das estruturas, das instituições, da cultura, do ethos – preservando-nos do risco de cairmos prisioneiros das modas do momento". Assim, a relação com Deus inunda todas as relações em que vivemos, não como um objeto estranho, mas como Alguém que lhes dá mais vida, maior verdade: "O amor de Deus chama-nos a sair daquilo que é limitado e não definitivo, dá-nos coragem de agir continuando a procurar o bem de todos", e acrescenta: "Deus dá-nos a força de lutar e sofrer por amor do bem comum, porque Ele é o nosso Tudo, a nossa esperança maior".

O conceito da transformação social, por meio do encontro com Deus, vem ao encontro

do pensamento da Guadium et spes (GS, documento social do Vaticano II) quando descreve que os desequilíbrios sociais "estão ligados com aquele desequilíbrio fundamental que se radica no coração do homem" (GS, nº 10). Nessa linha de pensamento, a Gaudium et spes professa a necessidade de transformar a sociedade a partir da fé, "porque a fé ilumina todas as coisas com uma luz nova" (GS, nº 11), possível quando se valorizar a pessoa humana em sua dignidade e em sua totalidade (GS, nº 12). Isso só é possível em corações santificados pela mística e pela espiritualidade do Evangelho. Corações santificados não se deixam corromper e são capazes de lutar para expulsar o mal, em particular da corrupção, da sociedade.

O que é “miséria moral”?

O Papa Francisco em sua mensagem para a “Quaresma de 2014” – “Fez-Se pobre, para nos enriquecer com a sua pobreza (cf. 2Cor 8,9)” convocou todos nós cristãos a ver as misérias dos irmãos, a tocá-las, a ocupar-nos delas e a trabalhar concretamente para as aliviar. Afirma ainda que “a miséria não coincide com a pobreza; a miséria é a pobreza sem confiança, sem solidariedade, sem esperança” e faz a distinção entre “três tipos de miséria: a miséria material, a miséria moral e a miséria espiritual”. Neste artigo quero destacar o que ele chama de miséria moral:

> “Não menos preocupante é a miséria moral, que consiste em tornar-se escravo do vício e do pecado. Quantas famílias vivem na angústia, porque algum dos seus membros – frequentemente jovem – se deixou subjugar pelo álcool, pela droga, pelo jogo, pela pornografia! Quantas pessoas perderam o sentido da vida; sem perspectivas de futuro, perderam a esperança! E quantas pessoas se veem constrangidas a tal miséria por condições sociais injustas, por falta de trabalho que as priva da dignidade de poderem trazer o pão para casa, por falta de igualdade nos direitos à educação e à saúde. Nestes casos, a miséria moral pode-se justamente chamar um suicídio incipiente. Esta forma de miséria, que é causa também de ruína econômica, anda sempre associada com a miséria espiritual, que nos atinge quando nos afastamos de Deus e recusamos o seu amor. Se julgamos não ter necessidade de Deus, que em Cristo nos dá a mão, porque nos consideramos autossuficientes, vamos a caminho da falência. O único que verdadeiramente salva e liberta é Deus.

Quando nós não praticamos atos de virtude, acabamos adquirindo na alma uma força má, que é o contrário do que é virtuoso. Esta força má chama-se vício, e é preciso muito esforço para não deixá-lo entrar em nossa vida, pois ele pode nos levar ao pecado.

Existe a seguinte afirmação: as virtudes são difíceis de serem adquiridas e fáceis de serem perdidas, enquanto os vícios são fáceis de serem adquiridos e difíceis de serem perdidos. Os vícios também se propagam em contextos que favorecem seu surgimento. Por exemplo, a violência sexual é um comportamento em grande parte aprendido, não algo com base hereditária.

Hoje, os vícios gozam de um prestígio muito maior do que as virtudes. No passado, as pessoas se envergonhavam deles, os escondiam, enquanto hoje eles são exibidos, sustentados por uma perfeita legitimidade. Não educar nossos jovens para as virtudes significa deixá-los vulneráveis para que sejam pegos pelos vícios. Eles se tornarão aquilo que os farão tornarem-se.

Percebemos, a cada dia, quais os efeitos que a ausência das virtudes produz em nossa vida, seja privada ou pública. Sem uma educação para as virtudes, não garantimos nem mesmo uma tranquila viagem por uma rodovia ou um passeio pelos nossos bosques.

O cristão que deseja viver uma vida segundo Deus, conta com a graça divina e com as virtudes, ou seja, com todos os meios para conseguir o fim a que Ele o chama. Em consequência, com a ajuda do Senhor e o esforço próprio, há de ir crescendo na virtude e libertando-se dos vícios.

Ser bom, corajoso, honesto, verdadeiro, justo, caridoso, fiel é reconhecer o valor que

há em agir virtuosamente e considerar repugnante pensar em envolver-se em atos ilícitos e desonestos. Se tal disposição está profundamente radicada em mim, mesmo que surjam ocasiões para praticar atos ilícitos, será bem fácil reconhecer que tais ações são más e, portanto, não devem ser realizadas.

O que a Igreja diz sobre o suicídio?

O pensamento suicida aparece com uma frequência muito maior do que sabemos ou imaginamos, pois nem sempre este pensamento é declarado às pessoas próximas, talvez por medo de ser compreendido pelas pessoas ou por não conseguir elaborar o assunto o suficiente a ponto de colocar para fora e compartilhar com alguém. Para alguns psicólogos, o pensamento suicida, dentre os pensamentos negativos que uma pessoa pode ter, é considerado um dos mais significativos.

A palavra "suicídio" (etimologicamente vem do latim sui = si mesmo; caedes = seu assassinato, ação de se matar); significa morte intencional auto-infligida, isto é, quando a pessoa, por várias razões, decide tirar sua própria vida. O suicídio pode ser definido como um ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional. É um comportamento com determinantes multifatoriais, além disso, é resultado de uma complexa interação de fatores psicológicos e biológicos, inclusive genéticos, culturais, psicológicos, religiosos e socioambientais. As causas do suicídio podem ser variadas, já que "o comportamento suicida é um fenômeno complexo e é afetado por vários fatores inter-relacionados: pessoais, sociais, psicológicos, culturais biológicos e ambientais" (Organização Mundial da Saúde - OMS, 2014).

Segundo os dados do estudo "Prevenção do suicídio: um imperativo global", divulgado em 2014 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que mais de 800 mil pessoas suicidam-se anualmente ao redor do mundo. No tocante aos mais jovens, o suicídio é a segunda causa principal de morte de pessoas entre 15 e 29 anos de idade. A cada 40 segundos, uma pessoa morre por suicídio em algum lugar do mundo. O suicídio é a primeira causa de morte não natural em vários dos países mais desenvolvidos do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, são registradas por ano mais suicídios do que mortes por acidentes de trânsito. O risco de suicídio no mundo é três vezes maior entre os homens do que entre as mulheres.

Os estudos de suicidologia indicam que 90% dos casos de suicídios podem ser evitados, ou seja, a cada 10 casos, nove vidas podem ser salvas. Calcula-se que para cada pessoa que conseguiu suicidar-se, outras 20 tentaram-no. Ainda assim, os suicídios podem ser prevenidos. Como cruciais para a prevenção, os especialistas ressaltam as redes familiares fortes e a capacidade de assimilar a frustração.

Hoje, pela psicologia, sabe-se com certeza que existe uma relação estreita entre isolamento social e suicídio (alguém que não está integrado no corpo social ou no caso do adolescente, alguém que não vê perspectiva de solução). Devemos dar atenção especial para as motivações psicossociais e culturais do suicídio. Subjetivamente a responsabilidade inexiste ou é muito diminuída porque a liberdade está condicionada pela presença de processos psicológicos de caráter depressivo. Objetivamente, não se

pode descartar possibilidades de suicídios praticados com plena liberdade. Nesta perspectiva, são interpretados os suicídios de protestos e os "altruístas".[1]

Para a avaliação moral, devemos considerar alguns argumentos humanos e humanizadores. Que a pessoa busque mais a auto realização, valorizando-se, afastando de si autodestruição. O suicídio é a negação da tentativa de auto realização. Somos administradores e não donos da própria vida. O suicídio contradiz a inclinação natural do ser humano de perpetuar e conservar a própria vida (objetivamente é um ato grave contra o amor a si mesmo e é um ato de injustiça contra o amor ao próximo porque rompe tragicamente os laços de solidariedade familiar e de amizade. É um ato de descrença no amor de Deus).

Em atitude cristã e pastoral diante dos familiares da pessoa que se suicidou, não se deve dar margem nenhuma para que os familiares se desesperem contra a situação dos que atentam contra a própria vida (achem argumentos para falar dos caminhos que Deus tem).

Quanto ao suicídio coletivo, é negativo a exaltação ideológica indevida e a manipulação feita por líderes. É de se excluir absolutamente o fanatismo religioso. Moralmente deve-se condenar toda e qualquer instrumentalização, porque é um desumano desprezo da vida, induz ao fanatismo intransigente que faz ver no outro o inimigo abominável e, dependendo da seita, pode gerar um ritual necrófilo. Portanto, o mandamento "não matar" é um preceito absoluto, sem exceção.

O que o magistério católico reflete sobre o suicídio?

Segue abaixo alguns pontos apresentados pelo Catecismo da Igreja Católica:

2280 - "Cada um é responsável por sua vida diante de Deus, que lhe deu e que dela é sempre o único e soberano Senhor. Devemos receber a vida com reconhecimento e preservá-la para honra dele e salvação de nossas almas. Somos os administradores e não os proprietários da vida que Deus nos confiou. Não podemos dispor dela".

2281 - "O suicídio contradiz a inclinação natural do ser humano a conservar e perpetuar a própria vida. É gravemente contrário ao justo amor de si mesmo. Ofende igualmente ao amor do próximo, porque rompe injustamente os vínculos de solidariedade com as sociedades familiar, nacional e humana, às quais nos ligam muitas obrigações. O suicídio é contrário ao amor do Deus vivo".

2282 - "Se for cometido com a intenção de servir de exemplo, principalmente para os jovens, o suicídio adquire ainda a gravidade de um escândalo. A cooperação voluntária ao suicídio é contrária à lei moral. Distúrbios psíquicos graves, a angústia ou o medo grave da provação, do sofrimento ou da tortura podem diminuir a responsabilidade do suicida".

2283 - "Não se deve desesperar da salvação das pessoas que se mataram. Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, dar-lhes ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida".

Prevenção ao suicídio: mitos sobre o suicídio

Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou no relatório "Prevenção do suicídio, um imperativo global" (2014) os principais mitos sobre o suicídio:[2]

1- "Quem fala sobre suicídio não tem intenção de cometê-lo". Essas pessoas podem estar pedindo ajuda ou apoio e um número significativo delas podem ter ansiedade, depressão e sentir-se desesperançadas para considerar outras opções.

2- "A maioria dos suicídios ocorrem repentinamente, sem avisos prévios". Mesmo que algumas pessoas tenham agido dessa maneira, no entanto, a maioria delas deu avisos de advertência verbais ou comportamentais.

3- "O suicida está decidido a morrer". Não, o comportamento do suicida pode ser ambivalente em relação à vida e à morte. Pode agir impulsivamente na tentativa de

matar-se, mas, ao fazê-lo, se puder, escolherá continuar vivendo. Por isso, o apoio emocional no momento adequado poderá prevenir o suicídio.

4- "Quem tentou o suicídio uma vez, sempre tentará". O maior risco de suicídio costuma ter curta duração e depende de uma situação específica. Ainda que os pensamentos para se matar voltem, não são permanentes. Mesmo quem os teve e tentou o suicídio diversas vezes, essa pessoa poderá viver depois durante muitos anos.

5- "Somente as pessoas com transtorno mentais são suicidas". O comportamento suicida mostra que a pessoa está extremamente infeliz, mas não que tenha necessariamente um transtorno mental. Muitas pessoas com estes transtornos não apresentam um comportamento suicida e nem todas que cometeram o suicídio tinham um transtorno psiquiátrico.

6- "Falar sobre o suicídio é uma ideia ruim, pois pode ser interpretado como um estímulo". Devido ao enorme estigma que cerca o suicídio, a maioria das pessoas com esses pensamentos não sabe com que conversar sobre isso. Ao contrário do que se imagina, conversar sem rodeios sobre o suicídio pode fazê-la acreditar em outras opções ou dar tempo para que possa refletir se realmente quer se matar e até desistir de fazê-lo.

Católico pode aceitar o tráfico de pessoas?

A Campanha da Fraternidade de 2014 trouxe para o debate o tráfico de pessoas. Com o tema "Fraternidade e Tráfico Humano", tendo como lema-base a passagem bíblica de Gálatas 5,1: "É para a liberdade que Cristo nos libertou", tratará de um tema complexo e que deverá mobilizar toda a sociedade.

Diante da realidade do tráfico de pessoas, perguntamos: Que responsabilidade pode pedir a sociedade do nosso tempo? Como despertar as autoridades internacionais e nacionais, os poderes públicos e a sociedade em geral para o problema do tráfico de pessoas? O tráfico de seres humanos atinge a todos nós por ser uma agressão à dignidade da pessoa humana criada à imagem e semelhança de Deus.

De nada nos servirá fazer um bom diagnóstico da situação atual naquilo que se refere ao tráfico de pessoas e um juízo correto das responsabilidades e compromissos da sociedade se não efetivarmos tudo em um projeto de ação executável.

No Brasil, temos a "Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas" (Decreto 6.347, de 8 de janeiro de 2008), cujos princípios norteadores são: prevenção, repressão ao tráfico de pessoas e atendimento às vítimas. A política de enfrentamento ao tráfico de pessoas busca articular diversos segmentos da sociedade civil com o fim de integração das ações voltadas à implementação de políticas públicas para combater este tipo de tráfico; promove o diálogo com os diversos órgãos que integram o poder público com projetos de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil; tem como meta envolver e fortalecer os diversos setores da sociedade buscando a criação de redes organizadas de ação; suscita campanhas e mobilizações socioeducativas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O tráfico de pessoa é a agressão e a violação dos direitos humanos porque explora a pessoa humana, degrada sua dignidade, limita sua liberdade. É desrespeito aos direitos humanos poisé fruto da desigualdade socioeconômica, da falta de educação, de poucas perspectivas de emprego e de realização pessoal, de serviços de saúde precárias e da luta diária pela sobrevivência.

Estabelecer uma política de ação contrária ao tráfico de pessoas é reconhecer e respeitar a dignidade de cada ser humano; não discriminar pessoas por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, raça, religião etc.; proteger e dar assistência integral às vítimas; promover e garantir a cidadania e os direitos humanos etc.

O Papa Francisco assim se referiu ao tráfico humano: "O tráfico de pessoas é uma atividade detestável, uma vergonha para as nossas sociedades que se dizem civilizadas". O Documento de Aparecida afirma que "o tráfico humano é uma das questões sociais mais graves da atualidade".[1] O Texto Base da Campanha da Fraternidade de 2014 identificou as principais modalidades do tráfico humano mencionando entre outros: o

tráfico para a exploração no trabalho; tráfico para a exploração sexual; tráfico para a extração de órgãos; tráfico de crianças e adolescentes etc.

Há uma necessidade de afrontar o problema do tráfico de pessoas com atitudes concretas, não aquela da violência, mas
atitudes iluminadas pelos princípios da fé. Nossa atitude é, e deve ser sempre, de denunciar com coragem, franqueza (parresia: termo que quer dizer "liberdade de palavra" e "capacidade de exprimir-se sem medos") toda ameaça contra a vida humana.

É responsabilidade de cada cristão anunciar e denunciar todo tipo de agressão à vida. Tudo o que fere a vida em sua dignidade deve ser excluído do nosso meio. A Igreja, a exemplo do Bom Pastor, se torna responsável de cuidar, proteger, curar, apascentar o povo e, de forma particular e exigente, os fracos, indefesos e sem cuidados.

> Em bons pastos as apascentarei, e nos altos montes de Israel será o seu curral; deitar-se-ão ali num bom curral, e pastarão em pastos gordos nos montes de Israel. Eu mesmo apascentarei as minhas ovelhas, e eu as farei repousar, diz o Senhor Deus. A perdida buscarei, e a desgarrada tornarei a trazer; a quebrada
>
> ligarei, e a enferma fortalecerei; e a gorda e a forte vigiarei. Apascentá-las-ei com justiça (Ez 34,14-16).

Numa atitude de fidelidade, o cristão tem o compromisso vindo do próprio Cristo de defender toda a criação e, de modo especial, a vida humana, sobretudo quando é desrespeitada.

A missão da Igreja se torna mais urgente e necessária para com os mais pobres e indefesos, aqueles que na sua vulnerabilidade ou inocência são continuamente ameaçados em seu direito de viver. A Igreja, conhecedora do projeto divino e consciente de sua missão, assume o compromisso de defender a vida que é ferida, agredida por uma sociedade que a ameaça.

Diante de Deus e da humanidade, a Igreja, mesmo sendo ridicularizada por muitos setores da sociedade, não pode se omitir, ela tem que ter uma atitude profética, ainda que seja no deserto, de defender, promover e respeitar a vida de cada pessoa criada à imagem e semelhança de Deus.

Ainda existe perseguição aos cristãos no mundo?

Meios de comunicação noticiam aumento da perseguição aos cristãos; são mártires de hoje, dignos de honra por terem dado a vida para servir a causa do Evangelho

Perseguição religiosa

Vi uma grande multidão que ninguém podia contar. Estavam todos diante do trono e do Cordeiro. Vestiam vestes brancas e traziam palmas na mão (...). Quem são e de onde vieram esses que estão vestidos com roupas brancas? (...) São os que estão chegando da grande tribulação. Eles lavaram e alvejaram suas roupas no sangue do cordeiro (Ap 6,9.14).

O atual quadro de perseguição religiosa no mundo

O mundo está presenciando através dos meios de comunicação o aumento da perseguição aos cristãos ao redor do mundo. Cada dia chega ao nosso conhecimento notícias de cristãos perseguidos, hostilizados, decapitados, crucificados e mortos ou que foram obrigados a abandonarem suas casas, países, para não serem mortos, tudo por causa da fé que professam.

O século 21 iniciou-se sob o sinal de inumeráveis mártires. Cresce a cada dia o número de cristãos torturados, mortos ou expulsos de suas terras por causa de fé em Cristo. São milhares de cristãos martirizados, em pleno século 21, em países como Coreia do Norte, Irã, Sudão, Paquistão, Afeganistão, entre outros. Um caso típico desta perseguição acontece no Iraque, onde, antes da invasão dos Estados Unidos da América e a queda do regime de Saddam Hussein, o número de cristãos era de 3 milhões; hoje, somam-se, no máximo 400 mil, ou seja, mais de 90% dos cristãos estão deixando sua terra por causa da perseguição sofrida por grupos radicais islâmicos que destroem igrejas e matam cristãos.

Conforme o site "Portas abertas", os países onde os cristãos enfrentaram a maior pressão e violência atualmente são: a Coreia do Norte, Somália, Iraque, Síria, Afeganistão, Sudão, Irã, Paquistão, Eritreia e Nigéria. Em 2014, mais países ingressaram na lista dos países onde há mais perseguição aos cristãos, Sudão, Eritreia, México, Turquia e Azerbaijão.[1]

O Papa Francisco expressou preocupação com a perseguição de cristãos em vários países em sua mensagem de Páscoa de abril de 2015. Diz o Papa: "Pedimos a Jesus que alivie o sofrimento de tantos irmãos e irmãs perseguidos por causa de seu nome, assim como de todos que padecem injustamente pelas consequências dos conflitos e violência". O Papa disse que suas orações estão com os jovens mortos no ataque à Universidade Garissa, no Quênia, onde 148 pessoas morreram por militantes do Al- Shabab, que teriam separado cristãos de muçulmanos, em 02 de abril de 2015.

Na mensagem de Sexta-feira Santa em Roma, durante a Via-sacra (03 abril 2015), o Papa Francisco condenou o que chamou de "silêncio cúmplice" sobre a morte de cristãos, perante a "fúria jihadista" que atinge os cristãos, citando o massacre no Quênia e a decapitação de 22 egípcios coptas por militantes
do autodenominado Estado Islâmico na Líbia, em fevereiro. O Papa Francisco pediu para a comunidade internacional "não assistir muda e inerte um crime inaceitável que constitui uma preocupante violação dos direitos humanos mais elementar, a perseguição dos cristãos em várias partes do mundo". O mundo presencia pessoas perseguidas, exiladas, assassinadas e decapitadas apenas pelo fato de serem cristãos. Como dizia João Paulo II aos delegados da "Ajuda à Igreja que Sofre" reunidos em Roma: "… nem toda a gente ouve esses cristãos que sofrem em silêncio…".

Estes são os mártires de hoje, os mártires dos nossos dias, homens, mulheres e crianças que são perseguidos, odiados, expulsos das casas, torturados, massacrados. Os mártires atuais, que terminam a sua vida sob a violência de pessoas que odeiam Jesus Cristo. O Papa Bento XVI durante a oração do Angelus na Praça São Pedro (26 dezembro 2007), dedicada à memória litúrgica de Santo Estêvão – primeiro mártir cristão – anuncia: "Quantos filhos e filhas da Igreja seguiram este exemplo ao longo dos séculos. Desde a primeira perseguição, em Jerusalém, à praticada pelos imperadores romanos, até a longa lista dos mártires de nossos dias…".

Conforme o Evangelho de João 15,18-21, os discípulos de Jesus terão de enfrentar o ódio do mundo, tal como o próprio Mestre o enfrentou. Os discípulos serão perseguidos pelo mundo, porque ele não suporta aqueles que se opõem aos seus princípios. Os que optaram por Cristo são considerados estranhos e inimigos pelo mundo. O ódio do mundo manifesta-se na perseguição contra a comunidade dos discípulos de Cristo ontem e hoje. Mas estes não devem desanimar na sua vida de fé e no cumprimento da missão de evangelizar. A perseguição e o sofrimento são vividos em união com o Senhor. A vida dos discípulos é idêntica à de Cristo: "Se me perseguiram a mim, também vos hão de perseguir a vós".

O cristão não deve temer se, ao seu lado, verificar perseguição, críticas, indiferença e hostilidade. É sinal de que ele é fiel a Cristo martirizado e à Sua palavra de cruz. Fortalecidos pela presença de Cristo e dóceis ao seu Espírito, devemos empenhar-nos, como cristãos, em denunciar o pecado, em trabalhar para que o mundo dos homens, o nosso mundo atual, com as suas forças, os seus dramas, se abra ao Reino de Deus.

Na carta apostólica de preparação ao Grande Jubileu do ano 2000, a Tertio Millennio Adveniente, João Paulo II propôs-se recuperar a memória dos cristãos que morreram em nome da fé no século XX: "No nosso século, voltaram os mártires, muitas vezes desconhecidos, como 'soldados desconhecidos' da grande causa de Deus. Na medida do possível não pode perder-se na Igreja o seu testemunho".[2]

Nosso objetivo aqui é recordar a doação de cristãos que morreram porque eram cristãos:

> A história do seu assassínio é a história da sua fraqueza e derrota. E justamente na sua condição de extrema fraqueza, os cristãos revelaram uma força peculiar de caráter espiritual e moral: não renunciaram à fé, às próprias

convicções, ao serviço dos outros e da Igreja, para salvaguardar a própria vida e garantir a sobrevivência. Manifestaram uma grande força mesmo em condições de extrema fraqueza e de grande risco. Essa é uma realidade da história do cristianismo. O cristão do século 21 é chamado a refletir sobre essa realidade, para descobrir qual é a "força" do cristianismo. É também uma realidade que se impõe a quantos desejam compreender melhor a história do século passado.[3]

"A Igreja sempre acreditou que os apóstolos e os mártires de Cristo que, pela efusão do seu sangue deram o supremo testemunho da fé e da caridade, estão conosco estreitamente
Vunidos em Cristo, e venerou-os sempre com particular afeto…"[4] Com o mesmo afeto queremos honrar os nossos irmãos e irmãs que deram a vida para servir a causa do Evangelho e estamos gratos a Deus por eles.

O mal está vencendo?

Buscai o bem e não o mal, e vivereis; e o Senhor Deus dos exércitos estará convosco, como o dizeis. Detestai o mal, amai o bem, fazei reinar a justiça nas vossas assembleias; talvez então o Senhor, o Deus dos exércitos, tenha piedade do que resta de José! (Amós 5,14-15).

Quando olhamos ao nosso redor presenciamos muitas situações de violências, agressões, roubos, assassinatos, vandalismos, injustiças etc., causando o sentimento de que o mal parece dominar a nossa realidade e o coração das pessoas. A indiferença, a exploração, o egoísmo, a escravidão são consequências de uma sociedade que alimenta este mal. Tudo isto nos faz questionar a relação entre o bem e o mal que nos envolve. Em certas situações, "nos parece que quem pratica o mal cresce na vida e quem busca viver no bem não progride" são questionamentos que continuamente ouço nas conversas. Posso dizer-lhes que concordo com alguns pontos acima suscitados. Que o mal é algo que suscita em nós e em vários tempos questionamentos e indagações sobre a sua origem, efeitos e consequências; e que não podemos negar que a violência esteja presente em nossa sociedade e que fere as pessoas em suas várias dimensões (física, psicológica, espiritual, etc).

A presença do pecado é "sinal" concreto da existência do mal. O pecado é a manifestação do mal. Para melhor entendermos pecado é preciso confrontar com a realidade que envolve o ser humano. Dentro desta realidade não podemos negar a presença do mal que perturba a sociedade e as diversas ciências. O mal existe, está aí e nos influencia. De onde vem este mal? Esta pergunta ultrapassa tempo e espaço, perpassa toda história do homem e as diversas ciências vêm tentando dar uma resposta. Foram várias as reflexões na filosofia, teologia e outras ciências. Todas as tentativas ainda não conseguiram dar toda a resposta para este mistério que deixou e deixa estudiosos ainda com interrogações. O mal rege os problemas que atormentam nossa sociedade. O mal nos desafia e sempre nos desafiou. É um mistério que ultrapassa toda e qualquer tentativa de explicação e justificação. É no relacionamento entre o ser humano e o seu ambiente que o mal está situado. As tentativas de explicação apresentam questionamentos, confrontos, limites etc.

O questionamento é o seguinte: Deus criou tudo bom, é o que afirma o livro do Gênesis, 1,31: "E viu, Deus, que era bom tudo quanto havia criado". E Paulo afirma em sua carta a Timóteo, "Toda criatura de Deus é boa" (1Tm 4,4a). Portanto, de onde vem o mal? O que é o mal? Até quando o mal vai agir?

O Catecismo da Igreja Católica, nos números 309 e 310, faz questionamentos: "Se Deus Todo-Poderoso, Criador do mundo ordenado e bom, cuida de todas as suas criaturas, por que existe o mal? Mas, por que Deus não criou um mundo tão perfeito, que

nenhum mal nele pudesse existir?" Os mesmos números nos apresentam as possíveis respostas. É o conjunto da fé cristã que determina a resposta a tal questão: a bondade da criação, o drama do pecado, o amor paciente de Deus que vem ao encontro do homem por suas alianças, pela encarnação redentora de seu Filho, pelo dom do Espírito Santo, pela união da Igreja, pela força dos Sacramentos, pelo chamado a uma vida bem-aventurada.

"No seu poder infinito, na sabedoria e bondade infinitas, Deus quis livremente criar um mundo "em processo", a caminho da perfeição última. Essa evolução supõe, segundo o desígnio de Deus, a aparição de certos seres e o desaparecimento de outros, o mais perfeito e o mais imperfeito, tanto a construção da natureza como a destruição. Com o bem físico existe também o mal físico, enquanto a criação não houver atingido sua perfeição".

A existência do mal não significa o seu domínio, mas nos chama a atenção para a necessidade da vigilância e que o mal ainda está aí, precisa ser combatido, eliminado do nosso meio. No Novo Testamento, fica claro que a existência do mal deve ser tomada a sério, sobretudo na forma de pecado. As ações de Jesus focalizam a luta concreta contra o mal. A cura dos doentes, o perdão dos pecados, a ressurreição dos mortos, a tentação no deserto, etc., revelam a vitória de Jesus sobre o mal e também a atitude que devem adotar os discípulos de Jesus perante o mal moral.

"O que sabemos é que o mal está aí como desafio, e que a responsabilidade de fazê-lo progredir ou regredir é do ser humano. Quando o homem ajuda a progredir o mal ele peca" (CIC, nº 310). No mundo, temos muitas oportunidades de praticar o mal. Somos livres. Mas, com certeza, temos mais oportunidades ainda de praticar o bem. É questão de tomar consciência. Vai prevalecer quem você alimentar: o bem ou o mal.

O problema da sociedade é que as pessoas, os meios de comunicação social enfatizam muito mais o mal, a "desgraça", a tragédia e deixam de falar bem sobre o bem. Não divulgam as obras de bondade e, por isto, temos a impressão que o mal está vencendo, que as trevas estão dominando a luz. Isto não é verdade, a Luz é mais forte porque o próprio Jesus é a Luz (Jo 8,12) que veio ao mundo e venceu, ressuscitou.

Ao morrer na cruz, Jesus já venceu o mal, até mesmo a morte. A bondade humana prevalece com Cristo: "Onde abundou o pecado, superabundou a graça" (Rm 5,20). Deus intervém para libertar o ser humano do mal, especialmente quando este é fruto do pecado e das suas consequências. O apóstolo Paulo em seus escritos nos mostra que a vitória sobre o mal só é possível com a presença e a atuação de Jesus e sua graça.

O Espírito de Deus que habita em nós é graça que vem em socorro de nossas fraquezas e, por isto, todos os batizados têm a força que vem de Deus e podem vencer o pecado. A cada pecado que cometemos é o mal que ganha espaço, que vence, mas quando praticamos o bem e evitamos o mal, a graça de Deus vence e ganha espaço.

Como Pedro (Mt 16,17-18), devemos também nós termos os pensamentos de Deus, pois só assim seremos pedras de construção do Reino de Deus. A pessoa precisa agir de forma a buscar fazer com que o bem sobressaia ao mal. Aquele que acredita na vitória de Jesus é capaz de permanecer firme na luta contra toda forma de maldade presente no mundo. Este não desanima e acredita que quem perseverar até o fim vai vencer, plenamente, com Cristo.

Você sabe o que é distanásia?

A distanásia também é conhecida por obstinação terapêutica ou exagero terapêutico

O que se entende por distanásia? O Dicionário Aurélio traz a seguinte conceituação: "Morte lenta, ansiosa e com muito sofrimento". O prefixo grego dis tem o significado de "afastamento" e thanatos significa "morte". Portanto, a distanásia significa prolongamento exagerado da morte de um paciente. O termo também pode ser empregado como sinônimo de tratamento fútil ou inútil. Trata-se da atitude médica que, visando salvar a vida do paciente terminal, submete-o a um grande sofrimento. Nesta conduta, não se prolonga a vida propriamente dita, mas o processo de morrer. De forma mais prática, a questão seria colocada da seguinte forma: até que ponto se deve prolongar o processo do morrer quando não há mais esperança de reverter o quadro, ou seja, quando a morte é iminente? Quando o médico pode desligar os aparelhos de uma pessoa em estado terminal?

A distanásia consiste em atrasar o máximo possível o momento da morte, usando todos os meios desproporcionados ou proporcionados, ainda que não haja esperança alguma de cura e que signifique atribuir ao moribundo sofrimentos adicionais e que, obviamente, não conseguirão afastar a inevitável morte, apenas atrasá-la umas horas ou uns dias em condições deploráveis para o enfermo. Também pode ser utilizada como a forma de prolongar a vida de modo artificial, sem perspectiva de cura ou melhora. É a agonia prolongada, é a morte com sofrimento físico ou psicológico do indivíduo.

A distanásia, também conhecida por obstinação terapêutica, exagero terapêutico ou tratamento fútil, tornou-se problema ético de primeira grandeza à medida que o progresso técnico-científico passou a interferir, de forma decisiva, nas fases finais da vida humana. A presença da ciência e da tecnologia começam a intervir decisivamente na vida humana e essa novidade exige reflexão ética.

Critérios importantes a serem considerados

– Aos meios proporcionados (ordinários) somos sempre obrigados; aos desproporcionados (extraordinários), pode-se renunciar quando a morte é iminente;

– Entende-se por "desproporcionados" as terapias cuja aplicação compreende inconvenientes excessivos, tais como dor e custo em relação ao benefício que proporciona. Já "proporcionados", de forma inversa, são as terapias cuja utilização se valora como obrigatória, uma vez que são obtidos benefícios razoáveis para o paciente em relação a seus inconvenientes;

– Deve-se ter presente as perspectivas concretas de recuperação. Ninguém é obrigado a uma terapia, cujo resultado seja uma vida vegetativa ou mesmo consciente, mas em condições muito precárias e por pouco tempo;

– Estritamente falando, a distanásia não é um erro.

Doutrina da Igreja Católica

O moderno pensamento ético-teológico defende que o próprio Deus delega o governo da vida à autodeterminação do ser humano e isso não fere, muito menos se traduz numa afronta à sua soberania. Dispor da vida humana e intervir nela não fere o senhorio de Deus, se essa ação não for arbitrária. A perspectiva é responsabilizar o ser humano de uma maneira mais forte diante da qualidade da vida.

Eticamente, procura-se falar em antidistanásia, que é renunciar ao excesso terapêutico, isto é, deixar a pessoa humana morrer em paz sem recorrer aos meios extraordinários.[1] Mais premente do que a questão da eutanásia, no Brasil, é a discussão sobre a prática da distanásia. Esse recurso consiste em empregar meios extraordinários ou desproporcionais para manter um paciente terminal.

Posso autorizar os médicos a desligarem os aparelhos de alguém da minha família?

Se não há outros remédios, é lícito, com o acordo do doente, recorrer aos meios de que dispõe a medicina mais avançada, mesmo que eles estejam ainda em fase experimental e não seja isenta de alguns riscos a sua aplicação. Aceitando-os, o doente poderá dar também provas de generosidade ao serviço da humanidade. É também permitido interromper a aplicação de tais meios quando os resultados não correspondem às esperanças neles depositadas. Mas para tal decisão, ter-se-á em conta o justo desejo do doente e da família, como também o parecer de médicos verdadeiramente competentes; são estes, na realidade, que estão em melhores condições do que ninguém para poder julgar se o investimento de instrumentos e de pessoal é desproporcionado com os resultados previsíveis, e se as técnicas postas em ação impõem ao paciente sofrimentos ou contrariedades sem proporção com os benefícios que delas pode receber.

É sempre lícito contentar-se com os meios normais que a medicina pode proporcionar. Não se pode, portanto, impor a ninguém a obrigação de recorrer a uma técnica que, embora já em uso, ainda não está isenta de perigos ou é demasiado onerosa. Recusá-la não equivale a um suicídio; significa, antes, aceitação da condição humana, preocupação de evitar pôr em ação um dispositivo médico desproporcionado com os resultados que se podem esperar; enfim, vontade de não impor obrigações demasiado pesadas à família ou à coletividade.

Na iminência de uma morte inevitável, apesar dos meios usados, é lícito, em consciência, tomar a decisão de renunciar a tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso da vida, sem, contudo, interromper os cuidados normais devidos ao doente em casos semelhantes. Por isso, o médico não tem motivo para se angustiar, como se não tivesse prestado assistência a uma pessoa em perigo.[1]

Carta Encíclica Evangelium Vitae

Distinta da eutanásia é a decisão de renunciar ao chamado “excesso terapêutico”, ou seja, a certas intervenções médicas já inadequadas à situação real do doente, porque não proporcionadas aos resultados que se poderiam esperar ou ainda porque demasiado gravosas para ele e para a sua família. Nessas situações, quando a morte se anuncia iminente e inevitável, pode-se, em consciência, ‘“enunciar a tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso da vida, sem, contudo, interromper os cuidados normais devidos ao doente em casos semelhantes”. Há, sem dúvida, a obrigação moral de se tratar e procurar curar-se, mas essa obrigação há de medir-se segundo as situações concretas, isto é, impõe-se avaliar se os meios terapêuticos à disposição são objetivamente proporcionados às perspectivas de melhoramento. A

renúncia a meios extraordinários ou desproporcionados não equivale ao suicídio ou à eutanásia; exprime, antes, a aceitação da condição humana defronte à morte.[2]

Prolongamento do processo de morrer

Para Leo Pessini, a distanásia é "uma como uma ação, intervenção ou procedimento médico que não atinge o objetivo de beneficiar a pessoa em fase terminal e que prolonga inútil e sofridamente o processo do morrer, procurando distanciar a morte; os europeus a chamam de obstinação terapêutica; e os norte-americanos, de medicina ou tratamento fútil e inútil"; e destaca que o "paradigma médico da benignidade humanitária e solidária e a teologia moral procuram outras abordagens na tentativa de resolver o dilema entre tratar o doente terminal em excesso (distanásia) ou deixar de tratá-lo o suficiente (eutanásia). Procuram mostrar que atribuir grande valor à vida humana não significa optar por uma frieza cruel diante do sofrimento e dor do paciente terminal". Para Pessini, "a medicina que atua dentro do paradigma da benignidade humanitária e solidária e opera com o conceito de saúde como bem-estar tende a optar por um meio-termo: nem matar, nem prolongar exageradamente o processo de morrer, mas procurar uma morte sem dor, na hora certa, cercada de ternura, enfim, digna".[3]

Ainda Pessini faz menção à Lei nº 10.241/99 do estado de São Paulo, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado. Elaborada, numa chave humanista, procura colocar o paciente no centro da questão dos cuidados de saúde, evitando a desumanização crescente das instituições de saúde, que torna a pessoa doente sempre mais um objeto passivo de cuidados. O inciso XXIII refere-se especialmente ao paciente terminal ou fora de possibilidades terapêuticas, como afirmam os especialistas em medicina paliativa. Ele assegura ao usuário ou a seu representante legal o direito de recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários que visam prolongar a vida.

O inciso XXIV refere-se à escolha do lugar para se despedir da vida (local para morrer).[4] Na mesma linha de argumentação, ao comentar os incisos XXIII e XXIX da Lei nº 10.241, o teólogo moralista Márcio Fabri dos Anjos diz que: "O prolongamento não razoável, a qualquer custo, quando a hora da morte já chegou, é distanásia: do grego dis + thanasia, 'morte lenta', ansiosa e com muito sofrimento; pode ser até violência, uma vez que acaba submetendo a pessoa a recursos terapêuticos dolorosos ou degradantes, que não levam a nada; o inciso XXIII, portanto, dá substrato humano à terminalidade".[5]

A distinção entre manter a vida e prolongá-la de modo subumano nos remete à utilização de meios terapêuticos ordinários e extraordinários em pacientes em fase terminal de vida. Daí porque é necessário fixar o momento a partir do qual a utilização de meio ordinário de terapia passa a extraordinário em pacientes em fase terminal de vida "com o objetivo de
estabelecer medidas proporcionais para a própria condição ou estado de vida. Portanto, se alguma fosse muito custosa ou onerosa, ou se não oferecesse um benefício substancial para o paciente, não existia a obrigação moral de usá-la".[6]

O que é suicídio medicamente assistido?

Etimologicamente, a palavra "eutanásia" significava, na antiguidade, uma morte suave sem sofrimentos atrozes

Hoje, já não se pensa tanto no significado originário do termo, mas, sobretudo, na intervenção da medicina para atenuar as dores da doença ou da agonia, por vezes, mesmo com risco de suprimir a vida prematuramente. Acontece ainda que o termo é utilizado num sentido mais particular, com o significado de "dar a morte por compaixão", para eliminar radicalmente os sofrimentos extremos ou evitar às crianças anormais, aos incuráveis ou doentes mentais, o prolongamento de uma vida penosa, talvez por muitos anos, que poderia trazer encargos demasiado pesados para as famílias ou para a sociedade. Por eutanásia, entendemos uma ação ou omissão que, por sua natureza ou nas intenções, provoca a morte a fim de eliminar toda a dor.

A eutanásia situa-se, portanto, no nível das intenções e dos métodos empregados.[1] Portanto, consiste em todo tipo de
terapia ou atuação que visa objetiva e intencionalmente, direta ou indiretamente, a antecipação da morte (pode ser por ação ou omissão).

Motivações para a utilização da eutanásia:

a) Evitar dores e incômodos grandes ao paciente;
b) Pôr fim à vida de feridos, estraçalhados em campos de batalha;
c) Eliminar anciãos "inúteis" ou pacientes terminais;
d) Por decisão do próprio paciente.

Avaliação moral (razões):

a) A inviolabilidade absoluta da vida humana;
b) A consideração utilitarista da vida humana;
c) O perigo da arbitrariedade, isto é, o uso ideológico e indiscriminado que pode ser feito pela autoridade ou profissionais da saúde;
d) Por fim, cria-se uma mentalidade favorável à cultura da morte.

O que afirma o Catecismo da Igreja Católica (nº 2276-2279):

Aqueles cuja vida está diminuída ou enfraquecida necessitam de um respeito especial. As pessoas doentes ou

deficientes devem ser amparadas para levarem uma vida tão normal quanto possível. Sejam quais forem os motivos e os meios, a eutanásia direta consiste em pôr fim à vida de pessoas deficientes, doentes ou moribundas. É moralmente inadmissível.

Assim, uma ação ou uma omissão que, em si ou na intenção, gera a morte a fim de suprimir a dor, constitui um assassinato gravemente contrário à dignidade da pessoa humana e ao respeito pelo Deus vivo, seu Criador. O erro de juízo, no qual se pode ter caído de boa-fé, não muda a natureza deste ato assassino, que sempre deve ser proscrito e excluído.

A interrupção de procedimentos médicos onerosos, perigosos, extraordinários ou desproporcionais aos resultados esperados pode ser legítima. É a rejeição da obstinação, da "obstinação terapêutica". Não se quer dessa maneira provocar a morte; aceita-se não poder impedi-la. As decisões devem ser tomadas pelo paciente, se tiver a competência e a capacidade para isso; caso contrário, pelos que têm direitos legais, respeitando sempre a vontade razoável e os interesses legítimos do paciente.

"Só Eu é que dou a vida e dou a morte" (Dt 32,39): o drama da eutanásia.

No atual contexto, torna-se cada vez mais forte a tentação da eutanásia, isto é, de apoderar-se da morte, provocando-a antes do tempo e, deste modo, pondo fim docemente à vida própria ou alheia. Na realidade, aquilo que poderia parecer lógico e humano, quando visto em profundidade, apresenta-se absurdo e desumano […].

Distinta da eutanásia é a decisão de renunciar ao chamado "excesso terapêutico", ou seja, a certas intervenções médicas já inadequadas à situação real do doente, porque não proporcionais aos resultados que se poderiam esperar ou ainda porque demasiado gravosas para ele e para a sua família. Nestas situações, quando a morte se anuncia iminente e inevitável, pode-se em consciência "renunciar a tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso da vida, sem, contudo, interromper os cuidados normais devidos ao doente em casos semelhantes". Há, sem dúvida, a obrigação moral de se tratar e procurar curar-se, mas essa obrigação há de medir-se segundo as situações concretas, isto é, impõe-se avaliar se os meios terapêuticos à disposição são objetivamente proporcionados às perspectivas de melhoramento. A renúncia a meios extraordinários ou desproporcionados não equivale ao suicídio ou à eutanásia; exprime, antes, a aceitação da condição humana defronte a morte.

A decisão da eutanásia torna-se mais grave quando se configura como um homicídio que os outros praticam sobre uma pessoa que não a pediu de modo nenhum nem deu nunca qualquer consentimento para que fosse realizada. Atinge-se, enfim, o cúmulo do arbítrio e da injustiça, quando alguns, médicos ou legisladores, se arrogam o poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer. Aparece, assim, reproposta a tentação do Éden: tornar-se como Deus "conhecendo o bem e o mal" (cf. Gn 3,5). Mas Deus é o único que tem o poder de fazer morrer e de fazer viver: "Só Eu é que dou a vida e dou a morte" (Dt 32,39; cf. 2Rs 5,7; 1Sm 2,6). Ele exerce o seu poder sempre e apenas segundo um desígnio de sabedoria e amor. Quando o homem usurpa tal poder, subjugado por uma lógica insensata e egoísta, usa-o inevitavelmente para a injustiça e a morte. Assim, a vida do mais fraco é abandonada às mãos do mais forte; na sociedade, perde-se o sentido da justiça e fica minada pela raiz a confiança mútua, fundamento de qualquer relação autêntica entre as pessoas.[2]

Em muitas situações existem pressões econômicas e interesses políticos, tanto no caso da distanásia como no da eutanásia. Doentes terminais, eventualmente, são submetidos à eutanásia, porque a UTI custa caro. Os bispos latino-americanos declaram: "Condenamos todo menosprezo, diminuição ou injúria às pessoas e seus direitos inalienáveis; todo atentado contra a vida humana, desde a que está oculta no seio materno até a que se julga inútil e que definha na velhice […]".[3]

Hoje, é muito importante proteger, no momento da morte, a dignidade da pessoa humana e a concepção cristã da vida contra um "tecnicismo", que corre o perigo de se tornar abusivo. De fato, há quem fale de "direito à morte", expressão que não designa o direito de se dar ou mandar provocar a morte como se quiser, mas o direito de morrer com serenidade, na dignidade humana e cristã. Sob esse ponto de vista, o uso dos meios terapêuticos pode, às vezes, levantar alguns problemas.[4]

Pecado

A eutanásia, entendida como "ação ou omissão que, por sua natureza e intenção, causa a morte com a finalidade de evitar qualquer dor", é um pecado grave segundo a Igreja. Podemos equipará-la ao suicídio/homicídio, à decisão de acabar com a vida de um paciente, mesmo com o argumento de que se age por compaixão, para eliminar um sofrimento insuportável. Suicídio, porque a eutanásia supõe o pedido ou o assentimento do doente. Homicídio porque a morte é executada pelo médico.

Em qualquer Igreja Católica que entrarmos, veremos Jesus sofrendo na cruz. Isso simboliza para nós, cristãos, um "chamado" a sermos pacientes como Ele. Ou seja, não devemos dar fim de nossas vidas ou da dos outros, pura e simplesmente.

O que é suicídio medicamente assistido?

Os pedidos para o suicídio medicamente assistido têm, recentemente, chamado a atenção da sociedade para a necessidade de um debate mais aprofundado. Eutanásia e suicídio assistido são temas que merecem reflexão e debate. A questão exige mais atenção quando é trazida para o debate público, para a vida das famílias, quando é apresentada ao vivo em documentários na TV, no cinema e na internet. O que, no entanto, a Igreja diz sobre suicídio assistido?

O termo eutanásia é usado quando uma pessoa age diretamente com a intenção de tirar a vida do outro. Por exemplo, quando um médico dá uma injeção letal ou tira um remédio para provocar a morte de alguém. Consiste, portanto, em apoderar-se da morte, provocando-a antes do tempo e, desse modo, pondo fim "docemente" à própria vida ou à vida alheia.

Usa-se o termo "suicídio assistido" ou "suicídio medicamente assistido" é usado quando uma pessoa morre com a ajuda de outra. O suicídio assistido ocorre quando alguém, que não consegue concretizar sozinha seu desejo de morrer, recorre ao auxílio de outra pessoa para ajuda medicamentosa ou encorajamento psíquico. Por exemplo, quando um médico prescreve um veneno ou quando uma pessoa põe no paciente uma máscara ligada a um botijão de monóxido de carbono e lhe dá instruções sobre como ligar o gás para provocar a própria morte. É chamado suicídio medicamente assistido porque a pessoa dá fim à sua vida com a supervisão médica. A principal diferença das outras formas de morrer é que, no suicídio assistido, a responsabilidade e execução do ato final da indução da morte é da própria pessoa.

O auxílio ao suicídio de alguém pode ser feito por atos (prescrição de doses altas de medicação, indicação de uso ou auxílio na preparação) ou, de forma mais passiva, por meio de persuasão ou encorajamento. Em ambas as formas, a pessoa que contribui para a ocorrência da morte da outra se torna condescendente ou responsável.

Essas solicitações podem envolver também o uso de uma máquina, que, com o auxílio de um médico, instrui o indivíduo no seu uso. Este, dessa forma, é auxiliado a cometer suicídio. Em outras solicitações, o médico tem fornecido medicação ao indivíduo, com as informações sobre a dosagem que poderá ser fatal. O indivíduo, desta forma, recebe os meios para cometer o suicídio.

O que leva uma pessoa a pedir a ajuda de alguém para se matar?

Certamente, são indivíduos seriamente doentes, talvez em estado terminal, quando a dor se torna insuportável. Os pacientes que contemplam a possibilidade de suicídio, frequentemente, expressam perda do sentido para a vida, uma depressão que acompanha a doença terminal.

Debatemos a legitimação ou a moralidade do desejo de morrer. Perguntamos: há diferença de julgamento com atenuantes para o suicídio dependendo do momento vivido pela pessoa? Exemplificando: idosos com doença em estágio avançado e/ou com sofrimento intolerável teriam legitimação para encerrar sua vida? E se esse desejo fosse manifestado por um jovem com sofrimento físico ou psíquico? Como avaliar a intensidade do sofrimento? Desrespeitar o pedido de um idoso para finalização de sua vida não seria uma forma de matar sua individualidade, autonomia e desejo de finalizar a vida de forma digna? Considerando o reverso, oferecer morte sem sofrimento não é respeito à dignidade humana?

A Constituição fala sobre direito à vida. Podemos falar também em direito à morte? Posso afirmar que a pessoa é juiz de sua vida? É seu olhar e não dos outros que define o que é sua dignidade? Será que uma pessoa pode ser obrigada a viver mesmo que as condições de vida sejam as mais sofridas? Uma questão importante para reflexão: é possível julgar o processo de morrer escolhido pela pessoa? A escolha da morte é um ato da pessoa? Sendo a solidariedade e a compaixão atitudes altruístas da pessoa, será que elas valem também quando se trata de ajuda ao suicídio?

O suicídio medicamente assistido é eticamente ilícito e deve ser condenado pela sociedade e, sobretudo, pelos médicos. Quando a assistência do médico é intencional e dirigida deliberadamente para possibilitar que um indivíduo termine com a sua própria vida, o médico atua de forma eticamente inaceitável.

A opinião da Igreja Católica sobre suicídio assistido

O magistério católico apresenta uma declaração sobre a eutanásia intitulado “Só Eu é que dou a vida e dou a morte (Dt 32,39): o drama da eutanásia”, no qual se afirma: “No atual contexto, torna-se cada vez mais forte a tentação da eutanásia, isto é, de apoderar-se da morte, provocando-a antes do tempo e, deste modo, pondo fim docemente à vida própria ou alheia. Na realidade, aquilo que poderia parecer lógico e humano, quando visto em profundidade, apresenta-se absurdo e desumano. […] A decisão do suicídio medicamente assistido torna-se mais grave quando se configura como um homicídio que os outros praticam sobre uma pessoa que não o pediu de modo nenhum nem deu nunca qualquer consentimento para que fosse realizado”.

Atinge-se, enfim, o cúmulo do arbítrio e da injustiça, quando alguns, médicos ou legisladores, se arrogam o poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer. Aparece assim reproposta a tentação do Éden: tornar-se como Deus “conhecendo o bem e o mal” (cf. Gn3,5). Mas Deus é o único que tem o poder de fazer morrer e de fazer viver: “Só Eu é que dou a vida e dou a morte” (Dt 32,39; cf. 2Rs 5,7; 1Sm 2,6). Ele exerce o seu poder sempre e apenas segundo um desígnio de sabedoria e amor. Quando o homem usurpa tal poder, subjugado por uma lógica insensata e egoísta, usa-o inevitavelmente para a injustiça e a morte. Assim, a vida do mais fraco é abandonada às mãos do mais forte; na sociedade, perde-se o sentido da justiça e fica minada pela raiz a confiança mútua, fundamento de qualquer relação autêntica entre as pessoas.[1]

A eutanásia, entendida como ação ou omissão que, por sua natureza e intenção, causa a

morte com a finalidade de evitar qualquer dor, é um pecado conforme o magistério católico. Podemos equiparar a eutanásia ao suicídio/homicídio, à decisão de acabar com a vida de um paciente, mesmo com o argumento de que se age por compaixão, para eliminar um sofrimento insuportável. Suicídio, porque a eutanásia supõe o pedido ou o assentimento do doente. Homicídio, porque a morte é executada pelo médico. No caso de o doente não ser consultado ou informado, não se trataria mais de eutanásia, que significa boa morte, mas de cacotanásia[2], ou seja, morte com dor ou angústia.

O magistério católico, numa atitude de valorizar a vida em todas as fases do desenvolvimento ou condições, sempre ensinou que não somos proprietários da nossa vida, e sim Deus, por isso não podemos por fim a ela. Afirma o Catecismo da Igreja Católica no número 2280: "Cada um é responsável por sua vida diante de Deus, que lhe deu e que dela é sempre

o único e soberano Senhor. Devemos receber a vida com reconhecimento e preservá-la para honra dele e salvação de nossas almas. Somos os administradores e não os proprietários da vida que Deus nos confiou. Não podemos dispor dela".

O suicídio medicamente assistido contradiz a inclinação natural do ser humano a conservar e perpetuar a própria vida. É gravemente contrário ao projeto de Deus para cada um de nós e ao amor por si mesmo. O suicídio assistido fere também o princípio da justiça que é o direito à própria vida e
o direito que os outros têm da minha vida e existência; rompe injustamente a comunhão com as pessoas amadas da família e da sociedade.

Você já ouviu falar em mistanásia?

Mistanásia? O que significa? A mistanásia é um termo pouco utilizado, mas representa a morte miserável, antes da hora. A mistanásia consiste na morte miserável, morte antecipada de uma pessoa, resultante da maldade humana.

A bioética utiliza na reflexão e discussão ética basicamente três conceitos, já consagrados, a saber: eutanásia, distanásia e ortotanásia. O termo mistanásia provém da etimologia grega mys (=infeliz); thanathos (=morte), significando morte infeliz, miserável, precoce e evitável em nível social, coletivo. Trata-se da "vida abreviada" de muitos, em nível social, por causa da pobreza, violência, droga, chacinas, falta de infraestrutura e condições mínimas de se ter uma vida digna, entre outras causas. Portanto, mistanásia é um termo novo para um problema antigo.

Alguns pensadores da ética, até pouco tempo utilizavam a expressão "eutanásia social", para se falar de morte social, causada pela pobreza, violência e desigualdade. Na verdade, pela etimologia da palavra, de origem grega, temos que eu (=bom); thanatos (=morte), significando uma "boa morte", "morte feliz". É exatamente o contrário que ocorre em nível social. Não tem nada de bom ou feliz nesta realidade de "vidas abreviadas" e cortadas tão precocemente neste contexto tão hostil ao seu desenvolvimento. Trata-se de uma "morte infeliz". É a vida banalizada, "abreviada antes do tempo", em nível social. Muito pelo contrário estamos diante de terríveis sofrimentos, por isto, o uso termo "eutanásia social" não é ideal para a morte nestas situações.

Trata-se da morte de muitos, que antes de sua morte física, praticamente já estão "mortos socialmente", numa sociedade que descarta as pessoas, principalmente as mais vulneráveis socialmente falando, as mais pobres e carentes. A grande maioria das vítimas da mistanásia é de pessoas pobres, vítimas da exclusão social e econômica, pessoas que levam uma vida precária, desprovidas dos cuidados de saúde e que morrem prematuramente. Consiste na morte como fruto do descaso frente a vida.

O que entendemos por ortotanásia?

A ortotanásia é sensível ao processo de humanização da morte e alívio das dores

Morte digna, sem abreviações desnecessárias nem sofrimentos adicionais, isto é, "morte em seu tempo certo". Com o prefixo grego orto, que significa "correto", e thanatos, que significa "morte", "ortotanásia" tem o sentido de morte "em seu tempo certo", ou seja, "morte pelo seu processo natural", sem abreviações nem prolongamentos desproporcionais ao processo de morrer. Portanto, a ortotanásia acontece quando o paciente já não dispõe mais de nenhum recurso terapêutico capaz de reverter seu quadro. Já atingiu o estágio de irreversibilidade.

A ortotanásia, diferente da distanásia, é sensível ao processo de humanização da morte e alívio das dores e não incorre em prolongamentos abusivos com a aplicação de meios desproporcionados que imporiam sofrimentos adicionais. Portanto, implica dispensar o uso de recursos extraordinários quando não há a mínima esperança de cura ou de melhoria da qualidade da vida. A prudência e a ética exigem que médicos e parentes mais próximos (especialmente quando o paciente está inconsciente e não reúne condições para oferecer uma opinião) concordam com o processo.

Aceitação da morte natural

Não dispensando medidas analgésicas e humanistas cabíveis, como a hidratação, nutrição, eventual assistência psicológica e religiosa, isso consiste na aceitação razoável da morte natural, mediante eventual desligamento de aparelhos de manutenção artificial de uma vida nem sempre consciente, como justificou Pio XII.[1]

É a situação em que se reconhece a inutilidade do tratamento para manter vivo o paciente. Nesse caso, recorre-se aos cuidados paliativos sem, contudo, utilizar meios para abreviar a vida. É situação intermediária entre a eutanásia (abreviar a vida) e a distanásia (prolongamento indevido do processo de morrer). Por isso, a prática da ortotanásia visa evitar a eutanásia e a distanásia ou, como afirma Leo Pessini, "não devemos abreviar a vida nem a prolongar, mas sim humanizar e cuidar".

A ortotanásia dá assistência médica e afetiva ao paciente terminal para que a morte aconteça com tranquilidade. Nesse caso, o doente recebe cuidados e medicamentos paliativos, que não vão curá-lo, mas evitam um sofrimento maior até o momento em que a morte venha naturalmente.

Segundo a Resolução 1.805/2006 do Conselho Federal de Medicina (CFM), é o procedimento pelo qual o paciente em fase terminal ou o seu representante legal decide renunciar ao uso de terapêuticas consideradas invasivas e o médico limita ou suspende procedimentos e tratamentos dolorosos e prolongados para amenizar os sintomas que acarretam o sofrimento. Portanto, essa prática é apresentada como manifestação da morte

boa ou morte desejável.

O Código de Ética Médica ratifica a ortotanásia e prevê que os médicos possam ministrar somente os cuidados paliativos, que auxiliarão o doente a tolerar melhor a dor e suavizar o
sofrimento. Com isso, pode-se entender que é dever do médico praticar a ortotanásia quando solicitada pelo paciente terminal.

Princípios ético-cristãos

A bioética, neste caso, está intrinsecamente ligada ao cuidado, aos prolongamentos e às abreviações da vida. Ela prega, na verdade, a ortotanásia, que é a morte no seu tempo certo, reta, digna, sensível ao processo de humanização. Como afirma o Catecismo da Igreja Católica (2279): "Mesmo quando a morte é considerada iminente, os cuidados comumente devidos a uma pessoa doente não podem ser legitimamente interrompidos. O emprego de analgésicos para aliviar os sofrimentos do moribundo, ainda que com o risco de abreviar seus dias, pode ser moralmente conforme a dignidade humana se a morte não é desejada, nem como fim nem como meio, mas somente prevista e tolerada como inevitável. Os cuidados paliativos constituem numa forma privilegiada de caridade desinteressada. Por essa razão, devem ser encorajados".

São João Paulo II, na carta Encíclica Evangelium Vitae, ao escrever sobre a morte, diz: "No outro topo da existência, o homem encontra-se diante do mistério da morte. Hoje, na sequência dos progressos da medicina e num contexto cultural frequentemente fechado à transcendência, a experiência do morrer apresenta-se com algumas características novas. Com efeito, quando prevalece a tendência para apreciar a vida só na medida em que proporciona prazer e bem-estar, o sofrimento aparece como um contratempo insuportável, de que é preciso libertar-se a todo custo. A morte, considerada como "absurda" quando interrompe inesperadamente uma vida ainda aberta para um futuro rico de possíveis experiências interessantes, torna-se, pelo contrário, uma "libertação reivindicada", quando a existência é tida como já privada de sentido, porque mergulhada na dor e inexoravelmente voltada a um sofrimento sempre mais intenso".[2]

Ninguém está imune ou livre do sofrimento e da doença (é condição humana). A experiência da doença revela a fragilidade da existência humana, é uma possibilidade concreta, eticamente falando, de a pessoa descobrir o valor da vida, porque ou lhe dá sentido ou fracassa, não tem meio termo. A etapa final da vida merece ser cuidada assim como as demais fases. Falecer com dignidade traz à discussão a qualidade de vida no processo de morrer.

O paciente deve ter o direito de recusar tratamentos quando sente que sua qualidade de vida está ameaçada, pois se procura a dignidade do princípio ao fim da vida, afirma Leo

Pessini e Bertachini.[3] É um interesse em humanizar o processo de morte de um paciente terminal, em aliviar suas dores, em não pretender prolongar abusivamente sua existência pela aplicação de meios desproporcionais.

A determinação de não delongar a vida é complexa

Conforme o teólogo Junges, a determinação de não delongar a vida é complexa, entretanto, o limite para designar está claramente fechado à percepção de morte digna associada à plena consciência das restrições de intervenção. Parece claro que o utópico seria ouvir, sentir e pensar com o indivíduo que sofre a amarga presença do evento inevitável da morte, para dessa relação complexa surgir a solução mais apropriada possível para cada caso.[4]

A Drª. Maria Elisa Villas-Bôas, pediatra e doutora em Direito, afirma que a ortotanásia é o objetivo médico quando já não se pode buscar a cura e visa prover conforto ao paciente, sem interferir no momento da morte, sem encurtar o tempo natural de vida nem adiá-lo indevida e artificialmente, possibilitando que a morte chegue na hora certa, quando o organismo efetivamente alcançou um grau de deterioração incontornável; e mais do que uma atitude, a ortotanásia é um ideal a ser buscado pela Medicina e pelo Direito, dentro da inegabilidade da condição de mortalidade humana.[5]

A ortotanásia ou a morte como condição, que faz parte do nosso ciclo natural, é aprovada pela Igreja Católica. Por isso, na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis, é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal (Res. nº1.805/2006, CFM). O direito à morte digna, a partir da ortotanásia, é fundamentado na dignidade da pessoa humana.

Na prática, a aplicação da ortotanásia deve levar em consideração alguns princípios, a saber: a autonomia do paciente terminal ou dos seus parentes próximos em decidir querer morrer dignamente; a não-maleficência de não exagerar um tratamento fútil que lhe cause mais dores e sofrimentos; na beneficência da promoção do alívio, do conforto, do cuidado e da dignidade; e na justiça, na qual se para alguns não há mais chance de cura, deve-se buscar promover o acesso ao tratamento para aquele que pode se tornar sadio. É preciso considerar que o médico não é obrigado a intervir no prolongamento da vida do paciente além do seu período natural, salvo se tal lhe for expressamente requerido pelo doente ou seus familiares.

Como afirma o teólogo espanhol Marciano Vidal, “a ortotanásia é uma síntese ética do direito de morrer com dignidade e do respeito pela vida humana”.[6]

Você sabe o que é “testamento vital” ou “Diretiva Antecipada de Vontade”?

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou uma resolução que dá ao paciente com doenças terminais ou estados vegetativos o direito de não receber tratamento considerado inútil ou “fútil”, denominada diretiva antecipada de vontade.

O que é o testamento vital?

O testamento vital é um documento redigido por uma pessoa no pleno uso de suas faculdades mentais (capacidades intelectuais e psíquicas), com o objetivo de dispor acerca dos tratamentos e não tratamentos a que deseja ser submetida quando estiver diante de um diagnóstico de doença terminal e impossibilitada de manifestar sua vontade, ou seja, o paciente poderá escolher de antemão a quais tratamentos ele não deverá ser submetido. A pessoa coloca no documento sobre como quer ser tratada no futuro caso encontre-se inconsciente por motivo de doença sem possibilidades de cura ou por decorrência de acidente cujo trauma acarrete situação de morte iminente e irreversibilidade do quadro clínico (chamada morte encefálica).

Para a elaboração do testamento vital, não é necessário que a pessoa encontre-se com doença terminal no momento da declaração. Exemplos de tratamentos: ventilação mecânica; cirurgia; uso de medicamentos; reanimação após parada cardíaca.

Como fazer o testamento vital?

Ao realizar um testamento vital, recomenda-se consultar dois profissionais: um médico e um advogado de sua confiança.

É importante que este documento seja redigido com a ajuda de um médico de confiança do paciente. Destaco que as disposições para serem válidas, apenas podem versar sobre interrupção ou suspensão de tratamentos extraordinários, que visam apenas a prolongar a vida do paciente. Neste caso a anti-distanásia. Tratamentos tidos como cuidados paliativos, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida do paciente não podem ser recusados. Ao contrário dos testamentos em geral, que são atos jurídicos destinados à produção de efeitos post mortem, os testamentos vitais são dirigidos à eficácia jurídica antes da morte do interessado.

Legalidade e Validade

Algumas formalidades importantes para o testamento vital:

É necessário que o indivíduo seja capaz, segundo os critérios da lei civil, ou seja, tenha mais de 18 (dezoito) anos e não se enquadre em nenhuma situação de incapacidade a

posteriori. Contudo, entendemos que uma pessoa que seja menor de 18 anos pode fazer o testamento vital, desde que haja autorização judicial, baseada no discernimento desta.

Onde será registrado?

No prontuário do paciente ou em cartório. Poderá ser registrado em cartório e anexado ao prontuário médico do paciente. O testamento vital terá prazo de validade até que o paciente o revogue.

O que não vale?

A vontade do paciente só não valerá caso o médico entenda que o procedimento em questão pode contribuir para a cura do paciente ou se representar uma infração ao Código de Ética Médica.

Quem vai garantir o cumprimento do desejo do paciente?

Ele pode nomear um representante legal para assegurar o cumprimento de sua vontade. O desejo da família não se sobrepõe ao do paciente.

Questionamentos jurídicos

O testamento vital gera discussões sobre sua validação, pois, de acordo com os arts. 104, II, e 166, II, do Código Civil, o objeto do ato jurídico deve ser lícito, questionando-se a subsistência do testamento vital, sobretudo por aqueles que defendem que a vida, maior bem protegido em nosso ordenamento jurídico, deve ser protegida a todo custo, mesmo que contra a vontade do paciente.

O Capítulo I do novo Código de Medicina prevê os seus princípios fundamentais. Dentre eles está o item XXII que diz: "nas situações clínicas irreversíveis e terminais, o médico evitará a realização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos desnecessários e propiciará aos pacientes sob sua atenção todos os cuidados paliativos apropriados". Sendo assim, desde que se comprove o estágio terminal da doença, a interrupção do tratamento não será considerado ato ilícito.

Posição da Igreja Católica

A posição da Igreja Católica sobre os assuntos da vida é clara, "não à eutanásia e não à obstinação terapêutica", ou seja, "não à morte assistida e não à utilização de meios inúteis, fúteis, desnecessários e desproporcionados" de tratamento.

A criação de um testamento vital, através do qual uma pessoa consciente, lúcida possa fazer uma declaração antecipada da sua vontade, para ser aplicada numa situação em que não a pode expressar, é aceitável na Igreja, mas apenas se este for um direito a fazer escolhas e não inclua o querer morrer. A maior preocupação da Igreja é na possibilidade do testamento vital tornar-se uma porta aberta à eutanásia ou mesmo uma forma camuflada de eutanásia.

Em se tratando de tratamentos podemos classificá-los em proporcionados e desproporcionados. É legítimo, segundo a doutrina da Igreja, renunciar a tratamentos

desproporcionados, dos quais não se espera uma melhoria ou, até, que trazem sofrimentos maiores para a pessoa, sem esperança de recuperação.

O importante é as pessoas saberem tratar os doentes com dignidade e, nesses momentos de maior sofrimento, recorrer aos cuidados paliativos, que são os mais aconselhados para essas fases terminais.

Alguns critérios:

Aos meios proporcionados somos sempre obrigados, aos desproporcionados pode-se renunciar.

Deve-se ter presente as perspectivas concretas de recuperação. Não se é obrigado a uma terapia cujo resultado seja uma vida vegetativa ou mesmo uma vida consciente cujas condições sejam muito precárias e por pouco tempo.

O católico pode fazer seu testamento vital desde que a intenção não seja provocar a morte (eutanásia) e que os tratamentos renunciados não sejam os proporcionados como a nutrição e hidratação.

A Igreja aceita a doação de órgãos para transplante?

A Igreja sempre acompanhou a doação de órgãos como um gesto de amor e solidariedade

Os grandes avanços na medicina dos transplantes – especialmente nas últimas décadas –, as técnicas cirúrgicas de captação e enxerto de órgãos e as descobertas de drogas que inibem a rejeição do órgão transplantado fizeram dessa área uma medicina de ponta. Embora toda a técnica de transplante esteja à disposição, é grande o número de pessoas, na fila de transplantes, que chegam a morrer pela falta de doação de órgãos.

Isso acontece por causa da equação desfavorável entre demanda e oferta de órgãos humanos, e também pela dificuldade de encontrar um órgão compatível com o indivíduo que necessita. O mais dramático ainda é que o número de candidatos a transplantes inscritos em lista de espera cresce continuamente. Muitos morrem antes de conseguirem o órgão.

Doar órgãos é um ato de solidariedade, que oferece ao próximo a esperança para recomeçar. Muitas pessoas dependem do transplante para continuar vivas ou para melhorar sua qualidade de vida quando todos os métodos terapêuticos falham.

Importante: um único doador cadáver pode salvar até 10 vidas. É possível doar rins, coração, pulmões, fígado, pâncreas e também tecidos, além de ossos, tendões, pele, córneas e valvas cardíacas.

A Associação Brasileira de Transplante de Órgão (ABTO) divulga, trimestralmente, o RBT (Registro Brasileiro de Transplantes), uma revista com os números de transplantes, lista de espera e atividades de doações de órgãos e tecidos do Brasil, por órgão, Estado, região e centro transplantador.[1]

Devido à carência de órgãos a serem transplantados é a ABTO realiza, anualmente, no mês de setembro, a Campanha Nacional de Doação de Órgãos em apoio à Lei nº 15.463, de 18 de junho de 2014, que instituiu o mês da doação de órgãos, denominado "Setembro Verde".

O pensamento da Igreja Católica sobre a doação de órgãos

No decorrer da evolução dos transplantes de órgãos, a Igreja Católica sempre os acompanhou como um gesto de doação e grandeza. Papa Pio XII foi quem ajudou a superar as dificuldades iniciais de alguns moralistas católicos com relação aos transplantes de órgãos procedentes de doador vivo.

Papa João Paulo II, em discurso aos participantes do XVIII Congresso Internacional sobre os Transplantes, em agosto de 2000, ressaltou a grandeza do gesto de amor e solidariedade que se expressa, de forma concreta, pela doação de órgãos. O Papa cita a Encíclica Evangelium Vitae: "Merece particular apreço a doação de órgãos feita segundo

formas eticamente aceitáveis, para oferecer possibilidade de saúde e até de vida a doentes, por vezes já sem esperança".[2]

Qualquer intervenção de transplante de órgãos, diz o Papa, tem geralmente origem numa decisão de grande valor ético:

"A decisão de oferecer, sem recompensa, uma parte do próprio corpo, em benefício da saúde e do bem-estar de outra pessoa".[3] Nisso consiste a nobreza do gesto que se configura como um autêntico ato de amor e elimina toda a possibilidade de comercialização de órgãos.

Transplante entre pessoas vivas

Quando se trata de transplantes de pessoas vivas, ou seja, com doação voluntária de um órgão por parte de uma pessoa viva, que se priva dele para ajudar a outra pessoa, a avaliação moral está fundamentada em dois princípios que se integram mutuamente: o primeiro é o princípio da indisponibilidade da própria vida e da própria integridade funcional. Esse princípio preserva a vida da pessoa doadora, portanto, se a ciência protege a saúde do doador, não existe motivo de liceidade e a pessoa pode doar o órgão. O corpo do doador mantém suas funções fundamentais, ainda que doando uma parte importante dele; o segundo é a solidariedade, em virtude da qual cada um é chamado a dar algo de si a quem disso necessita; é um amar-se mútuo até o sacrifício de si mesmo. Por isso, mais do que falar de liceidade neste tipo de transplante, poder-se-ia falar com maior verdade da virtude da caridade.

A pessoa que, por motivos graves, sacrifica um órgão que não seja para ela de importância vital, em favor do próximo, demonstra com isso um sentimento não apenas subjetivamente digno de respeito, mas que, conforme o caso, pode ser até objetivamente justificável e digno de louvor, como o sacrifício inteiramente voluntário de Cristo.

A validade desses transplantes dependerá do doador, um consentimento com conhecimento de causa, respeitando a sua autonomia e excluindo imposições alheias ou decisões pessoais irresponsáveis; exame dos eventuais prejuízos derivados da extirpação de um órgão; por parte do receptor, é preciso avaliar os riscos e as vantagens tanto no caso de não se realizar o transplante como no caso de fazê-lo.

Transplantes a partir de um cadáver

Quando se trata de transplantes de cadáver, não existe nenhuma lei divina ou moral que proíba tal intervenção. A extração de um órgão do corpo de um sujeito morto não lesa nenhum direito subjetivo propriamente dito, ou seja, o cadáver não é mais sujeito de direito, uma vez diagnosticada a morte, a discussão está no que fazer quando não houver nenhuma declaração por parte da pessoa falecida. Neste tipo de transplante, o grande dilema médico e ético é o benefício para o receptor ao receber o órgão em comparação aos riscos. Portanto, para se avaliar a questão moral de um transplante, a partir de um cadáver, o aspecto fundamental para o qual se deve atentar deveria ser o favorecimento desse transplante sobre o bem-estar da pessoa doente que irá recebê-lo.

A Igreja, ao longo de sua história, tem-se pronunciado favorável e incentivadora da

prática dos transplantes de órgãos, como cuidado da saúde do enfermo e gesto de solidariedade do doador.

O doador ou seus familiares devem agir com liberdade e sem coação. Os transplantes devem ser realizados por motivos altruístas, gratuitos e não econômicos, quando houver a razoável perspectiva de sucesso no receptor e for rigorosamente comprovada a morte do doador. Satisfeitas essas condições, a fé não impede a doação e a Igreja vê nesse gesto uma preciosa imitação de Jesus, que deu a vida pelos outros.

Como se tornar um doador de órgãos?

Para se tornar um doador de órgãos basta avisar a família. Para ser doador não é necessário deixar nada por escrito, mas é fundamental comunicar à sua família o desejo da doação. A família sempre se aplica na realização deste último desejo, que só se concretiza após a autorização desta, por escrito. Portanto, a doação de órgãos só vai ocorrer com autorização dos familiares. De acordo com as estatísticas, a negativa familiar ainda é o principal motivo para a não doação. Por isso, é importante que as pessoas abordem o assunto dentro de casa e deixem claro para os parentes mais próximos o seu desejo de se tornar doador após a morte.

Uma pessoa viva pode doar órgãos para transplantes?

O termo transplante foi utilizado pela primeira vez em 1778 pelo inglês John Hunter (1728 - 1793), pesquisador, anatomista e cirurgião. Transplante é a intervenção mediante a qual se enxerta em organismo humano (receptor) uma parte de outro organismo (doador), podendo este ser de origem humana ou animal, quer vivo ou morto, ou até mesmo mecânico. Em sentido amplo, transplante pode ser definido como "deslocamento de uma parcela maior ou menor de tecido ou de um órgão de uma parte do corpo para outra ou de um organismo para outro".[1]

A transplantação de órgãos visa essencialmente a socorrer pessoas com doenças terminais que afetam órgãos vitais (coração, rins, pâncreas, fígado etc.); é usada também para melhorar a qualidade de vida do paciente (transplante de

ossos) ou mesmo para estética (transplante de pele).[2] As partes enxertadas no receptor podem ser: células, pequenas regiões de tecido, de pele, de cartilagens, ossos, córneas, válvulas cardíacas etc.; órgãos inteiros (rim, fígado, coração, pâncreas e genes). Numerosos transplantes já foram realizados com verdadeiro sucesso.

Mesmo com todo o aperfeiçoamento das técnicas de transplantes, ainda nos deparamos com alguns problemas relevantes: a insuficiência de órgãos para satisfazer as necessidades, os critérios de estabelecimento de morte, a compatibilidade doador-receptor, demora nas listas de espera, o transporte do órgão, o acompanhamento do paciente pós-transplante (manter o sistema imunológico do paciente controlado para evitar uma possível rejeição), entre outros.

O transplante de órgãos tem características diversas perante outras questões médicas, ou seja, não está restrito, em sentido clínico, à relação paciente-médico, depende ainda de um terceiro fator externo que é o doador de órgãos. Embora transplantes sejam baseados em técnicas que são comuns na medicina, não podem ser realizados sem doações de órgãos.

Mesmo considerando o valor da doação de órgãos, para melhor ser avaliado o transplante a partir de considerações morais é preciso conhecer a origem do órgão, se é doador vivo ou cadáver, é o que afirma Vidal: "é mister distinguir, antes de mais nada, a doação de um tecido ou de um órgão por parte de uma 'pessoa viva' com vistas ao transplante e a extração de alguma parte do corpo de um cadáver".[3]

Quando se trata de doador vivo?

Quando se trata de transplantes de pessoas vivas, ou seja, cujo doador é uma pessoa viva, Vidal[4] afirma que a avaliação moral está fundamentada em dois princípios que se integram mutuamente: o primeiro é o princípio da indisponibilidade da vida própria e da própria integridade funcional. Este princípio preserva a vida da pessoa doadora. Para o

autor, se a ciência protege a saúde do doador, não existe motivo de iliceidade.
O corpo do doador mantém suas funções fundamentais, ainda que doando uma parte importante dele; o segundo é a solidariedade, em virtude da qual cada um é chamado a dar algo de si a quem disto necessita. É um amar-se mútuo até o sacrifício de si mesmo. Por isso, mais do que falar de liceidade neste tipo de transplante, além do princípio da totalidade poder-se-ia falar com maior verdade do princípio da solidariedade, socialidade e caridade.

O Papa São João Paulo II, em discurso aos participantes do XVIII Congresso Internacional sobre os transplantes em agosto de 2000, ressaltou a grandeza do gesto de amor e solidariedade que se expressa de forma concreta pela doação de órgãos. O papa cita a encíclica Evangelium Vitae: "Merece particular apreço a doação de órgãos feita segundo formas eticamente aceitáveis, para oferecer possibilidade de saúde e até de vida a doentes, por vezes já sem esperança".[5] Qualquer intervenção de transplante de órgãos, diz o papa, tem geralmente origem numa decisão de grande valor ético: "A decisão de oferecer, sem recompensa, uma parte do próprio corpo, em benefício da saúde e do bem-estar de outra pessoa".[6] Nisto consiste a nobreza do gesto que se configura como um autêntico ato de amor e elimina toda a possibilidade de comercialização de órgãos.

O que diz a Lei brasileira dos transplantes entre vivos?

Capítulo III - Da Disposição de Tecidos, Órgãos e Partes do Corpo Humano Vivo para Fins de Transplante ou Tratamento.

Lei nº 9.434/1997: Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do §4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. (...) §3º Só é permitida a doação referida neste artigo quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes do corpo cuja retirada não impeça o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade e não represente grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação

inaceitável, e corresponda a uma necessidade terapêutica comprovadamente indispensável à pessoa receptora.

§4º O doador deverá autorizar, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, especificamente o tecido, órgão ou parte do corpo objeto da retirada.

§5º A doação poderá ser revogada pelo doador ou pelos responsáveis legais a qualquer momento antes de sua concretização.

Como acontece a doação de órgãos de cadáveres?

A utilização de órgãos de doadores cadáveres tem sido a solução mais promissora para o problema da demanda excessiva. Quando se trata de doador cadáver, importante ponto de discussão é a morte da pessoa. Neste aspecto, o problema inicial foi o estabelecimento de critérios para caracterizar a morte do indivíduo doador.

As mudanças em torno dos critérios estabelecidos no diagnóstico de morte do doador provocaram grandes discussões na comunidade médica e na população em geral. A comunidade médica e as pessoas que se declaram possíveis doadoras sempre se preocuparam com os critérios objetivos de certificação da morte.

Quando já foi estabelecida a morte encefálica (doador cadáver) pode-se retirar os órgãos para transplante?

Quando se trata de transplantes de doador cadáver, não existe nenhuma lei divina ou moral que proíba tal intervenção, a extração de um órgão do corpo de um sujeito morto não lesa nenhum direito subjetivo propriamente dito. Nesse tipo de transplante, o grande dilema médico e ético é o benefício para o receptor ao receber o órgão em comparação aos riscos, assim avaliado por Orduña: "No momento de julgar a conveniência moral de um transplante a partir de um cadáver, o aspecto fundamental para o qual se deve atentar deveria ser a influência desse transplante sobre o bem-estar do doente, comparando-se a situação atual com as previsões no caso de realizar ou não o transplante".[1]

Para os dois tipos de transplantes, entre vivos e de doador cadáver, ao referir-se às pessoas envolvidas (doador e receptor), o Papa João Paulo II expressa ainda "a necessidade de um consentimento informado. A autenticidade humana de um gesto tão decisivo requer, de fato, que a pessoa humana seja adequadamente informada a respeito dos processos nele implicados, a fim de exprimir de modo consciente e livre seu consentimento ou sua recusa. O consentimento dos parentes tem seu próprio valor ético, quando falta a opção do doador. Naturalmente, um consentimento com características análogas deverá ser expresso por aquele que recebe os órgãos doados".[2]

O que diz a Lei brasileira dos transplantes de doador cadáver?

A Lei Nº 9434/97, também conhecida como Lei dos Transplantes, trata das questões da Disposição Post Mortem de Tecidos, Órgãos e Partes do Corpo Humano para fins de Transplante:

Capítulo II - Da Disposição "Post Mortem" de Tecidos, Órgãos e Partes do Corpo Humano para Fins de Transplante

Art. 3º - A retirada "post mortem" de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de

remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.

Art. 8º - Após a retirada de partes do corpo, o cadáver será condignamente recomposto e entregue aos parentes do morto ou seus responsáveis legais para sepultamento.

E o consentimento do doador?

Em 2001, a lei nº 10.211 extinguiu a doação presumida no Brasil e determinou que a doação com doador cadáver só ocorreria com a autorização familiar, independente do desejo em vida do potencial doador. Logo, os registros em documentos de identificação (RG) e Carteira Nacional de Habilitação, relativos à doação de órgãos, deixaram de ter valor como forma de manifestação de vontade do potencial doador.

O que a Igreja afirma sobre a morte encefálica (cerebral)?

A utilização de órgãos de doadores cadáveres tem sido a solução mais promissora para o problema da demanda excessiva. Quando se trata de doador cadáver, importante ponto de discussão é a morte da pessoa e um; um dos grandes avanços da medicina foi o estabelecimento daquilo que se chama morte encefálica. Neste aspecto, o problema inicial foi o estabelecimento de critérios para caracterizar a morte do indivíduo doador como afirma Hottois: "O desenvolvimento das transplantações irá igualmente ter uma incidência sobre os critérios da morte, visto que a principal fonte de órgãos é o cadáver humano. A morte já não é definida a partir do critério de parada da atividade do coração, mas em função da 'morte' do cérebro. Diferentes critérios permitem avaliar, no plano clínico, a ausência de atividades cerebrais (coma profundo irreversível, ausência de respiração autônoma, ausência de reflexos em nível do tronco cerebral)".[1]

A mudança do critério cardiorrespiratório para o encefálico possibilitou um grande avanço neste sentido. Os critérios para a caracterização de morte encefálica[2] foram propostos, no Brasil, pelo Conselho Federal de Medicina através da resolução do Conselho Federal de Medicina 1480/97. A perda irreversível da função do tronco encefálico envolve necessariamente a perda da capacidade de ter consciência e da capacidade de respiração espontânea e determina o mecanismo de morte. Portanto, o critério da morte do tronco encefálico possui todas as bases necessárias e suficientes para o diagnóstico da morte.[3]

Para Lamb, "os progressos das ciências biomédicas acabaram com a ideia de que a morte é um acontecimento instantâneo caracterizado pela cessação simultânea de todas as características associadas à vida. Perda de consciência, respiração, batimentos cardíacos, circulação e falência de outros sistemas vitais não são mais eventos necessariamente simultâneos. Desde que muitos dos 'sinais' tradicionais de vida podem ser indefinidamente prolongados, agora tornou-se um assunto tanto de necessidade moral quanto de necessidade prática desenvolver uma definição de morte (primordialmente uma incumbência filosófica) com base na qual os critérios e os testes para verificar a morte podem ser logicamente inferidos (primariamente uma tarefa empírica)".[4]

As mudanças em torno dos critérios estabelecidos no diagnóstico de morte do doador provocaram grandes discussões na comunidade médica e na população em geral. A comunidade médica e as pessoas que se declaram possíveis
doadoras sempre se preocuparam com os critérios objetivos de certificação da morte. Pesquisas com alta tecnologia levaram a novo critério de diagnóstico, o da morte cerebral, mais específico a destruição do tronco cerebral que é o responsável por manter a regulamentação vegetativa do organismo, as funções vitais como a respiração ou a regulação cardiocirculatória. São essas as características que definem a morte do

indivíduo. A partir destes avanços, "a tendência é considerar que os critérios clínicos são suficientes e que 'está morto o ser humano que perdeu irreversivelmente as funções circulatórias e/ou as do tronco encefálico', já que 'a morte do tronco encefálico é o critério necessário e suficiente para determinar a morte do indivíduo. A determinação da morte é, certamente, delicada, e nunca se poderá ir além das certezas morais. É preciso exigir dos especialistas que ajam com o maior rigor e com a máxima prudência no trato dessas questões".[5]

"O debate acerca da morte encefálica é, de certo modo, um debate ético. Há um imperativo ético urgente para formular, e defender, a definição empiricamente mais específica de morte. A este respeito, a definição relativa ao tronco encefálico foi, por assim dizer, 'escolhida com base na reflexão ética'".[6]

O que a Igreja afirma sobre a morte encefálica?

O diagnóstico de morte constitui um dilema ético quando se trata de órgãos de cadáveres. Esse tipo de transplante apresenta também como dilema moral estabelecer o momento da morte da pessoa doadora. Quanto a isso, a Igreja confia à medicina que, dentro dos princípios éticos, desenvolvam-se tecnologias capazes de determinar com maior precisão possível a morte encefálica da pessoa e quanto a seu consentimento. O Papa Pio XII já em 1957 afirmava: "É função da ciência médica determinar esse momento (o momento da morte não pode ser conclusão de princípios religiosos e morais)".

João Paulo II expressa que "diante dos parâmetros hodiernos de certificação da morte, quer se refira aos sinais 'encefálicos', quer se faça recurso aos mais tradicionais sinais cardiorrespiratórios, a Igreja não toma decisões técnicas, mas limita-se a exercer a responsabilidade evangélica de confrontar os dados oferecidos
pela ciência médica com uma concepção cristã da unidade da pessoa, evidenciando semelhanças e eventuais contradições que poderiam pôr em perigo o respeito pela dignidade humana".[7]

A Igreja aprova o transplante de face?

Com o avanço da ciência, pessoas que tiveram o rosto deformado recomeçam suas vidas com transplantes totais ou parciais da face. Nas práticas dos transplantes é frequente excluir a utilização de órgãos considerados em grau de modificar a identidade do indivíduo. O que ocorre quanto ao transplante de face, ou seja, alguns excluem pelo temor de modificar a identidade do receptor. Pela importância e pela centralidade da face na percepção de si, na definição da identidade pessoal e nas relações sociais, por isto é de interesse particular para nós refletirmos sobre este tema. Para muitos, a face é representativa da inteira personalidade, pois é a região mais complexa do total complexo corpóreo; é princípio social e de socialização; concentra a representação estética e torna possível a comunicação interpessoal.

O primeiro transplante parcial de rosto foi feito na França, em 2005. Uma mulher de 38 anos, que havia sido deformada por um cachorro, recebeu nariz, queixo e lábios novos. Desde então, operações semelhantes foram feitas nos Estados Unidos e na China. No entanto, a cirurgia feita pelos espanhóis foi mais completa, porque incluiu mais ossos e mais partes da região inferior da face.[1] Em agosto de 2015, o americano Patrick Hardison foi submetido ao mais amplo e complexo transplante de face já realizado até o momento. Patrick Hardison, um salva-vidas de 41 anos, ficou com o rosto completamente desfigurado em 2001 após tentar apagar um incêndio como bombeiro voluntário e um prédio desabou sobre ele.

O transplante da face é uma proposta no caso de queimaduras, traumas e deformidades graves, alterando a funcionalidade e a estética do rosto. Consiste em substituir tecidos faciais danificados e/ou não existentes com tecido facial sadio, bem vascularizado, do doador, com resultados muito promissores.

Embora os transplantes de rosto sejam tecnicamente possíveis há anos, eles não haviam sido realizados devido a dúvidas sobre o impacto psicológico, o consentimento dos doadores e os riscos de longo prazo dos medicamentos contra a rejeição. Assim também em relação à família doadora e a receptora, como ambas irão reagir.[2] O transplante de rosto cria esperanças para muitas pessoas desfiguradas por acidentes e queimaduras, mas também desperta questões éticas e psicológicas para os pacientes e para a família dos doadores.

Além da questão de estética, da aparência, outros fatores estão envolvidos, o mastigar, comer, ver, ouvir e respirar, ou seja, aspectos de uma melhor qualidade de vida.

As necessidades de tratamentos devido às dificuldades ligadas à reduzida qualidade de vida e ao estresse psicológico
(ansiedade, baixa autoestima, negativa imagem de si, isolamento, infelicidades, abuso de psicotrópicos, síndrome de estresse pós-traumático e aumento do risco de suicídio)

cruzam-se de modo inevitável com problemas de natureza não somente clínica, mas também social e ética. Não se trata, de fato, de simples suporte a uma função, mas da possibilidade de modificar as
feições daquele rosto através do qual nós somos revelados. Por intermédio do rosto aparecem os pensamentos ocultos e reflete-se a condição interior da alma e da vontade.

Pietro&Corsano[3] consideram três pontos representativos do rosto na identidade da pessoa e importantes para a avaliação ética: singularidade, identidade e expressão da pessoa. Portanto, a avaliação ética deve estar fundamentada na autonomia do receptor, de sua estrutura psicológica, para encarar-se diante do novo rosto, como ele se aceita com seu novo aspecto, e avaliar também a relação risco e benefícios previstos. O sujeito deve ter pleno conhecimento de prognóstico, complicações, sequelas, desconfortos, custos, inconveniências, riscos e experiências, eliminando qualquer depreciação acerca de sua integridade. Aqui entra a necessidade de um comitê ético com um protocolo bem descrito de todas as fases do transplante.

A pessoa muda ao mudar a face?

O que muda é a expressividade do rosto, o que é denominado como comunicação não-verbal, e não a pessoa. De fato, para o receptor não é fácil olhar-se diante dessa nova realidade, portanto, o que se transplanta é apenas um revestimento do rosto e não uma nova identidade de pessoa e
depende da estrutura psicológica de cada paciente para receber o novo rosto.

O corpo não é algo que possuo; o corpo é vivido em primeira pessoa, sou eu mesmo e, por isto, pertence ao âmbito do ser, numa antropologia fundada na ideia do "corpo-sujeito". O corpo humano indica a subjetividade humana enquanto constitutivo da sua identidade de pessoa. No entanto, mesmo a corporeidade sendo a expressão do ser humano "uno e indiviso", o transplante de face, quando consentido e melhora o bem-estar da pessoa não apresenta problemas éticos. A identidade da pessoa humana não é simplesmente representativa, seu conceito é elaborado a partir de contribuições genéticas, sociológicas, filosóficas, teológicas. O que realmente pode ocorrer é um impacto de ordem psicológica, devendo haver um acompanhamento pós-transplante.

É correto fazer o transplante de face?

Afirmamos que, para a ética teológica, não existem obstáculos de ordem religiosa ritual com relação ao transplante de rosto. A liceidade desse tipo de transplante está ligada ao impacto causado na identidade em nível psicológico da pessoa receptora e à relação riscos/benefícios.

Católico pode doar sangue?

Introdução

Pesquisas revelam que "82% dos habitantes do planeta sofrem a incerteza de não saber se poderão receber sangue se eles ou seus entes queridos necessitarem urgentemente de uma transfusão e, quando a recebem, não têm nenhuma garantia de que o sangue seja seguro". Sabemos que a condição básica para dispor de suficiente sangue seguro é a existência de doadores voluntários regulares com boa saúde que ofereçam seu sangue.

Doadores que oferecem seu sangue voluntariamente são os doadores mais seguros. Para que a doação seja voluntária e segura cada país deverá dispor de um sistema de doação que seja 100% voluntário e não-remunerado, com sistema de coleta de sangue bastante seguro.

Doutrina da Igreja Católica

Não existe um documento oficial da Igreja que trata especificamente sobre a doação de sangue, mas existe um parágrafo no Catecismo da Igreja Católica (nº 2296) que trata da doação de órgãos e que do mesmo modo a Igreja apoia também a doação de sangue desde que os riscos, danos físicos e os danos psíquicos a que se expõe o doador sejam proporcionais ao bem que se busca para o destinatário.

Segue o texto:

> O transplante de órgãos é conforme à lei moral se os riscos e os danos físicos e psíquicos a que se expõe o doador são proporcionais ao bem que se busca para o destinatário. A doação de órgãos após a morte é um ato nobre e meritório e merece ser encorajado como manifestação de generosa solidariedade. O transplante de órgãos não é moralmente aceitável se o doador ou seus representante legais não tiverem dado seu expresso consentimento para tal. Além disso, é moralmente inadmissível provocar diretamente mutilação que venha a tornar alguém inválido ou provocar diretamente a morte, mesmo que seja para retardar a morte de outras pessoas.

O Papa João Paulo II encorajou os católicos a doarem sangue como gesto de "elevado valor moral e cívico... um presente de vida" e mobilizou a solidariedade dos fiéis. "Dar seu próprio sangue voluntário e gratuitamente é um gesto de elevado valor moral e cívico... que os doadores, a quem todos devem seu reconhecimento, multipliquem-se em todas as partes do mundo".[1] Não obstante ao grande número de doadores que existem atualmente, os apelos para doação de sangue são insistentes porque ainda não é suficiente: "o sangue nunca é suficiente. Doai o sangue".[2]

O Papa João Paulo II à Federação Italiana das Associações de Doadores de Sangue enfatizou[3]: "Caríssimos, a doação de sangue é um grande gesto de solidariedade, que chega a envolver os aspectos mais profundos da personalidade humana, empenhando-a em viver a espiritualidade do dom. Enquanto exprimo vivo apreço pelo significativo testemunho de sensibilidade oferecido pelas vossas beneméritas associações, exorto-vos

a enriquecer as suas várias atividades sociais e no campo da saúde, com uma sólida formação espiritual, a fim de serem sempre capazes de prestar serviço à vida do melhor modo possível".[4] E ainda: "...associo-me ao apelo das autoridades sanitárias em favor da doação de sangue, e espero que seja sempre mais generoso o empenho da população nesta forma tão humana e, ao mesmo tempo, tão evangélica, de ajuda ao próximo em necessidade".[5]

"A doação de sangue é um grande gesto de solidariedade, que chega a envolver os aspectos mais profundos da personalidade humana, empenhando-a em viver a espiritualidade do dom.

Enquanto exprimo vivo apreço pelo significativo testemunho de sensibilidade oferecido pelas vossas beneméritas associações, exorto-vos a enriquecer as suas várias atividades sociais e no campo da saúde, com uma sólida formação espiritual, a fim de serem sempre capazes de prestar serviço à vida do melhor modo possível".[6]

Qual é a motivação para se doar sangue?

> A motivação para doar o próprio sangue pode surgir de tantos motivos, pode ser induzida por motivos filantrópicos, por compaixão para com os doentes, por solidariedade natural, pela urgência das doenças etc. São motivações válidas, mas, muitas vezes, especialmente para o crente em Cristo, encontram-se na periferia da existência e são também elas uma interrogação a mais para procurar uma resposta aprofundada. Esta resposta já se sente de certa forma no que se experimenta ao doar o próprio sangue, porém nem sempre se é capaz de a exprimir como se desejaria (...).
>
> Já a exortação de Cristo, "curai os doentes", coloca-nos na justa linha para escrever a resposta. Além da solidariedade abençoada e da compaixão natural encontra-se o mandamento de Cristo, que cumprimos precisamente do íntimo do próprio eu, doando o sangue. É uma ótima satisfação obedecer com o nosso coração ao mandamento que Cristo nos deu, de doar a saúde (...).
>
> Para os cristãos significa doar-se a si mesmo a Deus e ao próximo, mesmo até a morte: são estes os verdadeiros vencedores,
>
> neste caminho de solidariedade autêntica e, só assim, se realiza a vitória luminosa e a única possível, que é a ressurreição.[7]

Legislação brasileira

A Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, regulamenta o §4º do art. 199 da Constituição Federal Brasileira, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a captação, proteção ao doador e ao receptor, coleta, processamento, estocagem, distribuição e transfusão do sangue, de seus componentes e derivados, vedada a compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização do sangue, componentes e hemoderivados, em todo o território nacional, seja por pessoas físicas ou jurídicas, em caráter eventual ou permanente, que estejam em desacordo com o ordenamento institucional estabelecido nesta Lei".

A doação de sangue dever ser altruísta, voluntária e não gratificada direta ou indiretamente. Portanto, doar seu próprio sangue de modo voluntário e gratuitamente, é um gesto de elevado valor cristão, moral e cívico. A Igreja incentiva o gesto voluntário de doar sangue como um dom para a vida do outro.

A doação de sangue é um gesto generoso e, ao mesmo tempo, tão evangélico, de ajuda ao próximo com uma necessidade específica até mesmo necessária para continuar a viver.

Cada vez mais se torna importante e urgente o nosso esforço para que mais pessoas entendam e participem deste gesto de solidariedade de doar sangue que faz com que cada doação possa salvar vidas!

Podemos usar cadáveres humanos para pesquisas e treinamento médico?

O estudo e a dissecação de estruturas anatômicas utilizando cadáveres humanos são etapas de fundamental importância na formação acadêmica dos futuros profissionais da área da saúde. Para ministrar aulas práticas o material didático essencial é o cadáver. No entanto, nos dias atuais o ensino da anatomia é realizado nas universidades tanto por métodos de dissecação de cadáveres como de peças cadavéricas preservadas, sendo essas práticas consideradas fundamentalmente necessárias para a construção do conhecimento em aulas de anatomia humana.

Como se obtém os cadáveres?

Leis como a 8.501/92 de 30 de dezembro de 1992 e o artigo 14 da Lei 010.406.2002 do Código Civil dispõem sobre a utilização de cadáveres não identificados/reclamados e a doação espontânea de corpos por parte da sociedade, respectivamente.

A lei foi sancionada com o objetivo de regularizar a utilização de cadáveres para fins de ensino e pesquisa. Assim o cadáver não reclamado junto às autoridades públicas sem qualquer documentação e nenhuma informação referente a endereço de parentes ou responsáveis, após a publicação em meios de comunicação do referido falecimento, em um prazo de até 30 dias, pode ser liberado e encaminhado para um centro de estudos na área da saúde. Cabe à instituição manter dados referentes à identificação do corpo, tais como: fotos, dados relativos às características gerais, ficha datiloscópica e outros dados e informações pertinentes.

Cadáveres de doadores altruístas

Outra forma de obtenção de corpos é através da doação ainda em vida, doação espontânea, no entanto, várias questões culturais e jurídicas envolvem esse processo. Para a doação, esta deve ser feita com base no Artigo 14 da Lei 010.406.2002 do Código Civil Brasileiro, sendo permitida a disposição gratuita para fins científicos do corpo no todo ou parte dele depois da morte. Para tanto, o doador precisa realizar declaração ou até testamento, lavrado em cartório, autorizando a doação por parte de familiares. Na declaração deve ser especificado a instituição de ensino para qual o doador deseja que seja encaminhado o seu corpo. Caso a doação seja realizada pela família, da mesma forma esta declara o desejo em doar o cadáver de seu parente para fins de estudo e pesquisa. A instituição que receber a doação assumirá todas as responsabilidades legais, bem como ao término na utilização do corpo, devendo avisar à família do doador e, se necessário, aos seus responsáveis, providenciar o sepultamento ou cremação do corpo.

É proibida a utilização de corpos de quem tenha morrido de morte criminal ou de quem acarrete perigo para a saúde pública.

Qual o método de preservação do corpo?

A forma mais tradicional de conservação do corpo é o uso de formol ou substâncias com a mesma função. Ele permite o uso do corpo por diversos anos. O tempo médio é de cerca de 10 a 15 anos. No entanto, o congelamento é alternativa ao formol na preservação de cadáveres para treinamento médico. Os corpos não são conservados no formol, como nos laboratórios tradicionais, eles são congelados logo após a morte e mantidos assim até um dia antes das aulas. Cadáveres frios, porém, duram menos. Depois, partes não mais utilizáveis são sepultadas ou cremadas.

No Brasil, os médicos relatam que tem se tornado mais difícil conseguir cadáveres do Serviço de Verificação de Óbitos. Com isso, a doação tem se tornado a principal fonte, mas ela ainda é pouco difundida.

Qual a posição da Igreja?

Durante muito tempo dizia-se que o Papa Bonifácio VIII em 1299 publicou uma bula proibindo o exame médico de cadáveres. Hoje em dia, porém, reconhecem os críticos que essa versão não passa de pura lenda. Na verdade, o que foi condenado foi um costume, comum na época, que consistia em descarnar pelo cozimento os ossos dos cavaleiros e nobres que iam para a Itália com os exércitos alemães e que morriam, para remetê-los para a suas pátrias a fim de serem enterrados.

Sabemos que até o fim do século 13, a dissecação não era praticada regularmente em lugar nenhum, independentemente de religião, exceto por um breve período entre os séculos quarto e terceiro antes de Cristo. As maiores objeções à dissecação não eram de ordem religiosa, mas cultural. Gregos e romanos consideravam os cadáveres impuros. No entanto, o estudo de anatomia sobre cadáveres já, há vários séculos, é oficialmente reconhecido por leis tanto civis como eclesiásticas.

O Catecismo da Igreja Católica no número 2301 afirma: “a autópsia de cadáveres pode ser moralmente admitida por motivos de investigação legal ou de pesquisa científica. A doação gratuita de órgãos após a morte é legítima e pode ser meritória”. A ressurreição da carne não depende do tratamento que se dê aos corpos dos defuntos.

Do ponto de vista moral, nada se pode contestar o uso para estudos de cadáveres, desde que sejam considerados os critérios para doação apresentados pela lei. No entanto, em se tratando da utilização de cadáveres para estudos, os familiares dos defuntos ou outras pessoas legitimamente ligadas a estes terão sempre o direito de se pronunciar e até de se opor a tal uso; os sentimentos de tais pessoas deverão merecer todo o respeito, de modo que não será licito aos médicos contrariá-los. Igualmente, às autoridades civis compete o direito de legislar a respeito da utilização para estudos dos cadáveres, respeitando ou protegendo os sentimentos de parentes e amigos.

Sou católico e posso aceitar a cremação de uma pessoa falecida?

O que é a cremação?

Cremação é uma técnica que consiste em submeter um corpo a altas temperaturas, aproximadamente 1000°C em forno crematório e que visa reduzir o corpo a cinzas. É a queima de um cadáver. É a cremação do cadáver em fornos crematórios desenvolvidos para esse fim. Ao final do processo de queima, restam apenas cinzas e alguns fragmentos ósseos, que são triturados para que os grânulos se transformem em cinzas e sejam entregues aos familiares. Esse processo só pode ser feito 24 horas após o óbito e demora de uma a três horas, dependendo de cada corpo e da capacidade do forno crematório.

O rito da cremação depende de cada família, cultura ou religião. A cremação pode ser um funeral ou um rito pós-funeral.

Apesar de parecer ser uma prática moderna, a cremação é uma tradição de quase 3 mil anos. Para algumas religiões do Oriente, queimar o cadáver é uma prática antiga e consagrada. Para estas, o fogo tem uma função purificadora, eliminando os defeitos da pessoa e libertando a alma.

No ocidente, por volta do século 10a.C., os gregos já queimavam em fogo aberto corpos de soldados mortos na guerra e enviavam as cinzas para sua terra natal. Apesar desse histórico, a cremação foi considerada ilegal em várias épocas, principalmente por motivos religiosos.

Hoje, a cremação no Brasil exige que a pessoa registre em cartório o desejo de ser cremado ou então que o parente mais próximo requisite o serviço. A cremação é regulada pela Constituição. Quem deseja realizar o procedimento precisa deixar essa vontade devidamente registrada, com documento assinado por testemunhas e reconhecido em cartório.

São várias as motivações para se buscar a cremação

Econômico: alguns alegam que em determinados países ou regiões a cremação de um corpo é mais econômico do que o funeral e sepultamento, ou seja, os custos são menores com a cremação, não há despesas como pagamento do terreno no cemitério, locação de um jazigo, a menos que os parentes queiram sepultar a urna cinerária no cemitério ou em um columbário.

Higiênico: com a cremação, evita-se possíveis fontes de infecção, especialmente quando a morte tenha sido causada por doenças infecciosas.

Ecológico: é um processo bastante ecológico. Evita-se a contaminação da água subterrânea ou rios por meio de produtos que permanecem no corpo após certos tratamentos.

Prático: a cremação é um processo mais simples e rápido do que o sepultamento tradicional, uma vez que depois de incinerado as cinzas são depositadas em uma urna cinerária e os membros da família podem decidir livremente para onde levar.

É necessária uma urna para as cinzas?

Uma urna para as cinzas não é exigida por lei. No entanto, para embalar ou guardar melhor o corpo cremado, recomenda-se a compra de uma "urna" ou produto produzido para recepcionar as cinzas.

A Igreja Católica aceita a cremação?

Acho que é a pergunta que a maioria dos católicos fazem quando o assunto é cremação.

A cremação é permitida pela Santa Sé desde 1963, desde que não seja um ato de contestação da fé. "A Igreja não tem razões doutrinárias para impedir tal praxe, já que a cremação do cadáver não atinge a alma e não impede a onipotência divina de ressuscitar o corpo. Mas a Igreja continua preferindo o sepultamento porque assim se mostra uma estima maior em relação aos mortos", afirma a instrução Ad resurgendum cum Christo.

O Código de Direito Canônico e o Catecismo da Igreja Católica não condenam tal prática, desde que não seja uma forma de manifestar ofensa à doutrina cristã sobre a ressurreição.

No número 2301 do Catecismo da Igreja Católica, lemos que "a Igreja aceita a cremação se esta não manifestar uma posição contrária à fé na ressurreição dos corpos", ou seja, desde que ela não seja escolhida por razões que sejam contrárias aos ensinamentos cristãos como, uma visão materialista da pessoa, por ritos esotéricos ou místicos contrários à fé católica, por superstições etc.

O Código de Direito Canônico diz (cânon 1176 §3): "a Igreja recomenda insistentemente que se conserve o costume de sepultar os corpos dos defuntos; mas não proíbe a cremação, a não ser que tenha sido escolhida por motivos contrários à doutrina cristã".

A sétima obra de misericórdia, "enterrar os mortos", faz considerar a pessoa mesmo já morta para este mundo como objeto de consideração e caridade. A matéria do corpo humano morto continua associada à pessoa falecida e merece consideração não sendo simplesmente matéria disponível. A cremação não deve ser sinal de negação do valor do corpo humano morto nem sinal de negação da fé na ressurreição. Num mundo que tem dificuldade em aceitar a morte corporal por falta de fé na vida eterna, a cremação pode se tornar popular como uma forma da morte não deixar sinais sociais, o que seria um empobrecimento e reforçaria a alienação, a vontade da pessoa de não considerar a sua realidade, mas procurar uma experiência virtual, longe da realidade que inclui a morte.

Onde depositar as cinzas? O que a Igreja diz sobre a deposição das cinzas?

O Vaticano divulgou, no dia 25 de outubro de 2016, regras para a cremação de católicos, que incluem a proibição à conservação das cinzas do morto em casa, evitando

que elas se tornem “lembranças comemorativas” e “objetos de joalheria”, isto é, é contra a prática de colocar as cinzas em adereços como colares, para recordar o ente querido.

As normas estão presentes na Instrução Ad resurgendum cum Christo, da Congregação para a Doutrina da Fé aprovada pelo Papa Francisco. De acordo com o documento, se for escolhida a cremação, as “cinzas do defunto devem ser mantidas em um lugar sacro, ou seja, nos cemitérios, e a conservação das cinzas no ambiente doméstico não é permitida”.

O Vaticano abre exceção apenas para casos envolvendo circunstâncias graves e excepcionais, dependendo das condições culturais de caráter local. “Em casos de circunstâncias gravosas e excepcionais, dependendo das condições culturais de caráter local, o Ordinário, de acordo com a Conferência Episcopal ou o Sínodo dos Bispos das Igrejas Orientais, poderá autorizar a conservação das cinzas em casa. As cinzas, no entanto, não podem ser divididas entre os vários núcleos familiares e deve ser sempre assegurado o respeito e as adequadas condições de conservação das mesmas”.

Outro hábito comum, o de espalhar as cinzas no mar ou em qualquer outro tipo de ambiente, também foi vetado pela Congregação para a Doutrina da Fé: “Para evitar qualquer tipo de equívoco panteísta, naturalista ou niilista, não é permitida a dispersão das cinzas no ar, na terra, na água ou de outro modo”, afirma o documento.

Caso o morto tenha expressado em vida o desejo de ser cremado por razões contrárias à fé cristã, a Igreja deve negar a realização de seu funeral, afirma a Instrução: “A Igreja não pode permitir abordagens e ritos que envolvam concepções erradas da morte, como a anulação definitiva da pessoa, o momento de sua fusão com a mãe natureza ou com o universo, uma etapa no processo de reencarnação ou a libertação definitiva da prisão do corpo”.

Embora diga que a cremação de um cadáver não é por si só a negação da fé cristã, o documento ressalta que a preferência continua sendo pelo sepultamento dos corpos.

Pode-se levar as cinzas para a Igreja?

Muitas igrejas permitem que o cremado continue presente durante a Missa memorial, se a família está pensando em um momento de oração.

Como fica o sepultamento tradicional ou diretamente na terra?

Também não é contrário à dignidade da pessoa falecida o sepultamento diretamente na terra a fim de que o seu corpo, alimentado pelos frutos da terra, torne-se alimento da terra numa reciclagem total de seus elementos.

E o corpo cremado na ressurreição dos mortos?

Alguns cristãos perguntam como será a ressurreição dos mortos (do corpo) quando uma pessoa é cremada? Para Deus, não é um problema dar nova vida a uma pessoa que ao falecer seu corpo é cremado. Pensemos nas pessoas que morrem afogadas e cujo corpo não é encontrado; pensemos em tantas pessoas que morrem carbonizadas em acidentes de carro ou de avião; pensemos nas pessoas falecidas ao serem sepultadas e que servem de alimentos para os microrganismos presentes na terra.

O Catecismo da Igreja Católica no número 298, ao tratar da ressurreição do corpo, afirma: “Uma vez que Deus pôde criar do nada, pode, pelo Espírito Santo, dar a vida da alma a pecadores, criando neles um coração puro, e a vida do corpo aos falecidos, pela ressurreição, Ele, ‘que faz viver os mortos e chama à existência as coisas que não existem’ (Rm 4,17)”.

O que é ressuscitar? “Na morte, que é separação da alma e do corpo, o corpo do homem cai na corrupção, ao passo que sua alma vai ao encontro de Deus, ficando à espera de ser novamente unida ao seu corpo glorificado. Deus, em sua onipotência, restituirá definitivamente a vida incorruptível a nossos corpos, unindo-os às nossas almas, pela virtude da Ressurreição de Jesus” (CIC, nº 997). Conforme o CIC no número 999, “este corpo será ‘transfigurado em corpo de glória’, em ‘corpo espiritual’ (1Cor 15,44)”.

Importante entender que a ressureição da pessoa em sua totalidade será com o corpo transformado. “Pela morte, a alma é separada do corpo, mas na ressurreição Deus restituirá a vida incorruptível ao nosso corpo transformado, unindo-o novamente à nossa alma. Assim como Cristo ressuscitou e vive para sempre, todos nós ressuscitaremos no último dia” (CIC, nº 1016). Ainda no número 1017: “Cremos na verdadeira ressurreição desta carne que possuímos agora. Contudo, semeia-se no túmulo um corpo corruptível, ele ressuscita um corpo incorruptível, um corpo espiritual” (1Cor 15,44).

Como entender a estrutura do matrimônio a partir da criação?

"O que Deus uniu o homem não separe"
(Mc 10,9)

O matrimônio e a família estão no projeto de Deus para a humanidade

Ao falar da família no plano de Deus, o Catecismo da Igreja Católica, diz que ela é "vestígio e imagem da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Sua atividade procriadora e educadora é o reflexo da obra criadora do Pai" (CIC, nº 2205). Essas palavras indicam que a família é, na terra, a marca ("vestígio e imagem") do próprio Deus, que através dela continua a sua obra criadora. Desde que existe a humanidade, existe a família, e ninguém jamais a pôde ou poderá destruir, pelo fato de que ela é divina, isto é, foi instituída por Deus. Como ensina o nosso Catecismo, ela é "a célula originária da vida social". "É a sociedade natural na qual o homem e a mulher são chamados ao dom de si no amor e no dom da vida" (CIC, nº 2207). Nosso desejo é refletir um pouco mais sobre o matrimônio querido por Deus e defendido pela Igreja.

No livro do Gênesis (Gn 1,26-27), lemos que Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança e ressalta que "homem e mulher" os criou. Em Gn 2,18, acrescenta-se que "não é bom que o homem esteja só" e Deus criou a mulher, que foi reconhecida por Adão, ao dizer: "Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne!" Esta união e fidelidade conjugal são defendidas no decálogo (Ex 20,2-17), quando é dito de "não cometer adultério" e de "não desejar a mulher do próximo".

O ser humano não existe para viver solitário porque tem sempre necessidade dos outros, porque é feito para o diálogo. "O homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher e eles se tornam uma só carne" (Gn 2,24). Neste relato, exprime-se a ideia de união. A força dessa união é tal que supera qualquer ligação de sangue ("deixa seu pai e sua mãe"). E o "se une à sua mulher" aponta para o matrimônio monogâmico, ou seja, sai das mãos de Deus o casal humano formado de um só homem e de uma só mulher. Esta é a estrutura do matrimônio em sua estrutura criacional.

Num contexto em que a mulher podia ser despedida ou repudiada, podendo ser dada uma carta de divórcio, Jesus vem e afirma a indissolubilidade: "O que Deus uniu o homem não separe" (Mc 10,9). Mateus 19,1-9 e Marcos 10,1-12 apresentam também este relato. Em Lucas 16,18, fica clara a afirmação: "Todo aquele que despede a sua mulher e se casa com outra comete adultério". Jesus toma radicalmente posição contra o repúdio da mulher, contra qualquer forma de divórcio. Não há exceções. Jesus reenvia ao projeto Criador de Deus. "Nunca leste que o Criador, desde o princípio, os fez homem e mulher… De modo que eles já não são dois, mas uma só carne. Portanto o que Deus uniu o homem não separe" (Mt 9,4-6). A estabilidade da aliança dos esposos faz parte do

desígnio da criação.

"Este mistério é grande", diz São Paulo aos Efésios (5,32). "Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo também amou a sua Igreja e se entregou por ela… É assim que os maridos devem amar as suas esposas, como amam seu próprio corpo. Aquele que ama a sua esposa está amando a si mesmo. Ninguém jamais odiou a sua própria carne. Pelo contrário, a nutre e a cerca de cuidados, como Cristo faz com a Igreja, e nós somos membros do seu corpo" (Ef 5,25-30).

Todos estes textos bíblicos revelam que a família e o matrimônio inscrevem-se no projeto de Deus. "O homem e a mulher, sendo imagem e semelhança de Deus" (Gn 2,16), que é amor, são chamados a viver, no matrimônio, o mistério da comunhão e relação com a Trindade. Deus inscreve na pessoa humana a vocação e, consequentemente, a capacidade e a responsabilidade do amor e da comunhão. No plano de Deus Criador e Redentor, a família descobre não só a sua identidade senão também sua missão: cuidar, revelar e comunicar o amor e a vida.

O que é amor conjugal?

Um dia desses eu estava na sala de espera de um consultório odontológico. Havia algumas senhoras que também esperavam serem atendidas e conversavam sobre novelas de determinada rede de TV. Era impossível não escutar a conversa delas, falavam de forma audível por todos. Falavam de "tal homem que deixou duas mulheres para se casar com uma terceira, de outro que estava se casando por conveniência, de uma mulher que casou para roubar, mas traía o marido com o cunhado etc". Uma confusão que não consegui acompanhar muito bem. Elas diziam que "o mundo está perdido", porém o interessante é que não deixavam de assistir.

Depois de ouvir toda esta conversa e ao retornar-me para casa, comecei a preparar uma palestra sobre "sexualidade e castidade" que eu faria na semana seguinte para um grupo de jovens. Enquanto eu preparava, comecei a pensar sobre como educar nossos jovens para a vida matrimonial dentro de um contexto destes e me veio à mente a fala de Deus para o profeta Ezequiel: "Assim diz o Senhor Deus. Quer te escutem; quer não - pois são um bando de rebeldes - ficarão sabendo que houve entre eles um profeta" (Ez 2,2-5). Sabemos que a Igreja conduzida pelo Espírito Santo tem a missão de formar a consciência de seus fiéis na busca do bem e da realização de cada um.

O Catecismo da Igreja Católica afirma que: "Os jovens devem ser instruídos convenientemente e a tempo sobre a dignidade, a função e o exercício do amor conjugal, a fim de que, preparados no cultivo da castidade, possam passar, na idade própria, do noivado para as núpcias" (CIC, nº 1632). Segundo a doutrina católica, é no contexto do matrimônio que os jovens iniciam sua educação para a vida sexual e o amor conjugal. Pergunto: Como serem educados num ambiente de perversão familiar promovido pelas novelas, pela imprensa e pela sociedade em geral? Por outro lado, levantam vozes de profissionais que defendem a estabilidade a convivência familiar como fundamentos seguros e saudáveis para a formação e a educação dos nossos jovens.

A instituição do matrimônio e da família, querida e criada por Deus, pedem por si mesmas, a estabilidade e indissolubilidade que as relações entre esposo e esposa, entre pai-mãe e filhos necessitam. No Evangelho, uma das passagens mais importante sobre o matrimônio é a discussão de Jesus com os fariseus a propósito do divórcio (cf Mc 10,2-12; Mt 19,3-12). Perante a alusão à lei de Moisés, Jesus cita o texto da criação, do livro do Gênesis, confirmando aquele quadro como referencial para a compreensão do matrimônio, acrescido de algumas ênfases próprias. Jesus cita: "Deus os fez varão e mulher". O matrimônio é apresentado como obra de Deus. Depois se confirma "aquilo que Deus uniu o homem não separa".

Os textos do livro do Gênesis (capítulos 1 e 2), ao falar da vida conjugal, não deixam dúvidas. A visão bíblica do matrimônio inclui uma comunhão completa e total: "osso de

meus ossos e carne de minha carne", "dois em uma só carne". A Bíblia aponta para uma comunidade de vida entre o homem e a mulher, baseada na igualdade, na participação plena e no mútuo respeito, apoio e fidelidade e, por isto, o matrimônio tem na Igreja a dignidade de sacramento.

O homem e a mulher criados à imagem e semelhança do Deus que é Amor (1Jo 4,8.16) tem na sua essência o amor. O homem nasce do amor, é chamado a viver este amor em comunhão e em família. Este mesmo homem, esta mesma mulher deixa sua família, pai e mãe para se unir à sua esposa, ao seu esposo e constitui uma nova família. Os filhos são frutos deste amor. Todo homem e toda mulher deve ser gerado, acolhido no seio de uma família constituída de homem e mulher.

No amor conjugal, o homem e a mulher se entregam um ao outro com os atos próprios e exclusivos dos esposos: o respeito, a relação sexual, o compromisso e a doação. Tudo isto se realiza de maneira verdadeiramente humana como parte integral do amor com o qual homem e mulher se empenham totalmente um para com o outro até a morte. A vida conjugal seria falsa se não fosse sinal e fruto da doação pessoal total, na qual toda a pessoa está presente.

A Igreja sempre ensinou que a união entre o homem e a mulher no matrimônio, é uma ação boa, santa e querida por Deus. O matrimônio é bom porque a própria Escritura Sagrada proclama que Deus mesmo instituiu o matrimônio. Proclamar a bondade e a santidade do matrimônio é reconhecer também a bondade e santidade dos ensinamentos e da ação de Deus que deseja o bem para todos os homens e mulheres.

A Palavra de Deus convida, por repetidas vezes, os esposos a alimentarem e reforçarem a sua união com um amor sincero e indiviso e a educarem seus filhos para a castidade, a fidelidade e o respeito. Para isto, é necessário conservar na família um clima positivo de amor, de virtude e de respeito pelos dons de Deus, em particular pelo dom da vida; ajudar os filhos a compreenderem o valor da sexualidade e da castidade apoiando seu crescimento com o esclarecimento, o exemplo e a oração; e a ajudá-los a compreender e a descobrir a própria vocação ao matrimônio.

Tudo aquilo que nos modernos meios de comunicação social favorece o estímulo dos instintos, o desvirtuamento dos costumes, do valor do matrimônio, bem como todas as formas de pornografia ou de exibicionismo sexual deve ser rejeitado pelas pessoas conscientes dos valores do matrimônio e engajadas no progresso da civilização e na defesa dos bens da família e da sociedade como um todo.

Qual o significado da aliança de casamento?

A aliança matrimonial é um gesto, firmado pelo casal, de cumplicidade, fidelidade e união

O Direito Canônico define o matrimônio como "a aliança matrimonial, pela qual o homem e a mulher constituem entre si uma íntima comunhão de vida toda (Consortium Totius Vitae), que é ordenada por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, elevada, nos batizados, a sacramento" (cf. Cân. 1055 §1). Podemos afirmar que o matrimônio é "sacramento de aliança", é a explicitação da aliança entre homem e mulher e do casal com Deus. Grande é o desejo cristão para que se viva bem este sacramento que Paulo fez uma perfeita analogia: "E vós, maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela" (cf. Ef 5,25).

No livro do Gênesis (1,26), lemos que Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança. O versículo 27 ressalta que "homem e mulher" os criou. Em Gn 2,18, acrescenta-se que "não é bom que o homem esteja só". Deus criou a mulher reconhecida por Adão, ao dizer: "Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne!". Em Gn 2,24, Deus une o casal: "O homem deixará pai e mãe e se unirá a sua mulher e se tornarão uma só carne". Existe, na criação, uma conexão entre Deus e o ser humano, homem e mulher.

Por que usar alianças?

Uma das práticas mais utilizadas e sacramentadas em casamentos, por todas as culturas, é o uso de alianças de casamento, mas poucas pessoas entendem seu significado. Para entender o significado da aliança no matrimônio, é importante saber, primeiro, o sentido da aliança nas Escrituras, ou seja, a aliança de Deus com o povo.

Aliança é a categoria mais fundamental de todo o Antigo Testamento, é seu conceito chave: Israel tem a consciência de uma aliança sempre renovada. Está na raiz da consciência de Israel, como povo escolhido, que Deus fez uma aliança com Seu povo.

As Escrituras indicam o casamento como uma aliança: "sendo ela (a esposa) a tua companheira e a esposa de tua aliança" (Malaquias 2,14). "Assim, já não são dois, mas uma só carne. Portanto, não separe o homem o que Deus uniu" (Mt 19,6). O matrimônio sacramental, além da aliança entre duas pessoas, esta se dá também na aliança com Deus.

A aliança no matrimônio é sinal de promessa um ao outro de amar, honrar, cuidar, respeitar etc. Na alegria e na tristeza, na saúde e na doença até que a morte os separe. A aliança do casamento é selada com o juramento feito um ao outro.

Aliança é símbolo da união

A comunidade conjugal, dom da criação recebida do Deus da aliança, é sinal da aliança de Deus com os homens. “Os maridos devem amar suas mulheres como a seu próprio corpo, como Cristo faz com a sua Igreja” (Ef 5,28-29), revela o matrimônio como sacramento da aliança e que nos lembra, por sua vez, a fidelidade e a verdade que nos vêm de Deus e às quais somos convidados a corresponder.

O matrimônio é uma entrega total, duradoura e fiel. Essa entrega como dom só é verdadeira se for total e sem reservas, e supõe a força de uma decisão e da vontade de se engajar por toda a vida. Esse dom primordial aponta para uma graça que é anterior e que funda o próprio amor, renovando-o e realimentando-o continuamente. É a graça sacramental do matrimônio.

Nos números 47-52 da constituição pastoral Gaudium et Spes do Vaticano II, dedicado ao matrimônio e à família, fala do matrimônio em chave de aliança. O matrimônio é o sinal sacramental vivo da aliança de amor que Deus fez com a humanidade em Cristo Jesus e que se exprime, realiza e atualiza de maneira permanente à união inefável, o amor fidelíssimo e a entrega irrevogável de Jesus Cristo, o Esposo, à sua Esposa Igreja, no compromisso de amor de seus membros batizados.

O que simboliza o fato de o casal colocar a aliança um no outro?

Na cerimônia do casamento, a união das mãos, gesto antigo, expressa a mútua posse dos cônjuges. As entregas das alianças é sinal da fidelidade e do compromisso e da aliança entre os noivos. Conforme o Catecismo da Igreja Católica no número 1662: “O matrimônio se baseia no consentimento dos contraentes, isto é, na vontade de doar-se mútua e definitivamente para viver uma aliança de amor fiel e fecundo”. O matrimônio cristão, portanto, tem três características: indissolubilidade, fidelidade e fecundidade; e a aliança que o casal carrega em seus dedos é sinal desse compromisso assumido um com o outro e com Deus diante da Igreja.

A aliança que o noivo coloca no dedo da noiva e vice-versa demonstra uma responsabilidade ilimitada, portanto, significa forte compromisso e lealdade até a morte. Nesse momento, a prioridade passa a ser a vida compartilhada. A aliança expressa o compromisso mútuo, é sinal do amor e da fidelidade:

“(nome) receba essa aliança em sinal do meu amor e da minha fidelidade. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém”.

O fato de usar a aliança no dedo anelar da mão esquerda para o casamento tem várias explicações. No Antigo Egito, por exemplo, era uma prática comum que o homem presenteasse a mulher que desposaria com um anel (aliança que tem origem do francês) para que ela usasse no anelar da mão esquerda, dedo que os antigos egípcios acreditavam ter uma veia com a ligação mais direta com o coração. Este, desde o início dos tempos, sempre foi tido como o centro de todos os sentimentos humanos. Tal uso, que se inicia com os egípcios, foi mantido pelos gregos, assumida pelos romanos e, então, assimilada pela Igreja Católica, vindo, portanto, de uma mistura de culturas, embora os ideais mais predominantes, hoje em dia, em torno desse objeto, sejam católicos.

A aliança passa a ideia de algo infinito por se tratar de um círculo, algo que jamais termina, simbolizando a promessa de “para sempre”, completando o ensinamento da Igreja Católica de casamentos que não se acabam, até que a morte separe o casal. No momento da cerimônia, a aliança representa não apenas o compromisso assumido pelos noivos um com o outro, mas também com Deus: o casal jura fidelidade, amor, apoio, honra, cuidado, respeito sob toda e qualquer circunstância ou adversidade mutuamente. A aliança usada pelo casal torna-se o símbolo de tudo o que prometeram, uma lembrança concreta da promessa, que vai além dos contratos assinados perante a lei dos homens. A aliança entre Deus e duas pessoas que se unem pelos laços do matrimônio vai muito mais além de um simples contrato de casamento ou regime de comunhão de bens; o casal assume diante de Deus e dos homens a confissão de amor eterno.

A Igreja Católica anula casamento?

Num primeiro momento, é preciso ter atenção para o termo "anula". É uma terminologia incorreta, a Igreja nunca pode anular um casamento, pois, "o que Deus uniu, não o separe o homem" (Mt 19,6). O termo correto é "declarar nulo" ou "nulidade matrimonial" e tem um significado bem diferente. A nulidade matrimonial é quando a Igreja reconhece que certos casamentos não preenchem as condições legais para serem considerados válidos, ou seja, mesmo com toda a cerimônia, protocolos, festas, presença do sacerdote etc., o matrimônio não foi válido, não aconteceu o Sacramento. Quando a Igreja declara a nulidade de um matrimônio, ela está dizendo que aquele casamento não foi válido, os dois não se uniram em matrimônio. A Igreja sempre declarou a indissolubilidade do matrimônio, ou seja, todo matrimônio válido não pode ser desfeito e, por isto, não pode ser anulado. Conforme o magistério católico, a moral e a doutrinas são o conjunto de todas as verdades de fé professadas pela Igreja, não são de origem humana, mas divina. Importante entender que as verdades da fé não são uma imposição da Igreja, mas vêm do coração de Deus e cabe à Igreja, como mãe e esposa do Cordeiro, ser a fiel zeladora e defensora destes mesmos valores e da verdade revelada.

Portanto, não se trata de separar ou dissolver as relações matrimoniais, visto que, conforme Igreja Católica, somente a morte pode colocar um fim no laço existente entre dois cônjuges. Mas, em algumas situações, os casamentos não existiram verdadeiramente e não há validade no ato de união. Todo matrimônio é válido até a morte. Mas alguns, embora obedecendo a forma legítima com padre, noivos, cerimonial e testemunhas, não valeram, pois estes casamentos traziam algum vício no consentimento ou alguma incapacidade e, assim, pode ser declarado nulo.

Vejamos o que diz o Catecismo da Igreja Católica (nº 1643) sobre amor conjugal:

> O amor conjugal comporta um todo em que entram todas as componentes da pessoa – apelo do corpo e do instinto, força do sentimento e da afetividade, aspiração do espírito e da vontade –; visa uma unidade profundamente pessoal – aquela que, para além da união numa só carne, conduz à formação dum só coração e duma só alma –; exige a indissolubilidade e a fidelidade na doação recíproca definitiva; e abre-se à fecundidade. Trata-se, é claro, das características normais de todo o amor conjugal natural, mas com
>
> um significado novo que não só as purifica e consolida, mas as eleva ao ponto de fazer delas a expressão de valores
> especificamente cristãos.

O casamento que não deu certo é inválido?

A Igreja reconhece que certos casamentos não preenchem as condições legais para serem considerados válidos. Para avaliar cada caso, foram estabelecidos tribunais eclesiásticos e, após uma minuciosa avaliação do caso, em particular, determinam a sentença pela validade ou não daquele matrimônio, ou seja, se pode declarar nulo ou

não. Porém, o pressuposto do casamento não ter dado certo não significa dizer que, necessariamente, o mesmo seja inválido. Nem todo matrimônio que não deu certo significa que automaticamente não é válido. Muitos casamentos válidos, infelizmente, não deram certo. O fato é que a Igreja jamais anula um casamento legalmente válido, mas ela pode verificar a possibilidade de decretar a nulidade de um matrimônio que, na verdade, não existiu.

Acesso dos fiéis aos tribunais eclesiásticos

Muitos casais querem uma resposta da Igreja sobre a possibilidade ou não de se declarar nulo o seu matrimônio. Em muitas situações o processo poderá ser longo e exaustivo. A Igreja deseja que os trâmites processuais sejam facilitados para os fiéis, que o acesso aos tribunais eclesiásticos se torne possível para todos. A Igreja também deseja que estes processos não sejam onerosos para os fiéis e sejam facilitados ao máximo para que, em muitos casos, o acesso seja gratuito. A Igreja deseja agilizar o andamento dos processos de nulidade matrimonial para que a angústia dos casais não seja prolongada e favorecer o cuidado, o esclarecimento para cada fiel sobre a sua real situação.

Como é o processo de nulidade matrimonial?

Conforme apresentamos anteriormente, podemos falar em nulidade matrimonial, ou seja, quando a Igreja declara que aquele "matrimônio", mesmo com toda cerimônia, presença do ministro, testemunhas, comunidade, festa, troca de alianças etc, o sacramento não aconteceu, ou seja, o vínculo matrimonial nunca aconteceu, matrimônio contraído invalidamente. Para a Igreja Católica, conforme o Cânon 1055 – §2º do Código do Direito Canônico (CIC),[1] entre batizados não pode haver contrato matrimonial válido que não seja, ao mesmo tempo, sacramento.

São várias as causas que impedem a efetivação do sacramento do matrimônio. Nestas poucas páginas, não será possível descrever sobre todo o processo de nulidade e todas as causas, no entanto, desejo dar algumas orientações que possam ajudar a pessoa interessada.

Para quem tem o desejo de consultar a possibilidade de nulidade do seu casamento junto ao Tribunal Eclesiástico, ou seja, na Igreja, a melhor forma é procurar orientações na
paróquia ou na diocese ou mesmo com algum especialista em direito canônico ou direito matrimonial. As orientações aqui apresentadas estão baseadas em alguns números do Direito Canônico referentes ao nosso tema.

O que significa declarar nulo um casamento?

Declarar nulo um matrimônio significa afirmar que, no momento em que fizeram os votos, nem todos os requisitos para esse pronunciamento estavam cumpridos, ou seja, existiam fatores que impediam a validade do sacramento. Na prática, significa dizer que o matrimônio nunca existiu de verdade, já que estava lesado de um ou outro requisito.

Algumas orientações

O processo de nulidade matrimonial exige que seja dada oportunidade a ambas as partes de se pronunciarem. Não é possível que uma parte trate do processo sem a outra ter conhecimento, mas isso não significa que o processo só avança com as duas partes.

Nas dioceses onde não há Tribunal Eclesiástico, deve haver uma pessoa encarregada dos assuntos do Direito da Igreja (Vigário Judicial) e de encaminhar, quando for o caso, os processos ao Tribunal Eclesiástico.

Quando você pode procurar a nulidade?

Em qualquer época pode-se entrar com o processo de nulidade, não importa quanto tempo de casados, se tem filhos ou não, mesmo se já tenha passado muito tempo da separação.

Cada Tribunal tem o seu presidente (Vigário Judicial). Ele representa os bispos da

região nos julgamentos. Cada processo é normalmente analisado e julgado por três juízes do Tribunal, sendo que um desses pode ser leigo. Há também a figura do "defensor do vínculo", que é uma pessoa do Tribunal a qual tem a função de defender o matrimônio original. Pode ser que, em alguns casos, o defensor do vínculo entende que não exista nada a declarar contra a nulidade. Há também o "promotor da justiça" que defende o Direito Eclesiástico.

Existe também o "notário" (secretário) que vai anotar, redigir e assinar todos os documentos do processo. E, por fim, existem os "advogados" e "procuradores". O advogado (ou patrono) é o conselheiro jurídico de uma das partes, que vai defender o seu cliente e orientá-lo junto ao Tribunal. O procurador é a pessoa que representa uma das partes junto ao Tribunal. Eles podem ser a mesma pessoa.

Quando alguém inicia um processo de nulidade, escolhe o seu advogado de uma lista de nomes que o secretário lhe apresenta. Também pode sugerir ao Tribunal que aceite um advogado que não esteja na lista deste, desde que a pessoa escolhida conheça o Direito Canônico e seja um padre ou leigo preparado e habilitado para tal função.

A pessoa deve dar entrada no Tribunal da diocese onde se casou ou onde reside o cônjuge do qual se separou ou mesmo poderá pedir ao Tribunal que aceite o processo onde o interessado reside atualmente.

O processo começa com o "libelo" (ou petição) através do qual o interessado se dirige por escrito ao Tribunal e expõe com a ajuda de todos os detalhes o seu pedido de declaração de nulidade. Este relatório deve constar todas as informações importantes: o histórico do casamento, namoro, como foi a cerimônia do casamento, como foi o tempo de convivência, quando e como começaram os desentendimentos, porque se separaram, qual é a situação atual de ambos etc. Posteriormente, haverá uma entrevista com mais detalhes e para dirimir algumas dúvidas. Também é importante que a parte interessada apresente com clareza o motivo do pedido de nulidade ou porque acredita que o vínculo nunca existiu. Deve ainda indicar também as provas (documentos, atestados médicos, psiquiátricos etc.) que comprovem algum fato, além das testemunhas que possam comprovar, dando os seus nomes e endereços completos.

Ao longo do processo, durante as entrevistas, a parte interessada poderá acrescentar mais relatos. Por fim, basta fazer a "petição", isto é, pedir ao Tribunal, tendo em vista tudo o que foi relatado, que declare nulo o matrimônio. Deverá entregar também a certidão do casamento religioso e, se já fez a separação judicial (desquite) ou divórcio, entregar também cópias dessas sentenças.

Quais os motivos pelos quais um casamento pode ser declarado nulo?

As condições que tornam o ato da celebração sem efeito, ou seja, nulos ou inválidos, mesmo tendo sido celebrados numa igreja, são diversas. Os Cânones 1083-1094 do "Código de Direito Canônico" são dedicados a essa matéria.

Segue uma síntese das causas de nulidade do matrimônio, entretanto, é importante consultar o Código de Direito Canônico da Igreja Católica ou uma pessoa especialista.

As causas que podem tornar inválido o matrimônio

Conforme o Código de Direito Canônico são causas de nulidade matrimonial:

A) Falhas de consentimento (Cânones 1057 e 1095-1102)

Para contrair matrimônio validamente, os nubentes devem consentir livremente em unir suas pessoas numa comunhão de vida definitiva e irrevogável:

Cânon 1057 – §1º- "O matrimônio é produzido pelo consentimento legitimamente manifestado entre pessoas juridicamente hábeis, e esse consentimento não pode ser suprido por nenhum poder humano. §2º- O consentimento matrimonial é o ato de vontade pelo qual o homem e a mulher, por aliança irrevogável, se entregam e se recebem mutuamente para constituir matrimônio".

O consentimento matrimonial conforme é exigido pode ser impedido por (a pessoa que se casa tem que ter consciência das obrigações que assume e se decida com plena liberdade):

1. Cânon 1095 São incapazes de contrair matrimônio:

1º- "os que não têm suficiente uso da razão; 2º- os que têm grave falta de discrição de juízo a respeito dos direitos e obrigações essenciais do matrimônio, que se devem mutuamente dar e receber mutuamente; 3º- os que não são capazes de assumir as obrigações essenciais do matrimônio por causas de natureza psíquica".

2. Ignorância: Cânon 1096 – §1. "Para que possa haver consentimento matrimonial, é necessário que os contraentes não ignorem, pelo menos, que o matrimônio é um consórcio permanente entre homem e mulher, ordenado à procriação da prole por meio de alguma cooperação sexual. §2º Essa ignorância não se presume depois da puberdade".

3. Erro (Cânones 1097 - 1099): o erro distingue-se da ignorância, pois esta significa ausência de noções, ao passo que o erro implica presença de noções não verídicas ou falsas.

Cânon 1097, §1º: "O erro de pessoa torna inválido o matrimônio". §2º "O erro de qualidade da pessoa, embora seja causa do contrato, não torna nulo o matrimônio, salvo

se essa qualidade for direta e principalmente visada".

O erro doloso (Cânon 1098): "Quem contrai matrimônio, enganado por dolo perpetrado para obter o consentimento matrimonial, a respeito de alguma qualidade da outra parte, qualidade que, por sua natureza, possa perturbar gravemente o consórcio da vida conjugal, contrai-o indevidamente".

Cânon 1099 – "O erro a respeito da unidade, da indissolubilidade ou da dignidade sacramental do matrimônio, contanto que não determine a vontade, não vicia o consentimento matrimonial".

Na tentativa de se evitar o erro de direito e os problemas daí decorrentes, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil emitiu a seguinte norma:

> Cuidem os sacerdotes de verificar se os nubentes estão dispostos a assumir a vivência do matrimônio com todas as suas exigências, inclusive a de fidelidade total, nas várias circunstâncias e situações de sua vida conjugal e familiar. Tais disposições dos nubentes devem explicitar-se numa declaração de que aceitam o matrimônio tal como a Igreja o entende, incluindo a indissolubilidade. [1]

4. Simulação (Cânon 1101): "Presume-se que o consentimento interno está em conformidade com as palavras ou os sinais empregados na celebração do matrimônio" (§1º). "Contudo, se uma das partes ou ambas, por ato positivo de vontade, excluem o próprio matrimônio, algum elemento essencial do matrimônio ou alguma propriedade essencial, contraem invalidamente" (§2º).

5. Violência ou medo (Cânon 1103): "É inválido o matrimônio contraído por violência ou por medo grave proveniente de causa externa, ainda que não dirigido para extorquir o consentimento, e quando, para dele se livrar, alguém se veja obrigado a contrair o matrimônio".

6. Condição não cumprida (Cânon 1102): §1. "Não se pode contrair validamente o matrimônio sob condição de futuro. §2. O matrimônio contraído sob condição de passado ou de presente é válido ou não, conforme exista ou não aquilo que é objeto da condição. §3. Todavia a condição mencionada no §2 não pode licitamente ser colocada sem a licença escrita do ordinário local".

B) Impedimentos dirimentes (Cânon 1083-94)

1. A idade mínima para a validade de um casamento sacramental é 14 anos para as moças e 16 anos para os rapazes. Os bispos podem dispensar dessa condição. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil exige dois anos a mais para os casamentos no Brasil, ou seja, 16 e 18 anos respectivamente. Todavia esta exigência incide sobre a liceidade, não sobre a validade do casamento (cf. Cânon 1083).

2. A impotência (ou incapacidade de praticar a cópula conjugal) anterior ao casamento e perpétua, absoluta ou relativa, é impedimento dirimente (cf. Cânon 1084).

3. O vínculo de um matrimônio validamente contraído, mesmo que não consumado (cf. Cânon 1085).

4. A disparidade do culto: é inválido o casamento entre um católico e uma pessoa não batizada, se a parte católica não pede dispensa do impedimento. Esta pode ser concedida pelos bispos desde que:

– a parte católica declare estar disposta a afastar os perigos de abandono da fé e prometa fazer tudo para que a prole seja batizada e educada na Igreja Católica;
– a parte não católica seja informada desse compromisso;
– ambas as partes sejam instruídas a respeito dos fins e propriedades essenciais do matrimônio, que nenhum dos contraentes pode excluir.

5. Ordem Sagrada: os que receberam o sacramento da ordem, ou seja, os diáconos, os presbíteros e os bispos não podem casar validamente (Cânon 1087). No caso dos diáconos casados, porém, permite-se que alguém, previamente casado, seja ordenado diácono e atue como tal.

6. Profissão religiosa perpétua: os religiosos, ou seja, membros de certas instituições religiosas, fazem voto de castidade, pobreza e obediência. Isto se chama profissão religiosa. Quando é feita de modo perpétuo ou definitivo, torna nula qualquer tentativa de matrimônio (Cânon 1088).

7. Rapto: cf. Cânon 1089. Uma mulher levada pela força não se pode casar validamente com quem a está violentando dessa maneira.

8. Crime: cf. Cânon 1090. Os que matam o seu ou sua consorte, para facilitar um casamento posterior estão impedidos de realizar validamente esse casamento. Da mesma forma, se um homem e uma mulher, de comum acordo, matam o esposo ou a esposa de um deles, não se podem casar validamente entre si.

9. Consanguinidade: cf. Cânon 1091. Não há dispensa na linha vertical (pai com filha, avô com neta…); na linha horizontal, o impedimento, que pode ser dispensável, vai até o quarto grau, isto é, atinge tio e sobrinha, além de primos e irmãos.

10. Afinidade na linha vertical: cf. Cânon 1092. Não há matrimônio válido entre o marido e as consanguíneas da esposa e entre a esposa e os consanguíneos do marido, suposta a viuvez previamente ocorrida. Na linha horizontal não há impedimento. Por exemplo, um viúvo pode casar-se com uma irmã (solteira) de sua falecida esposa.

11. Honestidade pública: cf. Cânon 1093. Quem vive uma união ilegítima, está impedido de se casar com os filhos ou os pais de seu (sua) companheiro(a).

12. Parentesco legal: cf. Cânon 1094. Não é permitido o casamento entre o adotante e o adotado ou entre um destes e os parentes mais próximos do outro. Este impedimento pode ser dispensado pela autoridade diocesana.

C) Falta de forma canônica na celebração (Cânon 1108-23)

"Forma canônica" é o conjunto de elementos exigidos para a celebração ritual do casamento. Requer-se, com efeito, que a cerimônia se realize perante o pároco do lugar e, pelo menos, duas testemunhas (padrinhos).

A falta de forma canônica na celebração do matrimônio (Cânones 1108-23) habitualmente acontece quando se celebra perante um assistente que não tem jurisdição sob os nubentes e não recebe a oportuna delegação; por falta das duas testemunhas exigidas ou por alteração substancial de fórmula ritual do matrimônio.

Dissolução do matrimônio não consumado. Diz o Cânon 1142:

> O matrimônio não consumado entre batizados ou entre uma parte batizada e outra não batizada pode ser dissolvido pelo Romano Pontífice por justa causa, a pedido de ambas as partes ou de uma delas, mesmo que a outra se oponha.

Quando a pessoa pode casar-se "novamente" na Igreja?

O Direito Canônico exige que a Declaração de Nulidade para ser válida e dar direito a um "outro" casamento, seja dada pelo menos por dois tribunais diferentes. Portanto,

houve algumas mudanças no processo conforme os dois documentos do Papa Francisco, Mitis Iudex Dominus Iesus[2] e Mitis et misericors Iesus.[3]

O processo de nulidade poderá ser gratuito, requerido dentro das possibilidades das conferências episcopais, salvo a justiça e a dignidade salarial dos funcionários dos tribunais.

Os bispos de cada diocese agora poderão ter seus próprios tribunais. Os processos de nulidade serão mais curtos. O juiz poderá ser o próprio bispo diocesano. Após consultar seus colaboradores e se tiver certeza moral, pronunciará a decisão; do contrário, enviará o caso ao processo ordinário. No entanto, se declarado nulo na primeira instância, não será obrigado o processo numa segunda instância.

Importante: A doutrina sobre o casamento não muda. Ele continua sendo indissolúvel. O matrimônio é válido quando há ausência de impedimentos, o que inclui sobretudo o consentimento livre dos cônjuges.

Se o Tribunal de Primeira Instância declarou a validade do matrimônio, isto é, foi contra a Declaração de Nulidade, a parte interessada poderá recorrer ao Tribunal de Segunda Instância. A apelação deverá ser feita no prazo de quinze dias, no mesmo Tribunal em que iniciou o processo. Neste caso, o processo irá começar de novo no segundo Tribunal.

Incesto: quais são os riscos e o que a Igreja diz sobre isso?

Impedimento de consanguinidade

> Conforme o Dicionário Michaellis, "incesto é a união sexual ilícita entre parentes (consanguíneos ou afins)"

O incesto é a relação sexual entre parentes próximos, considerado um tabu em quase todas as culturas. Em alguns países, ele é punido como crime, legalmente proibido e considerado pecado pelas maiores religiões do mundo. São consideradas incestuosas, geralmente, as relações entre pais e filhos, entre irmão ou meio-irmãos, entre tios e sobrinhos. Já na definição, o autor afirma que é uma união ilícita.

A definição jurídica do incesto vem do latim incestu (impuro, impudico) e é definido como a conjunção carnal entre parentes por consanguinidade ou afinidade, que se acham, em grau, interditados ou proibidos, para as justas núpcias (Artigo 183, do Código Civil). Portanto, o incesto, se ambos são maiores e nenhum está sob ameaça ou violência, não é punido pela lei brasileira. Porém, do ponto de vista jurídico, é proibido a união civil de um casal incestuoso. O Estado proíbe a união sexual de pais e filhos para evitar riscos de doenças genéticas além dos problemas de hereditariedade.

Conforme a Bíblia, no começo da humanidade, existiam uniões entre parentes próximos, ou seja, Deus permitia o incesto, mas depois isso foi proibido. Para o povo de Israel, a descendência era sinal de bênção divina e também sobrevivência e preservação do clã, por isso, em muitas situações, a união entre parentes próximos não eram condenadas. Para garantir a vida do clã e a multiplicação dos seus membros, era permitido o casamento entre irmãos, mais tarde entre primos e assim consecutivamente.

Temos como exemplo o caso das filhas de Ló, que tiveram filhos do próprio pai. Ló cometeu incesto com suas duas filhas, do qual resultaram as nações de Moabe e Amom. Por outro lado, o incesto é fortemente denunciado em muitas passagens bíblicas. Em Levítico 18,6: "Não descobrirás a nudez da mulher de teu irmão; é a nudez de teu irmão". De fato, o Senhor declarou: "Maldito aquele que se deitar com sua irmã, filha de seu pai, ou filha de sua mãe" (Dt 27,22).

A Igreja Católica em seu ensinamento afirma: "O incesto designa relações íntimas entre parentes ou pessoas afins, em grau que proíba entre eles o casamento. São Paulo estigmatiza essa falta particularmente grave: "É geral ouvir-se falar de mau comportamento entre vós. Um dentre vós vive com a mulher de seu pai. É preciso que, em nome Senhor Jesus, entreguemos tal homem a satanás para a perda de sua carne" (cf. 1Cor 5,1.3-5). O incesto corrompe as relações familiares e indica como que uma regressão à animalidade" (CIC, nº 2388).

No Código de Direito Canônico, número 1091, trata do "Impedimento de

Consanguinidade": na linha reta de consanguinidade, é nulo o matrimônio entre todos os ascendentes e descendentes, tanto legítimos como naturais. Na linha colateral, a nulidade matrimonial se estende até o quarto grau inclusive. Por consanguinidade, entende-se a relação existente entre um grupo de pessoas que procedem, por geração, de um tronco comum. Após a mudança na contagem dos graus na linha colateral, de acordo com o Código de Direito Canônico, "ficam proibidos os casamentos entre colaterais até primos-irmãos (antes, até primos em segundo grau), e entre tio(a), avô(avó), sobrinho(a) e neto(a)".

Existe crise de identidade? O que é isso?

A crise de identidade

Para se falar da crise de identidade, é preciso primeiro entender o significado de identidade. Fala-se em identidade ontológica, psicológica, genética, sexual, relacional e social. O ser humano é um complexo extraordinário que o constitui como pessoa humana. As diversas identidades da pessoa humana (genética, ontológica, psicológica, metafísica) encontram-se na pessoa e estão inextricavelmente entrelaçadas.

A identidade da pessoa humana não é simplesmente representativa, seu conceito é elaborado a partir de contribuições genéticas, sociológicas, filosóficas e teológicas. O conceito de identidade foi empregado, pela primeira vez, por Erik Erikson (1902 – 1994), em sua obra "Juventude e Crise de Identidade", publicado em 1968, sendo que o termo "identidade" se refere à totalidade da pessoa e integra os componentes biológicos, psicológicos e sociais.

A identidade, entretanto, não é estática, ela evolui de acordo com as modificações que o ser humano, desde seu nascimento e infância, passa para atingir uma identidade adulta, ou seja, um eu maduro, uma identidade integrada. A falta de integração de todas as partes desse eu (masculino/feminino, bom/mau, superego admirado/superego desprezado) consequentemente cria um falso eu.[1]

A identidade é individual

Sendo a identidade um conceito mutável e dinâmico, atravessa diversas fases de reestruturação em coincidência com alguns períodos da vida do indivíduo, que podem ser críticos e que exige reestruturação da identidade.[2] A identidade é um dos aspectos mais importantes de um indivíduo. Cada pessoa desenvolve a sua. Possuímos características distintas, as quais nos diferenciam dos outros e estão relacionadas à nossa história de vida pessoal. Na identidade de pessoa, há aquilo que é o ser, a essência, que permanece, e a história que é dinâmica e evolui.

Desde que fomos concebidos no seio de nossa mãe, vamos tecendo nossa identidade. A identidade ontológica do ser humano não se altera, aquilo que ele é, pessoa, imagem e semelhança de Deus, com dignidade intrínseca, é estável, inalterável; o que realmente pode ocorrer é uma alteração de ordem psicológica, social e histórica.

Compreender a identidade ontológica do homem é reafirmar o caráter singular do respeito à sua identidade e dignidade como requisito para sua igual consideração como pessoa, livre de qualquer forma de manipulação. A identidade ontológica constitui um bem da pessoa, uma qualidade intrínseca de seu ser e, então, um valor moral sobre o qual funda o direito/dever de promover e defender a integridade da identidade pessoal e sua dignidade.

Entendemos que todo indivíduo é um ser único, irrepetível, com composição genética própria, distinta da dos demais
indivíduos, e que a identidade genética seria então a base biológica da identidade de pessoa, porém, esta não se resume ao genético, pois tem como referencial tanto o aspecto biológico como o meio.

Formação da personalidade

Cada surgimento de uma pessoa no mundo é sempre uma nova criação. À identidade estática ou genética serão acrescentados, desde o momento inicial da vida, outros elementos que vão modelar uma certa e original personalidade. A partir da concepção, estão dadas todas as possibilidades futuras que permitirão a projeção social de uma determinada personalidade social.

Tudo isso nos indica que o ser humano, em sua identidade de pessoa, é mais do que ter um genótipo humano. Significa que ela tem uma identidade de pessoa ou antropológica, tem um aspecto transcendental. Por isso, é cada vez mais necessário salvaguardar a pessoa em sua totalidade, seu valor, bem como sua identidade única e irrepetível, que constitui o cerne, o núcleo do direito a ser respeitado em sua excelência.

É certo que a identidade pessoal é construída ao longo da história da pessoa com influências "externas", como educação, família, cultura e meio ambiente; e tudo é resultado de uma ação plural coparticipada. O conceito de identidade da pessoa humana é elaborado a partir de contribuições genéticas, mas também econômicas, sociológicas, filosóficas, teológicas etc.

O homem e o Criador

Fazendo uma leitura atenta do pensamento de Lévinas e Dussel, à luz da antropologia cristã, entendemos que a identidade do homem, em nível ontológico, vai se firmando na relação com o Criador e com o semelhante. É o encontro inteligente e afetivo do Criador com a criação e de toda a criação, a identidade que se firma como reflexo de sua ação no mundo e o torna responsável pelo futuro da humanidade.

A contribuição da teologia dá-se na elaboração do conceito de vida, no resgate da pessoa humana imagem e semelhança de Deus e no conceito de identidade da pessoa que não se prende apenas ao biológico, social, psicológico etc., mas que é elaborado também a partir de princípios teológicos.

E quando não tenho certeza de quem sou?

A identidade da pessoa está inserida em uma rede de relações próximas e distantes, nos

sentidos vertical e horizontal e, em conjunto, todos necessitamos de proteção. No entanto, descobrir quais efeitos sobre as pessoas em particular e sobre a humanidade em geral, agora e no futuro, sobre os quais os cientistas sociais deveriam investigar exige reflexão prévia e cuidadosa análise dos resultados possíveis e seus prováveis significados para o ser humano.

Às vezes, deixamo-nos levar pelos condicionamentos sociais, até que, no final, conseguimos descobrir nossa própria identidade, uma identidade única, nossa, própria, que alimentaremos de forma positiva até o fim dos nossos dias. Mas o que acontece quando não temos muita certeza de quem somos? As dúvidas nos rodeiam, sentimo-nos inseguros e começamos a sentir que existimos sem existir. Uma série de pensamentos que dirigem a um vazio e a uma solidão aterradora.

O processo de construção de identidade é contínuo, e, ao longo do tempo, podemos nos deparar com situações conflitantes, gerando crises de identidade. Essas crises têm reflexo direto na forma como a pessoa se percebe, identifica-se ou não. O processo de crise pode desembocar em situações conflitantes da consciência de si, da perda da sua identidade, levando muitas pessoas a se colocarem em atitudes de ateísmo como desejo de emancipação e libertação.

Identidade sexual

A identidade sexual, considerada como um dos aspectos mais importantes e complexos compreendidos dentro da identidade pessoal, quando em desajuste, pode gerar crise na pessoa. De acordo com médicos e psiquiatras, sexo biológico, gênero, orientação e expressão são elementos que formam o comportamento sexual humano e estes devem estar relacionados, e o indivíduo se identifica em todos os aspectos com o seu "gênero de nascença".

A crise de identidade pode levar esse indivíduo a não se identificar com o sexo biológico; daí, surgem os que chamam de multiplicação de gêneros, ou seja, o gênero com a qual uma pessoa se identifica ou se autodetermina, independente do sexo biológico. As distorções de pensamento contribuem para esse quadro, distorcendo o sentimento e o ponto de vista acerca de si mesmo.

O que nos leva a uma crise de identidade?

Para um dos maiores estudiosos do tema, o psicanalista Erik Erikson, crise de identidade é um tempo de exploração intensa das diferentes maneiras de olhar para si mesmo. Crises de identidade podem ser resultado de vários fatores como de ordem psicológica, espiritual, existencial, social, familiar, hormonal etc.

É possível obter mudanças significativas no quadro negativo que uma pessoa faz de si mesma por meio da terapia. Ao aprender a identificar corretamente o tipo de "pensamento desajustado", a pessoa pode agir de forma construtiva sobre as distorções de pensamentos, que podem estar criando conflitos em determinada fase da vida.

A identidade de pessoa é a maneira de ser, como a pessoa se realiza em sociedade, com seus atributos e defeitos, com suas características e aspirações, com sua bagagem

cultural e ideológica, é o direito que tem todo o sujeito de ser ele mesmo.

Podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. Como afirma Stuart Hall, existe, hoje, uma crise de identidade, pois os quadros de referências tornaram-se instáveis, as identidades unificadas e estáveis então se fragmentando. Com essa análise, postula-se que não existe uma identidade, mas identidades.[3]

Sujeito fragmentado

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas nos últimos anos. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.[4]

Nesse contexto, Hall assinala que assim se instala uma crise de identidade, uma vez que o que antes estava centrado e estável, não o está mais; isso gera um sujeito fragmentado. Esse seria o sujeito pós-moderno: não possuindo uma identidade essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel", formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.[5]

Estabilidade psicológica

Queremos, com isso, dizer que o sujeito precisa de um conjunto de valores e princípios psicologicamente estáveis para manter-se indivíduo (indivisível ou constante) diante do mundo e dos outros (diferente); e para ver-se como indivíduo em meio às representações psicológicas e sociais que experimenta ou vivencia.

Por outro lado, interagindo com um contexto sociocultural diversificado, múltiplo e até mesmo instável, precisa desenvolver esquemas psicológicos de inserção mais ou menos bem sucedidos dentro desse contexto e sua trama, para que se veja sendo alguém e ocupando um lugar no mundo. Em suma, o sujeito precisa ter certa estabilidade psicológica para formar sua identidade e, ao mesmo tempo, conviver com o plural, o incerto e o mutável do contexto social pós-moderno.

Toda crise de identidade reflete sobre as emoções, sentimentos, expressões do ser humano, porém, devemos entender que o sentimento não supera a natureza da pessoa, o ser humano não pode mudar sua natureza de acordo com sua vontade, sentimentos ou tendências. Ninguém decide ser pessoa ou ser um cachorro ou ser um gato. Nascemos seres humanos, homem ou mulher, com uma identidade genética fixa, não temos o "direito" de mudar o que somos.

Inveja no Facebook e a vida dos outros

Pesquisadores das Universidades Humboldt e Técnica de Darmastadt, na Alemanha, desenvolveram estudos com 600 pessoas intitulado: “Inveja no Facebook: Uma Ameaça Oculta à Satisfação da Vida dos Usuários?”. Chegaram à conclusão de que o Facebook provoca sérios ressentimentos ou inveja em cerca de um terço dos usuários.

O Facebook é hoje a maior rede social do mundo com mais de 1 bilhão de usuários com possibilidades de produzir plataforma inédita para comparações sociais. Por isso, possibilitou este estudo. “Os pesquisadores disseram que os entrevistados eram alemães, mas esperavam que os resultados fossem os mesmos internacionalmente, já que a inveja é um sentimento universal, uma constante na vida das pessoas”.[1]

O primeiro estudo analisou a escala, o âmbito e a natureza de incidentes de inveja provocados pelo Facebook, e o segundo em como a inveja estava relacionada ao uso passivo do Facebook e a satisfação com a vida.

Os brasileiros foram os maiores usuários do Orkut e estão em segundo lugar no Facebook. Segundo o site socialbakers.
com, 82,32% dos brasileiros que têm acesso à internet participam do Facebook, contra apenas 37,56% dos alemães.

A pergunta de fundo é essa: O que causa inveja em uma pessoa ao entrar no Facebook? Segundo os pesquisadores, “testemunhar as férias, a vida amorosa e o sucesso profissional dos amigos no Facebook pode provocar inveja e causar sentimentos de infelicidade e solidão”.

Insatisfação após visitar o site

Os pesquisadores descobriram que uma em cada três pessoas sentiu-se pior e mais insatisfeita com a própria vida depois de visitar o site, enquanto pessoas que passearam por lá sem contribuir foram as mais afetadas, ou seja, para eles, as piores reações partem de usuários que entram na rede passivamente, sem interagir com ninguém: “O acompanhamento passivo provoca emoções amargas, com os usuários invejando principalmente a felicidade dos outros, o modo como os outros passam as férias e como socializam”.

“Ficamos surpresos ao ver quantas pessoas têm uma experiência negativa do Facebook com a inveja, fazendo-as se sentirem sozinhas, frustradas ou com raiva”, disse a pesquisadora Hanna Krasnova, do Instituto de Sistemas da Informação na Universidade Humboldt de Berlim. “A partir de nossas observações, algumas dessas pessoas vão, então, sair do Facebook ou, pelo menos, reduzir o uso que fazem do site”, aumentando a especulação de que o Facebook poderia chegar a um ponto de saturação em alguns mercados. “Do ponto de vista de um provedor, nossas descobertas assinalam que os

usuários frequentemente veem o Facebook como um ambiente estressante, que pode, a longo prazo, pôr em perigo a sustentabilidade da plataforma", concluíram os pesquisadores.

Pesquisadores das duas universidades descobriram que fotos de férias eram a maior causa de ressentimentos. Mais da metade dos pesquisados revelaram que sentiram inveja provocada por imagens de viagens postadas no Facebook.

A interação social foi a segunda causa mais comum de inveja, com os usuários podendo comparar quantas felicitações de aniversário receberam em relação a amigos no Facebook e quantos "curtir" ou comentários foram feitos em fotos ou posts.

Outra descoberta foi que pessoas com trinta e poucos anos eram mais propensas a invejar a felicidade familiar, enquanto as mulheres eram mais propensas a invejar a atratividade física. Esses sentimentos de inveja fizeram alguns usuários se vangloriarem mais sobre suas conquistas pelo Facebook para aparecerem sob uma luz melhor. Os homens postavam mais conteúdo autopromocional na rede social para fazer com que as pessoas soubessem sobre suas realizações, enquanto as mulheres destacavam sua boa aparência e vida social.

Estudos indicam também que os jovens gastam até 70% de seu tempo nas mídias sociais, entretenimento e jogos, mas de uma maneira fútil, sem nenhuma utilidade para sua vida.

O ser humano é curioso?

Todo ser humano tem o apetite natural de conhecimento, ou seja, é próprio do ser humano buscar através de diferentes formas conhecer a realidade. Nesta busca de conhecimento, o homem pode direcioná-lo para o modo disciplinado (controlado), a studiositas, ou indisciplinado (descontrolado), a curiositas.

Há uma nítida distinção entre a studiositas e a curiositas. Com ambas se quer afirmar a disciplina e a indisciplina do apetite natural de conhecimento, principalmente, temperança e intemperança na percepção sensorial dos múltiplos acontecimentos do mundo. A vontade de conhecimento necessita da sabedoria ordenadora, "para que o homem não se lance no conhecimento das coisas para além da justa medida".[1] A studiositas capacita a pessoa humana à contemplação para buscar a verdade das coisas para além das imagens ilusórias.

A curiositas não está no fato de o espírito humano querer desvendar os mistérios naturais e os segredos da criação, mas
na insensatez e no absurdo de pretender apossar-se de Deus e decifrar os seus mistérios. São Tomás a compara com a magia, o apetite desmedido do conhecimento.[2]

Conscupiscência dos olhos

A curiositas é a evagatio mentis (distração mental), ou seja, a dissipação do espírito, sinal de total esterilidade e desenraizamento, onde a pessoa humana perde a capacidade de centrar-se, habitar em si próprio. Disso derivam as inquietações interiores, a inconstância nas decisões, volubilidade de caráter, tagarelice, a fofoca… E uma total desatenção no conhecimento de si mesmo, dos outros, do mundo. Concupiscência dos olhos (cf. 1Jo 2,16).

Quando a pessoa usa das redes sociais para esnobar-se ou para investigar a vida do outro como curiosidade ou fofocas, vai gerar nestas pessoas a inveja, o exibicionismo exacerbado, a inconstância interior, a angústia existencial, pessoas insatisfeitas com a vida.

Como exemplos do descontrole do desejo entendidos "curiosidade" (curiositas), podemos pensar no vizinho e na vizinha que "bisbilhotam" a vida dos outros; dos programas de TV que passam bom tempo especulando e fofocando a vida das pessoas famosas; o sucesso dos "reality shows", pelo qual as pessoas de suas casas ficam vigiando outras pessoas; o sucesso de revistas, sites de fofocas e curiosidades; etc. Tudo isto é o verdadeiro e profundo mal que a "concupiscência dos olhos", este "ver por ver", pode causar na existência humana. Martin Heidegger designou por "curiosidade" (Neugier) aquilo que realmente queriam dizer os antigos com curiositas: o que
interessa à curiosidade não é a captação da realidade, mas a "possibilidade de abandonar-

se ao mundo".

Formar consciência

Penso que deveria ser possível mostrar a qualquer pessoa da "geração TV", "geração Facebook", o perigo que tão profundamente atinge a existência humana: o de perder, no meio do tumulto ensurdecedor, de conhecimentos superficiais, de vazias "baboseiras", a capacidade original e verdadeira de captar a realidade. O controle do "desejo de ver", tão vital hoje como antigamente, poderia alcançar um valor quase salvador na medida em que, por uma ascese do conhecimento, conservássemos aquilo que desde sempre perfaz uma existência humana plena de sentido: ver a realidade criada por Deus tal como ela é, e viver e agir da verdade assim apreendida.

A partir de tudo isso, devemos afirmar que há uma forte necessidade de formar consciência. A consciência moral deve ser educada para a formulação clara e coerente do juízo moral diante dos avanços tecnológicos. Não podemos demonizá-los nem sacralizá-los. É preciso conscientizar. A educação da consciência é uma tarefa para toda a vida. "A educação da consciência garante a liberdade e gera a paz do coração".

Diante de todos estes avanços tecnológicos e da força das redes sociais, surge um questionamento urgente e necessário: as redes sociais ajudam o ser humano a encontrarem-se e/ou a encontrarem os outros?".

"O Facebook pode ser comparado a uma praça de cidade pequena, onde pessoas vão para fofocar e mostrar fotos de viagens ou da família".[3]

É absolutamente seguro o uso da camisinha?

A verdade cientificamente verificada é que o uso da camisinha não é absolutamente seguro

Inúmeras pesquisas têm sido feitas a esse respeito nos meios científicos, como estudos de microscopia eletrônica e testes de passagem de micropartículas. Pesquisa realizada com Richard Smith, um especialista norte-americano sobre a transmissão da Aids, apresenta seis grandes falhas do preservativo. Dentre as mencionadas por ele, por exemplo, há a deterioração do látex, ocasionada pelas condições de transporte e armazenagem.

"Tomadas, porém, todas as precauções e conseguindo-se que os preservativos cheguem em perfeitas condições aos usuários, seriam ainda seguros para prevenir a Aids?", pergunta-se o autor. A resposta é esta: "Absolutamente não. O tamanho do vírus HIV é 450 vezes menor que o espermatozoide. Esses pequenos vírus podem passar tão facilmente entre os poros do látex de um bom preservativo como de um defeituoso".

Levando-se em conta o resultado dessas investigações, poderíamos dizer utilizar um preservativo para proteger-se contra o vírus HIV significa o mesmo que apostar nos resultados de uma "roleta russa" com mais de uma bala no tambor. E a prática sexual se torna mais frequente e promíscua quando os usuários se sentem persuadidos pela propaganda, com "absoluta segurança" no uso da camisinha. Deste modo, quanto mais aumentarem a promiscuidade e o falso convencimento de proteção oferecida pelo método, maior será a probabilidade de um contágio.

Qual educador, pai ou amigo consentiria que um filho ou uma pessoa amada embarcasse num avião que tem 10% de probabilidade de espatifar-se no chão?

A propaganda para difundir o uso do preservativo é, por isso mesmo, totalmente inadequada, porque, por um lado, favorece a proliferação da promiscuidade e, por outro, não evita devidamente a contaminação. Dessa forma, em vez de se tornar um método inibidor da doença, torna-se, de fato, um método propagador dela.

Pedagogicamente, corre-se o risco de que a campanha venha a ser entendida assim: "Tenha relações sexuais. Basta tomar as devidas precauções". Não seria essa uma forma de incentivar a prática do sexo prematuro?

Se os adolescentes fossem induzidos a pensar que é normal a prática do sexo precoce, estaríamos prestando um péssimo serviço a uma educação sadia e enriquecedora. Não se pode mudar a ordem natural em função de uma solução imediatista e inadequada, que, além de não solucionar o problema da proliferação da AIDS, propicia e incentiva a prática desregrada do sexo.

Posso usar a maconha com finalidade medicinal?

Como o uso da maconha é proibido em muitos países por ser uma droga que causa dependência, prejuízos para a saúde física e mental, sua liberação tem causado muitos debates. No entanto, o uso da maconha na indústria farmacêutica é antigo e, hoje, tem-se descoberto importantes propriedades medicinais presentes na planta Cannabis sativa (nome científico da maconha). Médicos prometem a cura de muitas doenças com o uso dessas substâncias.

Em 2010, Sativex, o primeiro extrato de Cannabis medicinal entrou no mercado farmacêutico, comercializado pela Bayer e Novartis. Até o fim de 2014, Sativex estava aprovado para uso em 24 países, incluindo França, Alemanha, Itália e Austrália. Nos EUA, é vendido pela farmacêutica japonesa Otsuka. No começo de 2015, os EUA aprovaram o uso do antiepilético derivado de Cannabis, Epidiolex (99,9% Canabidiol (CBD), nome da substância extraída da Cannabis), para doenças raras como a síndrome de CDKL5 ou Dravet, por exemplo. A corrida para testes clínicos dessas substâncias tem um grande interesse comercial.

Há relatos, não comprovados pela medicina, do uso para as mais variadas doenças, desde o tratamento do câncer até esclerose, HIV, hérnia de disco, doença de crohn, síndrome do pensamento acelerado, pedra nos rins, neoplasmas, síndrome de dravet, náusea, dor de cabeça, febre, depressão, convulsões, enxaqueca, TPM, glaucomas e ansiedades.

Outra grande preocupação em torno da legalização da maconha medicinal, na tentativa da cura de algumas doenças, é o benefício indevido para os traficantes de drogas. Sabemos que a maconha é um grande negócio para os traficantes e a sua legalização poderia se transformar em um negócio até maior. Por isso, muitos legisladores são contrários à liberação da maconha para o uso medicinal, afirmando que "a proposta de legalizar a maconha é enganosa e está camuflada sob o termo 'maconha médica'".

Para alguns psicoterapeutas, uma das principais questões que desaprova o uso da maconha seria o efeito psicoativo da planta que, ao que tudo indica, é causado pelas mesmas propriedades químicas responsáveis pelo seu caráter curativo. Também o sucesso desse tipo de tratamento tem sido limitado pelos efeitos colaterais (ansiedade e depressão).

Para a avaliação moral, deve-se considerar em princípio que as plantas não trazem em si um mal intrínseco, ou seja, o mal não está por pertencer ou não à determinada espécie ou mesmo por apresentar princípios ativos que também podem causar algum mal físico, psíquico ou social para o ser humano: "Deus disse: 'Produza a terra plantas, ervas que contenham semente e árvores frutíferas que deem fruto segundo a sua espécie e o fruto contenha a sua semente', E assim foi feito. A terra produziu plantas, ervas que contêm

semente segundo a sua espécie, e árvores que produzem fruto segundo a sua espécie, contendo o fruto a sua semente. E Deus viu que isso era bom" (Gn 1,11-12). O mal está no uso que se faz daquela planta ou da substância presente. A maconha usada no tráfico como droga, em situações que prejudicam a saúde da pessoa, torna-se mal e é ilícita.

A Doutrina Católica sobre tratamentos médicos considera moralmente aceitável o uso da maconha para pacientes com doenças que possam ser tratadas com as substâncias extraídas da Cannabis. O que se pede é que os legisladores e oficiais do governo assegurem a proteção do público sobre qualquer prejuízo que pode resultar na transformação da maconha em uma droga facilmente acessível.

Tornando-se previsto em lei o cultivo e o uso da maconha para fins medicinais e científicos, é preciso a regulamentação para o uso medicinal da planta e, na prática, estabelecer regras claras para definir em que condições ela pode ser produzida, manipulada e utilizada. Que os especialistas também estudem a possibilidade de o paciente tornar-se dependente da maconha e pesquisem os possíveis efeitos colaterais dela.

Um católico pode fazer tatuagens?

Na Bíblia, não existe nenhuma proibição de se tatuar. Precisamos entender o contexto da passagem de Lv 19,28: "Não vos façais incisões no corpo por causa de um morto, nem marcas de tatuagem. Eu sou o Senhor".[1] Na verdade, Deus estava condenando a idolatria. Havia o povo caldeu que apresentavam como culto religioso cortar carne de seus próprios corpos e fazer marcas com lâminas afiadas na pele como parte dos seus rituais aos seus deuses. Estas marcas estavam ligadas à idolatria e, quando Deus proibiu, na realidade, Ele estava denunciando ou proibindo o culto aos falsos deuses. Com isto, podemos interpretar esta passagem que a tatuagem nas nações pagãs se ligava aos ritos religiosos pagãos.

As pessoas fazem tatuagens pelo mesmo motivo que muitos usam brincos, cortam ou pintam os cabelos, cortam unhas, compram roupas etc. Muitos grupos indígenas trazem em sua cultura formas diversas de tatuagens. Portanto, não há fundamento bíblico para condenar essa prática.

Quando não se faz uma tatuagem? Uma tatuagem que traz uma ideologia contrária ou agressiva aos princípios cristãos; ou de riscos para a saúde da pessoa ou que venham causar danos físicos, ou seja, que agride nosso corpo de forma prejudicial; que trazem imagens ou símbolos que representam um ensinamento anticristão ou que agridem a dignidade das pessoas.

Cada pessoa antes de fazer uma tatuagem deve perguntar a si mesma: quais são as minhas intenções ou motivações? Por que quero colocar esta figura ou escrever esta frase? É prejudicial para minha saúde? No futuro, ainda vou querer esta imagem ou frase registrada em meu corpo? Quais as consequências para a vida social? Aqui, cabe mais o bom senso, pois não devemos agredir nosso próprio corpo. Se a pessoa for bem intencionada, procure antes de fazer a tatuagem conversar com os pais, com pessoas mais maduras e conscientes, apresente a elas suas intenções e motivações e converse com as pessoas conscientes sobre a imagem ou símbolo que você deseja fazer em seu corpo.

Posso usar piercing?

Conforme o dicionário, piercing é uma forma de modificar o corpo humano, normalmente, furando-o a fim de introduzir peças de metal esterilizado, ou seja, perfuram seus corpos seus corpos para pendurarem argolas e anéis. Pinos, argolas, cristais enfeitam várias partes do corpo: umbigo, sobrancelha, nariz, língua, dentes etc.

A maioria das pessoas que usa piercing faz disso uma forma de expressão. Para os esquimós do Alasca, o piercing do lábio e na língua significavam o momento da transição para o mundo adulto e significava que a criança tinha se tornado caçador. Na Índia, é muito comum, sobretudo as mulheres, furarem o nariz, o septo nasal e as orelhas. Na época dos faraós, o piercing no umbigo era exclusivo da família real. Os antigos maias praticavam a arte da perfuração, furando os lábios, o nariz e as orelhas.

Para muitos, piercing no nariz tem o significado de autoconfiança, mas pode também ser usado para demonstrar irreverência, domínio, rebeldia ou posse. O seu significado pode alterar dependendo da cultura em questão. Em algumas culturas, o piercing é usado como uma forma de revelar o status social de um indivíduo, sendo o material do qual o piercing é feito revela a condição dessa pessoa.

Antigamente, um piercing para o nariz também poderia ser um presente de casamento. Em Gênesis 24,47: "Perguntei-lhe então de quem era filha. Ela respondeu-me: 'Sou filha de Batuel, filho de Nacor, que Melca lhe deu à luz'. Eu, pois, coloquei o anel em suas narinas e os braceletes em seus punhos". Vemos, portanto, que Abraão dá um presente (espécie de piercing de nariz) para Rebeca, o que significa que ela foi escolhida como esposa para o seu filho Isaque.

Embora o cultivo do piercing como adorno corporal seja moda na sociedade contemporânea, esta prática de transformar o corpo físico, perfurando-o, com o objetivo de inserir fragmentos metálicos assépticos, é uma tradição que remonta há pelo menos 5000 anos na história da humanidade.

Historicamente, ele tinha uma conotação similar à da tatuagem, no sentido de exprimir escolhas individuais, de traduzir um rito sagrado ou de conferir status nobre a determinadas pessoas. No mundo contemporâneo, ele também adquiriu outro sentido, mais estético, menos existencial, tornando-se mais um item fashion.

O uso do piercing pode trazer danos para a saúde da pessoa. Por isto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apresenta uma "Referência técnica para o funcionamento dos serviços de tatuagem e piercing", de dezembro de 2009. Esse documento não tem qualquer poder legal, sendo apenas material de referência para que estados e municípios elaborem e instituam legislações locais a respeito do assunto tratado. Dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos que realizam procedimentos de pigmentação artificial permanente da pele e inserção de piercing.

Segundo a Anvisa caracteriza-se piercing, jóias ou outros adornos decorativos, tais como argolas, alfinetes, alargadores e assemelhados, inseridos na pele, mucosa ou outros tecidos corporais, excetuando-se os brincos inseridos no lóbulo da orelha.

A inserção de piercing são procedimentos invasivos que consistem na perfuração e introdução de piercing, através da pele, mucosas ou outros tecidos corporais, objetivando fixá-los no corpo humano. Já os procedimentos invasivos são aqueles que provocam o rompimento das barreiras naturais ou penetram em cavidades do organismo.

Por ser invasivo, para a Anvisa é necessário um "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" (TCLE), documento pelo qual o usuário dos procedimentos descritos neste documento (e/ou seu representante legal) expressa sua(s) anuência(s) prévia(s), após explicação completa e pormenorizada sobre o procedimento, métodos, potenciais riscos e incômodos que podem ocorrer durante e após a realização dos procedimentos, formulada em um termo de consentimento, autorizando a sua realização. A Anvisa obriga que qualquer pessoa menor de 18 anos apresente uma autorização dos responsáveis pra furar uma parte do corpo.

Avaliação moral do uso do piercing

O magistério católico é contrário à mutilação que não seja para o bem do todo, ou seja, a pessoa só pode mutilar parte de seu corpo se for para o bem de todo corpo. A pessoa pode mutilar um braço, perna ou retirar um órgão se for para o bem de todo o corpo. O uso do piercing, assim como do brinco, também é uma mutilação do corpo, pois, é invasivo e não visa o bem do todo. Porém, o piercing não causa dano direto à pessoa se for usado de forma cuidadosa. O uso, de maneira isolada, de um piercing não pode ser considerado intrinsecamente mau ou contra a moral cristã. O importante é analisar todo o contexto em que o piercing está empregado. É preciso refletir a motivação pela qual a pessoa submete-se ao uso do piercing.

A perfuração discreta do corpo, tal como a perfuração de bom gosto que as pessoas fazem em seu corpo, é considerada pela maioria dos povos como um adorno aceitável. Porém, quando o uso do piercing reflete um estilo de vida licencioso, insubordinado, desordenado, depravado e pervertido, isto apresenta motivações questionáveis.

Precisamos nos aprofundar no significado do uso dos piercings. Penso que a análise da moralidade dessas práticas passa por duas questões: quando o uso do piercing está relacionado a comportamentos tantas vezes velados, mas presentes, cheios de vaidade, sensualidade e irreverência, como forma de prestar culto a ídolos ou falsos deuses ou com a intenção de comunicar contra valores, transmitir mensagens más ou que insinuam culto ao demônio, o usuário contribui para a valorização desses cultos que tanto têm destruído as virtudes contrárias a esses valores em nossa sociedade: simplicidade, pureza e mansidão. Por causa das conotações pecaminosas associadas a estas perfurações, este comportamento é questionável e pode ser contrário à moral cristã. Quando o piercing é usado como uma atitude de profanação e dessacralização do que é templo de Deus, o corpo humano, torna-se um atentado à dignidade da pessoa e sacralidade da vida.

Posso praticar esportes radicais que desafiam a vida?

Esportes radicais que colocam em risco a vida em busca da adrenalina

São João Paulo II, em discurso aos participantes do Encontro Internacional sobre Desporto, em outubro de 2000, disse que "a atividade desportiva manifesta, além das ricas possibilidades físicas do homem, também as suas capacidades intelectuais e espirituais. Não é mera potência física e eficiência muscular. Eis por que o verdadeiro atleta não se deve deixar subjugar pelas duras leis da produção e do consumo ou por considerações puramente utilitaristas e hedonistas. Dessa forma, o desporto não é um fim, mas um meio; pode tornar-se veículo de civilização e de genuíno entretenimento, estimulando a pessoa a dar o melhor de si e a evitar o que pode ser perigoso ou de grave prejuízo para si ou para o próximo".

Esportes radicais

Esportes radicais são termos usados para designar esportes com um alto grau de risco físico e psicológico dadas as condições extremas de altura, velocidade, estresse, força física ou outras variantes em que são praticados. Nos esportes considerados "radicais", a pessoa se coloca em situação de risco de vida voluntariamente, desafiando os limites do corpo humano e as forças da natureza.

Para que um esporte radical seja bem sucedido, é preciso levar em conta que há várias condições que são necessárias. Um exemplo é o preparo físico, o estado mental, equipamentos de segurança, alimentação e condições climáticas favoráveis.

Classificar um esporte como radical é muito subjetivo. Uma escalada esportiva, por exemplo, quando praticada adequadamente, é muito mais segura que outras atividades de montanha que não recebem a classificação de "esportes radicais". Também é necessário analisar quem pratica o esporte: um profissional não é o mesmo que um simples amador. É preciso considerar as precauções tomadas na prática do esporte porque uma corrida de carros em um circuito bem preparado e de modo profissional, por exemplo, não é o mesmo que em um lugar menos apropriado. Evidentemente, é preciso ver em que a pessoa se arrisca porque não é a mesma coisa arriscar-se a quebrar o braço ou perder a própria vida ou de outrem.

Exemplos de esportes que exigem mais cuidados

Automobilismo: O piloto deve estar em condições físicas e psíquicas adequadas para participar da corrida. Não faz parte do automobilismo o querer vencer a todo custo. A segurança do carro no circuito, por exemplo, deve ser escrupulosamente avaliada.

Boxe: As lesões no boxe são inequivocamente lesivas à integridade física e são lesões voluntariamente queridas, por isso é imoral. É altamente negativa a influência que esse

tipo de esporte exerce sobre a convivência humana, exaltando a supervalorização da força bruta e da violência física.

As artes marciais mistas (AMM): Mais conhecidas pela sigla MMA, tem o Ultimate Fighting Championship (UFC) entre as principais organizações responsáveis pelos torneios. De um lado, defensores do MMA falam sobre a preparação do corpo e da mente dos atletas para suportar o confronto sem sequelas. Do outro, críticos questionam os limites do corpo humano submetido à tamanha agressividade e defendem que um acompanhamento médico adequado é imprescindível para prevenir complicações futuras, principalmente problemas e transtornos neurológicos, ou, em casos mais extremos, até mesmo a morte. Nessas modalidades de luta, os ferimentos na face e outras regiões da cabeça, riscos de convulsão, fraturas, luxações nos joelhos, cotovelos, ombros, tíbia ou tendinites compõem a lista de prováveis lesões aos praticantes desse esporte. A extensão, a intensidade e a localização vão determinar o tipo de sequelas, que vão desde hematomas até pequenas lesões que desligam as conexões entre os neurônios. Por tudo isso, o MMA, além de expor o corpo a um estresse que não tem como dosar, o atleta é susceptível a fortes leões. Pela agressividade desse esporte, pela forma de vencer lesando o outro, pelas graves sequelas que possivelmente ficam a curto e a longo prazo, podemos afirmar que a prática é imoral.

Rapel é uma palavra que, em francês, quer dizer “chamar” ou “recuperar”, e foi usada para batizar a técnica de descida por cordas. O termo veio da explicação do “criador” do rapel, Jean Charlet-Stranton, por volta de 1879. É uma atividade vertical praticada com uso de cordas e equipamentos adequados para a descida ou escalada de paredões e vãos livres, bem como outras edificações. Trata-se de uma atividade criada a partir das técnicas do alpinismo, o que significa que requer preocupação com a segurança do praticante. Esse deve ter instruções básicas e acompanhamento de especialistas. Cursos preparatórios são indispensáveis. Não é qualquer pessoa que pode praticar o rapel. Preparo físico e treinos localizados são fundamentais para a prática desse esporte que exige segurança, treinamento, uso de equipamentos adequados, conhecimento detalhado do local, atenção às condições climáticas do momento, às orientações de guias etc. Seguir as regras básicas como o uso de equipamentos de segurança, ter condições climáticas favoráveis, responsabilidade e prudência, são fatores imprescindíveis para a moralidade ou não da prática do rapel.

Policial, salva-vidas, corpo de bombeiros colocam a vida em risco. Quando a pessoa pode colocar voluntariamente a vida em risco?

Para que a pessoa coloque a vida em risco voluntariamente é necessário que haja um motivo que justifique o perigo, quando este é mais alto que os riscos cotidianos da vida. Por exemplo, corpo de bombeiros quando enfrenta incêndios; salva-vidas ao tentar salvar alguém que está se afogando; policial ao defender uma pessoa ou a sociedade. Portanto, causar graves lesões físicas só é lícito para o bem do todo físico, da própria pessoa ou para salvar o valor irrevogável do outro.

A partir das questões acima, temos como princípio geral reduzir ao mínimo as possíveis lesões, a ponto de serem reduzidas somente a coisas acidentais e imprevisíveis. Enquanto subsistir algum perigo que possa ser eliminado, não é lícito se expor à determinada prática esportiva. Para isso, a prudência é uma virtude essencial, a fim de evitar muitas tragédias no campo do esporte.

Posicionamento da Igreja

O que afirma o magistério católico sobre esportes radicais? No Catecismo da Igreja Católica lemos no número 2269: "… A lei moral proíbe expor alguém a um risco mortal sem razão grave…". Ainda no número 2280, o Magistério da Igreja Católica adverte: "Cada qual é responsável perante Deus pela vida que Ele lhe deu, Deus é o senhor soberano da vida; devemos recebê-la com reconhecimento e preservá-la para sua honra e salvação das nossas almas. Nós somos administradores e não proprietários da vida que Deus nos confiou; não podemos nos dispor dela".

O Concílio Vaticano II Gaudium et Spes afirma que: "cada homem continua a ter o dever de salvaguardar a integridade da pessoa humana, na qual sobressaem os valores da inteligência, da vontade, da consciência e da fraternidade, valores que se fundam em Deus Criador e por Cristo foram admiravelmente restaurados e elevados".[1]

Alguns textos iluminativos

"As potencialidades do fenômeno desportivo tornam-no um significativo instrumento para o desenvolvimento global da pessoa e um fator mais útil do que nunca para a construção de uma sociedade mais à medida do homem. O sentido de fraternidade, a magnanimidade, a honestidade e o respeito pelo corpo, virtudes sem dúvida indispensáveis a todo o bom atleta, contribuem para a edificação de uma sociedade civil na qual o antagonismo é substituído pela competição; o encontro é priorizado em detrimento do confronto; e o confronto
leal se sobressai à contraposição rancorosa. Dessa forma, o desporto não é um fim, mas um meio; pode tornar-se veículo de civilização e de genuíno entretenimento,

estimulando a pessoa a dar o melhor de si e a evita o que pode ser perigoso ou de grave prejuízo para si ou para o próximo".[2]

Ainda o Papa João Paulo II afirma: "apraz-me citar aqui uma conhecida expressão de São Paulo, que se adapta bem à vossa múltipla atividade amadora e desportiva: 'Os atletas abstêm-se de tudo' (1Cor 9,25). Com efeito, sem equilíbrio, autodisciplina, sobriedade e capacidade de atuar honestamente com os outros, o desportista não é capaz de compreender plenamente o sentido de uma atividade física destinada a robustecer, além do corpo, o espírito e o coração. Infelizmente, às vezes, no âmbito desportivo acontecem episódios que menosprezam o verdadeiro significado do espetáculo e atingem, além dos atletas, a própria comunidade. Em particular, o apoio apaixonado da própria equipe pode levar facilmente a ofender as pessoas ou a prejudicar os bens da coletividade. Toda competição desportiva deve conservar sempre o caráter de um divertimento sadio e tranquilo".[3]

Qual a postura éticano esporte?

Potencial das atividades esportivas, inclusive para o desenvolvimento global, e exemplos do que é e do que não é ético no esporte

Atividades esportivas

Existe um assunto muito presente nas rodas de conversa das pessoas: o esporte. Quando se trata de competições esportivas, nos estádios, nas ruas, encontramos uma variedade de cores e idiomas que se misturam, identificam povos e enfeitam as cidades com a beleza das cores e a riqueza da diversidade de culturas e línguas. Pessoas que torcem pelos atletas do seu clube ou país e, ao mesmo tempo, se confraternizam, enquanto, dentro dos campos, os atletas lutam pela vitória intercalando sucessos e fracassos, conquistas e derrotas; e o mundo contemplando a beleza do esporte que encanta multidões.

A atividade desportiva manifesta, além das ricas possibilidades físicas do homem, também as suas capacidades intelectuais e espirituais. Não é mera potência física e eficiência muscular. Eis por que o verdadeiro atleta não se deve deixar subjugar pelas duras leis da produção e do consumo ou por considerações puramente utilitaristas e hedonistas… Desta forma, o desporto não é um fim, mas um meio; pode tornar-se veículo de civilização e de genuíno entretenimento, estimulando a pessoa a dar o melhor de si e evitar o que pode ser perigoso ou de grave prejuízo para si ou para o próximo.

Quando praticadas com o verdadeiro espírito, afirma o Papa João Paulo II, as potencialidades do fenômeno desportivo tornam-no um significativo instrumento para o desenvolvimento global da pessoa e um fator mais útil do que nunca para a construção de uma sociedade mais à medida do homem. O sentido de fraternidade, a magnanimidade, a honestidade e o respeito pelo corpo, virtudes sem dúvida indispensáveis a todo o bom atleta, contribuem para a edificação de uma sociedade civil onde o antagonismo é substituído pela competição, onde ao confronto se prefere o encontro e à contraposição rancorosa, o confronto leal.[1]

Desta forma, o desporto não é um fim, mas um meio; pode tornar-se veículo de civilização e de genuíno entretenimento, estimulando a pessoa a dar o melhor de si e a evitar o que pode ser perigoso ou de grave prejuízo para si ou para o próximo... Enquanto favorece a robustez física e tempera o caráter, o desporto nunca deve distrair dos deveres espirituais quem o pratica e o aprecia. Seria como correr, segundo quando

escreve São Paulo, apenas “por uma coroa corruptível”, esquecendo que os cristãos jamais podem perder de vista “a coroa incorruptível” (cf. 1Cor 9,25). A dimensão espiritual deve ser cultivada e harmonizada com as várias atividades de entretenimento, entre as quais se insere também o desporto.

Às vezes, os ritmos da sociedade moderna e de algumas atividades desportivas levam o cristão a se esquecer da importância de guardar os domingos e festas de guarda, ou seja, o Dia do Senhor. Contudo, o justo e merecido entretenimento
não podem causar detrimento à obrigação do fiel de santificar o Dia do Senhor. Ao contrário, nesse dia, a atividade desportiva deve estar inserida num contexto de descanso e convivência, que promova o estar juntos e o crescer na comunhão especialmente familiar.

A postura ética no esporte passa por atitudes de respeito pelo outro, de espírito comunitário, de honestidade e pela formação dos atletas que são orientados a uma ética de convivência que valorize a dignidade da própria atividade esportiva. A atitude ética, antes de tudo, é o dever de cada desportista de não fazer distinções, diferenciações ou discriminações de pessoas. Algumas atitudes como, a gentileza do atleta numa competição de esporte coletivo como o futebol, ao estender a mão para auxiliar um adversário ao se levantar, o pedir desculpas quando agride o outro, o cumprimento do vencedor ao vencido e vice-versa, o respeitar a integridade física e moral dos adversários e outras atitudes de gentileza, são exemplos significativos da ética esportiva.

A falta de ética no esporte é identificada por meio de comportamentos como: uso de substâncias ilícitas, manipulação de resultados esportivos, corrupção, incitações e agressões física, verbais ou morais, atitudes de discriminação de pessoas etc.

O esporte deve promover, acima de tudo, o respeito e a integração das pessoas, fazendo da própria competição uma escola de convivência sadia e honesta. Como afirma o Papa João Paulo II: "apraz-me citar aqui uma conhecida expressão de São Paulo que se adapta bem à vossa múltipla atividade amadora e desportiva: 'Os atletas abstêm-se de tudo' (1Cor 9,25). Com efeito, sem equilíbrio, autodisciplina, sobriedade e capacidade de atuar honestamente com os outros, o desportista não é capaz de compreender plenamente o sentido de uma atividade física destinada a robustecer, além do corpo, o espírito e o coração".

Vasectomia no homem e laqueadura ou ligadura de trompas nas mulheres. O que dizer desses procedimentos de esterilização?

A esterilização pode ser entendida como ato ou efeito de tornar-se infértil, infecundo e improdutivo, permanecendo incapaz de procriar de maneira usual. Nos seres humanos, a esterilização consiste no ato de empregar técnicas especiais, cirúrgicas ou não, no homem e na mulher para impedir a fecundação. Esse procedimento pode ser classificado como eugênico, terapêutico, estético e de controle de natalidade. O método é usado para atender às necessidades terapêuticas e contraceptivas dos seres humanos. Atualmente, é o contraceptivo mais utilizado no mundo. Importante considerar que esse processo é permanente, irreversível. Nesse caso, temos como métodos esterilizantes a vasectomia no homem e a laqueadura ou ligadura de trompas nas mulheres, que provocam a infecundidade permanente.

O que se deve dizer da moralidade dos procedimentos de esterilização?

A Igreja Católica avalia como moralmente inaceitável toda esterilização especificamente direcionada para a contracepção ou o impedimento da gravidez. "A esterilização direta, isto é, aquela que tende a tornar impossível a procriação como fim e como meio, é uma violação grave da lei moral e, por conseguinte, ilícita".[1]

Esterilização da faculdade generativa é proibida por um motivo ainda mais grave, pois produz na pessoa um estado de esterilidade quase sempre irreversível. Nem pode ser invocada nenhuma disposição da autoridade pública, que procure impor a esterilização direta como necessária para o bem comum, pois essa destrói a dignidade e a inviolabilidade da pessoa humana. (…) Essa esterilização está absolutamente proibida.[2]

"A regulação da natalidade representa um dos aspectos da paternidade e da maternidade responsáveis. A legitimidade das intenções dos esposos não justifica o recurso a meios moralmente inadmissíveis (por exemplo, a esterilização direta ou a contracepção)".[3] Portanto, deve-se ainda excluir toda ação que, ou em previsão do ato conjugal ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento das suas consequências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação. Deve-se excluir

igualmente, como o magistério da Igreja declarou muitas vezes, a esterilização direta, perpétua ou temporal, tanto do homem como da mulher".[4]

Esterilização como meio terapêutico

Entende-se esterilização indireta ou terapêutica as exigidas especificamente para a preservação imediata da saúde ou vida da pessoa que enfrenta uma patologia que, de algum modo, envolve o sistema reprodutor. Por exemplo: ovários, úteros ou testículos

cancerosos podem ser removidos. A Igreja, por outro
lado, não considera ilícito o recurso aos meios terapêuticos, verdadeiramente necessários para curar doenças do organismo, ainda que daí venha a resultar um impedimento, mesmo previsto, à procriação, desde que tal impedimento não seja, por motivo nenhum, querido diretamente. “Embora o homem tenha direito à integridade física, quando a conservação ou funcionamento de algum órgão ou membro constitui direta ou indiretamente uma séria ameaça para todo o corpo, podem ser amputados ou reduzidos à incapacidade de funcionamento se não se dispõe de outros meios (esterilização terapêutica)”. E ainda, “(…) fora das indicações médicas de ordem estritamente terapêutica, as amputações, as mutilações ou esterilizações diretamente voluntárias de pessoas inocentes são contrárias à lei moral”.

Quais os métodos naturais que a Igreja recomenda aos casados?

Os métodos naturais de planejamento familiar são cientificamente comprovados e de eficácia superior aos métodos artificiais

O Papa Francisco, na Exortação Apostólica Amoris Laetitia, afirma: "As famílias numerosas são uma alegria para a Igreja. Nelas, o amor manifesta a sua fecundidade generosa. Isso não implica esquecer uma sã advertência de São João Paulo II, quando explicava que a paternidade responsável não é 'procriação ilimitada ou falta de consciência acerca daquilo que é necessário para o crescimento dos filhos, mas é, antes, a faculdade que os cônjuges têm de usar a sua liberdade inviolável de modo sábio e responsável, tendo em consideração tanto as realidades sociais e demográficas, como a sua própria situação e os seus legítimos desejos'".[1] Isso significa que a abertura à vida implica que o casal, de modo responsável e planejado, tenha os filhos que possa alimentar, criar e educar.

O planejamento familiar é o ato consciente de planejar o nascimento dos filhos, tanto em relação ao número desejado quanto à ocasião mais apropriada de tê-los. Portanto, o exercício responsável da paternidade a levará, muitas vezes, a ter que regular a natalidade. Esse planejamento deve ser dinâmico, aberto, isto é, revisado continuamente, uma vez que, modificando-se as situações de vida, serão alteradas as metas de planificação. Evidentemente, isso não sintoniza com métodos irreversíveis de contracepção, como é o caso da vasectomia no homem e a laqueadura na mulher.

A moral cristã aceita a regulação (planejamento), afirmando simultaneamente: a responsabilidade na procriação; a bondade e necessidade da intimidade conjugal; a decisão do número de filhos é do casal. A Igreja defende o planejamento familiar natural com os métodos naturais que respeitam a integridade física do ser humano e a cumplicidade do casal na preservação da espécie humana. Ela acredita que esses são os métodos de maior proximidade com a vida, por isso, são aceitos.

Comprovados cientificamente

Os métodos naturais de planejamento familiar são cientificamente comprovados e de eficácia superior aos métodos artificiais. São os únicos lícitos, admitidos pela Igreja e de aceitação moral e ética. Entre outras vantagens, asseguram ao casal a responsabilidade pelo planejamento familiar, além de possibilitar o diálogo e a união dos esposos. Estimulam o conhecimento mútuo do casal, incentivam o respeito dos cônjuges e unem os esposos.

Os métodos artificiais, além das consequências para a saúde da mulher, a maioria deles, hoje, provoca o aborto na fase inicial da vida. Conforme o Evangelium Vitae do Papa João Paulo II, "…é moralmente inaceitável que, para regular a natalidade, se

encoraje ou até se imponha o uso de meios como a contracepção".[2] Sabemos hoje que os métodos artificiais de planejamento familiar mais usados são, na sua maioria, abortivos.

A solução está na "regulação da fertilidade" por meio dos métodos naturais. Quando há motivos que justifiquem, o casal poderá espaçar os filhos sem contrariar a lei natural, usando os dias férteis da mulher quando deseja um filho e abstendo-se de relações sexuais durante esse período se não deseja uma nova gravidez naquele momento.

O ensinamento da Igreja acerca do matrimônio e da procriação humana afirma a conexão indivisível, que Deus quis e o homem não pode romper, entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o procriador. Com efeito, o ato conjugal, por sua estrutura íntima, enquanto une os esposos com um vínculo profundíssimo, torna-os aptos para a geração de novas vidas, segundo leis inscritas no ser mesmo do homem e da mulher. Esse princípio, fundamentado na natureza do matrimônio e na íntima conexão dos seus bens, comporta consequências bem conhecidas no plano da paternidade e maternidade responsáveis. "Salvaguardando ambos os aspectos essenciais, unitivo e procriador, o ato conjugal conserva integralmente o sentido do verdadeiro amor mútuo e a sua ordenação à altíssima vocação do homem para a paternidade".[3]

A Igreja defende o planejamento familiar com os métodos naturais que respeitam a integridade física do ser humano e a cumplicidade do casal na preservação da espécie humana. Esses métodos têm base científica e comprovada eficácia.

Alguns métodos de Planejamento Familiar Natural

Conforme o teólogo Genovesi, hoje, já é possível a mulher averiguar, de modo contínuo e em bases diárias, as diversas mudanças em seu corpo, principalmente quando essas mudanças se referem ao processo de ovulação. Várias técnicas permitem à mulher se familiarizar com os sinais fisiológicos que acompanham seus períodos alternados de fecundidade e
infecundidade. Uma dessas técnicas que recebe muita atenção é conhecida como o método de ovulação, método de Billings ou método do muco, baseado na observação própria do que ocorre no momento. A mulher, ao observar a si mesma, pode identificar sempre o início e o fim da fertilidade.[4]

Além de aprender o significado das mudanças das secreções vaginais, a mulher pode também vir a descobrir as diferenças pré-ovulatórias, ovulatórias e pós-ovulatórias no posicionamento e na firmeza do colo do útero. A familiaridade da mulher com os sinais da fertilidade próxima lhe fornece informações suficientes para saber, com antecedência, quando está prestes a ovular.

Método da temperatura basal: a temperatura normal do corpo em situação de repouso é chamada temperatura de base ou temperatura basal. Após a ovulação, por efeitos hormonais,
ocorre o aumento da temperatura basal do corpo. Por isso, se a mulher medir diariamente a sua temperatura, ela saberá detectar esse aumento como consequência pós-ovulação.

Método da tabelinha (Knaus-Ogino), também conhecido como método rítmico ou

estatístico, é baseado no ciclo ovulatório da mulher. Ciclo é o número de dias que se contam desde o primeiro dia da menstruação até a véspera da próxima. “Método da tabelinha” é o nome atribuído à abstinência sexual de 10 dias entre o 10° e o 20° dias do ciclo menstrual.

Duas coisas são importantes: conhecer bem os métodos e o próprio corpo, e também fazer a combinação de dois ou mais métodos para aumentar a eficácia. Portanto, os cônjuges não devem tentar usar os métodos de planejamento familiar natural a menos que tenham recebido instruções de pessoal treinado.

Controle de natalidade. O que há por trás dele?

O controle de natalidade é uma questão bastante discutida em vários setores como sociedade, política, economia, antropologia, religião etc., e é um assunto um tanto polêmico. Essa polêmica está em torno do aumento populacional dos países pobres e a diminuição da população nos países ricos.

Pesquisadores, estudiosos e cientistas do social apresentam relatórios que induzem o controle de natalidade. No entanto, esse controle é direcionado aos países subdesenvolvidos e não aos países desenvolvidos. Esses especialistas incentivam [o controle de natalidade], mas a prática é outra, ou seja, nesses países desenvolvidos ocorrem incentivos para que as famílias tenham mais filhos. Por isso, promovem uma guerra silenciosa especialmente direcionada aos países em desenvolvimento, com vistas a frear seu crescimento demográfico. Para isso, usam do eufemismo "desenvolvimento sustentável" que compreende políticas que terão como contrapartida toda e qualquer técnica contraceptiva e abortiva para frear o crescimento populacional.

Os "profetas" do "The Population Bomb" (A bomba populacional) e da "destruição" do mundo usam de um bombardeio de propagandas de que existe gente demais para o planeta e que essa "superpopulação" é a responsável pelo desequilíbrio ecológico e futura destruição da própria humanidade. Porém, sabe-se que as maiores violências contra o meio ambiente têm sua origem nas indústrias dos países desenvolvidos e a população consumista destes mesmos países.

Benefícios do aumento populacional

É verdade que após 200 anos de desenvolvimento econômico, propiciado pela Revolução Industrial, a população mundial ganhou com a redução das taxas de mortalidade e o crescimento da esperança de vida. Porém, o crescimento da riqueza se deu à custa da pauperização do planeta e do aumento do abismo entre ricos e pobres. Pesquisas populacionais revelam que houve um aumento populacional, que começou no século XVIII e aumentou seis vezes nos 200 anos seguintes. Contudo, isso é um aumento, não uma explosão, porque com esse aumento populacional também houve aumento de produtividade, de recursos de comida, informação, comunicação e tecnologia.

Interesse por parte da sociedade em reduzir a natalidade dos mais pobres

Considerando que nos países subdesenvolvidos a taxa de natalidade aumenta a cada instante e que nos países desenvolvidos esse número reduz, a distribuição de renda fica mais concentrada, nos países subdesenvolvidos, nas mãos das pessoas com renda mais alta, enquanto os mais pobres quase não participam dessas conquistas, provocando uma elevada desigualdade da distribuição da renda. Por isso, existe o interesse de alguns

setores da sociedade reduzir a taxa de natalidade dos mais pobres em vez de reduzirem os seus consumos por meio da partilha.

Acredito que a melhor análise já nos foi apresentada pelo Papa Francisco:

> Em vez de resolver os problemas dos pobres e pensar num mundo diferente, alguns limitam-se a propor uma redução da natalidade. Não faltam pressões internacionais sobre os países em vias de desenvolvimento, que condicionam as ajudas econômicas a determinadas políticas de "saúde reprodutiva". Mas, "se é verdade que a desigual distribuição da população e dos recursos disponíveis cria obstáculos ao desenvolvimento e ao uso sustentável do ambiente, deve-se reconhecer que o crescimento demográfico é plenamente compatível com um desenvolvimento integral e solidário".
>
> Culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas. Pretende-se, assim, legitimar o modelo distributivo atual, no qual uma minoria se julga com o direito de consumir numa proporção, que seria impossível generalizar, porque o planeta não poderia sequer conter os resíduos de tal consumo. Além disso, sabemos que se desperdiça aproximadamente um terço dos alimentos produzidos, e "a comida que se desperdiça é como se fosse roubada da mesa do pobre".[1]

O que a Igreja nos ensina sobre a fecundação artificial?

Podemos dizer que a procriação humana tem algumas características específicas por força da dignidade pessoal dos pais e dos filhos

Existem muitos casais que, por alguma razão, não conseguem engravidar; então, buscam outros meios de ter os filhos. Alguns tentam meios não naturais, como a inseminação artificial e a reprodução assistida. Mas é preciso compreender o que a Igreja diz a respeito.

Primeiramente, a fecundação artificial é entendida como um conjunto de técnicas por meio das quais se permite a reprodução sem a união sexual do casal. A inseminação artificial e a reprodução assistida são formas de concepção que substituem a fecundação natural compreendida na relação entre os esposos. Portanto, a Igreja é muito categórica em sua concepção a respeito dessas técnicas. Para a Igreja, do ponto de vista moral, todo ser humano deve ser acolhido como um dom, uma bênção de Deus. Uma procriação verdadeiramente responsável deve ser fruto do matrimônio e da relação sexual entre o casal.

Por que a Igreja defende a fecundação natural?

Podemos dizer que a procriação humana tem algumas características específicas por força da dignidade pessoal dos pais e dos filhos. A dignidade do novo concebido é tão grande, que até a forma de concebê-lo, a mais digna, a Igreja acredita ser a entrega do casal na relação sexual que faz parte da conjugalidade.

O homem e a mulher colaboram com o plano do Criador, portanto, a concepção deve ser fruto da doação mútua, do amor, da fidelidade e da responsabilidade entre os esposos. O ato conjugal, com o qual os esposos manifestam reciprocamente o dom de si, exprime simultaneamente a abertura ao dom da vida: é um ato indissolúvel corporal e espiritual.

Por que é imoral?

O matrimônio tem dois sentidos: o unitivo e o procriativo. Por essa razão a reprodução não os pode separar, mas sim preservar esses significados. As formas de reprodução não naturais separam esses dois princípios do matrimônio e, de certa forma, não respeitam a dignidade da criança ao ser concebida. A relação sexual é uma forma de respeitar os princípios desse sacramento. Por isso, a Igreja vai contra os processos artificiais, uma vez que tudo o que vai contra os métodos naturais vai contra a dignidade do matrimônio.

Outro ponto a ser destacado é que por esses métodos a procriação é privada de sua perfeição própria, quando não querida como fruto do ato conjugal, gesto específico dos esposos. “A procriação humana está fundada sobre a conexão que Deus quis e que o

homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: unitivo e procriador".[1]

Por fim, esses atos são ilícitos, porque efetuam a dissociação dos gestos que, pelo ato conjugal, são destinados à fecundação
humana. A Igreja ensina que nunca é lícito "fabricar" um filho fora do ato sexual entre os esposos. Todo ser humano tem o direito de ser gerado numa uma união física de amor dentro do casamento.

O que a Igreja indica a esses casais?

Vale ressaltar que é lícito o uso de meios artificiais encaminhados unicamente a facilitar a realização natural do ato sexual ou, uma vez esse ato realizado normalmente, que seja alcançado seu fim.

A Igreja sente pelos casais que não conseguem engravidar, não fica indiferente ao sofrimento, à busca e à angústia deles; ao contrário, torna-se solidária. Porém, não justifica apoiar aquilo que foge à dignidade do matrimônio. Existem muitas crianças que aguardam a adoção, a Igreja propõe a esses casais que se compadeçam e adotem essas crianças.

O que fazer com os embriões que sobram após a fertilização in vitro?

Doação e Adoção de embriões para salvar os embriões humanos excedentes e congelados

O rápido desenvolvimento tecnológico e científico trouxe muitos benefícios e também muitos questionamentos para a humanidade nos últimos anos. As situações especiais, como os métodos artificiais de inseminação e fecundação, seleção do sexo, engenharia genética, transplante de órgãos, congelamento de embriões e pesquisa em seres humanos têm suscitado muitas discussões e necessitam de respostas e parâmetros éticos.

Um dos grandes desafios da bioética atual tem relação com as técnicas de reprodução medicamente assistidas, em particular a fecundação in vitro, sobretudo no que diz respeito ao embrião sobrante e congelado. O questionamento aqui é: o que fazer com estes embriões? A pergunta propõe uma perspectiva ética, jurídica, filosófica e teológica. Nosso interesse é a proposta de doação e adoção dos embriões chamados "sobrantes", entre tantas alternativas existentes, no propósito de salvá-los.

Ao tratarmos da doação e adoção de embriões, exige-se, num primeiro momento o reconhecimento de tais embriões, ou seja, o reconhecimento de todos aqueles que se encontram em qualquer estágio de vida, inclusive no estágio embrionário, da dignidade de pessoa, com isto, a defesa e a proteção dos mesmos, dos direitos humanos.

Biologicamente, sabemos que no momento da fecundação de um espermatozoide com um óvulo formar-se o ovo ou zigoto (unidade genética de um ser humano diferente das demais espécies da natureza). O embrião pode ser constituído in vivo no processo biológico de fecundação natural ou por inseminação artificial, ou, ainda, por transferência intratubária de gametas (GIFT); pode, igualmente, ser constituído in vitro após coleta de óvulos e de espermatozoides, estes são fecundados no laboratório, na proveta (daí vem o chamado bebê de proveta) e, depois, são transferidos para o útero, método conhecido como FIVET – Fertilization in Vitro and Embryo Transfer – é fertilização in vitro e transferência de embrião.

A própria biologia afirma que, desde a fertilização existe, portanto, um novo organismo humano, um novo genótipo, totalmente diferente dos genótipos dos doadores, quer esta fertilização tenha ocorrido in vivo ou in vitro. Portanto, o embrião humano, a partir da fecundação, é uma vida humana e representa uma identidade e individualidade biológica e de código genético que, na sua essência, é um modelo de diversidade e constância. Neste caso, o direito à vida é garantido a todo ser humano que viva; entre as várias fases da vida em desenvolvimento desde a concepção, não havendo nenhuma diferença.

Como surgem os embriões considerados "sobrantes"?

No processo de fecundação in vitro se obtêm vários embriões humanos. O número de embriões produzidos depende do acordo do médico com os pais. Para cada país existe uma lei diferente que regulamenta o número máximo de embriões a serem implantados no útero da mulher a cada tentativa (no Brasil são quatro o número máximo de embriões por tentativa). Em muitas situações o número de óvulos fecundados in vitro é maior que os implantados.

Aqueles que não são implantados são chamados de embriões sobrantes, excedentários ou supranumerários e são congelados (crioconservados), com a finalidade de serem implantados numa futura tentativa de gravidez. Dependendo do país, poderão ser doados para pesquisas científicas ou mesmo doados para pessoas que querem adotá-los. Em muitos países, inclusive no Brasil, é proibida a destruição destes óvulos fecundados. O grande número de embriões sobrantes e congelados nas clínicas de reprodução assistida, levanta debates éticos, jurídicos e teológicos sobre o destino destes quando os pais decidem que não querem mais implantá-los.

Qual o destino dos embriões sobrantes e congelados?

Existem países que obrigam o congelamento de embriões, durante certo prazo, e, depois desse prazo, são destruídos. Outros países, como os Estados Unidos e o Brasil, defendem doações de embriões para fins de pesquisas com células tronco embrionárias. E, ainda, há outros que defendem fecundar apenas os óvulos a serem implantados.

Para os autores Alice e Dalton, "os embriões são seres humanos vivos em constante desenvolvimento, sujeitos distintos da mãe e de seus progenitores, possuidores, desde a sua concepção, de identidade genética própria e permanente. E que, portanto, igualmente às pessoas nascidas, são dignos de um sincero respeito, independentemente de seu estágio de desenvolvimento, forma ou tamanho, e não merecem o destino de serem utilizados como matéria-prima de processos industriais ou serem objeto de investigação científica (como "cobaias")".[1]

Para os autores, é necessária a proteção dos embriões humanos que sobram nos processos de fecundação assistida. O erro cometido por ocasião da produção e do armazenamento dos embriões não justifica, agora, outro erro: a utilização desses embriões em pesquisas, reduzindo-os ao status de coisa ou objeto e, consequentemente, negando seu significado ontológico.

Para o magistério católico, "são claramente inaceitáveis as propostas de usar tais embriões para a investigação ou destiná-los a usos terapêuticos, porque tratam os embriões como simples 'material biológico' e comportam a sua destruição. Também a proposta de descongelar esses embriões e, sem reativá-los, usá-los para a pesquisa como se fossem cadáveres normais, é inadmissível".[2] "A maior parte dos embriões não utilizados fica 'órfã'. Os seus pais não reclamam e muitas vezes seu rastro é perdido. Daí a existência de depósitos de milhares e milhares de embriões congelados em quase todos os países onde se pratica a fecundação in vitro".[3]

E a doação destes embriões sobrantes para adoção?

No mundo, há dezenas de milhares de embriões crioconservados condenados, por uma razão ou outra, para o destino absurdo de uma vida suspensa e, em muitos países, destinado à destruição após um determinado período ou destinados a usos instrumentais, tais como a produção de células-tronco embrionárias.

A adoção de embriões pode ser a alternativa ao seu uso em pesquisas. Em países onde pesquisas com células-tronco estão legalizadas, como o Brasil, Inglaterra, EUA e Coreia, grupos contrários apostam na "adoção" de embriões de clínicas de fecundação assistida para evitar seu descarte ou uso em pesquisas. A adoção pré-natal, expressão que remete para o caso de uma
mulher que acolhe em seu útero um embrião doado por outra mulher, de fato é uma adoção antes do nascimento.

Nas clínicas implantam-se no útero de mães receptoras embriões congelados e guardados em tanques de nitrogênio, "sobras" de outras fertilizações in vitro. A gestação completa e o parto natural garantem que o bebê seja registrado como filho legítimo, ainda que sem parentesco genético com os pais.

Útero artificial: é possível?

Em poucos anos, será possível substituir o útero materno por uma máquina

É a construção ou a utilização do que se chama útero mecânico, útero artificial, ou seja, um ambiente de cristal, o mais parecido possível com o útero da mãe, com alimentação e temperatura, tudo controlado por uma máquina. Esta nova tecnologia é motivo de preocupação entre os bioeticistas e ginecologistas sobre o perigo da desumanidade. Trata-se de um novo tipo de experiência reprodutiva que poderia levar à produção de crianças sem mãe.

O que a psicologia diz a respeito?

Esse processo é qualificado de desumano, pois destrói a revelação mãe-filho, considerada por todas as ciências humanas, sobretudo pela psicologia, como indispensável para a formação psíquica equilibrada do nascituro. Portanto, faz-se necessária uma conscientização radical porque esse procedimento pode levar a um empobrecimento do conhecimento psicológico da criança.

O que a medicina afirma a respeito?

O ginecologista Giussepe Noia, responsável pelo Centro de Diagnóstico Pré-Natal do Instituto Clínico Obstétrico do Hospital Gemelli em Roma, declarou que se trata do terceiro passo da separação da mulher do seu papel de mãe. O primeiro foi dos anticoncepcionais. O segundo, a proveta. Agora, o útero artificial.

Para o responsável do setor de obstetrícia do Gemelli, trata-se "de um fato gravíssimo, fruto de uma mentalidade fundada sobre o biologismo", que reduz a vida humana a um produto. Sem dúvida, o médico reconhece que esses tipos de técnica deveriam estar a serviço das terapias que ajudam, em caso de necessidade, a salvar a vida que nasce: "Seria utilíssimo para as crianças muito prematuras, as que têm menos de 25 semanas. Utilizando-o como uma espécie de super incubadora, em lugar de fábrica de crianças, seria possível salvar a vida de muitos recém-nascidos e auxiliar muitas famílias".

O que isso representa para a Igreja?

A utilização do útero artificial representa outro passo para a desumanidade da procriação, um afastamento daquele ser que deveria ser concebido não só no ato conjugal, mas também no corpo materno. O problema é que uma vez que a procriação se afasta do ato conjugal, qualquer tipo de manipulação desumanizante é possível, inclusive a clonagem. Quando separa o momento procriativo do unitivo, a procriação se torna cada vez mais numa manobra de laboratório.

O Papa João Paulo II, ao referir-se à dignidade da procriação humana, apresenta como

motivo de preocupação a "fabricação" de seres humanos no útero artificial, o que significa o desaparecimento da família, dando início ao "Estado Parental" como querem alguns. Tudo isso preocupa os responsáveis pela sociedade.[1]

Posso “alugar” ou usar de outro útero?

A fertilização com o “útero de substituição” ou “doação temporária” do útero é indicada para aquelas mulheres que não possuem o útero ou porque o retiraram cirurgicamente (histerectomia). Também é indicada para aquelas mulheres que possuem o útero, mas tem alguma alteração muito importante na cavidade uterina (presença de vários e grandes miomas, adenomiose importante, aderências extensas) que acabam impedindo a implantação/nidação e o desenvolvimento embrionário. Outras mulheres têm condições médicas que não permitem que elas engravidem porque poderia causar maiores danos à sua saúde ou até mesmo às suas vidas. A possível solução para estas mulheres consiste na realização de uma fertilização in vitro com a formação de embriões e posterior transferência dos embriões para o útero de outra mulher (doadora temporária do útero).

Com fertilização in vitro, a mulher pode ter um filho formado a partir de seu óvulo e do espermatozoide do marido, isto é, pode ser a mãe genética de seu filho, ocorrendo a gestação no útero de uma mulher substituta. Se a mulher não for capaz de produzir óvulos férteis, e/ou o marido ou companheiro não for fértil, o casal pode recorrer a uma doadora de óvulos e/ou doador de sêmen (fecundação artificial heteróloga).

Uma vez obtidos os gametas (óvulo e espermatozoide), o médico aplica a fertilização em laboratório para unir as duas células e formar o zigoto (primeira célula do corpo humano, com o material genético completo para o desenvolvimento e nascimento de um indivíduo). O embrião, na etapa seguinte, é transferido para a doadora de útero onde se desenvolverá até o nascimento.

Através do programa de "gestação substitutiva", essas mulheres podem se tornar mães com a ajuda de uma mulher que oferece seu útero para a gestação do bebê. Esta técnica de procriação artificial também pode ser denominada como: útero de aluguel, barriga de aluguel, doação temporária, mãe de aluguel, mãe hospedeira, mãe substituta, mãe portadora, mãe de empréstimo, mãe por procuração, mãe de auxílio, maternidade de substituição, locação de útero. Assim, pode-se conceituar "mãe substituta" como a mulher que se dispõe a carregar o embrião dentro de seu útero, durante o período de gestação, em razão da incapacidade de outra mulher.

Com a denominação de "mãe substitutiva" a Instrução Donum Vitae,[1] entende indicar: a) a mulher que mantém em gestação um embrião transplantado em seu útero e que lhe é geneticamente estranho, porque obtido mediante a união de gametas de "doadores", com o compromisso de entregar a criança, uma vez nascida, a quem encomendou ou contratou
tal gestação; b) a mulher que mantém em gestação um embrião para cuja concepção contribuiu com a doação de seu próprio óvulo, fecundado mediante inseminação com o esperma de um homem diverso de seu próprio marido, com o compromisso de entregar o filho, uma vez nascido, a quem encomendou ou contratou a gestação.

Legislação brasileira sobre a gestação de substituição (doação temporária do útero)

Há muita polêmica a respeito da natureza jurídica da maternidade de substituição. As clínicas, centros ou serviços de reprodução humana podem usar técnicas de Reprodução Assistida (RA) para criarem a situação identificada como gestação de substituição, desde que exista um problema médico que impeça ou contraindique a gestação na doadora genética. Existem algumas normas que regulamentam: Sobre a Gestação de Substituição (Doação Temporária do Útero).[2]

Para o Conselho Federal de Medicina (CFM) o nome dado é o de "Gestação de Substituição" (doação temporária do útero) e está indicado nos casos em que exista um problema médico que impeça ou contra indique a gestação na doadora genética ou em caso de união homoafetiva.

As doadoras temporárias do útero devem pertencer à família de um dos parceiros em um parentesco consanguíneo

até o quarto grau (mãe, irmã, avó, tia e prima), respeitando a idade limite de até 50 anos.

Quando a doadora temporária do útero não preencher esses critérios de parentesco, é necessária uma autorização especial do Conselho Regional de Medicina.
Esse processo não poderá ter caráter lucrativo ou comercial. Todos os envolvidos devem assinar um termo de consentimento informado, ter um relatório médico e psicológico, atestando a adequação clínica e emocional da doadora temporária do útero. Se a doadora temporária do útero for casada ou tiver uma união estável, o companheiro ou cônjuge deve apresentar por escrito a sua autorização.

Apesar da doação temporária do útero não ter caráter lucrativo ou comercial, a técnica foi conhecida como "barriga de aluguel". Não sendo familiar de um dos parceiros até o médico poderá ser responsabilizado, se comprovar envolvimento ou saber tratar-se de comércio e ainda assim realizar o procedimento.

A família recém-formada pela reprodução assistida pode oferecer uma quebra destes laços naturais (laços afetivos, biológicos). Hoje, quando, por exemplo, uma irmã se oferece para ser "mãe substituta", ela passa a ser mãe e tia desta criança, que é, ao mesmo tempo, filho e sobrinho. Estamos vendo agora mulheres que escolhem a própria mãe como "mãe de substituta". Esta seria avó e mãe desta criança, neta e filha ao mesmo tempo.

Ainda existem muitos questionamentos de ordem jurídica, ética e parental a serem melhores discutidos pela sociedade. Mães substitutas poderiam elas estar ligadas afetivamente a estes bebês ou a um contrato comercial? E em ações de guarda da criança? São novas famílias? São novas pessoas que mereceriam figurar em novos códigos de ética e moral dentro do quadro de transformações sociais e familiares.

O que o magistério católico afirma?

Conforme o Catecismo da Igreja Católica (nº 2376)

> As técnicas que provocam uma dissociação do parentesco, pela intervenção de uma pessoa estranha ao casal (doação de esperma ou de óvulo, empréstimo de útero), são gravemente desonestas. Estas técnicas (inseminação e fecundação artificiais heterólogas) lesam o direito da criança de nascer de um pai e uma mãe conhecidos dela ou ligados entre si pelo casamento. Elas traem "o direito exclusivo de se tornar pai e mãe somente um através do outro.

A procriação humana possui características específicas, por força da dignidade pessoal dos pais e dos filhos: a procriação de uma nova pessoa, mediante a qual o homem e a mulher colaboram com a potência do Criador, deverá ser fruto e sinal da mútua doação pessoal dos esposos, do seu amor e da sua fidelidade. A fidelidade dos esposos, na unidade do patrimônio, comporta o respeito recíproco do seu direito a se tornarem pai e mãe somente através um do outro.

Os pais encontram no filho uma confirmação e um complemento da sua doação recíproca: ele é a imagem viva do seu amor, o sinal permanente da sua união conjugal, a síntese vivente e indissolúvel da sua dimensão paterna e materna. Portanto, o filho tem direito a ser concebido, levado no seio, posto no mundo e educado no matrimônio: é através da referência segura e reconhecida aos próprios pais que ele pode descobrir a própria identidade e amadurecer a própria formação humana.[3]

A Congregação para a Doutrina da Fé, no documento Donum Vitae, afirma explicitamente que "as tentativas ou as hipóteses destinadas a obter um ser humano sem qualquer conexão com a sexualidade (...) são consideradas contrárias à moral, uma vez que contrastam com a dignidade, tanto da procriação humana como da união conjugal".[4]

Por força da vocação e das responsabilidades sociais da pessoa, o bem dos filhos e dos pais contribui para o bem da sociedade civil; a vitalidade e o equilíbrio da sociedade exigem que os filhos venham ao mundo no seio de uma família e que esta seja estavelmente fundada no matrimônio.[5]

Difundem-se, com efeito, em ritmo crescente, tecnologias da geração humana – como a fecundação artificial ou o aluguel da mãe gestante e semelhantes – que apresentam sérios problemas de ordem ética. Entre as outras graves implicações, basta recordar que, em semelhantes procedimentos, o ser humano é defraudado do direito a nascer de um ato de amor verdadeiro e segundo os processos biológicos normais, ficando desse modo marcado, desde o início, por problemas de ordem psicológica, jurídica e social que o acompanharão durante a vida inteira".

Tudo isto contribui para considerar o filho obtido mediante as Técnicas Artificiais Reprodutivas como um "produto", cujo valor na realidade depende em grande parte de sua "boa qualidade", submetida a severos controles e selecionada com cuidado.

A maternidade "substitutiva" é moralmente ilícita porque écontrária à unidade do matrimônio e à dignidade da procriação da pessoa humana. A maternidade substitutiva representa uma falta objetiva contra as obrigações do amor materno, da fidelidade conjugal e da maternidade responsável; ofende a dignidade e o direito do filho a ser concebido, levado no seio, posto no mundo e educado pelos próprios pais; em prejuízo da família, instaura uma divisão entre os elementos físicos, psíquicos e morais que a constituem.[6]

Posso escolher o sexo do meu filho?

A pré-seleção e a escolha do sexo dos filhos
O desejo de seleção do sexo dos filhos vem desde a antiguidade

A seleção de sexo reprodutiva é um dos grandes questionamentos éticos da sociedade moderna. Esse novo desafio decorre da disponibilidade de novos procedimentos médico-laboratoriais, que interferem efetivamente na geração e na própria possibilidade ou continuidade da existência de seres humanos que estão sendo gerados no útero materno.

O desejo de escolher o sexo dos filhos vem desde a antiguidade. Os gregos antigos acreditavam que, ao retirarem o testículo direito, gerariam meninos, pois o esperma que determinava homens vinham do testículo esquerdo. Ao contrário, no século XVIII, os nobres franceses diziam que a remoção do testículo esquerdo garantiria um herdeiro masculino. Hipócrates ensinava que a mulher deveria deitar-se sobre o seu lado direito e assim a "semente faria nascer um menino" e vice-versa.

Além dessas questões, por meio de registros históricos pode-se comprovar que os homens também tentam influenciar na seleção do sexo dos seus filhos por meio de infanticídio e negligência em relação à criança.

O que se entende por seleção do sexo?

Atualmente, entende-se por seleção de sexo a utilização de tecnologias para determinar o sexo do filho. Compreende qualquer prática, técnica ou intervenção, cujo objetivo seja aumentar a chance de concepção, gestação e nascimento de uma criança de um determinado sexo em relação ao outro.

Existem basicamente dois métodos para selecionar o sexo: antes da fertilização, pela seleção dos espermatozoides X ou Y para posterior fecundação, já que o gameta masculino é o definidor do sexo; ou depois da fertilização, por exame genético, que seleciona o embrião pré-implantado ou pós-implantado. No primeiro caso, não existe a questão do respeito ao embrião porque se trata apenas do gameta masculino; enquanto que no segundo caso tanto a pré quanto a pós-implantação implicam no descarte de embriões.

A posição moral diante do estatuto do embrião leva a distinguir radicalmente entre o método de seleção anterior e o posterior à fertilização. O descarte de embriões em qualquer situação é uma violação dos direitos da criança de nascer e crescer em uma família e é um atentado contra o ser humano criado à imagem e semelhança de Deus. Em nenhuma situação, a Igreja aprova o descarte de embriões humanos.

O que leva as pessoas a escolherem o sexo dos seus filhos?

Quais motivações podem haver para a seleção do sexo? As motivações para a seleção

do sexo são razões médicas ou razões de tipo não médicas. Apresento abaixo as motivações mais comuns:

– Prevenção de doenças ligadas ao sexo – razões médicas. Exemplo: algumas doenças ligadas ao cromossomo X. As mais comuns são: a hemofilia, as distrofias musculares e a síndrome do X-frágil. Hoje, estão descritas mais de 200 doenças – segundo alguns autores, mais de 500 – com herança ligada ao sexo. Essas doenças comprometem uma em cada mil crianças nascidas;
– Para controle de natalidade (balanço familiar) – razões não médicas. Casais que gostariam de ter filhos de ambos os sexos para equilíbrio familiar, não precisando ter prole tão numerosa;
– Finalidade experimental para conhecer o processo;
– Puro desejo ou preferência dos pais;
– Correção demográfica;
– Incentivo ideológico, porque um sexo seria considerado superior ao outro;
– Por uma associação de razões culturais, sociais, econômicas e pessoais, que levam a preferir um dos sexos em relação ao outro.

Moralidade do método de seleção do sexo

A concepção e a geração do ser humano sempre estiveram envoltos em mistério. O homem e a mulher eram considerados instrumentos aptos para que Deus fizesse surgir um novo ser. O filho não era algo feito por eles, mas recebido como um dom de Deus. A descoberta do processo de fecundação por meio do óvulo e do espermatozoide e o sempre maior domínio desse processo pelas técnicas de inseminação artificial e, posteriormente, pela fecundação in vitro, possibilitaram a superação da infertilidade e a plena autonomia com respeito à procriação, não mais determinada pelo biológico.

Para a seleção do sexo do filho, um ponto essencial é o método de seleção. Existe algum método natural que favoreça a escolha do sexo da criança? Conforme o magistério católico, natural é sempre moral. Existem estudos que fazem uso da seleção natural. Por exemplo: ocasionar a fecundação num momento mais próximo ou mais distante do pico da ovulação (na prática, essa teoria não é muito confirmada).

Se algum dia encontrarem um método natural e seguro, a Igreja aprova a seleção natural do sexo da criança em determinados casos, ou seja, a moralidade do ato vai estar relacionada às motivações. Por que quero menino ou menina?

Não é possível fazer um juízo definitivo de cada método concreto, por isso, para a avaliação moral, deve-se estabelecer alguns critérios segundo as motivações:

- Escolha do sexo por motivo terapêutico seria aceitável pela Igreja, embora tenha restrições morais;
- Escolha do sexo por motivo ideológico deve ser absolutamente excluído, pois vai contra a igualdade e a dignidade da pessoa humana. Também não poderia ser uma imposição do Estado;
- Seria justificada a escolha do sexo com a finalidade educativa e equilíbrio familiar. Sexos diferentes têm finalidade educativa e ajudam no amadurecimento psicológico.

Efetivamente, só de Deus pode provir aquela "imagem e semelhança", que é própria do ser humano, assim como aconteceu na criação. A geração é a continuação da criação.

"Uma vez realçada a missão específica dos pais, há que acrescentar: a obrigação de acolher e servir a vida compete a todos e deve manifestar-se, sobretudo, a favor da vida em condições de maior fragilidade. É o próprio Cristo quem nos recorda isso, ao pedir para ser amado e servir nos irmãos provados por qualquer tipo de sofrimento: famintos, sedentos, estrangeiros, nus, doentes, encarcerados… Aquilo que for feito a cada um deles, é feito ao próprio Cristo (cf. Mt 25,31-46)".

A ciência não pode impor-se como critério exclusivo à margem dos princípios éticos, dado que isso comprometeria a pessoa e a sociedade: "Ele os criou homem e mulher".

Como pais, serão capazes de dar a vida a um semelhante a eles, não apenas "osso dos seus ossos e carne da sua carne" (cf. Gn 2,23), mas imagem e semelhança de Deus, isto é, uma pessoa. Ao perguntar: "Estais dispostos?", a Igreja recorda aos noivos que eles se encontram perante o poder criador de Deus. São chamados a tornarem-se pais, ou seja, a cooperar com o Criador no dom da vida. Cooperar com Deus no chamamento à vida de novos seres humanos significa contribuir para a transmissão daquela imagem e semelhança divina, de que é portador todo o "nascido de mulher".

"A distinção sexual, que aparece como uma determinação do ser humano, é diversidade, mas na igualdade da natureza e da dignidade. A pessoa humana, pela sua natureza íntima, exige uma relação de alteridade que implica uma reciprocidade de amor. Os sexos são complementares: semelhantes e dessemelhantes ao mesmo tempo; não idênticos, mas sim iguais quanto à dignidade da pessoa; semelhantes para se compreenderem, diferentes para se completarem".

Algumas tentativas de intervenção no patrimônio cromossômico ou genético não são terapêuticas, mas visam produzir seres humanos selecionados segundo o sexo ou outras qualidades pré-estabelecidas. Essas manipulações são contrárias à dignidade pessoal do ser humano, à sua integridade e à sua identidade. De forma alguma, pois, podem ser justificadas em vista de eventuais consequências benéficas para a humanidade futura. Cada pessoa deve ser respeitada por si mesma: nisso consiste a dignidade e o direito de todo ser humano, desde o seu princípio.

Toda criança deve ser acolhida como dom de Deus, seja sustentada pelo amor do pai e da mãe, para poder crescer como o Senhor Jesus "em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens" (Lc 2,52).

Posso usar animais para alimentação ou pesquisas científicas à luz da teologia?

O uso de animais para pesquisas científicas: uma reflexão teológica

Acompanhamos, nos últimos tempos, o debate público sobre o uso de animais em experimentos científicos. Esse debate já vem acontecendo em vários países. No Reino Unido, em 2004, a Frente de Libertação Animal impediu, com ameaças e ataques, a construção de centros de testes com animais em Oxford e Cambridge. No Brasil, o debate sobre o uso dos animais em pesquisas "explodiu" após a invasão de um biotério, em São Roque (SP), ação que encontrou muitos adeptos em nossa sociedade.

Para que a reflexão teológica possa contribuir e elaborar um juízo ético sobre a prática dos experimentos com animais, torna-se necessário considerar o lugar que a teologia atribui aos seres humanos em sua relação com os animais.

Segundo o Magistério Católico, os animais, enquanto criaturas, têm o seu próprio valor, que o homem tem o dever de reconhecer e respeitar. Deus o colocou junto aos animais para que, por meio destes, possa chegar ao seu desenvolvimento integral. "É o homem quem, desde sempre, governa as realidades terrenas, gerindo os outros seres, vivos ou não, segundo determinadas finalidades. É ainda na relação com o homem que se revela a medida axiológica (valor moral) de cada realidade existente, em desígnio universal harmônico e ordenado, que indica toda a plenitude de compreensão da realidade". Não existem dúvidas entre os teólogos sobre a soberania do homem imagem e semelhança de Deus na escala hierárquica da criação em relação aos animais. A dignidade própria da pessoa humana é dada pelo Criador e reconhecida por todos (Gn 1,28-29).

O homem sempre se serviu dos animais para as suas necessidades primárias (alimentação, trabalho, vestiário etc.), numa constante relação de cooperação natural. Esta posição de domínio do homem sobre os animais manifesta a superioridade ontológica do homem sobre outros seres terrenos. Esta se funda sobre a própria natureza da pessoa humana, com suas dimensões de racionalidade e espiritualidade, e põem o homem no centro do universo porque utiliza os recursos presentes (entre os quais os animais), de maneira sábia e responsável, à busca da autêntica promoção de cada ser.[1]

O uso dos animais com responsabilidade também é defendido pelos teólogos que avaliam a criação na Bíblia não numa visão antropocêntrica, mas numa perspectiva mais ecológica. Deus quer que o homem não somente domine e utilize o mundo animal, mas também dele cuide e adquira para isso os conhecimentos necessários.[2]

O homem deve agir de tal forma que os efeitos da sua ação não coloquem em risco a vida sobre a terra; que não haja a destruição de qualquer forma de vida. Que a ação do

homem não destrua nenhuma possibilidade de vida no futuro. Todos os seres, de algum modo, participam da dignidade ética, e não apenas o ser humano. A dignidade ética não é exclusiva do ser humano, mas de toda a natureza. Todos os seres participam, implicitamente, de algum grau da eticidade.
Por isso, a exploração abusiva da natureza não é apenas uma questão tecnológica. É, antes de tudo, uma atitude antiética.

Com esta reflexão, como podemos avaliar as pesquisas que utilizam animais? Sabemos que em alguns casos o uso de animais ainda é inevitável, como testes de carcinogenicidade (capacidade de provocar tumores). Eliminar todas as cobaias implicaria impedir testes de segurança em novos inventos, muitos dos quais indicados para aliviar o sofrimento humano. Isso não significa autorizar cientistas a torturar, mutilar ou sacrificar quantos animais desejarem. O princípio ético deverá ser diminuir o sofrimento e o número de animais e investir em métodos alternativos capazes de oferecer os mesmos resultados que os testes sem seres vivos, que para muitos ficou conhecido, em inglês, como a regra dos três Rs: "replacement" (substituição), "reduction" (redução) e "refinement" (aperfeiçoamento).

O ideal é que os sofrimentos sejam reduzidos ao mínimo necessário com o objetivo de conseguir os resultados científicos e que os animais sejam tratados com respeito. Afirma o filósofo Peter Singer: "É preciso que toda a dor, sofrimento e estresse infligidos ao animal sejam reduzidos ao mínimo necessário para conseguir os resultados científicos e que eles sejam tratados com respeito".

As leis devem exigir que o sofrimento dos animais usados em experimentos científicos seja o menor possível; que os animais sejam anestesiados antes dos procedimentos e que o número de animais seja reduzido o máximo e que sempre que possível, seu uso seja substituído por métodos alternativos. Nenhum animal deve sofrer. Experimentos em animais para a indústria dos cosméticos deverá ser impedida em todos os países. Toda instituição de pesquisa com animais deve ter uma comissão de ética composta por especialistas na área (biólogos, veterinários, zootecnistas, pesquisadores etc.) e por bioeticistas.

Muito progresso está acontecendo com sistemas "in vitro", como o cultivo de tecidos vivos para testar substâncias potencialmente tóxicas, com o objetivo de encontrar métodos que substituam o uso de seres vivos. Portanto, quando os animais são indispensáveis, cabe reduzir ao mínimo o número de espécimes e desenvolver métodos para prevenir sofrimento desnecessário. O que afirmamos é que não se deve torturar ou matar. Sempre que possível, que isto seja evitado.

A defesa dos animais, que é importante, não pode prejudicar a defesa dos direitos humanos em particular o direito à saúde. Entretanto, os avanços científicos não podem ser tomados como um valor superior e que justifique qualquer forma de tortura e sofrimento animal.

Posso eutanasiar meu animal?

Etimologicamente, eutanásia significa ”boa morte” ou “bem morrer” e o dicionário o define como “morte sem sofrimento”. O termo eutanásia foi muito empregado quando se trata de seres humanos, porém, atualmente também está sendo empegado para o sacrifício de animais. É uma morte em que o animal não sofrerá ou, como o próprio termo significa, será uma boa morte, sem sofrimento.

É errado sacrificar um animal de estimação muito doente ou velho?

Essa é uma pergunta que muitas pessoas acabam fazendo mais cedo ou mais tarde. Ver o sofrimento do animal de estimação, para muitos, é muito doloroso e muitos veterinários acabam aconselhando a eutanásia ou o sacrifício do animal. O termo utilizado é “eutanasiar o animal”, a prática da eutanásia de um animal.
Quando a eutanásia será indicada?

São muitos os motivos que levam a pessoa a pedir a eutanásia do animal, por exemplo, doenças, velhice, despesas médicas, falta de condições ou tempo de cuidar do animal etc. No entanto, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) elaborou um guia para a aplicação da eutanásia que deve orientar veterinários e donos de animais na tomada da decisão sobre a eutanásia e os métodos utilizados.

De acordo com o guia, a eutanásia será indicada quando:

1 – O bem-estar do animal estiver comprometido de forma irreversível, sem possibilidade de controle por analgésicos ou sedativos;
2 – A condição do animal for uma ameaça à saúde pública (se estiver com raiva, por exemplo);
3 – O animal doente colocar em risco outros animais ou o meio ambiente;
4 – O animal for objeto de ensino ou pesquisa;
5 – O animal representar custos incompatíveis com a atividade produtiva a que se destina (animais destinados ao consumo humano, por exemplo) ou com os recursos financeiros do proprietário (aí entra o caso das entidades protetoras ou hospitais veterinários).

Conforme o guia, a decisão pela eutanásia (sacrificar o animal) não deve ser por causa de despesas médicas ou falta de tempo pra cuidar do animal. A decisão deve ser tomada juntamente com o veterinário, que irá seguir critérios médicos, normalmente para casos irreversíveis onde não será possível a recuperação do animal. Também o médico veterinário deverá utilizar métodos eficazes e que reduzam ao máximo o sofrimento do animal.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, artigo 3, estabelece-se que:

a) Nenhum animal será submetido a maus tratos e a atos cruéis;
b) Se a morte de um animal é necessária, ela deve ser instantânea, sem dor ou angústia.

O Magistério Católico aprova a eutanásia de animais?

Segundo o Magistério Católico, os animais, enquanto criaturas, têm o seu próprio valor, que o homem tem o dever de reconhecer e respeitar. Deus o colocou junto aos animais para que, por meio destes, possa chegar ao seu desenvolvimento integral. "É o homem quem, desde sempre, governa as realidades terrenas, gerindo os outros seres, vivos ou não, segundo determinadas finalidades. É ainda na relação com o homem que se revela a medida axiológica (valor moral) de cada realidade existente, em desígnio universal harmônico e ordenado, que indica toda a plenitude de compreensão da realidade".[1]

A relação homem-animal é refletida a partir de termos como "sujeitar", "dominar" (Gn 1); e pela responsabilidade do homem ao dar nome aos animais, de cuidar da criação, como aquele que substitui Deus em sua criação e que se fundamenta no sétimo dia da criação relatado em Gn 2,1-4. "Deus terminou no sétimo dia a obra que havia feito".

No Catecismo da Igreja Católica, número 2416, afirma: "Os animais são criaturas de Deus. Deus envolve-os na sua solicitude providencial. Pelo simples fato de existirem, eles O bendizem e Lhe dão glória. Por isso, os homens devem estimá-los". Os animais ocupam um determinado lugar no projeto de criação de Deus. Isso fica bem claro quando Jesus afirma: "olhai os pássaros do céu, não semeiam nem colhem, nem guardam em celeiros, no entanto, o vosso Pai celeste os alimenta" (Mt 6,26). Ora, se Deus tem esse cuidado, essa providência para com os animais, não devem também os homens respeitar-lhes em seu valor?

Na questão de cuidar dos animais, o cristão deve agir em harmonia com a vontade de Deus. Um tratamento cruel certamente não é da vontade Deus. Para o Magistério Católico
(CIC, nº 2418) "é contrário à dignidade humana fazer sofrer inutilmente os animais e dispor indiscriminadamente das suas vidas. É igualmente indigno gastar com eles somas que deveriam, prioritariamente, aliviar a miséria dos homens. Pode-se amar os animais, mas não deveria desviar-se para eles o afeto só devido às pessoas".

O homem recebeu de Deus a responsabilidade de cuidar dos animais. A decisão de sacrificar um animal de estimação é realmente difícil e o melhor a fazer é considerar a orientação de um veterinário e avaliar o que representaria o melhor para aliviar o sofrimento do animal.

Mesmo Deus permitindo ao homem usar e matar os animais em certas circunstâncias, isso não autoriza a matança indiscriminada de animais por esporte ou outras motivações ilícitas. Porém, isso pode incluir não deixar um animal de estimação sofrer desnecessariamente por causa da idade muito avançada, um grave ferimento ou uma doença terminal. Neste caso, cabe ao cristão decidir o que fazer. Se ele decidir que seria bom não deixar o animal de estimação continuar a sofrer, sem haver uma esperança razoável de recuperação, então poderá decidir pela eutanásia.

Católico deve cuidar do meio ambiente?

Cuidar da natureza

> E como ficar indiferentes diante das perspectivas de um desequilíbrio ecológico, que torna inabitáveis
> e hostis ao homem vastas áreas do planeta?
> (Papa João Paulo II)

A natureza foi dada por Deus a todos, constituindo o seu uso uma responsabilidade que temos para com os pobres, as gerações futuras e a humanidade inteira. A natureza está à nossa disposição, não como "um monte de lixo espalhado ao acaso", mas como um dom do Criador que estabeleceu os seus ordenamentos naturais dos quais o homem há de tirar as devidas orientações para a "conservar e cultivar" (Gn 2,15).

Aconteceu em julho de 2015, no Vaticano, uma conferência promovida pelas Academias Pontifícias da Ciência e das Ciências Sociais sobre as "mudanças climáticas e as novas formas de escravidão". Duas emergências sociais às quais se refere o Papa Francisco na sua Encíclica Laudato Sì.[1]

O Santo Padre se fez presente discursando aos participantes. O Papa afirmou que "essa atitude de cuidar do ambiente não é uma atitude verde, é muito mais; cuidar do ambiente significa uma atitude de ecologia humana, a ecologia é total, é humana". Nesse sentido, ele reforçou a ideia de que a Laudato Sì não é uma "encíclica verde", mas uma encíclica social, "porque da vida social dos homens não podemos separar o cuidado com o ambiente, que é uma atitude social".

Igreja e meio ambiente

A Igreja sente a necessidade de cuidar da criação e deve fazer valer essa responsabilidade também para a sociedade em seu todo. Ao fazê-lo, não tem apenas de defender a terra, a água e o ar que pertencem a todos, mas deve, sobretudo, proteger o homem da destruição de si mesmo (ecologia humana). Quando a "ecologia humana" é respeitada dentro da sociedade, beneficia também a ecologia ambiental. Para o Papa Francisco, "quando falamos de 'meio ambiente', fazemos referência também a uma particular relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isso nos impede de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos".[2]

O tema apresentado está estreitamente associado aos deveres que nascem do relacionamento do homem com o ambiente natural. O respeito à natureza tem importância ética. O problema ecológico é global, atinge a totalidade humana e pode tornar-se uma ameaça à sobrevivência da humanidade. O nosso comportamento

individual e/ou comunitário tem efeito direto na totalidade da comunidade humana. A interdependência dos organismos vivos é um alerta para a responsabilidade maior do ser humano racional em relação à totalidade.

A promoção da vida humana é o valor moral básico, ou seja, o critério referencial para a avaliação ética dos comportamentos. Portanto, o ser humano vive dentro de um contexto ambiental, de uma totalidade cósmica. Preservar o meio ambiente é condição essencial de sobrevivência da humanidade; existe uma íntima interdependência entre os organismos vivos. O Papa João Paulo II, em sua mensagem para a Jornada Mundial da Paz de 1990, afirma que a existência de uma crise ambiental deve ser vista pela perspectiva de uma "profunda crise moral, da qual a deterioração ambiental é um dos aspectos mais preocupantes".

O Papa Francisco, continuamente em seus discursos e escritos, vem pedindo o contributo dos líderes mundiais e da sociedade, para que o verdadeiro trabalho de difusão de uma consciência ecológica venha da periferia para o centro das decisões: "A Santa Sé ou um país pode fazer um belo discurso nas Nações Unidas, mas se o trabalho não é feito das periferias para o centro não tem efeito", afirma o Papa.

Na Encíclica Laudato Sì, pergunta o Papa Francisco: "Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer? Essa pergunta não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode pôr a questão de forma fragmentária. Quando nos interrogamos acerca do mundo que queremos deixar, referimo-nos sobretudo à sua orientação geral, ao seu sentido, aos seus valores".[3]

Cuidado com o meio ambiente

Os projetos para um desenvolvimento humano integral não podem ignorar o futuro da humanidade, mas devem ser animados pela solidariedade e a justiça entre as gerações, tendo em conta os diversos âmbitos: ecológico, jurídico, econômico, político e cultural.[4] Devemos, porém, sentir como responsabilidade o dever de entregar a terra às novas gerações num estado tal que também elas possam dignamente habitá-la e continuar a cultivá-la. Os deveres que temos para com o ambiente estão ligados com os deveres que temos para com a pessoa considerada em si mesma e em relação com os outros. Não se podem exigir uns e espezinhar os outros.[5]

Percebe-se hoje maior interesse pela sensibilidade ecológica, mas é ainda pouco para mudar os hábitos danosos de consumo, que não parecem diminuir; antes, expandem-se e desenvolvem-se com o crescimento econômico de alguns países. Para que aconteça, de fato, a mudança de hábitos que destroem o meio ambiente, é preciso de uma "conversão ecológica". "A conversão ecológica, que se requer para criar um dinamismo de mudança duradoura, é também uma conversão comunitária".[6]

Hoje, torna-se mais urgente o alerta do Papa João Paulo II: "Perante a difusa degradação do ambiente, a humanidade já se vai dando conta de que não se pode continuar a usar os bens da terra como no passado. A opinião pública e os responsáveis políticos estão preocupados com isso; e os estudiosos das mais diversas disciplinas debruçam-se sobre as causas do que sucede. Está assim a formar-se uma consciência

ecológica, que não deve ser reprimida, mas antes favorecida, de maneira que se desenvolva e vá amadurecendo até encontrar expressão adequada em programas e iniciativas concretas".[7]

Na encíclica Laudato Sì, o Papa Francisco manifesta certa inquietação quando fala: "Falta de preocupação por medir os danos à natureza e o impacto ambiental das decisões é apenas o reflexo evidente do desinteresse em reconhecer a mensagem que a natureza traz inscrita nas suas próprias estruturas. Quando, na própria realidade, não se reconhece a importância dum pobre, dum embrião humano, duma pessoa com deficiência, dificilmente se saberá escutar os gritos da própria natureza. Tudo está interligado. Se o ser humano se declara autônomo
da realidade e se constitui dominador absoluto, desmorona-se a própria base da sua existência, porque em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus, e, desse modo, acaba por provocar a revolta da natureza".[8]

Como resgatar o interesse pela boa política?

O cristão comprometido com o Reino de Deus não fica de fora da realidade política do país

Algumas vezes, já escutei de cristãos católicos: "padre, eu não gosto de política e acho que a Igreja não deveria falar de política". Até entendo estas pessoas. Este tipo de política que vemos em nosso país, marcada pela corrupção, desvio de dinheiro, violência, injustiças, busca de interesses pessoais, etc., realmente nos provoca certa aversão. Portanto, devemos entender que a política faz parte da nossa realidade, da nossa estrutura de vida. Ela está presente no governo, nas famílias, Igrejas, na sociedade… O cristão realmente comprometido com o Reino de Deus não fica fora desta realidade.

O cristão comprometido com a vida do povo sabe, sente e compreende o que significa a fé para a luta pela libertação. Salvação e libertação de toda e qualquer opressão, dominação e exploração humana, seja em qualquer tipo de regime político ou condição. Muita gente ainda tenta separar a fé da política, a vida da realidade.

Os cristãos não querem uma vida fora do mundo concreto, fora dos fatos sociais. Os cristãos querem o céu na terra e a terra no céu, sempre. O cristão deve ser fermento, sal, caminho e luz. Deve lutar pelos princípios básicos da mensagem cristã, como defesa da ética, da vida desde a concepção, da família, da democracia, da participação social e da liberdade, assumindo responsabilidade social e política.

Nossa fé precisa capacitar-se para criticar, avaliar, comparar e intervir na realidade à luz do Evangelho, fazendo uma política com ética, compromisso, reforma, transformação e realização de justiça social. A fé e a política devem ajudar os cristãos a decidir, optar e assumir os compromissos que nos são dados viver e transformar, historicamente.

Precisamos resgatar o interesse do povo, eu diria até o encantamento, pela boa política. Resgatar a esperança através de políticos comprometidos. Hoje, torna-se necessário organizar ações e práticas sociais como instrumentos de concretização para construção de uma sociedade solidária conforme a proposta cristã.

Os bispos do estado do Rio de Janeiro e a Pastoral Fé e Política do Regional Leste 1, prepararam a cartilha cívica contendo recomendações para os eleitores.

Configura numa lista de 10 critérios, são eles:

1. Votar é um exercício importante de cidadania, por isso, não deixe de participar das eleições. Seu voto contribui para definir a vida política de nosso país.
2. Verifique se os candidatos estão comprometidos com a superação da pobreza, com a educação, saúde, moradia, saneamento básico, respeito à criação e ao meio ambiente.
3. Veja se seus candidatos estão comprometidos com a justiça, segurança, combate à

violência, dignidade da pessoa, respeito pleno pela vida humana desde a sua concepção até a morte natural.

4. Observe se os candidatos representam o interesse apenas de seu grupo ou partido e se pretendem promover políticas que beneficiam a todos. O bom governante governa para todos.

5. Dê o seu voto apenas a candidatos com "ficha limpa". O homem público deve ter honestidade (idoneidade moral).

6. Fique atento à prática de corrupção eleitoral, ao abuso de poder econômico, à compra de votos. Voto não é mercadoria.

7. Procure conhecer os candidatos, sua conduta, suas ideias e seus partidos. Voto não é troca de favores.

8. Vote em candidatos que respeitem a liberdade religiosa e de consciência, garantindo o ensino religioso confessional e plural.

9. Escolha candidatos que promovam e defendam a família, segundo sua identidade natural conforme o plano de Deus.

10. Acompanhe os políticos depois das eleições, para cobrar deles o cumprimento das promessas de campanha e apoiar suas opções políticas e administrativas.

Para terminar, reflitam esta frase do Papa Francisco: "É muito difícil que um corrupto consiga voltar atrás". Vote certo, vote bem, somos responsáveis pelo futuro de nossa pátria. Não esqueça que seu voto terá consequências, um novo mundo e uma nova sociedade ou a mesmice da corrupção e do terror e insegurança diários.

Na hora de votar, será necessário identificar os programas de governos e os candidatos que se comprometam a priorizar a defesa da vida desde a concepção, o combate à fome, à miséria, à corrupção, à violência no nosso país.

Devo cuidar da saúde?

Etimologicamente, o termo "saúde", em várias línguas (salus (latim), salud (castelhano), santé (francês), health (inglês), gesundheit (alemão), salute (italiano) etc) com o significado de salvação, conservação da vida, cura, bem-estar, evoca um sentido de totalidade, de integridade, por isto, a saúde só é compreendida dentro de uma visão de totalidade do ser humano e de suas realidades. O termo "saúde" designa, portanto, uma afirmação positiva da vida e implica diretamente integridade, inteireza. As dimensões ou elementos de sua constituição encontram-se em conexão de estrutura e função. Pode-se dizer, a partir desta concepção, que "saúde" é, em seu significado, um "estado positivo do viver", aplicável a todos os seres vivos e com mais especificidade ao ser humano.

Quando o assunto é saúde, levantam problemas não só econômicos, políticos e administrativos, como também antropológicos, éticos e teológicos. O conceito de saúde e de seu cuidado depende da concepção que se tem do ser humano, do modo de estar no mundo e com os outros, da projeção da própria existência. Quando perguntamos pela saúde de alguém, perguntamos pela pessoa e vice-versa. O termo saudação também vem do latim salutare, "saudar", literalmente "desejar saúde a", de salus, "boa saúde, cumprimento", relacionado a salvus, "salvo, em segurança".

Tratar do tema da saúde na teologia é aprofundar uma perspectiva teológica positiva da vida e da saúde, uma leitura evangélica da vida em chave de saúde e salvação, é o "Evangelho da Saúde" numa visão ampla da Páscoa do Senhor. A Encarnação e a Ressurreição do Senhor é a confirmação da dignidade da pessoa em sua integridade e totalidade, inclusive do corpo. A ética católica não pode esquecer-se que a pessoa, mesmo tendo uma origem e destino divino, deve ser levada em grande consideração também do ponto de vista natureza biológica.

"Os significados de 'saúde' e de 'salvação', ao longo da história, são convergentes e sempre apresentaram uma relação profunda. Em diversas línguas, os termos nasceram de uma raiz única, e, por muito tempo partilharam a mesma palavra. Em geral, "saúde" e "salvação" significaram plenitude, integridade física e espiritual, paz, prosperidade".[1] Em português, o termo "são" também aparece como sinônimo de "sagrado ou santo".

A vida é o maior dom que Deus nos deu. Vivê-la de forma digna e cultivando saúde integral é ser agradecido por este dom. Dom de Deus e responsabilidade humana são duas faces de uma mesma moeda, na perspectiva cristã. Buscar saúde

é buscar também salvação, é comprometer-se em promover, cuidar, defender e celebrar a vida, tornando presente a missão libertadora e salvífica de Jesus no mundo da saúde.[2]

A saúde constitui um bem importante para o homem, embora esta não represente o bem último da pessoa, porque a saúde supõe pelo menos a subsistência do valor fundamental da vida; ela constitui um bem que exige o dever moral de a conservar,

sustentar e recuperar; prevenção, cuidado e reabilitação são
compromissos que se assumem em vista da promoção do bem da "saúde" e da eliminação do seu contrário, ou seja, da doença.[3]

A responsabilidade moral do cuidado com a saúde pressupõe uma antropologia bem compreendida, ou seja, um conceito de pessoa em sua totalidade. Todo ser humano, considerado em sua totalidade, é compreendido como imagem de Deus. Do mesmo modo, é importante adquirir uma mais adequada visão da saúde, que se baseia numa antropologia respeitosa da pessoa na sua integridade. Longe de se identificar com a simples ausência de doenças, esse conceito de saúde põe-se como tensão para uma plena harmonia e um sadio equilíbrio a nível físico, psíquico, espiritual e social.[4]

O Papa João Paulo II assim afirma:

> O dever, ao qual os cristãos não podem subtrair-se, concerne à promoção de uma saúde digna do homem. Na nossa sociedade, existe o perigo de fazer da saúde um ídolo ao qual se submetem todos os outros valores. A visão cristã do homem contrasta com uma noção de saúde reduzida à pura vitalidade exuberante, satisfeita com a própria eficácia física e absolutamente fechada a qualquer consideração positiva do sofrimento. Esta visão, transcurando as dimensões espirituais e sociais da pessoa, termina por prejudicar o seu verdadeiro bem. Precisamente porque a saúde não se limita à perfeição biológica, também a vida vivida no sofrimento oferece espaços de crescimento e de auto realização, abrindo caminhos rumo à descoberta de novos valores. Esta visão da saúde, fundada sobre uma antropologia respeitosa da pessoa na sua integridade, longe de se identificar com a simples ausência de enfermidades, coloca-se como tensão rumo a uma mais plena harmonia e a um sadio equilíbrio a nível físico, psíquico, espiritual e social.
>
> Nesta perspectiva, a pessoa mesma é chamada a mobilizar todas as energias disponíveis para realizar a sua vocação
> e o bem do próximo.[5]

É portanto um dever considerar de novo, deste ponto de vista, "o papel dos hospitais, das clínicas e das casas de saúde: a sua verdadeira identidade não consiste apenas em serem estruturas onde se cuida dos enfermos e doentes terminais, mas, e primariamente, ambientes nos quais o sofrimento, a dor e a morte sejam reconhecidos e interpretados no seu significado humano e especificamente cristão. De modo especial, tal identidade deve manifestar-se clara e eficientemente nas instituições dependentes de religiosos ou, de alguma maneira, ligadas à Igreja".[6]

Porém, permanece verdadeiro o fato de que, embora a saúde não represente o bem último da pessoa, de qualquer modo ela constitui um bem muito importante, que exige o dever moral de a conservar, sustentar e recuperar; prevenção, cuidado e reabilitação são compromissos que se assumem em vista da promoção do bem da "saúde" e da eliminação do seu contrário, ou seja, da doença.

Favorecer um autêntico e global equilíbrio sanitário da pessoa significa ajudá-la a inserir o bem-estar físico, psicológico e social numa relação de harmonia com os valores morais e espirituais.

Você sabe o que são virtudes? E vícios?*

A virtude é uma disposição habitual e firme para fazer o bem. Permite à pessoa não só praticar atos bons, mas dar o melhor de si. Com todas as suas forças sensíveis e espirituais, a pessoa virtuosa tende ao bem, procura-o escolhe-o na prática. O objetivo da pessoa virtuosa é tornar-se semelhante a Deus (CIC, nº 1803).

A partir dessa afirmação, compreendemos que as virtudes apontam, direcionam o homem àquilo que ele é e deve ser; diz respeito àquilo que constitui o ser humano: ser virtuoso e não apenas ter virtudes.

Virtudes não são realidades anexas ou acessórias da vida moral. O "hábito virtuoso" não é algo que se acrescenta à personalidade operativa pessoal. A virtude é um hábito que aperfeiçoa as faculdades operativas, orientando-as ao bem, tornando a própria pessoa que a realiza boa. A aquisição da virtude é um caminho de humanização.

A virtude é um hábito que aperfeiçoa a personalidade de quem a pratica. Ao realizar uma atitude de bondade, a pessoa torna-se boa e, nesse processo, ela vai se humanizando. É um caminho que vai configurando, plasmando a personalidade. O hábito virtuoso configura aquele que o pratica.

A virtude dá consistência à prática e compreende que a pessoa seja livre: "Desde o princípio, Deus criou o ser humano e o entregou às mãos do seu arbítrio" (Eclo 15,14). Como já mencionado, ao agir, o ser humano não somente realiza ações boas ou más, mas, no momento em que as realiza livremente, faz a si mesmo bom ou mau, configurando a própria personalidade.

Dilemas morais

No caminho, o homem está continuamente realizando escolhas. Diante de situações, ele dá precedência a certos valores, ou seja, escolhe valores ou contra valores. Exemplo: escolho ganhar a vida trabalhando e não roubando, pois reconheço o valor que há em ganhar o sustento honestamente e, por outro lado, me é repugnante pensar em envolver-me com o roubo. Se tal disposição está profundamente radicada em mim, mesmo que surjam ocasiões para ganhar de modo ilícito, será bem fácil reconhecer que tal ação seria desonesta e, portanto, não deve ser realizada.

Assim, define-se a virtude como um hábito, um comportamento livre capaz de desenvolver a personalidade de quem o pratica de modo digno e de humanizar conforme o projeto de Deus. O ser humano progride na perfeição de modo estável; ele vai consolidando uma opção fundamental. A virtude nos capacita a decidir com ponderação e a julgar com justiça acontecimentos e pessoas.[1] O homem não só tem atos de virtudes ou vícios, mas se torna virtuoso ou vicioso, bem como torna boa ou má a realidade em que age.

As virtudes estruturam-se na busca contínua do bem, pois como está ordenada ao agir, a agir bem, aquele cujo ato é
bom torna-se bom, e as obras que realiza também são boas. O homem criado à imagem e semelhança de Deus é vocacionado a ser semelhante à divindade, em sintonia perfeita com o próprio bem. A vocação suprema da pessoa é a divina.[2]

O próprio Deus, do modo que só Ele conhece, dá a todos a possibilidade de colocar-se em contato com Ele. Nele os seres humanos recebem os germes da virtude. Pela virtude, o homem não só está ordenado ao agir de acordo com o bem, mas conaturaliza-se com o próprio. O fim último do ser humano é a divindade, ou seja, a configuração plena ao Cristo, e a virtude orienta para isso.

Pela virtude não nos tornamos impecáveis, infalíveis, oniscientes e onipotentes, mas somos sustentados na decisão de chegar a ser humanos e fiéis, na súplica do perdão, na esperança de adaptar-se às expectativas do bem, na identificação com o bem.

Contrário de virtude é vício

Quando nós não praticamos atos de virtude, acabamos adquirindo na alma uma força má, que é o contrário do que é virtuoso. Esta força má chama-se vício, e é preciso muito esforço para não deixá-lo entrar em nossa vida, pois ele pode nos levar ao pecado. Existe a seguinte afirmação: as virtudes são difíceis de serem adquiridas e fáceis de serem perdidas, enquanto os vícios são fáceis de serem adquiridos e difíceis de serem perdidos. Os vícios também se propagam em contextos que favorecem seu surgimento. Por exemplo, a violência sexual é um comportamento em grande parte aprendido, não algo com base hereditária.

Vício do latim vitium, significa “falha” ou “defeito”. É um hábito repetitivo que causa algum prejuízo à pessoa viciada. Alguns exemplos: pornografia, drogas, álcool, mentir, refrigerante, sexo etc. Alguns tipos de vícios são amenizados, como por exemplo, o vício em comer chocolate, em roer unhas etc.

Em nossos dias, os vícios têm conquistado um prestígio maior do que as virtudes. No passado as pessoas se envergonhavam deles, os escondiam, enquanto hoje eles são exibidos, sustentados por uma perfeita legitimidade. Não educar nossos jovens para as virtudes significa deixá-los vulneráveis para que sejam pegos pelos vícios. Eles se tornarão aquilo que os farão tornarem-se.

Percebemos, a cada dia, quais os efeitos que a ausência das virtudes produz em nossa vida, seja privada ou pública. Sem uma educação para as virtudes não garantimos nem mesmo uma tranquila viagem por uma rodovia ou um passeio pelos nossos bosques.

O cristão que intenta viver uma vida segundo Deus, conta com a graça divina e com as virtudes, ou seja, com todos os meios para conseguir o fim a que Ele o chama. Em consequência, com a ajuda do Senhor e o esforço próprio, há de ir crescendo na virtude e libertando-se dos vícios.

Você sabe a distinção entre as virtudes cardeais e as virtudes teologais?

As Sagradas Escrituras mencionam uma diversidade de virtudes. Para o magistério

católico elas são diferenciadas em dois grupos: as que ajudam nossa vida ética natural e que são naturais e adquiridas (humanas ou morais); e as que guiam nossa vida sobrenatural proveniente da graça divina (teologais ou infusas; também chamadas sobrenaturais), que nos auxiliam na vida nascida da graça santificante.

As virtudes adquiridas (cardeais) e as infusas (teologais) aparecem estreitamente relacionadas com a da continuidade, sem confusões nem exclusões, entre os dons de Deus.

Para a teologia clássica da Igreja Católica, são sete as virtudes, diferenciadas em dois grupos:

1) virtudes cardeais: prudência, justiça, fortaleza e temperança;
2) virtudes teologais: fé, esperança e caridade.

Precisamos das virtudes cardeais?*

Virtudes cardeais, humanas, morais

Para compreender e formar a imagem do "homem bom", a Igreja sempre entendeu que "ser bom" relaciona-se à doutrina das virtudes cardeais, também chamadas de virtudes humanas: prudência, justiça, fortaleza e temperança, que regulam a atividade de todas as demais.

O termo cardus, cardo em latim, significa gonzo, dobradiça que abre o portal da vida, eixo da terra em torno do qual giram os quatro pontos cardeais. É por meio das virtudes cardeais que a vida do homem encontra estabilidade, equilíbrio e espírito de unidade. Chamam-se cardeais porque levam à vida quem por elas se orienta, quem busca o verdadeiro bem da razão (a prudência), quem age de acordo com a verdade no espírito de decisão e na prática do bem (a justiça), numa disposição firme e corajosa (a fortaleza) e na firme necessidade de conservação (a temperança).

As virtudes morais tocam o homem no profundo do seu ser e da sua liberdade, fazendo, assim, que ele não só pratique obras boas, mas também o faça para o bem e para a perfeição completa de si mesmo.[1] Não são as virtudes morais que nos salvam. É Deus, em Cristo Jesus (Jo 15,16; 1Jo 4,10). Portanto, para a salvação é indispensável participar do mistério Pascal de Jesus Cristo (Rm 8,32).[2] Moralmente falando, a participação no mistério Pascal de Cristo acontece pela vivência das virtudes teologais: fé, caridade e esperança (1Ts 4,14; Rm 8,39; 5,5).

Ser bom, também na ótica do cristianismo, é o fruto de um percurso virtuoso. Mas o dinamismo existencial de um ser humano não para na dimensão ética: sobre o bom terreno das virtudes morais florescem as teologais.

Vejamos as quatro virtudes cardeais:

Virtude da prudência

A prudência é a sabedoria com que o homem age e toma suas decisões, de posse do verdadeiro bem comum, do bem da razão, isto é, da verdade. A virtude da prudência foi designada como a "mãe, a genitora das virtudes".[3] Toda virtude tem, necessariamente, relação com a prudência. O que é bom é prudente previamente.

A prudência é a virtude que dispõe da razão prática para discernir, em qualquer circunstância, nosso verdadeiro bem e para escolher os meios adequados para realizá-lo. "O ingênuo acredita em qualquer palavra, mas o precavido atenta para os passos que dá" (Pr 14,15). Ela é a "regra certa da ação", escreve São Tomás "citando Aristóteles. É a prudência que guia imediatamente o juízo da consciência. O homem prudente decide e ordena sua conduta seguindo este juízo. Graças a esta virtude, aplicamos sem erro os

princípios morais aos casos particulares e superamos as dúvidas sobre o bem a praticar e o mal a evitar" (CIC, nº 1806).

O Papa João Paulo II, ao contemplar a virtude da prudência na Audiência do dia 25 de outubro de 1978, afirma: O homem prudente, que se esforça por realizar tudo aquilo que é verdadeiramente bom, esforça-se por medir tudo – toda situação e todo o seu agir – pelo metro do bem moral. Por isso, ao contrário do que frequentemente se pensa, prudente não é aquele que sabe "virar-se bem" na vida e tirar dela o maior proveito, mas aquele que consegue edificar toda sua vida segundo a voz da consciência reta e as exigências da justa moral.

Alguns textos bíblicos (Pr 2,11; 8,14; 15,21; Br 3,9; Tt 2,4)

Quando a pessoa é prudente, age conforme o conteúdo verdadeiro da consciência moral, que é amar e fazer o bem. Ela realiza o que é bom e assim evita pecar. A virtude não torna a pessoa impecável, mas lhe impõe não consentir com o pecado, não considerá-lo inevitável e não resignar-se com ele. A pessoa virtuosa não se livra das contradições, da ignorância, da dificuldade de ler a verdade e concordar com suas exigências.

Virtude da justiça

Dar a cada um o que é seu – Suum cuique[4]

"A justiça é a virtude moral que consiste na vontade constante e firme de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido" (CIC, nº 1807). Abrange todas as nossas obrigações para com o Senhor e para com o próximo, isto é, a religião inteira. É próprio da justiça praticar o bem que é devido ou em relação à comunidade ou em relação a Deus.

O termo justiça vem do latim iustitia e ele diz respeito à igualdade de todos os cidadãos. A Bíblia nos ensina que o direito nasce em virtude da criação de Deus, pois os seres criados

começam a ter qualquer coisa de seu. Deus entregou a terra aos homens para que tirassem dela seu sustento, suas vestimentas, os utensílios necessários à sua vida. Pela virtude da justiça, os bens de cada um são protegidos. Aqui assenta toda a justa ordenação da criação.

A justiça, pois, diz respeito à vida de relação. O justo é justo relativamente aos outros. A virtude da justiça regula o relacionamento de cada um com cada um, seja na forma de justiça comutativa ou de permuta, justiça de distribuição ou justiça legal.

A justiça é a virtude moral que consiste na vontade constante e firme de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido. A justiça para com Deus chama-se "virtude de religião". Para com os homens, ela nos dispõe a respeitar os direitos de cada um e a estabelecer nas relações humanas a harmonia que promove a equidade em prol das pessoas e do bem comum. O homem justo, muitas vezes mencionado nas Escrituras, distingue-se pela correção habitual de seus pensamentos e pela retidão de sua conduta para com o próximo. "Não favoreças o pobre, nem prestigies o poderoso. Julga o próximo conforme a justiça" (Lv 19,15). "Senhores, dai aos vossos servos o justo e equitativo, sabendo que

vós tendes um Senhor no céu" (Cl 4,1) (CIC, nº 1807).

O respeito à pessoa humana implica os direitos que derivam de sua dignidade de criatura e tais direitos são anteriores à sociedade. O Estado não pode arbitrariamente promulgar leis que ferem este princípio (como, por exemplo, o aborto[5]). Os bens de consumo devem ser utilizados com moderação e os de produção devem ter em vista em primeiro lugar o bem comum, ainda que seja legítimo tirar deles justo proveito para quem os explora.

Virtude da fortaleza

Fortaleza vem do termo latino fortis, que significa "forte". Também chamada de coragem, imprime na alma do homem força, coragem, para suportar as maiores dificuldades e tribulações da vida e realizar, se necessário, atos heroicos. Sua importância é tamanha que Deus a enriqueceu e a elevou à ordem sobrenatural.

Conforme o Catecismo da Igreja Católica, no número 1808, fortaleza é: "A virtude moral que dá segurança nas dificuldades, firmeza e constância na procura do bem.

Ela firma a resolução de resistir às tentações e superar os obstáculos na vida moral".

A virtude da fortaleza dá força à pessoa para buscar o bem árduo, sem deixar-se abater pelo medo ou pelas forças contrárias aos nossos esforços para o bem. Seus efeitos se dão basicamente em enfrentar e sustentar; em saber suportar com paciência e mansidão as dificuldades, sem desespero ou desânimo na luta quando as coisas não lhe parecem bem. "Fortaleza é a virtude da reta razão que põe firmeza na vontade frente ao apetite sensitivo irascível".[6] O que realmente decide sobre a fortaleza é a causa, o bem a conquistar ou a preservar.

A virtude da fortaleza exige sempre algum esforço e a superação da fraqueza humana, sobretudo do medo. O ser humano, por natureza, teme o perigo, os dissabores da vida, os sofrimentos etc. O medo, em algumas situações, leva o homem a recuar, tira a coragem e exige muito esforço, determinação e fortaleza. Fortes são homens e mulheres capazes de transpor a barreira do medo com a finalidade de testemunhar a verdade e a justiça e de preservar os valores verdadeiros e honestos.

Virtude da temperança

O termo "temperança" (temperantia, em latim; sophrosyne, em grego) refere-se a ordenamento, equilíbrio, critério. "Temperar" é compor com partes diferentes um todo uno e ordenado, visando à ordem interior. São Tomás diz que esta virtude tempera as concupiscências e os prazeres que se relacionam ao homem em si (ad ipsum hominem).[7]

A temperança é a virtude moral que modera a atração pelos prazeres e procura o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos e mantém os desejos dentro dos limites da honestidade. A pessoa temperante orienta para o bem seus apetites sensíveis, guarda uma santa discrição e "não se deixa levar a seguir as paixões do coração" (Eclo 5,2; 37,27-31). A temperança é muitas vezes louvada no Antigo Testamento: "Não te deixes levar por tuas paixões e refreia os teus desejos" (Eclo

18,30). No Novo Testamento, é chamada “moderação” ou “sobriedade”. Devemos “viver com autodomínio, justiça e piedade neste mundo” (Tt 2,12) – cf. CIC, nº 1809.

É a virtude que refreia o desejo dos gozos sensíveis, especialmente do gosto e tato. Leva-nos a usar os bens temporais na medida em que servem de meio para atingir os bens eternos. O prazer sensível não é mal em si – o mal está na sua procura desordenada e desvinculada do nosso verdadeiro fim.

A temperança tem por objeto os desejos mais necessários à vida do indivíduo (beber, comer) e da espécie (fazer amor), que são também os mais fortes e, portanto, os mais difíceis de dominar.

Todas as virtudes apresentam uma relação entre si. As virtudes morais ou cardeais recebem a perfeição das virtudes teologais ou divinas. O equilíbrio da pessoa, adquirido pela prática das virtudes humanas são essenciais para a vivência na graça de Deus pelas virtudes teologais. As virtudes humanas colocam o homem em equilíbrio interno e com o meio, enquanto as teologais colocam o homem em plena comunhão com o Senhor. Portanto, quando as analisamos separadamente, entendemos que cada virtude tem sua importância específica e está diretamente relacionada com as dimensões acima apresentadas para o desenvolvimento equilibrado de cada um.

Quais são as virtudes teologais?

Busquemos no Catecismo da Igreja Católica a definição de virtudes teologais: "As virtudes humanas se fundam nas virtudes teologais que adaptam as faculdades do homem para que possa participar da natureza divina. Pois as virtudes teologais se referem diretamente a Deus. Dispõem os cristãos a viver em relação com a Santíssima Trindade e têm a Deus Uno e Trino por origem, motivo e objeto" (nº 1812). "As virtudes teologais fundamentam, animam e caracterizam o agir moral do cristão. Informam e vivificam todas as virtudes morais. São infundidas por Deus na alma dos fiéis para torná-los capazes de agir como seus filhos e merecer a vida eterna. São o penhor da presença e da ação do Espírito Santo nas faculdades do ser humano. Há três virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade" (CIC, nº 1813).

As virtudes teologais ou sobrenaturais são os hábitos que não nascem da natureza ou da ordem da criação, mas nos são dadas gratuitamente por Deus na ordem da redenção, no momento em que somos justificados pelo batismo e recebemos a graça santificante e nos tornamos filhos adotivos de Deus, templos do Espírito Santo e começamos a participar da natureza divina. Por nos serem dadas diretamente de Deus, também são chamadas de virtudes infusas. Pelas virtudes teologias nossa dignidade de pessoa humana é elevada à condição de sacralidade.

Elas são o fundamento, a fonte de sentido e de orientação para toda a existência, em sua dimensão pessoal e social. Elas são também o alicerce e a raiz de todo saber teológico, moral e pastoral. Pois esse saber se desdobra como o esforço de compreensão racional, cultural e prática da experiência cristã a partir e à luz da fé, da esperança e da caridade.

As virtudes divinas têm Deus por origem, fonte, objeto e termo imediato. Esse modo divino se encontra no começo, no meio e no ponto de chegada das virtudes teologais. Assim, professamos como dado essencial da revelação e da experiência cristãs, que Deus quis e quer se dar e mostra-se tal qual Ele é, em seu Ser e em Seu amor. Ele nos insere na unidade e na comunhão de verdade, de bondade e de felicidade divina e permite ao homem participar da natureza divina. Só Deus pode levar a Deus. Deus quis e quer se oferecer à pessoa humana tal qual Ele é, em seu ser e em seu amor. As virtudes teologais são o meio divino, a mediação eficaz e transparente que realiza o encontro do coração humano com o coração de Deus.

Relação entre as três virtudes teologais

Cada uma das três virtudes teologais tem a sua significação própria, mas guarda uma conexão vital com as duas outras.

A fé é o começo, o fundamento e a raiz da vida de Deus no ser cristão. Ela inaugura a

vida divina em nós "dentro da noite", por uma adesão intelectual, livre e firme à luz da Palavra e sob a ação da graça, que ilumina e dá gosto de crer.

A esperança é o princípio do dinamismo, da tendência para Deus reconhecido na fé como Sumo Bem, como fiel às suas promessas e todo poderoso em seu auxílio. Ela fortalece o desejo, impelindo-o na busca de Deus e de suas promessas.

A caridade se dá e se revela como plenitude, pois ela nos une a Deus Amor pelo amor que Ele nos comunica e em Deus nos leva a amar o próximo, a entrar em comunhão filial com Deus e em comunhão fraterna com todos os demais filhos de Deus. A fé nos coloca no caminho, a esperança nos sustenta, impulsiona neste caminho e pela caridade entramos em verdadeira comunhão com Deus.

Por que teologais (divinas)?

Porque são suscitadas em nós por Deus e o objeto imediato é Deus, é próprio de Deus. Em nenhuma outra virtude ou atitude nos dirigimos diretamente a Deus, mas na fé em Deus que se revela, na esperança em Deus que promete ser nossa realização completa, e no amor a Deus que nos amou primeiro, nessas três atitudes nos dirigimos a Deus diretamente.

Vejamos as três virtudes teologais:

A virtude teologal da fé

"A fé é a virtude teologal pela qual cremos em Deus e em tudo o que nos disse e revelou, e que a Santa Igreja nos propõe para crer, porque Ele é a própria verdade. Pela fé, o homem livremente se entrega todo a Deus. Por isso o fiel procura conhecer e fazer a vontade de Deus. 'O justo viverá da fé' (Rm 1,17). A fé viva 'age pela caridade' (Gl 5,6)" (CIC, nº 1814).

Fé é o dom da verdade divina, antecipação da vida eterna, suscitada pela graça na livre adesão da inteligência. Fonte primeira de sentido e de orientação para a existência e a comunidade cristãs. A fé é o princípio, o fundamento e a fonte da salvação.

Importante: primeiro Deus pode alcançar o coração de cada ser; segundo, é natural para o homem ter fé; e terceiro, antes de chegar o evangelizador, o Espírito Santo já passou.

Por que alguns não têm fé (cristã)?

A fé é fruto do influxo da graça e da autodeterminação do homem. Podem ter atitudes ou decisões fundamentais que pré-dispõem para a fé. A ausência dessas atitudes pode ser cansaço, fraqueza e até motivo da perda da fé.

Posso ter dúvidas de fé ou crise de fé?

Krisis: significa escolher, discernir ou purificar. Neste sentido de discernimento, a crise acompanha cada fase da vida da pessoa e também cada fase do desenvolvimento da história da humanidade. A crise não precisa ter um sentido negativo, mas pode ter um

desfecho negativo. Crise é o momento oportuno para adquirir senso critico e não ser presa da manipulação.

O que preciso fazer para crescer na fé?

Leitura e meditação da Sagrada Escritura; oração; estudo; participação na liturgia; obediência ao Magistério da Igreja; prática para robustecê-la; pregando-a para edificar os outros.

Virtude teologal da Esperança

A esperança é a expectação de algo de superior e perfeito. A esperança não é o produto de nossa vontade, mas de uma espontaneidade, cujas raízes nos escapam, porque não é ela genuinamente uma manifestação do homem, mas algo que se manifesta pelo homem, porque não encontramos na estrutura de nossa vida biológica, nem da nossa vida intelectual, uma razão que a explique.

Vejamos o que diz o Catecismo da Igreja Católica:

1817 - "A esperança é a virtude teologal pela qual desejamos como nossa felicidade o Reino dos Céus e a vida eterna, pondo nossa confiança nas promessas de Cristo e apoiando-nos não em nossas próprias forças, mas no socorro da graça do Espírito Santo".

1818 - "A virtude da esperança responde à aspiração de felicidade colocada por Deus no coração de todo homem; assume as esperanças que inspiram as atividades dos homens; purifica-as para ordená-las ao Reino dos Céus; protege contra o desânimo; dá alento em todo esmorecimento; dilata o coração na expectativa da bem-aventurança eterna. O impulso da esperança preserva do egoísmo e conduz à felicidade da caridade".

A virtude teologal da esperança é a firme confiança de obter a felicidade divina e tudo o que a ela conduz, apoiando-se na certeza da promessa e da graça divina, e se tornando assim coragem paciente, energia criadora e transformadora na existência e na história.

Justificar a esperança que há em nós (1 Pd 3,15) e que não decepciona (Rm 5,5)

A esperança evangélica é a confiança filial, em nós difundida pelo dom do Espírito, confirmando-nos na certeza da promessa que Deus nos fez em Cristo, de nos fazer participantes de sua glória; e, para tanto, nos dando a coragem de sofrer, trabalhar e lutar, na busca da realização da promessa divina.

O que essa virtude teologal nos leva a esperar? O objeto da esperança é o bem divino prometido, o próprio Deus como felicidade do ser humano. Mas, com esse bem divino e em vista de sua obtenção, nos são prometidos e assegurados todos os bens divinos, graças, dons, ajudas, que traduzem a bondade de Deus com aqueles que o amam e que ele ama (cf. Rm 8,28).

"A esperança é a última que morre" é um provérbio orientador, fixado na consciência coletiva do povo. Apesar de todas as formas de resignação que cruza os braços e

prolifera nas classes sociais oprimidas, há muitos exemplos concretos de coragem de viver e enfrentar a vida entre o povo, que porventura não sejam observados por ninguém, mas se confirmam nas histórias que as pessoas escrevem todos os dias. Talvez os pais já não enxerguem mais nada de mudança em sua frente, mas esperam dias melhores para seus filhos e fazem sacrifícios duros, para que eles não sofram o que seus pais aguentaram. Sempre fica algo a esperar, é preciso inventar uma saída ou encontrar uma solução. Na vida, também a tentação do desespero e do desânimo se apresentam, mas a vontade de viver e sobreviver costuma vencer, custe o que custar, a inclinação para a morte.

Virtude teologal da caridade

1 Jo 4,8: "Aquele que não ama não conhece a Deus, pois Deus é amor".

É possível definir amor? Como expressar o termo amor? Que significados a palavra amor nos apresenta? Como as pessoas entendem o amor? Podemos falar de um mandamento sobre o amor? Como é a vivência do amor na vida de um casal? Ou nas músicas, nas novelas, nos filmes, nos meios de comunicação?

Ao compreender que - amar é vir a ser, é tornar-se aquilo, aquela ou aquele a que o coração se apega -, se realiza de várias formas, São João da Cruz afirma: "Quem ama o lodo vira lodo, quem ama a Luz se torna Luz".

Conforme o magistério, a Caridade se define como a virtude teologal que consiste no amor perfeito e total, pelo qual amamos a Deus em si mesmo e por si mesmo e amamos o próximo em Deus e por causa de Deus (cf. CIC, nº 1822s). Aqui entendemos que a caridade é divina, dom divino e virtude divina. Graça divina que nos leva a amar, dom divino, que nos faz dar-nos, a exemplo de Deus. Ela se define, portanto, como virtude teologal que retifica, confirma, universaliza e diviniza nossa capacidade de amar. Ela leva nosso ser de criatura a amar a Deus seu Criador. Pela criação e pela graça, Deus nos torna participantes de sua perfeição, de sua amabilidade e de seu amor divino. A caridade nos faz imitar o amor criador e santificador de Deus. Ela nos leva a amar o próximo e se torna fecunda em perdão, em compreensão, em empenho de correção fraterna, de reconciliação e de paz, vencendo as forças do mal que impelem ao ódio, conflito, à incompreensão etc.

É importante o amor fraterno?

"Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, é semelhante a este, Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas (Mt 22,37-40)".

Na frase acima, revela as três direções do amor, mas uma única fonte, o amor a Deus, o amor ao próximo e o amor a ti mesmo. Amamos a Deus por causa de Deus mesmo e ao próximo e a nós mesmos por causa de Deus. São inseparáveis o amor a Deus, ao irmão e a si mesmo.

Devo amar os inimigos (Mt 5,38-48)?

A identidade do cristão consiste na capacidade de amar o pobre e o inimigo. Ninguém pode participar do amor de Deus se não estiver disposto a ser um construtor da paz, a perdoar e a reconciliar-se, tanto no nível pessoal quanto no nível social (cf. Rm 5,8.10). Esta foi a atitude do próprio Deus. O mandamento do amor aos inimigos é absolutamente central na economia cristã da salvação. Isto é obrigatório, absolutamente.

A disposição para perdoar, curar as feridas, para reconciliar-se, deve estar sempre presente no coração do homem. O perdão só é reconciliador quando provém do coração (cf. Rm 12,14-21 – Atitudes para com os inimigos – e Mt 5,23-25: deixa a oferta e vai ao encontro daquele que tem algo contra você, do inimigo). O Novo Testamento não deixa dúvidas sobre a obrigatoriedade absoluta e estrita. Disto Jesus deu-nos o exemplo (cf. Mc 23,34). O cristão deve ter atitudes concretas para com os inimigos, buscar sua conversão, (cf. Jo 18,22-24); rezar por ele, (cf. Mt 5,44); não ter atitudes de indiferença (Rm 12,14-21); proferir sempre palavras de benção aos inimigos (cf. 1Pd 3,9; Rm 12,14); perdoar sempre, mesmo que o ofensor não peça perdão (cf. Mt 18,22); reconciliar-se o quanto antes (cf. Ef 4,26); ter sentimentos de benevolência.

Posso fazer correção fraterna?

A correção fraterna é um dos exercícios da caridade cristã. Cristo não veio em primeiro lugar para julgar, mas para anunciar, é neste contexto que nos adverte e admoesta (Mt 18,15-20). A correção fraterna só tem sentido quando feita no contexto de fraternidade, caridade. A correção fraterna é ir ao encontro do irmão, da irmã, quando a salvação está correndo sério perigo e exista certa esperança de que a ajuda será bem aceita e que produzirá frutos e após prudente reflexão deve-se chegar a conclusão que a advertência é o único meio de se evitar o mal.

A Igreja sempre ensinou sobre as obras de misericórdia espirituais: ensinar, partilhar a Palavra de Deus; dar bons conselhos; suscitar esperança, ajudar a buscar solução coerente, dissuadir a todo o custo o ódio; consolar os aflitos; presença solidária; corrigir os que erram; perdoar as injúrias; não fazer justiça com as próprias mãos; suportar com paciência os erros dos outros; rezar pelos vivos e pelos mortos.

Quando peco contra a caridade?

O distintivo da vida cristã é a caridade, daí que o que é feito contra a caridade é pecado (cf. 1Jo 4,16). Em 1Cor 13,2, lemos: “Se eu não tiver amor eu não sou nada”. Pecar é não acreditar na força transformadora do amor.

Alguns pecados contra a caridade: a divisão, na Igreja, nas famílias, na sociedade; procedimentos não fraternos; crer mais na lei do que no Evangelho (cf. Mt 23,23; Lc 15,29); insensibilidade com os valores evangélicos; conviver tranquilamente com realidades desumanas e anticristãs (ex: comércio de armas, fome de um lado e luxo do outro, dívida externa, racismo, machismo, desrespeito aos direitos humanos); o ódio contra Deus; o mistério da iniquidade (2 Ts 1,7); sedução, contra o amor ao próximo; o escândalo. É o esforço deliberado para levar a outros pensamentos, desejos e ações

pecaminosas, ao ódio, inimizade, egoísmo de grupo, injustiça coletiva, guerra, manipulação de opinião pública, a sedução é pecado contra o amor ao próximo e é contra a responsabilidade da salvação ao próximo; o escândalo em sentido moral, é a falta de responsabilidade diante da salvação dos outros (cf. 1Cor 8,13; Rm 14,20-21).

Uma questão: Como as virtudes teologais são operantes também nas pessoas que não conhecem e não amam de modo explícito Jesus Cristo? Hoje acreditamos que no senso de Deus, manifestado pelo desejo e busca de um futuro humano melhor, está presente implicitamente a vida divina ou teologal. Lutar por um mundo melhor é a glória de Deus.

Você conhece a virtude da “boa risada”?

A virtude da “boa risada”. Moderação no divertimento. Ato ou modo de gracejar sem ofender

É preciso se apaixonar pelo riso do outro antes de namorar. É preciso se apaixonar pela gargalhada antes do romance. O riso é a brisa farfalhante do rosto. O sopro benfazejo. O recreio das linhas faciais. É preciso se apaixonar pelo jeito que a pessoa sorri para as fotos, pelo modo como sorri de canto, de boca inteira, flertando o infinito. Mais do que gostar do corpo ou do olhar, deliciar-se com o riso, maravilhar-se com o riso. O amor não vive em cinema mudo. O amor não vive de legendas. O riso é Espírito Santo: fala todas as línguas. (Fabrício Carpinejar)

O lúdico como virtude na “Ética a Nicômaco” de Aristóteles

Dentre as virtudes morais, Aristóteles nos aponta uma que leva o homem a ter graça, bom humor, leveza no falar e no agir, de modo a tornar o convívio humano descontraído, acolhedor, divertido e agradável. Definida como eutrapelia, ela está para a alma como a agilidade está para o corpo. É a virtude da flexibilidade e o desembaraço da alma, a aprazabilidade no proporcionar divertimento. O vício pelo excesso é o gracejo atrevido (bomolochia) e o vício pela falta é a rusticidade (agroikia).[1] Aristóteles diz ainda que “uma parte da vida é relaxamento e um aspecto disso é a conversa agradável”.[2]

No livro IV da Ética a Nicômaco, Aristóteles fala da virtude e disposição da alma afirmando que “os homens são louvados ou censurados por suas virtudes ou vícios. As virtudes não são paixões, nem faculdades, mas disposições de caráter, pois as virtudes envolvem escolha”.[3]

O que é isto? Que palavra é essa? Qual o seu significado? Eutrapelia é uma virtude? Eutrapelia é a virtude moral, virtude afim à virtude cardeal da temperança, que mo¬dera, à luz da reta razão, os jogos e di¬versões. É a virtude que nos coloca em um equilíbrio entre o espírito brincalhão de relaxamento e excesso de seriedade. A eutrapelia, do grego, “alegria, brincadeira, bom humor” nos modera nas diversões e nos faz usá-la corretamente. É uma virtude importante, que também se traduziu em arte, uma arte especial, e que se expressa por meio da literatura, do teatro, do desenho e muito mais. É a arte de fazer as pessoas rirem. O bom humor, muito diferente da sátira ou gargalhada desbocada, que consiste não tanto no ri, mas no zombar.

Uma virtude refletida por grandes filósofos gregos, como Aristóteles, e que mais tarde tornou-se uma virtude cristã, bastante destacada por São Tomás de Aquino, São Filipe Neri, São Francisco de Sales, São João Bosco. São Francisco de Sales, em sua Filoteia, especificava as características de um bom humorismo cristão que, em primeiro lugar, deve alegrar o coração e não ofender ninguém. Dom Bosco, um santo que entretinha seus discípulos nas brincadeiras e travessuras honestas e agradáveis, jogos de habilidade, e até mesmo truques de mágica. A virtude da eutrapelia era conatural a ele e manifestava

a tranquilidade inalterável da sua alma. Ela dá sentido e medida à recreação legítima.

Esta virtude é tão importante que até Dante Alighieri a cita, no Convívio, entre as onze virtudes (sob a luz de Aristóteles), colocando-a como a décima virtude do cristão, na seguinte ordem: Fortaleza, Temperança, Liberalidade, Magnificência, Magnanimidade, "Amativa de honra", Mansidão, Afabilidade, Verdade, Eutrapelia e Justiça.

A boa risada, o bom humor, portanto, não é um fim, mas um meio para melhorar-nos: a virtude do bom humor nos dá aquela forma de desapego e de elegância espiritual que consente captar e apreciar os lados engraçados, jocosos da vida: virtude de santos, de místicos e de todos aqueles que não hesitam em lançar-se com entusiasmo na resposta ao convite de Cristo.

A zombaria e o desprezo do próximo é um vício contrário à caridade e à devoção. O escárnio e a zombaria se fundamentam na presunção e no desprezo dos outros e este é um pecado grave: o escárnio é um modo assombroso de ofender o próximo com palavras; o escárnio ofende a estima pela pessoa. Muito diferente são as brincadeiras entre amigos, que se fazem com alegria e serenidade. Diz Francisco de Sales: "Trata-se, na verdade de uma virtude na qual os gregos davam o nome de eutrapelia. Nós chamamos de boa conversa. É o modo de ter uma recriação honesta e amável sobre as situações cômicas nas quais os defeitos dos homens dão ocasião".

É necessário só ter cuidado para não passar das piadas para o escárnio e o desprezo. A zombaria provoca a risada por falta de estima e por desprezo do próximo. Pelo contrário, a piada alegre e a brincadeira honesta provocam a risada por causa da surpresa, as combinações imprevisíveis feitas na confiança e sinceridade amigável; e sempre com muita cortesia da linguagem.

Poder-se-ia dizer que In risuveritas: a Verdade se encontra na boa risada, no bom humor. O humor é uma realidade especificamente humano: a sua essência reside na ligação profunda com a emotividade, com a interioridade mais atávica e instintiva do homem.

Para aqueles que dizem que a religião é chata, que é um conjunto de regras morais que tiraram a felicidade do homem e os prazeres, pode se responder com a alegria de viver como santos, que demonstram que a vida é bela, também quando nos parece dura, também quando nos fere, também quando nos parece um jogo perdido, porque tem um sentido.

A tristeza é a sombra do diabo: para expulsá-la, precisamos de uma boa dose de eutrapelia! De modo que ao praticá-la estejamos oferecendo o que é próprio dessa virtude: graça e bom humor no convívio uns com os outros e esse será nosso caráter.

Tomando diretamente de Aristóteles, Santo Tomás de Aquino comenta a virtude eutrapelia em sua obra Suma Teológica e desenvolve que só é assim graças à criação do homem por Deus: Ludus est necessarius ad conversationem humanae vitae.

O brincar é necessário para (levar uma) a vida humana.[4] Logo, viver agindo conforme o que nos torna mais seres humanos significa que estaremos agindo conforme o que fomos criados por Deus para ser.

O professor Jean Lauand, em sua obra "Deus Ludens - O Lúdico no Pensamento de

Tomás de Aquino e na Pedagogia Medieval", nos aponta que para Tomás, o brincar é coisa séria. Para ele, é o próprio logos, o verbum, o Filho, a inteligência criadora de Deus, quem profere as palavras de Provérbios 8,30. A própria Sabedoria: "Com Ele estava eu etc". E esse atributo encontra-se especialmente no Filho, enquanto imagem de Deus invisível e por cuja forma tudo foi estruturado, pois como diz João 1, 3: "Tudo foi criado por Ele".[5] Divertir exige de nós inteligência para que seja cumprida devidamente, sem exagero, nem falta, para o melhor exercício de nosso caráter e convívio com os outros e assim, agindo pelo que nos torna mais completos como seres humanos.

"Aqueles que exageram ao brincar se chamam bomolochia, o mesmo termo usado para identificar 'os que furtam no templo, tal qual as aves de rapina, dos abutres que ficam ao redor do templo para roubar as vísceras dos animais imolados'. Tornam-se inoportunos ao querer sempre fazer rir, sem se importar em não dizer algo inconveniente ou imoral e que não agrida aqueles com quem brincam. Por outro lado, os que não se põem a usar do bom humor no que dizem e se irritam com os que o fazem, se tornam duros e rústicos, jamais se abrandam pelo prazer de brincar; em tudo acha de censurar e em nada contribui para o intercâmbio social. Comportar-se convenientemente ao brincar é, portanto, o meio termo; a eutrapelia. Aquele que se porta de tal maneira é chamado de eutrapelus".[6] O eutrapélico é, então, capaz de decência no dizer e no ouvir, que se dão no brincar.

Como educar meus filhos para as virtudes humanas?

Educar para as virtudes humanas é proporcionar ao ser humano uma reflexão sobre o que são virtudes, como distingui-las e como aprimorá-las em nossa vida, além de ajudar-nos a compreender qual o papel dos pais, dos educadores e da Igreja nesse processo de crescimento espiritual.

Ao lermos o Capítulo 1 do Evangelho de Lucas, que relata todas as situações em torno da concepção, escolha do nome e circuncisão de João Batista, vemos que Zacarias, seu pai, fica mudo até anunciar o nome do filho, e também o temor e comentários dos vizinhos acerca do futuro da criança: "Todos os que ouviram a notícia ficavam pensando: 'Que vai ser este menino?' De fato, a mão do Senhor estava com ele" (Lc 1,66).

Este questionamento que o povo fazia sobre João Batista é o mesmo que todos nós fazemos quando nasce um bebê. O desenvolvimento de uma criança e a formação de sua personalidade e de sua fé são processos contínuos e desafiadores para a própria pessoa e para aqueles que estão à sua volta: "O que será deste menino, desta menina?". Ser um homem e uma mulher equilibrados, constantes, estruturados como pessoa, na fé e na graça, é uma tarefa difícil que exige "educar-se" e "querer". Ser virtuoso é dom de Deus, mas também é construção humana e exige uma atitude interior da vontade, em conformidade com as interferências externas e a educação.

A descoberta do sentido da palavra virtude e da pessoa virtuosa não é tarefa fácil. Muitas incertezas e dúvidas circulam em nossa sociedade e em nossa cultura, e muitas imagens distorcidas são veiculadas nos meios de comunicação social, dificultando a compreensão do significado verdadeiro do ser virtuoso. Como se tornar virtuoso e produzir os frutos do Espírito em uma sociedade em que imperam outros ideais e táticas para ganhar mais dinheiro, subir na escala social, promover-se, ter mais bens e mais poder sobre os outros? O que significa ser virtuoso em nossa sociedade moderna?

Precisamos de uma educação ética baseada mais na atração que na obrigação, pois esta linguagem fala mais diretamente aos homens e às mulheres do nosso tempo, especialmente aos jovens. Não podemos confundir educação com a rigorosa observância de certo número de regras positivas (leis) e, sobretudo, negativas (proibições).

A aprendizagem de uma vida virtuosa é um processo de dentro para fora nas pessoas de boa vontade, que visa formar sua maneira de pensar, decidir, agir no mundo e comunicar-se com os outros; portanto, é imprescindível que o indivíduo adquira o hábito de agir bem segundo todas as virtudes morais. A pessoa humana é sujeito responsável por seus atos e por seu comportamento tanto perante a sua própria consciência quanto perante os outros.

A pessoa que ainda não se abriu às virtudes ou que não é educada para as mesmas não

está em condições de julgar retamente o que é o bem e o que é melhor para si mesmo.

Educar moralmente não significa, pois, prescrever uma "receita" sobre o que é justo fazer em cada circunstância particular, mas ajudar o outro a amadurecer as virtudes éticas e, sobretudo, a sabedoria, com que sua consciência poderá orientar-se em todas as situações, inclusive as imprevisíveis. Na educação para as virtudes, não existe uma receita a qual basta seguir para formar uma pessoa desta ou daquela forma. A pessoa é um projeto, marcado por heranças genéticas, mas existe também o contexto cultural no qual nasce e terá de se realizar.

A palavra "virtude" tem sido cada vez mais menosprezada na sociedade moderna e algumas pessoas chegam até mesmo a atribuir-lhe um sentido pejorativo, visando depreciar quem ainda a valoriza.

Afirmamos ainda que ser virtuoso também é uma tarefa a ser desenvolvida. As virtudes pertencem à intimidade das pessoas, expressam-se na práxis de cada um, crescem e criam raízes por ela. Ninguém nasce com uma coleção de virtudes feitas, de modo que o futuro de uma criança sempre repete a pergunta aberta: que será este menino ou menina? (cf. Lc 1,66). Mesmo em se tratando de virtudes infusas, dadas por Deus, a comunicação destas por parte Dele não garantem, por si, que as sementes lançadas caiam em terra boa e produzam os frutos esperados (cf. Mt 13,23).

Deus é o criador, o artista que não se repete na virtude dos homens que cria. Deus não usa de modelos comuns nem trabalha com linha de produção. Sua originalidade se expressa na unicidade singular de cada pessoa, também na configuração de suas virtudes. Santos, sejam grandes, sejam pequenos de cada dia, nunca são iguais nem uniformes. O ser humano deve aceitar humildemente o caminho da presença de Deus (cf. 2Cor 12,7-9).[1]

1 CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (Catechismus Catholicae Ecclesiae). 7 ª ed. Petrópolis: Vozes.

2 cf. Léon Dehon, Oeuvres Spirituelles (OSp) 4, p.316.

1 JOÃO PAULO II, Ecclesia de Eucharistia. São Paulo: Paulus/Loyola, 2003, nº25.

2 JOÃO PAULO II, Carta apostólica Mane Nobiscum Domine. São Paulo: Paulinas, 2000, nº18.

3 Ibidem.

4 Ibidem.

1 SANTO TOMÁS DE AQUINO. Summa Theologiae. III, q. 71, a. 2, ad 3.

2 Ibidem, q. 61, a. 4, ad 1.

1 PAPA PAULO VI. Constituição Apostólica Indulgentiarum Doctrina. 1967, nº1.

2 PAPA FRANCISCO. Misericordiae Vultus: Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. 2015, nº 22.

3 PAPA PAULO VI. Indulgentiarum Doctrina, nº 1.

4 PAPA PAULO VI. Indulgentiarum Doctrina. Normas 7-10.

5 PAPA FRANCISCO. Misericordiae Vultus: Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. 2015, nº 22.

6 PAPA FRANCISCO. Carta com a qual se concede a indulgência por ocasião do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. Vaticano, 2015.

7 Ibidem.

8 Ibidem.

1 CONC. ECUM. VATICANO II, Constituição Sacrosanctum Concilium. 60: AAS 56 (1964) 116: cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, cân nº1166;.

1 Sermo 26, In Nativitate Domini, 6,1: PL 54, 213.

2 Sermo 22, In Nativitate Domini, 2,1: PL 54,193.

1 Missal Romano, p.275.

1 cf. FRANCISCO, Carta encíclica “Lumen fidei” – sobre a fé. São Paulo: Paulus, Loyola, 2013, nº13.

1 A UNIDADE DA IGREJA São Cipriano de Cartago. http://www.presbiteros.com.br/Patristica/.

2 CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Declaração “Dominus Iesus”: sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2000, nº21.

1 SANTO AGOSTINHO, Epist. 98, 5: PL 33,362.

2 FRANCISCO, Exortação apostólica Evangelii Gaudium. Brasília: Ed. CNBB, 2014, nº47.

1 “Gender Dysphoria in Children” - American College of Pediatricians – June 2017. https://www.acpeds.org/the-college-speaks/position-statements/gender-dysphoria-in-children - consultado em 21 setembro 2017.

2 Sobre a provável maioria das crianças disfóricas não transicionar, vide Associação Psicológica Americana. https://www.apa.org/practice/guidelines/transgender.pdf

3 Sobre disforia estar correlacionada a outros transtornos, ver este estudo escandinavo que relatou que ela é geralmente precedida por outros transtornos: https://capmh.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13034-015-0042-y.

4 http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/04/1619320-nao-publicar-entrevista-camille-paglia-fronteiras-do-pensamento.shtml - 24/05/2015 –consultado em 18 setembro 2017.

1 RAMOS, Dalton Luiz de Paula. Alguns esclarecimentos sobre os fetos anencéfalos: para não transformar o dramático em trágico. Núcleo Fé e Cultura. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: http://www.pucsp.br/fecultura/textos/bio_ciencias/18_alguns.html. Consultado em 20 maio 2017.

1 “Quem Decide? Poder Política e Controle de População” – Tradução da Associação Nacional Provida e Pró-Família.

2 Comunicado da “American Life League, Inc”, de 21.3.94.

3 Andrew Goliszek, PhD em Biologia e Fisiologia pela Universidade Estadual do Utah, denunciou nos Estados Unidos através do livro: “In theNameofthe Science”, publicado em português pela Ed. Ediouro, sob o nome “Cobaias Humanas: a historia secreta do sofrimento provocado em nome da ciência”, revelando que um único bebê poderia render até 14 mil dólares, separado e vendido em peças, para diversas indústrias de pesquisas científicas.

4 Fonte: Tabela de Preço – Embriões - Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família - ahttp://www.providafamilia.org.br/site/_arquivos/2007/76__providafamilia_tabela_de_preco_de_embrioes.pdf. Consultado em 20 maio 2017.

5 CONC. ECUM. VATICANO II, Constituição Pastoral Gaudium et spes nº51.

6 CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Donum Vitae: Sobre o Respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação. Petrópolis: Vozes, 1987, p.17.

1 Washington, D.C., UniversityPublicationsofAmerica.Pregnancyand Sexual Assault, The Psychological Aspects of Abortion, Ed. Mall&Watts, 1979, p.55-69.

2 REARDON, David C.. Rape,Incest, and Abortion: Searching Beyond the Myths. The Post-Abortion Review 2 (1) Winter 1994.

3 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium Vitae. nº71.

4 SANTO TOMÁS DE AQUINO, Summa Theologiae. I-II, q. 95, a. 2.

5 JOÃO PAULO II, Carta encíclica Veritatis splendor: sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja. 3a ed. São Paulo: Loyola, 1994, nº40.

1 Cardeal Biffi, Arcebispo de Bolonha, Sermão em 27 de abril de 2003.

1 VIDAL M., Dicionário de moral: Dicionário de ética teológica, Editora Santuário, Aparecida 1992. Verbete Clonagem, p.95.

2 Vatican's Mission to the United Nations, The Views of the Holy See on Human Cloning, February 2003, Disponível em: https://zenit.org/articles/where-the-holy-see-stands-on-human-cloning/. Consultado em 03 abril 2018.

1 Essas informações são variáveis de acordo com o avanço das pesquisas.

2 cf. PONTIFÍCIA ACADEMIA PARA A VIDA, Declaração sobre a produção e o uso científico e terapêutico das células estaminais embrionárias humanas. Vaticano, 25 Agosto 2000. www.vatican.va

3 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium vitae. nº60.

1 JOÃO PAULO II, “A dignidade da procriação humana e as tecnologias reprodutivas. Aspectos antropológicos e éticos”. 16 de março de 2004.

2 PONTIFÍCIA ACADEMIA PARA A VIDA, Declaração final da XII Assembleia geral e do Congresso Internacional sobre “O embrião humano na fase do pré-implante. Aspectos científicos e considerações bioéticas”. 27-28 de fevereiro de 2006.

1 CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Instrução Donum vitae. Vozes, Petrópolis 1987, nº3.

1 JOÃO PAULO II, Carta encíclica Evangelium vitae: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Paulinas, 1995, nº10.

2 CONC. ECUM. VATICANO II, Constituição Pastoral Gaudium et spes. Petrópolis: Vozes, 1989, nº27.

1 cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, Artigo: A pena de morte volta à discussão. Maria Clara Lucchetti Bingemer. Seguna: 23 de janeiro de 2006.

2 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium Vitae. nnº27 e 55.

1 cf. JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium vitae. nº 27.

1 CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO - CELAM, Nova evangelização, promoção humana, cultura cristã. Conclusões da IV Conferência Geral do episcopado Latino-americano. Santo Domingo, Loyola, São Paulo, 1993, nº219.

2 CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO - CELAM, A Evangelização no presente e no futuro da América Latina, Conclusões da III Conferência Geral do episcopado Latino-americano. 3.ed. Puebla de Los Angeles, México, 27/1 a 13/2 de 1979, São Paulo: Paulinas, 1979,nº532.

3 cf. JOÃO PAULO II, Exortação apostólica"Reconciliação e Penitência".Petrópolis: Vozes, 1984, nº2.

4 FRANCISCO, Vaticano 12 de janeiro de 2015.

1 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium vitae. nº66.

2 cf. Instituto Bia Dote – Prevenção ao suicídio - http://institutobiadote.org.br/prevencao-ao-suicidio/ - cf. Preventing suicide: A global imperative - http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/world_report_2014/en/ - Consultado no dia 10/02/2017.

1 cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida, Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Aparecida, Brasil, Paulinas/Paulus, São Paulo 2009, nº73.

1 https://www.portasabertas.org.br – Consultado em 08 abril 2015.

2 JOÃO PAULO II, Carta apostólica Tertio Millennio Adveniente. São Paulo: Loyola, 1994, nº37.

3 cf. RICCARDI, Andréa, O século do martírio – os cristãos no século XX. Mondadori: Milão, 2000, p.12.

4 CONCÍLIO VATICANO II, Constituição dogmática Lumen gentium. 1964, nº50.

1 cf. JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium Vitae. nº65.

1 CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Declaração sobre a eutanásia (05/5/1980). http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19800505_euthanasia_po. Consultado em 16/07/2017.

2 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium Vitae. nº65.

3 cf. PESSINI, Leo, Distanásia: algumas reflexões bioéticas a partir da realidade brasileira. Revista Bioética, 2005, p.43-45. http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/120/125. Consultado em 25/05/2017.

4 cf. PESSINI, Leo, Distanásia: algumas reflexões bioéticas a partir da realidade brasileira. Revista Bioética, 2005, p.47. http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/120/125. Consultado em 18/04/2017.

5 GOUVEIA, Roberto, Saúde pública, suprema lei: a nova legislação para a conquista da saúde. São Paulo: Mandacaru, 2000, 223 p.168.

6 PESSINI, Leo. Distanásia: Até quando prolongar a vida? São Paulo: Centro Universitário São Camilo/Loyola; 2001, p.270.

1 cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. O Corpo humano e a Vida. Cap. II - Sobre a Eutanásia, 1980.

2 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium Vitae. nnº64.66.

3 CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, Puebla de Los Angeles, México, São Paulo: Paulinas, 1979, 318.

4 cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, O Corpo humano e a Vida. Cap. II - Sobre a Eutanásia, 1980.

1 cf. JOÃO PAULO II, Carta encíclica Evangelium Vitae: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Paulinas, 1995, 64-66.

2 Situação em que ocorre a morte de um paciente sem levar em conta seu direito de ser tratado. Pode ser exemplo a morte de um paciente na fila de um hospital em que buscava tratamento.

1 “Discurso do Papa Pio XII sobre a anestesia”, 24/02/1957.

2 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium Vitae. nº64.

3 cf. PESSINI, L; BERTACHINI, L. (org), Humanização e cuidados paliativos. São Paulo: Edições Loyola, Centro Universitário São Camilo, 2004.

4 cf. JUNGES, J.R. et al. Reflexões legais e éticas sobre o final da vida: uma discussão sobre a ortotanásia. Revista Bioética 2010; 18 (2): 275 – 288.

5 cf. A ortotanásia e o Direito Penal brasileiro, por Maria Elisa Villas-Bôas. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_%20bioetica/article/viewFile/56/59. Consultado em 18 julho 2017.

6 VIDAL, Marciano. “Eutanásia: um desafio para a consciência”. Aparecida: Santuário, 1996, p.96.

1 Você pode acessar o RBT (Registro Brasileiro de Transplantes – Estatística de Transplantes) pelo link: http://www.abto.org.br/abtov03/default.aspx?mn=515&c=900&s=0&friendly=registro-brasileiro-de-transplantes-estatistica-de-transplantes.

2 JOÃO PAULO II, Carta encíclica Evangelium Vitae.nº86.

3 JOÃO PAULO II, Discurso ao I Congresso Internacional sobre os Transplantes de Órgãos, cf. L'Osservatore Romano, ed. port. de 11/8/1991, p.5, nº3.

1 ESPINOSA, J. Questões de Bioética. São Paulo: Quadrante, 1998,p.46.

2 cf. COELHO, M. M., Xenotransplante: Ética e Teologia. São Paulo: Loyola, 2004, p.22.

3 VIDAL, Marciano, Dicionário de Teologia Moral. Aparecida: Editora Santuário, 1992. Ver especificamente o verbete "Transplantes humanos", p.1237.

4 cf. VIDAL, Marciano, Dicionário de Teologia Moral, Verbete: Transplante de órgãos.

5 JOÃO PAULO II, Carta encíclica Evangelium vitae: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Paulinas, 995, nº86.

6 JOÃO PAULO II, "Discurso ao I Congresso Internacional sobre os Transplantes de Órgãos", in L'Osservatore Romano, 11 de agosto de 1991, nº3, p.5.

1 ORDUÑA, R. R., AZPITARTE, E. L. & BASTERRA, F. J. E. Práxis cristã II: opção pela vida e pelo amor. 3ed.,São Paulo: Paulinas, 1993, p.186.

2 JOÃO PAULO II, Discurso aos participantes do XVIII Congresso Internacional sobre transplantes. 29 agosto de 2000.

1 HOTTOIS, Gilbert; PARIZEAU, Marie-Hélène. Dicionário da Bioética. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1993, p.362.

2 cf. FERNÁNDEZ, Javier Gafo. 10 Palavras – chaves em Bioética. São Paulo: Paulinas, 2000, 343p. p.290.

3 cf. LAMB, D. Transplante de órgãos e ética. São Paulo: Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (Sobravime)/Editora Hucitec, 2000, 260p.

4 LAMB, D. Transplante de órgãos e ética. São Paulo: Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (Sobravime)/Editora Hucitec, 2000, 260. p.46.

5 FERNÁNDEZ, Javier Gafo, 10 palavras-chave em Bioética. São Paulo: Paulinas, 2000, 343p.p.293, 297.

6 LAMB, D. Transplante de órgãos e ética. São Paulo: Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (Sobravime)/Editora Hucitec, 2000, 260p.p.72.

7 JOÃO PAULO II, Discurso aos participantes do XVIII Congresso Internacional sobre transplantes. Agosto de 2000. Santa Sé – www.vatican.va. Acesso em fevereiro de 2006.

1 Da Redação, “Espanha faz 1º transplante total de face”, in Folha de São Paulo, 24 abril 2010, 42.

2 Confira o histórico de transplantes de rosto realizados no mundo de 27/11/2005, até 07/2010, in: http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/07/confira-o-historico-de-transplantes-de-rosto-ja-realizados-no-mundo.html (22/05/2011).

3 cf. DI PIETRO, M. L. & CORSANO, B., “Il trapiantodifaccia”, in Medicina e Morale4 (2010)493-508,498-502.

1 Dia Mundial de Doadores de sangue. 14 de junho de 2004 – Após oração do Angelus.

2 PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL NO CAMPO DA SAÚDE, Homilia do Cardeal Javier Lozano Barragán, durante a Santa Missa por ocasião da Jornada Mundial dos Doadores de Sangue. Domingo, 12 de Junho de 2005. www.vatican.va.

3 JOÃO PAULO II, Discurso a vários grupos de peregrinos jubilares. Sábado, 21 de Outubro de 2000.

4 JOÃO PAULO II, Discurso a vários grupos de peregrinos jubilares. Sábado, 21 de Outubro de 2000.

5 JOÃO PAULO II, Angelus. Domingo, 9 de Abril de 2000.

6 JOÃO PAULO II, Discurso a vários grupos de peregrinos jubilares. Sábado, 21 de Outubro de 2000.

7 cf. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL NO CAMPO DA SAÚDE, Homilia do Cardeal Javier Lozano Barragán, durante a Santa Missa por ocasião da Jornada Mundial dos Doadores de Sangue. Domingo, 12 de Junho de 2005.

1 CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (1983) - Codex Iuris Canonici - CIC, tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Loyola, Sao Paulo, 1988.

1 CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, Orientações pastorais sobre o matrimônio (Doc. 12). São Paulo: Paulinas, 1978, nº2.15.

2 Carta Apostólica em forma de 'Motu Proprio' do Sumo Pontífice Francisco Mitis iudex Dominus Iesus: sobre a reforma do processo canônico para as causas de declaração de nulidade do matrimónio no Código de Direito Canônico.

3 Carta Apostólica em forma de 'Motu Proprio' Mitis et misericors Iesus, sobre a reforma do processo canônico para as causas de declaração de nulidade do matrimônio no Código dos Cânones das Igrejas Orientais.

1 VERDE, J. B. & GRAZIOTTIN, A., Transexualismo: o enigma da identidade. São Paulo: Paulus, 1997, p.20.

2 cf. VERDE, J. B. & GRAZIOTTIN, A., Transexualismo: o enigma da identidade. São Paulo: Paulus, 1997.

3 cf. HALL, Stuart. "Quem precisa da identidade?" In: SILVA, Tomaz T.(org) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 2003.

4 HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade, 10ªed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005, p.9.

5 HALL, Stuart, A Identidade Cultural na Pós-Modernidade, 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. p.12-13.

1 O Estado de São Paulo, 23/01/2013, B12.

1 TOMÁS DE AQUINO, Summa theologica. II-II, 166,2 ad 3.

2 TOMÁS DE AQUINO, Summa theologica. II-II, 167, 1.

3 Jornalista Filip Vilicic, Revista VEJA, 23/01/2013, p.66.

1 Os vv. 27 e 28 proíbem os ritos de luto, considerados como marcados pelo paganismo (cf. ainda 21,5; Dt 14,1). Comentário de rodapé Bíblia da CNBB: “Alusão a certa moda pagã”.

1 CONC. ECUM. VATICANO II, Constituição Pastoral Gaudium et spes. nº61.

2 cf. JOÃO PAULO II, Jubileu dos desportistas. Discurso aos participantes no encontro internacional sobre desporto. 28 de outubro de 2000.

3 JOÃO PAULO II, Discurso aos membros da sociedade desportiva "LÁCIO". 27 de Outubro de 2000.

1 cf. JOÃO PAULO II, Jubileu dos Desportistas. Discurso aos participantes no Encontro Internacional sobre Desporto. 28 outubro de 2000.

1 PIO XII, Alocução ao Congresso da União Católica Italiana das Parteiras. 29 de outubro de 1951, em AAS 43 (1951), p.835-854.

2 cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Resposta sobre a esterilização nos hospitais católicos. Quaecumque sterilization. AAS, 68 (1976). 13 de março de 1975.

3 CIC, nº 2399.

4 PAULO VI, Carta Encíclica Humanae Vitae, sobre a regulação da natalidade. São Paulo: Paulinas, 1968, nº14.

1 FRANCISCO, Exortação apostólica Amoris laetitia. A alegria do amor. São Paulo: Loyola, 2016, 167.

2 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium vitae. nº91.

3 PAULO VI, Carta Encíclica Humanae vitae, nº12.

4 cf. GENOVESI, Vincent J. Em busca do amor: moralidade católica e sexualidade humana. São Paulo: Loyola, 2008.

1 FRANCISCO, Laudato Sì: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015, nº50.

1 PAULO VI, Carta Encíclica Humanae vitae. nº12.

1 FERREIRA, A.; RAMOS, D. (2003), Manifesto contra a utilização de embriões humanos em pesquisa. http://www.pucsp.br/fecultura/b004embr.htm.

2 CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Dignitas Personae. São Paulo: Paulinas, 2009, nº19.

3 CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Dignitas Personae. São Paulo: Paulinas, 2009, nº18.

1 cf. JOÃO PAULO II, “A dignidade da procriação humana e as tecnologias reprodutivas. Aspectos antropológicos e éticos”. 16 de março de 2004.

1 CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Donum vitae: Sobre o Respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação. Petrópolis: Vozes, 1987, nº2 (rodapé).

2 Atualmente, está sendo regida pela Resolução 2.013/13, do Conselho Federal de Medicina (CFM).

3 cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Donum vitae: Sobre o Respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação. nº2.

4 CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Donum vitae: Sobre o Respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação. nºI,6.

5 cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Donum vitae: Sobre o Respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação. nºII,1.

6 cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Donum vitae: Sobre o Respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação. nºI,3.

1 cf. COELHO, M. M., Xenotransplante: Ética e Teologia. São Paulo: Loyola, 2004.

2 CONC. ECUM. VATICANO II, Constituição Pastoral Gaudium et spes.nº36,2.

1 DOCUMENTO DELLA PONTIFICIA ACCADEMIA PER LA VITA. La prospettiva degli xenotrapianti – Aspetti scientifici e considerazioni etiche, 26.09. 2001. http://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2001/09/26/0527/01503.html. Consultado em 03/04/2017.

1 cf. FRANCISCO, Laudato Sì: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015.

2 FRANCISCO, Laudato Sì: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015, nº139.

3 FRANCISCO, Laudato Sì: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015, nº160.

4 BENTO XVI, Caritas in veritate. São Paulo: Paulinas, 2009, nº48.

5 BENTO XVI, Caritas in veritate. São Paulo: Paulinas, 2009, nº51.

6 FRANCISCO, Laudato Sì: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015, nº219.

7 Mensagem de Sua Santidade o Papa João Paulo II para a celebração do Dia Mundial da Paz, 1° de janeiro de 1990. "Paz com Deus Criador, paz com toda a criação".

8 FRANCISCO, Laudato Sì: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015, nº117.

1 ÁLVAREZ, Francisco, Teologia da saúde. São Paulo: Paulinas: Centro Universitário São Camilo, 2013, p.9

2 cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida, Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Aparecida, Brasil, Paulinas/Paulus, São Paulo 2009, nº89.

3 cf. PONTIFÍCIA ACADEMIA PARA A VIDA. ASSEMBLEIA GERAL: "Qualidade de vida e ética da saúde". 17 de fevereiro de 2005.

4 cf. JOÃO PAULO II, Discurso aos participantes da conferência internacional "economia e saúde". 19 de novembro de 1999, nº2-3. www.vatican.va.

5 JOÃO PAULO II, Mensagem em preparação para o XVIII Dia Mundial do Doente. 6 de Agosto de 1999. www.vatican.va. Consultado em 25/04/2017.

6 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Evangelium Vitae. São Paulo: Paulinas, 1995, nº88.

1 CONC. ECUM. VATICANO II, Decreto Conciliar Optatam Totius, nº11.

2 CONC. ECUM. VATICANO II, Constituição Pastoral Gaudium et spes, nº 22.

* Poderá aprofundar o assunto no livro: COELHO, Mário Marcelo, Educar para as virtudes humanas. São Paulo: Canção Nova, 2013.

1 cf. SANTO TOMÁS DE AQUINO, Summa Theologiae. I II, q. 56, a.3.

2 CONC. ECUM. VATICANO II, Constituição Pastoral Gaudium et spes. nº 22.

3 PIEPER, Josef, Virtudes Fundamentais. Lisboa: Herder, 1960, p. 11-66.

4 cf. SANTO TOMÁS DE AQUINO, Summa Theologiae. II, II, 57-122.

5 cf. JOÃO PAULO II. Carta Encíclica Evangelium vitae: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Paulinas, 1995, nº 8-74.

6 SANTO TOMÁS DE AQUINO, Summa Theologiae. II-II, q123, a2, c.

7 SANTO TOMÁS DE AQUINO, SummaTheologiae. 141, 8c.

* Poderá aprofundar o assunto no livro: COELHO, Mário Marcelo, Educar para as virtudes humanas. São Paulo: Canção Nova, 2013.

1 ARISTÓTELES, Ética a Nicômaco, II, 7, 1108ª. Vemos na edição de 1973 da série “Os Pensadores”.

2 ARISTÓTELES, Ética a Nicômaco, IV, 8, 1128ª.

3 ARISTÓTELES, Ética a Nicômaco, II, 6, 1106ª.

4 SANTO TOMÁS DE AQUINO, Suma Teológica. II-II, 168, 3, ad 3.

5 JEAN LAUAND, Deus Ludens - O Lúdico no Pensamento de Tomás de Aquino e na Pedagogia. Medieval. http://www.hottopos.com/notand7/jeanludus.htm.

6 Eutrapelia - O caráter de formação ética da diversão Fabiano Sampaio Sales Ludi Educandi – M.E., São Paulo, Brasil Pontifícia Universidade Católica PUC-SP, Departamento de Filosofia, São Paulo, Brasil http://www.sbgames.org/papers/sbgames10/culture/short/short5.pdfhttp://www.sbgames.org/papers/sbgames10/cul em 20/03/2017.

1 cf. COELHO, Mário Marcelo. Educar para as virtudes humanas. São Paulo: Canção Nova, 2013.


Márcio Mendes
30
MINUTOS
PARA MUDAR
O SEU DIA
Quando uma simples oração
pode transformar absolutamente tudo

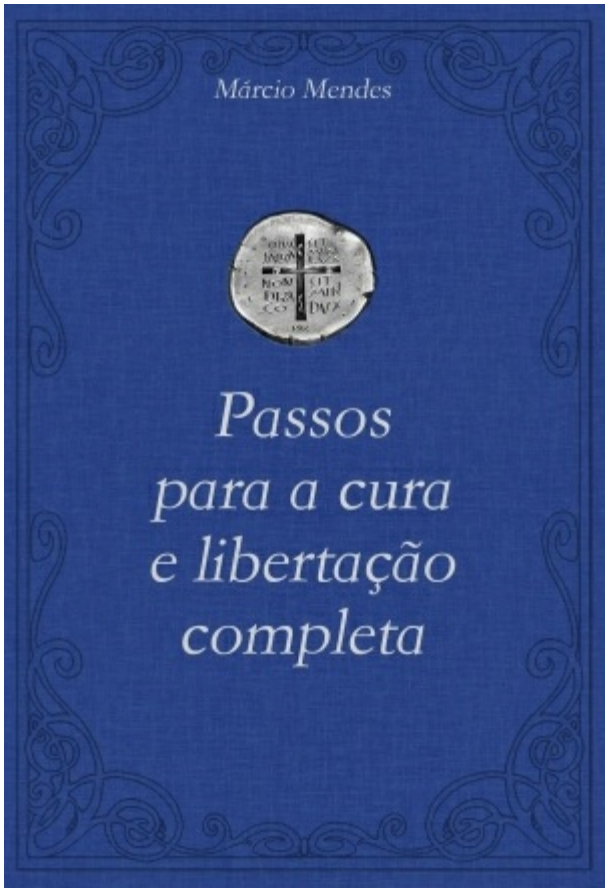
30 minutos para mudar o seu dia

Mendes, Márcio
9788576771494
87 páginas

Compre agora e leia

As orações neste livro são poderosas em Deus, capazes de derrubar as barreiras que nos afastam Dele. Elas nos ajudarão muito naqueles dias difíceis em que nem sequer sabemos por onde começar a rezar. Contudo, você verá que pouco a pouco o Espírito Santo vai conduzir você a personalizar sempre mais cada uma delas. A oração é simples, mas é poderosa para mudar qualquer vida. Coisas muito boas nascerão desse momento diário com o Senhor. Tudo pode acontecer quando Deus é envolvido na causa, e você mesmo constatará isso. O Espírito Santo quer lhe mostrar que existe uma maneira muito mais cheia de amor e mais realizadora de se viver. Trata-se de um mergulho no amor de Deus que nos cura e salva. Quanto mais você se entregar, mais experimentará a graça de Deus purificar, libertar e curar seu coração. Você receberá fortalecimento e proteção. Mas, o melhor de tudo é que Deus lhe dará uma efusão do Espírito Santo tão grande que mudará toda a sua vida. Você sentirá crescer a cada dia em seu interior uma paz e uma força que nunca havia imaginado ser possível.

Compre agora e leia


Márcio Mendes
Passos
para a cura
e libertação
completa

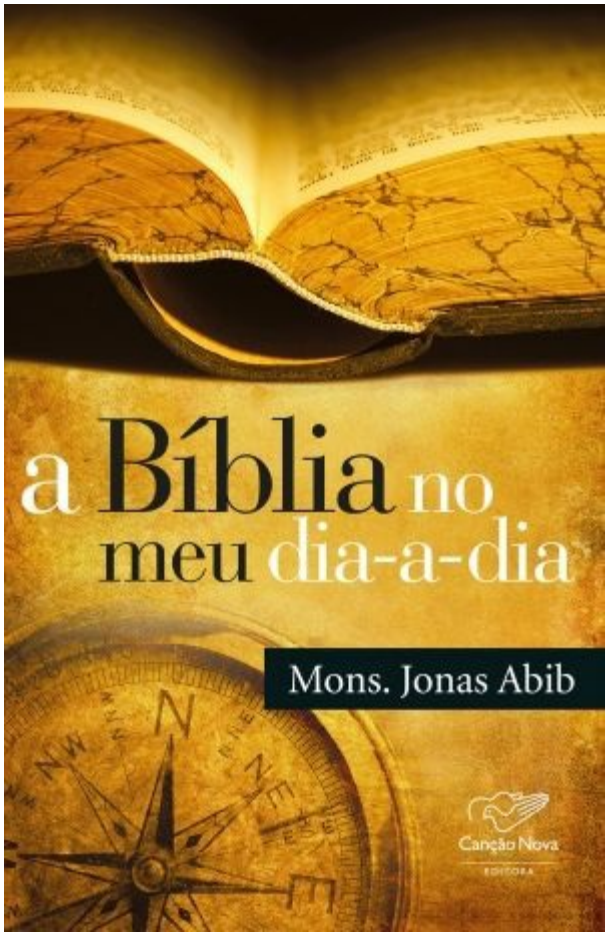
Passos para a cura e libertação completa

Mendes, Márcio
9788576779667
208 páginas

Compre agora e leia

Este livro vem em auxílio de pessoas necessitadas de cura física, cura interior e libertação, mas também àqueles que, já maduros na fé e na caminhada, sentem-se chamados a orar pelas pessoas que sofrem e precisam de cura e libertação completa, a começar pela sua família. Para todo o tipo de cura do espírito, tenha em mãos o exemplar que te levará para longe de todas as armadilhas do demônio!

Compre agora e leia


a Bíblia no
meu dia-a-dia
Mons. Jonas Abib
Canção Nova

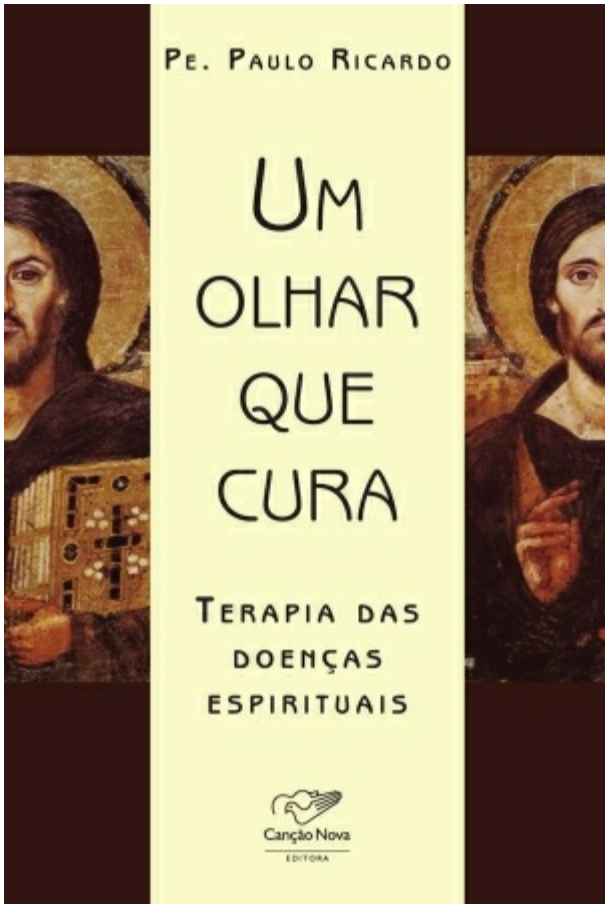
A Bíblia no meu dia-a-dia

Abib, Monsenhor Jonas
9788576774884
121 páginas

Compre agora e leia

A Palavra de Deus, materializada no livro da Bíblia, é uma dádiva para toda a humanidade e para cada um de nós, de maneira muito especial. Contudo, a fim de crescermos em amor com relação à Palavra, é preciso treino e persistência. Em A Bíblia no meu dia-a-dia, Monsenhor Jonas Abib apresenta um excelente método capaz de nos fazer vencedores nessa tarefa. É um "livro de receitas" para todos aqueles que desejam o conhecimento da Palavra de Deus, a intimidade com o seu coração e um encontro verdadeiro com o Senhor.

Compre agora e leia


Pe. Paulo Ricardo
Um olhar que cura
Terapia das doenças espirituais
Canção Nova
Editora

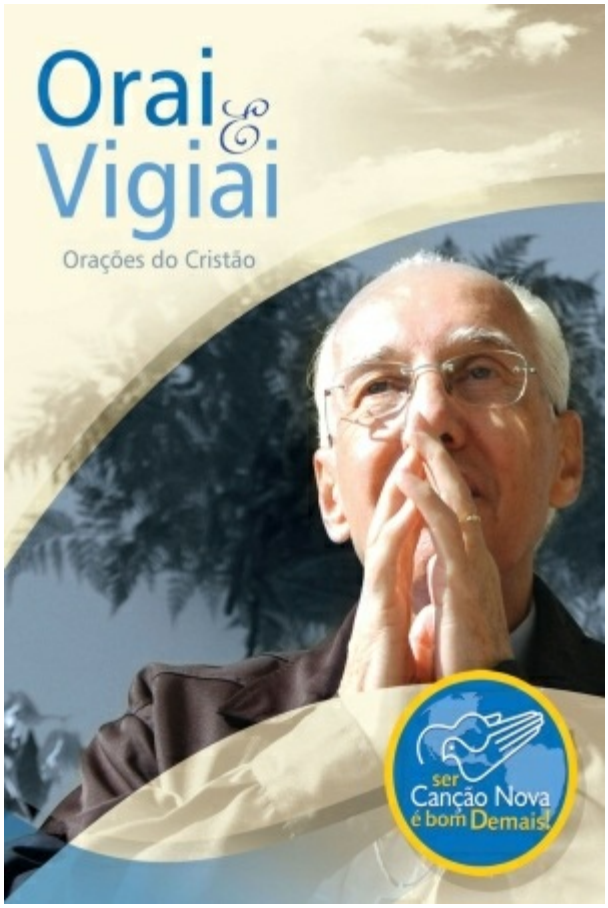
Um olhar que cura

Ricardo, Padre Paulo
9788576776734
160 páginas

Compre agora e leia

Pe. Paulo Ricardo realiza um estudo sobre oito doenças espirituais – também conhecidas como "espíritos do mal" ou pecados capitais – originárias do excesso de amor por si mesmo. O estudo tem como objetivo ajudar o leitor a fazer o reconhecimento desses males e orientá-lo na terapia de cada um deles. O autor, neste primeiro volume, apresenta três das oito doenças: a gastrimargia (gula), pornéia (luxúria) e a filargíria (avareza), baseando-se nos textos dos Santos Padres, compostos por verdades antigas um tanto esquecidas na atualidade, mas que não deixam de ser adequadas ao homem de hoje.

Compre agora e leia


Orai & Vigiai
Orações do Cristão
ser Canção Nova é bom Demais!

Orai e Vigiai

Abib, Monsenhor Jonas
9788576777977
15 páginas

Compre agora e leia

Jesus orava sem cessar; Ele era íntimo do Pai. Observamos isso em várias passagens do evangelho que Ele tão profundamente anunciou. É preciso que também nós busquemos essa intimidade, por isso a Canção Nova, ao completar seus 30 anos a serviço da evangelização, coloca em suas mãos este pequeno livro com algumas das mais tradicionais orações da Igreja Católica. Elas são como uma seta que indicam o caminho que deverá conduzi-los a uma outra oração, aquela que brota do coração, e se abre a ação do Espírito Santo.

Compre agora e leia

Índice

Folha de rosto	2
Créditos	3
INTRODUÇÃO	4
A Bíblia promove ou proíbe a oração aos anjos?	6
Por que preciso fazer a adoração ao Santíssimo Sacramento?	9
O que é a devoção ao Sagrado Coração de Jesus?	11
Por que usar água benta?	13
Como alcançar indulgências plenárias?	15
É obrigado ir à Missa aos domingos?	18
O que são sacramentais?	20
Qual o significado do Dia de Finados?	22
O que fazer com uma imagem sacra que foi abençoada, mas se quebrou?	24
Por que o Papa não vende os tesouros do Vaticano?	28
O que é o Advento?	31
O que significa a coroa do Advento?	33
Qual o sentido da festa da Epifania(Dia de Reis)?	34
O que significa a encarnação do Verbo? Qual o sentido cristão da festa do Natal?	36
O que é a Via-sacra?	38
Por que celebrar a Semana Santa?	39
O que significa “Tríduo Pascal”?	40
Católico pode consultar horóscopo, cartomantes e ler mão?	43
Cristão pode acreditar em magia?	46
Católico pode usar de amuletos?	50
Posso ter superstições?	53
Quebrar uma corrente de oraçãopode me dar azar?	56
E as promessas ou “re-promessas” de início de ano?	58
Casais homossexuais podem batizar seus filhos?	61

O que se entende por “ideologia de gênero”? 65
O que é disforia de gênero (“transgênero”)? 67
Campanha em favor do aborto é contrária aos princípios cristãos? 71
Posso abortar criança anencéfala? 73
Posso ser a favor do aborto? 75
Não quero abortar, mas não tenho condições de criar o filho. O que devo fazer? 77
Quais são os maiores interesses no uso de fetos abortados? 80
Por que gerar o filho resultado de um estupro? 83
A ressurreição de Cristo ajuda na defesa da vida? 86
A Igreja deve “intrometer-se” em assuntos científicos? 87
Como a Igreja se posiciona em relação à alteração genética em embriões? 89
Manipulação genética pode curar doenças hereditárias? 91
O que a Igreja diz sobre clonagem humana? 94
O que a Igreja diz sobre o uso de células-tronco? 97
O que a Igreja diz sobre pesquisas com embriões humanos? 100
O que é eugenia? 102
Devemos lutar contra toda forma de violência? 105
Posso ser a favor da pena de morte? 107
O que a Igreja católica pensa sobre a guerra? 111
A Igreja concorda com o terrorismo? 113
A corrupção é pecado? 115
O que é “miséria moral”? 118
O que a Igreja diz sobre o suicídio? 120
Católico pode aceitar o tráfico de pessoas? 123
Ainda existe perseguição aos cristãos no mundo? 125
O mal está vencendo? 128
Você sabe o que é distanásia? 131
Posso autorizar os médicos a desligarem os aparelhos de alguém da minha família? 133

O que é suicídio medicamente assistido? 135
O que é suicídio medicamente assistido? 138
Você já ouviu falar em mistanásia? 141
O que entendemos por ortotanásia? 142
Você sabe o que é “testamento vital” ou “Diretiva Antecipada de Vontade”? 145
A Igreja aceita a doação de órgãos para transplante? 148
Uma pessoa viva pode doar órgãos para transplantes? 151
Como acontece a doação de órgãos de cadáveres? 153
O que a Igreja afirma sobre a morte encefálica (cerebral)? 155
A Igreja aprova o transplante de face? 157
Católico pode doar sangue? 159
Podemos usar cadáveres humanos para pesquisas e treinamento médico? 162
Sou católico e posso aceitar a cremação de uma pessoa falecida? 164
Como entender a estrutura do matrimônio a partir da criação? 168
O que é amor conjugal? 170
Qual o significado da aliança de casamento? 172
A Igreja Católica anula casamento? 175
Como é o processo de nulidade matrimonial? 177
Quais os motivos pelos quais um casamento pode ser declarado nulo? 179
Incesto: quais são os riscos e o que a Igreja diz sobre isso? 184
Existe crise de identidade? O que é isso? 186
Inveja no Facebook e a vida dos outros 190
O ser humano é curioso? 192
É absolutamente seguro o uso da camisinha? 194
Posso usar a maconha com finalidade medicinal? 195
Um católico pode fazer tatuagens? 197
Posso usar piercing? 198
Posso praticar esportes radicais que desafiam a vida? 200

Policial, salva-vidas, corpo de bombeiros colocam a vida em risco. Quando a pessoa pode colocar voluntariamente a vida em risco? 202
Qual a postura éticano esporte? 204
Vasectomia no homem e laqueadura ou ligadura de trompas nas mulheres. O que dizer desses procedimentos de esterilização? 207
Quais os métodos naturais que a Igreja recomenda aos casados? 209
Controle de natalidade. O que há por trás dele? 212
O que a Igreja nos ensina sobre a fecundação artificial? 214
O que fazer com os embriões que sobram após a fertilização in vitro? 216
Útero artificial: é possível? 219
Posso “alugar” ou usar de outro útero? 221
Posso escolher o sexo do meu filho? 225
Posso usar animais para alimentação ou pesquisas científicas à luz da teologia? 228
Posso eutanasiar meu animal? 230
Católico deve cuidar do meio ambiente? 232
Como resgatar o interesse pela boa política? 235
Devo cuidar da saúde? 237
Você sabe o que são virtudes? E vícios?* 239
Precisamos das virtudes cardeais?* 242
Quais são as virtudes teologais? 246
Você conhece a virtude da “boa risada”? 252
Como educar meus filhos para as virtudes humanas? 255